

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas - ICH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

Tese



**Patrimônio Agroindustrial: Inventário das fábricas de
comotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990).**

Alcir Nei Bach

v.1

Pelotas, 2017.

Alcir Nei Bach

**Patrimônio Agroindustrial: Inventário das fábricas de
compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ester Judite Bendjouya Gutierrez

Pelotas, 2017.

Alcir Nei Bach

**Patrimônio Agroindustrial: Inventário das fábricas de
compotas de pêsego na área urbana de Pelotas (1950-1990).**

**Tese aprovada como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em
Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória
Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade
Federal de Pelotas.**

Data da Defesa: 28 de julho de 2017.

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr.^a Ester Judite Bendjouya Gutierrez (Orientador)
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira
Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

.....
Prof. Dr.^a Maria Letícia Mazzuchi Ferreira
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

.....
Prof. Dr. Rita Juliana Soares Poloni
Doutora em Arqueologia pela Universidade do Algarve , UALG, Portugal.

Dedico este trabalho a todos aqueles
que fizeram do pêssego um marco de
desenvolvimento no município de Pelotas.

RESUMO

Esta pesquisa faz uma reconstituição da trajetória do setor conserveiro de pêssego localizado na zona urbana de Pelotas-RS. O trabalho tem como base um levantamento, realizado na forma do Inventário do Patrimônio Agroindustrial Urbano do Setor Conserveiro de Compotas de Pêssego de Pelotas, e a discussão dos resultados, sob análise quantitativa e qualitativa. Este inventário, fortemente apoiado na oralidade, buscou elencar todas as fábricas de compotas de pêssego sediadas na zona urbana da cidade. O estudo, por sua vez, se deteve no recorte temporal entre as décadas de 1950 a 1990, período de auge do setor, quando o município figurou como produtor das “melhores compotas do Brasil”. O pós-guerra, em Pelotas, foi marcado pelo desenvolvimento da indústria, o aumento da demanda habitacional e pela recorrência de problemas de infraestrutura. Em específico, foi a indústria da alimentação que, neste período, constituiu a maior parte da cadeia de trabalho. A agroindústria conserveira, em especial, apresentou-se como a de natureza mais acessível ao trabalhador rural, o qual veio a constituir boa parte da mão de obra do setor. As características desta mão de obra safrista também foram estudadas. Paralelamente, novas vilas e loteamentos eram criados e, em boa medida, ocupados por este contingente de trabalhadores safristas. Desta forma, o estudo procurou evidenciar os reflexos dessa agroindústria na ocupação do espaço urbano, a medida de sua influência na realização de melhorias na infraestrutura. De outra parte, o conjunto de registros dos vestígios dessa agroindústria, em seus aspectos material e imaterial, constitui Patrimônio Agroindustrial, dizendo respeito à memória coletiva da comunidade pelotense.

Palavras-chave: Patrimônio agroindustrial. Agroindústria conserveira urbana. Fábricas de compota de pêssego. Expansão urbana. Inventário. Pelotas.

ABSTRACT

This research reconstitutes the trajectory of the peach cannery sector in the urban area of Pelotas, RS, Brazil. The work is based on a data collection carried out through the Inventory of the Urban Agroindustrial Heritage in the Peach Cannery Compote Sector in Pelotas and the discussion about the results under quantitative and qualitative lights. This inventory was strongly focused on orality and aimed to list all the peach compote factories in the city's urban area. The studies period covered the decades from 1950 to 1990, which was the sector's pinnacle, with the city known as the home of the "best compotes in Brazil". The post-war period in Pelotas was marked by the development of the industry, the increase of the demand for housing and recurrent infrastructure problems. It was the food industry that had the greatest part of the workforce. The compote agroindustry especially presented itself as a more accessible option for the rural workers, who made up a significant part of this sector. The harvest workforce characteristics were also studied. In parallel, new boroughs and villages were occupied by harvest workers. This way, the study searched to highlight the repercussion of this agroindustry on the occupation of urban spaces, as well as the extent of its influence on infrastructure improvements. On another hand, the ensemble of registries of the vestiges of this agroindustry, in their material and immaterial aspects, forms an Agroindustrial Heritage that is linked to the collective memory of Pelotas' community.

Keywords: Agroindustrial heritage. Urban canning agroindustry. Peach compote factories. Urban expansion. Inventory. Pelotas.

Agradecimentos

À minha orientadora, Prof.^a Dr^a Ester Judite Bendjouya Gutierrez, pela objetividade, profissionalismo e apoio nessa caminhada.

Aos colegas do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas, pelo incentivo e apoio nessa empreitada.

Ao Sr. Claudio Fernando Almeida P. de Sá, secretário executivo do Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias de Pelotas, pela disponibilidade com que sempre nos receberam naquele local.

Aos amáveis funcionários da Bibliotheca Pública Pelotense, Claudete R. Lima, Maicon R. Rodrigues e em especial ao Ueslei Goulart, pelo profissionalismo, carinho e atenção com que nos atenderam durante os vários meses de pesquisas na instituição.

Aos colegas da primeira turma de doutorado do Programa de Pós-graduação em Memória e Patrimônio da UFPEL, e em especial à secretária Gisele Dutra Quevedo, pelo atendimento e disponibilidade em todos os momentos.

Em memória de alguns entrevistados e parceiros que nos deixaram durante a jornada, os agradecimentos sinceros pelo privilégio do convívio com vocês, em especial aos senhores: Aroldo Barwaldt (agrônomo da Secretaria Estadual de Agricultura - seção Pelotas); Darci Martins Pereira (ex-funcionário do setor de conservas do antigo Frigorífico Anglo, na década de 1950, e da CICASUL, desde sua instalação até o encerramento das atividades desta); Edmar Hardtke (grande produtor, fornecedor de várias, fábricas na década de 1960, na Colônia Cristal - 5º Distrito); Gunter Rodolpho Bering (Diretor de Conservas Helomar - conhecia bastante o setor conserveiro de Pelotas); João Casarin (Industrial na zona rural, conhecia profundamente as fábricas da Colônia e as ligações destas com as fábricas da zona urbana); Pedro Torchelsen de Mattos (produtor e puxador de pêssegos - 5º Distrito) e Willy Gerard Partzsch (Industrial e Mecânico de Fábricas na Zona Urbana).

À amiga Margareth Acosta Vieira, colega desde o Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, pela parceria e discussões acerca da temática desenvolvida.

Ao Plínio Hoffmann, grande conhecedor do Bairro Três Vendas e das famílias de proprietários de fábricas de compotas deste bairro, pelas visitas e conversas que foram muito produtivas.

Ao Arquiteto e Urbanista Guilherme Pinto de Almeida, pelo apoio, pela parceria e por nos instigar para outros olhares sobre o vasto material desta pesquisa.

À Arquiteta e Urbanista Simone Neutzling, pelas importantes contribuições quanto à temática do inventário.

Ao colega Prof. Dr. Gomercindo Ghiggi, pelas contribuições ao trabalho.

À Prof.^a Ana Santos Maia, pela competência na correção linguística do trabalho.

Aos amigos e ex-alunos Rodrigo Siqueira e Viviane Spiering, mestrandos em Geografia, por irem além da logística da digitação, demonstrando interesse crescente sobre o tema, e pela busca constante em contribuir com o trabalho.

Ao ex-aluno bacharel em geografia, Gil Passos de Mattos, pela confecção dos mapas de localização das agroindústrias na malha urbana.

Às acadêmicas do curso de Geografia, Ana Paula Melo e Tamires Liporais pela ajuda inicial, através de pesquisa na hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense.

Ao Sr. Reneu Ribeiro Rodrigues e sua esposa Virgínia Rodrigues, pelo compartilhamento de seu grande conhecimento do Bairro Fragata e do setor conserveiro em geral, expressado em vários "papos" durante o decorrer do trabalho.

Ao agrônomo Nelson Finardi, ex-pesquisador da Embrapa, proprietário de pomar de pessegueiros, um parceiro de palestras e grande incentivador desta temática.

Aos meus filhos Rafael, Rodrigo, Marcelo e Ricardo, à minha nora Ísis e, em especial ao meu neto Marcelo - que cresceu ouvindo o vovô falar nessa temática nos últimos dez anos -, por entenderem a necessidade de minhas ausências.

À Marilei, parceria em todos os momentos, querida companheira nas horas mais difíceis, o meu agradecimento de coração.

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa de Localização do Município de Pelotas. Rio Grande do Sul. Brasil.	35
Figura 2 – Divisão Administrativa do Município de Pelotas. RS. 1947.	36
Figura 3 - Mapa do Município de Pelotas. RS. Divisão administrativa. 1947.	36
Figura 4 - Mapa do Município de Pelotas. RS. Zona Agrícola e Zona Pastoril. 1947.	37
Figura 5 – Mapa do Município de Pelotas. RS. Divisão Distrital em1966.	38
Figura 6 – Distribuição Populacional urbana e rural. Pelotas. RS.	39
Figura 7 – Mapas de Evolução Urbana de Pelotas. RS. (1949, 1966, 1991 e 2008).	40
Figura 8 - Mapa do Município e seus Distritos.	42
Figura 09 - Chegada dos primeiros bondes elétricos (20 out. 1915).	45
Figura 10 - Desenvolvimento Industrial de Pelotas. RS. 1940-1945.	46
Figura 11- Bloco Carnavalesco “Salim Abdala”. Carro “Atrazados Mas Pontual”.	47
Figura 12 – Panorama da Usina <i>The Riograndense Light & Power Synd. Ltd.</i> . 1931.	48
Figura 13 - Usina Termelétrica do Porto. CPE. 1972.	49
Figura 14 – Serviços de água executados. Bairros Fragata e Três Vendas. 1951.	52
Figura 15 - Estação de Tratamento Santa Bárbara. Construção do dique. 1966.	53
Figura 16 - Represa do Arroio Santa Bárbara, cheia d’água. 1972.	54

Figura 17 - Estação de Tratamento Santa Bárbara. Prédio e tanques. 1972.	54
Figura 18 - Mapa das linhas de bondes. S/d.	56
Figura 19 - Trilhos de bonde. Linha Porto – Anglo. 2014.	57
Figura 20 - Propaganda da STUR. 1953.	58
Figura 21 - Bonde da <i>Ligth and Power</i> . Linha Três Vendas (T).	58
Figura 22 – Linha Tiradentes-Porto-Anglo. Ônibus. 1965.	60
Figura 23– Avenida Argentina. Pavimentação. 1959.	63
Figura 24 - Calçamento com paralelepípedo. 2015.	64
Figura 25 - Calçamento com pedra irregular e meio fio. 2015.	64
Figura 26 – Rua Álvaro Chaves. Pelotas. RS. Pavimentação. 1959.	64
Figura 27 – Mapa de Pelotas. RS. Destaque Distrito Industrial. 1985.	70
Figura 28 – Fábrica CICASUL em construção. Distrito Industrial. 1970.	71
Figura 29 – Distrito Industrial. Obras das fábricas Irgovel/ CICASUL (1973).	71
Figura 30 – Painel institucional. BR 116. 1972.	72
Figura 31 – Suplemento especial da Revista Manchete./ Entrega às autoridades.	73
Figura 32 - Selo Etiqueta. Divulgando “As melhores compotas do Brasil”. 1967.	74
Figura 33 – Empresas instaladas no Distrito Industrial de Pelotas em 1975.	75
Figura 34 – Fábrica de Conservas Pelotense. 1947.	78

Figura 35 e 36 - Conservas Peter. Vestígios das instalações e maquinário. 2011.	81
Figura 37 - Leal Santos Futebol Clube. 1953.	81
Figura 38 – Porto de Pelotas. RS. Vista panorâmica. 1979.	82
Figura 39 - Conservas Alva (1960 -1980). Em atividade. 1968.	83
Figura 40 - Conservas Alva. Pelotas. RS. Desativada. Prédio locado. 2010.	83
Figura 41 - Conservas Alva. Pelotas. RS. Desativada. Terreno vazio. 2016.	84
Figura 42 - Conservas Sória. Em atividade. 197_.	84
Figura 43 - Conservas Sória. Desativada. 2010.	84
Figura 44 – Prédio da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense. Vista geral. 1916.	85
Figura 45 - Fábrica Cicasul. Distrito Industrial. 1982.	86
Figura 46 - Centro de Eventos de Pelotas. RS. 17ª Fenadoce. 2009.	86
Figura 47 - Cooperativa Sudeste dos Produtores de Lãs, Ltda (COSULÃ). 1952.	86
Figura 48 – Campus das Ciências Sociais (ICH) – UFPEL. 199_.	86
Figura 49 – Retrato de Amadêo Gustavo Gastal.	88
Figura 50 – Rótulo da Quinta Pastorello. Colônia Santo Antônio.	89
Figura 51 – Anúncio do entreposto de Brod & Irmão. Estrada do Retiro. 1922.	92
Figura 52 – Entreposto colonial de Jacob Brod Filho. 1950.	92
Figura 53 – Começo da fábrica de Conservas Alva. 1960.	93

Figura 54 – Mapa com a localização das primeiras indústrias da cidade.	94
Figura 55 – Aspecto interno da fábrica Leal Santos. 1941.	95
Figura 56 – Aspecto externo da fábrica Leal Santos. 1941.	95
Figura 57 – Fábrica Conservas Cantarelli, Distrito Industrial. 1975.	96
Figura 58 – 1ª etapa de construção da Agapê. 1961.	97
Figura 59 – 2ª etapa de construção da Agapê. 1972.	97
Figura 60 – 3ª etapa de construção da Agapê. 1986.	97
Figura 61 – Fábrica Leal Santos. 1944.	98
Figuras 62 e 63 – Fábrica Leal Santos. 1947.	98
Figura 64 – Quinta Bom Retiro, de Ambrósio Perret. 1936-1937. Catálogo	99
Figura 65 – Concentração de pomares de pessegueiros. 196_.	100
Figura 66 – Caixa de madeira usada no transporte de pêssegos. Indústria Vega.	102
Figura 67 – Caixa plástica usada no transporte de pêssegos. Conservas Schramm.	102
Figura 68 – Lata com rótulo de papel (196_) e lata litografada (200_).	103
Figura 69 - Diferentes marcas de compotas em gôndola de supermercado. 1972.	104
Figura 70 - Comercial 03 Pêssegos Agapê. Mídia de TV. 198_.	106
Figura 71 – Comercial 10 Agapê Regime Claudia Raia. Mídia de TV. 198_.	106
Figura 72 – Promoção das Conservas Agapê. Casas Sendas. Rio de Janeiro. 1977.	107

Figura 73 - Degustação de pêssego Agapê. São Paulo. 1976.	107
Figura 74 – Embalagem natalina com produtos Agapê. 1980.	107
Figura 75 – Patrocínio de camiseta de futebol. Esporte Clube Pelotas. RS. 1988.	107
Figura 76 – Patrocínio de concerto de Natal. 1990.	108
Figura 77 – Patrocínio de Revista de Carnaval. 1988.	108
Figura 78 – Anúncio de página inteira dos produtos VEGA. 1978.	108
Figuras 79 – Mídia Impressa. Fábrica Almeida. 1980.	109
Figuras 80 – Mídia Impressa. Fábrica Anglo. 1980.	109
Figura 81 – Rótulo. Conservas Mello/Dijon Jeans. Pelotas. RS. 198_.	109
Figura 82 – Lata litografada, formato diferenciado. Conservas Cantarelli. 200_.	110
Figura 83 – Rótulo de aspargos para exportação. Conservas Helomar.. S/d.	111
Figura 84 – Prédio do CEPAL. Rua Anchieta, 2145. 1974.	114
Figura 85 – Placa de identificação na fachada do prédio. (CEPAL). 197_.	114
Figura 86 - Conservas Sória. Mão de obra feminina. 197_.	115
Figura 87 – Conservas Agapê. Mão de obra masculina. 197_.	115
Figura 88 - Conservas Sória. Mão de obra infantil. 1979.	116
Figura 89 - Conservas Sória. Escritório. Mão de obra efetiva. 197_.	117
Figura 90 – Conservas Agapê. Escritório. Mão de obra efetiva. 197_.	117

Figura 91 – Gabriel de Oliveira Souto. Conservas Souto. 1940.	119
Figura 92 – População urbana e rural. 1940 – 1980.	121
Figura 93 – Sucessões em espaços físicos fabris. Pelotas. RS.	132
Figura 94 – Fábricas com edificações comprometidas parcial ou completamente.	132
Figura 95 – Quantidade de fábricas coexistindo por década na zona urbana.	133
Figura 96 – Quantidade de fábricas surgidas na zona urbana, por década.	134
Figura 97 – Fábricas ativas na zona urbana ou fora dela.	134
Figura 98 – Manutenção de endereços, desde fundação/ fixação na zona urbana.	135
Figura 99 – Relação das fábricas cujo espaço físico se manteve como de uso fabril.	136
Figura 100 – Fábricas com espaço físico atualmente dedicado a outros usos.	136
Figura 101 – Quadro síntese.	137
Figura 102 – Rótulo comemorativo do bicentenário de Pelotas, 2012. RS.	138
Figura 103 – Conservas Alva: degradação, demolição e reutilização do sítio.	139
Figura 104 – Conservas Lebre: avanço da degradação e do arruinamento.	139
Figura 105 – Tipos de fontes orais dos históricos obtidos pela pesquisa.	142
Figura 106 – Zeli Alvariza coordenando o ambiente de trabalho. Conservas Alva.	146
Figura 107 – Latas de compotas Colombina, da firma Ferreira & Irmão/ detalhes.	147
Figura 108 – Armazéns da firma Ferreira & Irmão.	147

Figura 109 – Compotas destinadas ao centro do país, com anotação de origem.	150
Figura 110 – Mapa geral das fábricas de compotas de pêssego na zona urbana.	153
Figura 111 – Obras do cais do Porto. 1905./ Cais do Porto, com o ramal. 1928.	154
Figura 112 – Ponte do Ramal Ferroviário do Porto. Décadas de 1910/1940.	154
Figura 113 – Mapa das fábricas de compotas de pêssego no antigo Bairro Centro.	155
Figura 114 – Fábrica Leal Santos, junto ao Arroio Santa Bárbara. Enchente de 1941.	156
Figura 115 – Inundação ao redor do Arroio Santa Bárbara no ano de 1956.	156
Figura 116 – Enchente de 1956. Entorno do Arroio Santa Bárbara. Década de 1940.	157
Figura 117 – Mapa das fábricas de compotas de pêssego no antigo Bairro Fragata.	159
Figura 118 – Mapa das fábricas de compotas no antigo Bairro Três Vendas.	160
Figura 119 – Quantidade de fábricas coexistindo por década e população urbana.	161
Figura 120 – Quadro síntese das fábricas urbanas de compota de pêssego de Pelotas	162
Figura 121– Planta anteprojeto de extensão de Pelotas, 1927.	164
Figura 122 – Relação do número de casas e localização de novos bairros, 1947.	165
Figura 123 – Planta de localização dos novos bairros e loteamentos. Ano de 1935.	167
Figura 124 – População urbana em Pelotas. RS. 1940-1960.	168
Figura 125 – Parcelamentos registrados na cidade de Pelotas (1950-1966).	169
Figura 126 - Parcelamentos registrados na cidade de Pelotas por zona (1950-1966).	170

Figura 127 – Anúncio de venda de terrenos. Pelotas. 1955.	172
Figura 128 – Ampliação do perímetro urbano 1928/30.	173
Figura 129 – Loteamentos fora do perímetro urbano de 1918. (1900-1920).	174
Figura 130 – Moradores na vila do Prado. 1929. Pelotas, RS.	175
Figura 131 – Moradores na vila do Prado. Rua Otavio Peixoto. 1963. Pelotas. RS.	176
Figura 132 – Casas em fita para operários. Bairro Simões Lopes. 1918.	176
Figura 133 – Vila Noêmia. Bairro Simões Lopes. 1918/Castelo Simões Lopes. 193_.	177
Figura 134 – Avenida Brasil: passarela sobre a ferrovia. Bairro Simões Lopes. 195_.	178
Figura 135 – Mapa de Pelotas, com as linhas de Bonde e outras indicações. 1926.	179
Figura 136 – Vilas Proletárias. Década de 1920.	179
Figura 137 – Mapa de Vilas Proletárias. Década de 1920.	180
Figura 138 – Publicidade: Vila S. Francisco de Paula. 1923/ Vila Hilda. 1924.	181
Figura 139 – Mapa da cidade destacando-se a Vila Santa Terezinha. Pelotas. RS.	182
Figura 140 – Escola Municipal Osvaldo Cruz. Pelotas. RS. 195_.	182
Figura 141 – Pavimentação da Rua Santa Clara. Vila Santa Teresinha. 195_.	185
Figura 142 – Mapa parcial de vilas pelotenses. Década de 1950. Pelotas. RS.	185
Figura 143 – Vista do antigo armazém “Ao Cavalheiro”. 2011. Pelotas. RS.	188

Lista de Siglas

CAVG	Colégio Agrícola Visconde da Graça
CDL	Câmara de Dirigentes Logistas de Pelotas
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEPAI	Centro de Pesquisa da Agroindústria
CICA	Companhia Industrial de Conservas Alimentícias
COSULÃ	Cooperativa Sudeste dos Produtores de Lã
CPE	Companhia Pelotense de Eletricidade
CTMR	Cooperativa Telefônica Melhoramentos e Resistência
DAE	Diretoria de Água e Esgotos
DNPI	Departamento Nacional de Propriedade Industrial
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETP	Escola Técnica de Pelotas
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FDRH	Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FENADOCE	Feira Nacional do Doce
FENAPÊSSEGO	Feira Nacional do Pêssego
GAP	Gabinete de Administração e Planejamento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSUL	Instituto Federal Sul-rio-grandense
ONU	Organização das Nações Unidas
ORPLAN	Organização e Planejamento
PDS	Partido Social Democrático

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SANEP	Serviço Autônomo de Abastecimento de Água de Pelotas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINDOCOPEL	Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias de Pelotas
STUR	Sociedade de Transportes Urbanos e Rurais
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>

Sumário

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – Pelotas no Cenário do Pós Guerra	29
1.1 Zona rural e expansão urbana.....	35
1.2 Abastecimentos de energia elétrica e de água	44
1.3 Transportes e pavimentações	56
1.4 Distrito Industrial	67
CAPÍTULO 2 – Patrimônio Agroindustrial Urbano	76
2.1. Começo da Indústria Conserveira	88
2.2. Implantações e Construções	91
2.2.1 Pêssego nas fábricas urbanas: peculiaridades.....	99
2.3. Mercado e Propaganda	104
2.4. Mão de Obra	115
2.4.1. Migração Campo Cidade	120
CAPÍTULO 3 – Inventário do Patrimônio Agroindustrial Urbano do Setor Conserveiro de Compotas de Pêssego de Pelotas	128
3.1. Metodologia	128
3.2 Reflexões quantitativas	131
3.3 Reflexões qualitativas	145
CAPÍTULO 4 – Ocupação do Espaço Urbano: reflexos da agroindústria	163
CONCLUSÃO	190
REFERÊNCIAS	202
ANEXOS	217
APÊNDICES	229
INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL URBANO DO SETOR CONSERVEIRO DE COMPOTAS DE PÊSSEGO DE PELOTAS	Volume 2

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo dar continuidade à pesquisa desenvolvida na dissertação de mestrado defendida em 2009, junto ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da Universidade Federal de Pelotas. Intitulada “**Patrimônio Industrial Rural: As fábricas de compotas de pêssego em Pelotas nas décadas de 1950 a 1970**”, aquela pesquisa teve como objeto a trajetória da atividade fabril de conservas (compotas) de pêssego na zona rural. Esta tese, por sua vez, aborda a trajetória da indústria conserveira urbana de pêssego, aspectos de sua formação, da implantação de suas unidades fabris e seu apogeu.

O objetivo geral deste trabalho é reconstruir a trajetória do setor conserveiro de pêssego que teve lugar na zona urbana de Pelotas. Constituem objetivos específicos desta tese: **elaborar um inventário** das fábricas urbanas de conserva (compotas) de pêssego; **espacializar** as fábricas na malha urbana através da elaboração de mapas; **evidenciar conexões** entre a distribuição destas fábricas e o desenvolvimento da malha urbana.

Sendo assim, o trabalho será desenvolvido em torno de três questionamentos centrais. Primeiramente, quais eram as fábricas de conservas (compotas) de pêssego situadas na zona urbana? Em segundo lugar, qual a localização destas fábricas na malha urbana atual? Por fim, o estudo buscará conexões entre esta

distribuição das fábricas e o desenvolvimento da malha urbana por meio do estudo da evolução urbana.

O procedimento adotado para responder as duas primeiras questões foi a elaboração de inventário, mapas e gráficos, a fim de ilustrar a espacialização e a contextualização das fábricas. Os dados obtidos no inventário, intitulado **Inventário do Patrimônio Agroindustrial Urbano do Setor Conserveiro de Compotas de Pêssego de Pelotas**, serão analisados quantitativa e qualitativamente.

O recorte temporal do estudo são as décadas 1950 a 1990, pela importância do período para o tema. Para melhor compreender o universo das fábricas urbanas, foi procedido um levantamento, com fins de inventário, da trajetória da agroindústria de conservas de pêssego situada na zona urbana da cidade de Pelotas. O inventário, porém, inclui a totalidade das fábricas existentes até a atualidade, sem restrição de recorte temporal. Por fim, serão discutidos os reflexos desta agroindústria na ocupação do espaço urbano.

O arcabouço de concepções teórico-filosóficas metodológicas proporcionado pelo ensino multidisciplinar das disciplinas do Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural, na forma de aulas, jornadas, seminários e minicursos, incentivou o desenvolvimento do tema. Um momento de especial motivação foi a participação em dois minicursos, ministrados pelos professores franceses Dr. Jean Louis Tornatore e Dr. Joel Candau, autoridades na área de memória e patrimônio. Na ocasião foram apresentados seus trabalhos, desenvolvidos na França, relativos ao patrimônio industrial.

A agroindústria urbana de conservas de pêssego, a exemplo de outros empreendimentos alimentícios no país, alcançou crescimento significativo no pós-guerra. No decorrer dos anos 1950 ocorreram investimentos técnicos, de desenvolvimento e adaptação do cultivo de frutícolas, adequando o pêssego às condições climáticas da região sul do Estado, com o objetivo de aumentar seu período de safra.

A segunda metade do século XX representou o auge da produção fabril conserveira na cidade de Pelotas, pela atuação de empresas de pequeno, médio e grande porte. Segundo Grando (1989, p.6), foi o período em que a produção industrial formou “a maior concentração industrial de conservas vegetais do país”.

A atuação destas fábricas parece ter sido decisiva no modo de vida da população urbana e rural, até seu declínio, na década de 1990. Sua aposta na produção local, com abertura de frentes de trabalho, estimulou o deslocamento de pessoas e produtos, catalisando a ocupação de novas áreas urbanas e de alguns serviços de infraestrutura urbana.

Inicialmente localizadas na antiga zona fabril da cidade, posteriormente as fábricas de conserva acompanharam e influenciaram na ocupação de espaços periféricos àquele núcleo. Esse descolamento ajudou a consolidar e a constituir as zonas a oeste e ao norte da cidade, regiões dos bairros¹ Fragata e Três Vendas, respectivamente.

O desenvolvimento da indústria fabril conserveira nesses diversos locais envolveu a construção planejada, em maior ou menor grau, de edifícios-sede. O trabalho procura registrar estes diversos exemplares arquitetônicos, destacando aqueles com uma intenção de projeto mais elaborada. Essas estruturas, apesar do abandono, conservam importantes vestígios materiais de uma cultura agroindustrial significativa na trajetória econômica e urbana de Pelotas.

O trabalho tenta buscar estes vestígios, ainda presentes no interior de diversas fábricas cujos parques entraram em desuso. Equipamentos corroídos, relógios-ponto parados, latas vazias, caixas e papéis constituem um conjunto de elementos inter-relacionados, capazes de evidenciar as etapas de fabricação, desde a chegada da matéria-prima até as tecnologias empregadas, entre outros aspectos. Tais elementos confirmam a noção de patrimônio industrial como “um campo de investigação vivo”, não limitado “a um conjunto de bens arquitetônicos que se detém sobre máquinas, equipamentos e instalações e móveis, onde se processou a produção industrial.” (MELLO e SILVA, 2006, p.1)

A pesquisa desta cadeia produtiva permitiu observar ainda aspectos da movimentação da economia local e regional, responsáveis pela projeção da cidade

¹ Conforme o professor Sidney Gonçalves Vieira, o bairro, em uma cidade, é fruto da territorialidade e da identidade, e trata-se, do ponto de vista da estrutura urbana, da menor unidade de vizinhança daquela. Seus limites podem ser determinados por suas características físicas ou artificiais ou ainda por sua identidade. No caso de Pelotas, as regiões administrativas (macro e micro) previstas no seu III Plano Diretor (Lei Municipal Nº 5.502, de 11 de setembro de 2008) são “invenções legais”, criadas apenas para fins de planejamento urbano, visando resolver uma discrepância de delimitações territoriais locais, verificada no Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

de Pelotas a uma posição destacada, em nível nacional, no setor conserveiro. Essa projeção chegou a lhe conferir, informalmente, a fama de “Capital do Pêssego”, na década de 1970.

A agroindústria conserveira urbana, evidenciada como elemento articulador de processos socioeconômicos significativos para a configuração da estrutura urbana de Pelotas, constitui a questão direcionadora da investigação. O questionamento está calçado no estudo da expansão urbana local, procurando estabelecer relações entre as localizações das unidades fabris encontradas no tecido urbano e a estruturação de novos núcleos habitacionais. Em específico, o estudo encontra no crescimento e consolidação dos bairros Fragata e Três Vendas elementos que sinalizam respostas à arguição levantada.

Os bairros Fragata e Três Vendas são caracterizados por terem dois acessos históricos como elementos responsáveis pelo seu desenvolvimento. Ao passo que estas duas “entradas da cidade” foram importantes para o crescimento destas zonas urbanas, também foram fatores decisivos para o deslocamento das fábricas do setor conserveiro, quando de seu deslocamento da zona central e portuária – movimento relacionado à expansão urbana de Pelotas.

O recorte temporal foi delimitado não somente em função dos acontecimentos de evolução urbana, correlatos ao período de crescimento e auge da indústria conserveira do pêssego. Também foi estabelecido em observância à questão cronológica, pois a disponibilidade de depoentes e entrevistados obedece à limitação etária. O fim do recorte, por sua vez, corresponde ao período de recrudescimento da cadeia conserveira de pêssego. O recorte temporal não foi aplicado, porém, ao inventário, que procura, antes, registrar a totalidade das fábricas urbanas de conserva de pêssego.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. Os capítulos I, II e IV seguem a metodologia do “estudo da evolução urbana”, baseado na contribuição acadêmica da arquiteta e urbanista Dóris Maria Müller. A utilização de recursos iconográficos como aspectos integrantes na construção de uma narrativa é uma característica da obra de Müller. Valendo-se de mapas, fotografias, quadros e tabelas, este método de estudo urbano privilegia abordagens da geografia e da

economia. Tal abordagem também se deve à natureza da formação do autor, como geógrafo. O Capítulo III consiste na explicação da metodologia utilizada no inventário (2º volume), que é específica.

O Capítulo I, “Cenário brasileiro do Pós-Guerra”, busca descrever, de forma objetiva, a conjuntura política do País, do Estado e do Município, bem como a estrutura urbana vigente em Pelotas ao final da década de 1940, na década de 1950 e em meados da década de 1960. Este capítulo, novamente, apoia-se no método de análise de Dóris Maria Müller. São utilizados ainda autores que enfocaram a industrialização, o desenvolvimento econômico e a evolução urbana, como o economista Paul Singer (1977) e as historiadoras Beatriz Ana Loner (2001) e Sandra Jatahy Pesavento (1985). Paul Singer foi referência no estudo da evolução urbana, a partir da análise das relações econômicas e sociais e de suas consequências, no meio capitalista. Loner foi referência por suas observações quanto ao caráter de polo industrial das cidades de Pelotas e Rio Grande. O trabalho de Pesavento, por seu estudo histórico da indústria sul-rio-grandense.

Como documentação, o capítulo recorre sobretudo aos relatórios e projetos técnicos elaborados pelo Escritório Saturnino de Brito. Contratado em 1927, o renomado engenheiro sanitaria elaborou um programa abrangente de projetos, a ser executado em etapas. A partir de 1929 – data de falecimento de Saturnino – o trabalho foi continuado por seu filho, que tomou a frente do Escritório. A excelência de seus projetos impôs racionalidade à evolução urbana de Pelotas e teve fortes influências na elaboração do I Plano Diretor Pelotas de 1968. Serão estudadas especialmente as obras planejadas nas etapas de 1927 e 1947, pela influência no recorte adotado.

Informações sobre as condições da infraestrutura urbana no período citado foram coletadas na imprensa de época, através de jornais locais, especialmente os periódicos **A Alvorada** e **Diário Popular**. O primeiro era uma folha mais centrada nos acontecimentos locais, direcionada às minorias sociais e ao operariado, e que divulgava com mais veemência os problemas encontrados nas vilas e bairros de Pelotas. O segundo – que ainda circula – era voltado para as camadas privilegiadas da sociedade, e também mais abrangente no relato dos acontecimentos mundiais.

Artigos, dissertações e teses também se tornaram importantes para a investigação, na medida em que o trabalho avançava. Destacam-se como referenciais sobre legislação urbana, políticas públicas e o estudo do espaço urbano pelotense os seguintes trabalhos: **Ordenanças Urbanas e Ideia de Cidade: o primeiro e segundo Plano Diretor de Pelotas e os temas de urbanismo do século XX** (2012), dissertação de Roberta Taborda Santa Catharina; **Do Projeto Urbano à Produção do Espaço: morfologia urbana da cidade de Pelotas** (2002), tese de Paulo Roberto Rodrigues Soares sobre a produção morfológica da cidade e suas derivações; e **A Cidade Fragmentada: o planejamento e a segregação social** (2005), de Sidney Gonçalves Vieira, um referencial sobre o espaço urbano pelotense.

As etapas de desenvolvimento econômico em Pelotas anteriores ao crescimento do setor conserveiro e de suas agroindústrias na década de 1950 foram embasadas em pesquisas de cunho histórico que privilegiam a evolução do espaço construído e a formação econômica da região sul do Estado. Serviram de referência, especialmente, as publicações: **Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas** (1999), tese de Ester J. B. Gutierrez; **Habitação popular em Pelotas (1888 – 1950): entre políticas públicas e investimentos privados** (2006), tese de Rosa Maria Garcia Rolim de Moura; e **Espaço Construído e a Formação econômico-social do Rio Grande do Sul** (1984), dissertação de Glenda Pereira da Cruz.

O Capítulo II, “Patrimônio Agroindustrial Urbano”, apresenta os referenciais teóricos que fundamentam o processo de identificação deste patrimônio. Além disso, nele serão tratados os primórdios da indústria conserveira, os condicionantes do espaço fabril, os métodos de comercialização e a mão de obra empregada.

Quanto à pesquisa sobre patrimônio industrial, textos com abordagem teórica que ajudassem a identificar o papel da indústria no contexto cultural serviram de parâmetros. Nessas questões foram importantes as obras **Alegoria do Patrimônio** (2006), de Françoise Choay, e **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauro** (2008), de Beatriz Mugayar Kühl. Foram referenciais também os artigos: **Patrimônio Industrial: passado e presente** (2006), de Leonardo Melo e Silva; **Falências, ruínas e salvamentos** (2006), de

Patrícia Mariuzzo; ***As indústrias Matarazzo: patrimônio industrial no interior paulista*** (2003); de Henrique T. Vichnewski; ***Mapeando o Patrimônio Industrial de São Paulo*** (2006), de Paulo Roberto R. Fontes; e ***O doce pelotense como patrimônio imaterial: diálogos entre o tradicional e a inovação*** (2008), de Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, Fábio Vergara Cerqueira e Flávia Maria da Silva Rieth.

Quanto ao estudo do setor conserveiro do pêssego, foram fundamentais as publicações informativas editadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul através da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) e da Secretaria de Indústria e Comércio (CEDIC), como: ***Perfil do pêssego – 1975; Indústria de conservas de alimentos vegetais no Rio Grande do Sul*** (1973) e ***Enlatados de frutas e legumes*** (1975). Publicações técnicas editadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) não foram usadas como referência por dizerem respeito a questões de cultivo, manejo e cuidados com o pomar de pêssego, não diretamente atinentes ao assunto focado.

De outra parte, devido à ausência de material específico, alguns dados históricos sobre o setor conserveiro do pêssego foram obtidos por fontes diversas. O importante manuscrito ***Notícia Descritiva de Fábricas de Pelotas*** (1911), de autoria de Alberto Coelho da Cunha, do acervo da Bibliotheca Pública Pelotense, forneceu informações sobre algumas antigas fábricas. A consulta à bibliografia, especialmente antigos álbuns e publicações comemorativas, forneceu outros dados. Destaca-se a consulta às obras: ***O Estado do Rio Grande do Sul*** (1916), de Monte Domecq & Cia.; ***Álbum de Pelotas – Centenário da Independência do Brasil (1822-1922)***, organizado por Clodomiro Carriconde; ***O Rio Grande do Sul: obra histórica, descritiva e ilustrada*** (1922), de Alfredo Rodrigues da Costa e ***Aspectos gerais de Pelotas*** (1940), de Fortunato Pimentel.

O Capítulo III, “Inventário do Patrimônio Agroindustrial Urbano do Setor Conserveiro de Compotas De Pêssego de Pelotas”, explicará os passos metodológicos específicos utilizados na elaboração deste. Além disso, serão feitas reflexões acerca dos dados obtidos. A elaboração de um inventário como parte do presente trabalho foi uma decisão tomada em consideração à importância do registro dessas agroindústrias de Pelotas, bem como contribuição para futuras reflexões no estudo do tema.

Como estratégia de pesquisa, no sentido de obter registros da memória do setor conserveiro, o uso de material visual relativo foi de extrema importância. Dentre as fontes iconográficas, os rótulos, com sua arte, composição e colorido, representavam as “marcas registradas” das empresas, o diferencial que as distinguiu das demais agroindústrias. Quanto às fotografias, são objetos fundamentais, por capturar momentos de trabalho, lazer, confraternização, enfim, fragmentos da vida na fábrica. Algumas revelam eventos organizados por industriais do setor conserveiro, nos quais empresários de outros ramos se faziam presentes. Era “uma forma de prestígio para com o setor conserveiro, ter nomes importantes da indústria pelotense em seu meio.”² (FERREIRA, 2014) A presença das fábricas em exposições também era registrada por fotografias, pois, além da participação, era uma vitrine para as empresas que podiam investir em divulgação.

O registro fotográfico da empresa em funcionamento, com todos os setores trabalhando, também era motivo de orgulho dos proprietários de agroindústrias. Fotografias externas da fábrica expunham o progresso do negócio, representado pelo aumento da área construída; tamanho da chaminé – considerado sinal de desenvolvimento industrial.

Considerando o enfoque de recuperar a trajetória desta agroindústria urbana e suas relações na estruturação e formação dos bairros, foram utilizadas entrevistas, semiestruturadas, com pessoas que viveram o dia a dia desses estabelecimentos trabalhando, como: operários, prestadores de serviços, produtores de pêssegos, filhos e familiares de ex-industriais e ex-operários. Os depoentes, em geral, colaboraram, narrando suas histórias e memórias de trabalho nessas agroindústrias. Houve aqueles que se negaram a falar sobre o assunto, alegando que era penoso relembrar momentos, por vezes, de insucessos em seus negócios.

As entrevistas constituem ferramentas eficazes na busca de informações não registradas, pois, além de possibilitarem o enfoque de um tema específico, “[...] o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto [...]” (GIL, 2008, p.120). Assim, os depoimentos colaboraram com a revisão de elementos do cotidiano dessas agroindústrias que, geralmente, não aparecem em registros escritos e iconográficos, pois a maioria dos relatos, além de tratarem de experiências

² Darci Ávila Ferreira, consultor de *marketing*, entrevistado em 21 maio 2014.

vividas pelo sujeito, apresenta uma temporalidade própria, pautada por eventos relevantes na vida do entrevistado.

Os materiais iconográficos (fotografias, rótulos etc.) atuam, comumente, como elementos ativadores da memória, evocando inclusive outras lembranças. A anexação de uma informação oral ao registro visual permite “[...] estabelecer uma série de relações e interpretações que possibilitam enriquecer a reconstrução do fenômeno estudado [...]” (SIMSON, 1991, p.19) Importante mencionar que o trabalho reúne elementos, especialmente gráficos, como os rótulos, que bem podem suscitar pesquisas específicas, capazes de explorar em profundidade outros aspectos, em outras investigações.

Ao fazer uso da fotografia e de relatos orais, pretende-se obter “uma visão de conjunto que uma única fonte de dados não permite alcançar.” (SIMSON, 1991, p.21) Uma visão que certamente propicia identificar alguns componentes dessa comunidade, tais como valores socioculturais, técnicas construtivas empregadas, condições econômicas, saberes e práticas desenvolvidas e percepção espacial, fatores decisivos da forma de produção e ocupação do espaço.

Para Halbwachs (1990, p.51), “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva [...]”, porque a memória, segundo o autor, se constitui na relação com os grupos sociais que, de acordo com Bosi (1987, p.17), se caracterizam pelos “[...] grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo [...]” Esses grupos formam suas relações com base em espaços socializados capazes de se imporem como força condutora, já que

A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo (Bosi, 1987, p.17).

Sintomática disto é a observação, nas entrevistas, quanto à facilidade das mulheres em reativar lembranças, por exercitarem a associação dos fatos à história de vida familiar, por exemplo: “[...] quando nasceu nosso primeiro filho; [...] foi quando tua irmã casou; [...] foi no ano da morte da finada mãe”. Os homens, foi verificado, apresentaram maior dificuldade para guardar detalhes, datas, situações

sobre o trabalho, quando começou, quando terminou. Em face dessa dificuldade, recorriam com frequência ao auxílio das esposas. De acordo com Candau (2002):

[...] podemos deduzir de muitos dados etnográficos que a memória genealógica ou familiar participa da estruturação o tempo doméstico da coletividade, que não se organiza em função dos feitos históricos, senão da recordação dos momentos fortes da história familiar (nascimentos, alianças, mortes, aquisições de terras ou de uma casa³ (CANDAU, 2002, p.39).

Cabe ressaltar que muitos documentos relativos às empresas conserveiras, por razões diversas – entre estas, questões trabalhistas ainda em andamento –, não foram preservados. Boa parte do material iconográfico e da produção escrita da presente pesquisa apareceu a partir das entrevistas. Esse contato pessoal com pessoas envolvidas no dia a dia das indústrias permitiu o acesso a informações relevantes e, por vezes, curiosas. Tais conhecimentos, de outra forma, provavelmente permaneceriam esquecidos.

Por fim, no Capítulo IV, serão apontados os reflexos da distribuição da agroindústria conserveira de pêssego na malha urbana. Para tanto, foi importante o estudo da expansão habitacional da cidade no recorte adotado, com atenção ao surgimento de diversos loteamentos e vilas nos bairros Fragata e Três Vendas, lugar de instalação das fábricas no período.

As principais referências utilizadas foram os relatórios do Saneamento de Pelotas, de autoria do Escritório Saturnino de Brito, editados nos anos de 1927 e 1947, não somente pelo rigor e profundidade do estudo, mas também pelos mapas e quadros elaborados; a tese de doutorado de Paulo Roberto Rodrigues Soares (2002), ***Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000)*** e, novamente, a tese de doutorado de Rosa Maria Garcia Rolim de Moura (2006), ***Habitação popular em Pelotas (1888 – 1950): entre políticas públicas e investimentos privados***, importantes para o entendimento da evolução urbana local.

³ Tradução do autor.

CAPÍTULO I

PELOTAS NO CENÁRIO BRASILEIRO DO PÓS-GUERRA

Terminada a Segunda Guerra, com a Europa praticamente destruída pelo conflito, começava o período da reconstrução, principalmente no campo material. Cidades haviam sido devastadas, bairros inteiros e áreas industriais das grandes cidades do Velho Mundo – as mais visadas pelos bombardeios – sumiram. Com a reconstrução, foi especialmente possível perceber a importância da história da industrialização, que reuniu o desenvolvimento do trabalho intelectual e manual.

As fronteiras foram refeitas, os blocos continentais se fortaleceram e o globo ficou polarizado. No Brasil dos anos 1950, ocorreu impulso para a industrialização e a população urbana alcançou um rápido crescimento. A migração campo-cidade aumentou e os cinturões de pobreza se ampliaram na periferia das cidades. Os jornais acusavam a falta de moradias para o trabalhador, aluguéis caros, salários baixos, ausência de água e luz nos bairros e vilas das cidades, esgotos a céu aberto, transportes insuficientes para a população operária que se distanciava dos seus locais de trabalho:

“[...] Tudo se circunscreve à trilogia: água, luz e esgotos. /Água – uma bica para cada vila [...] / Luz – É deficiente, não resta a menor dúvida. [...] / Esgotos – Nem é bom tocar nisso! Fossas, as famosas fossas condenadas

em Porto Alegre e aqui impugnadas [...], aí estão para modelos de higiene...[...].” (A Alvorada, 05 jul. 1947, p.1)

Nas eleições presidenciais de 1950, os candidatos Getúlio Vargas, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e Café Filho, do Partido Social Democrático (PSD), assumiram levar adiante o programa “Nacional-Desenvolvimentista”¹, que visava estimular a industrialização e emancipar a economia do Brasil (SKIDMORE, 1979).

Nesse governo de Vargas foram criados órgãos, instituições e comissões que contribuía com o impulso nacionalista e os interesses desenvolvimentistas, como a campanha “O petróleo é nosso”, em favor do monopólio nacional, que resultou na criação, em 1953, da Petrobras (D’ARAUJO, 1992).

Após as eleições presidenciais de 1955, assumiram, de 1956 a 1961, o Presidente Juscelino Kubitschek² (PSD) e o Vice João Goulart (PTB). Adotaram medidas que, de certa forma, comprometiam a continuidade do Programa Nacional Desenvolvimentista de Vargas. Estabeleceram, pois, um plano de metas baseado na “industrialização acelerada” de obras de produção e de consumo duráveis, cujos agentes eram o Estado e o capital estrangeiro. Instituíram, além de investimentos em energia e transportes, a expansão industrial³ da região centro-sul, a qual, devido ao aumento de densidade populacional, renda e mercado consumidor, se tornara o centro econômico do país, capaz de receber grandes obras públicas⁴ e promover o crescimento industrial.

No Rio Grande do Sul, durante a Segunda Guerra, vários setores da economia foram obrigados a adaptar-se, a fim de atenderem às necessidades internas. Assim ocorreu com o setor de alimentos, representado por vários

¹“Processo de desenvolvimento econômico baseado, exclusivamente, nas exportações tradicionais e na substituição de importações industriais de consumo, bem como de alguns bens duráveis de consumo e de capital” (CRUZ, s/d, p.2). Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Marta_Vieira_Cruz_artigo.pdf>. Acesso em 21 out. 2015.

² JK defendia a incorporação do novo e do moderno: estradas, hidrelétricas, arquitetura moderna, como a de Brasília, até influência musical (Bossa Nova). Ele acreditava que fosse possível a recuperação do tempo perdido, por isso criara o *slogan* “50 anos em 5”, que significava “50 anos de progresso em 5 anos de realizações” (SCHWARCZ, 2015, p. 415).

³ Nessa expansão incluem-se as agroindústrias artesanais de compotas de pêssegos, instaladas no interior de Pelotas, corresponsáveis pelo desenvolvimento e crescimento econômico do município e região.

⁴ Obras públicas: a construção da capital federal – Brasília –, em 1960, localizada em Goiás, na região Centro-Oeste.

frigoríficos gaúchos, que tiveram uma demanda excepcional nesse período de guerra.

Com aumento das exportações, houve o desenvolvimento do parque industrial rio-grandense. Para que essa expansão permanecesse, após o término do conflito, era necessário incrementar a mão de obra operária. Esse trabalho assalariado, alardeado pelas empresas, e as modernidades urbanas, serviram de atrativo para que trabalhadores rurais trocassem o campo pelas cidades, que cresciam; ou, melhor dizendo, inchavam rapidamente.

Cabe aqui ressaltar que, segundo Singer (1977), o começo da industrialização no Estado deu-se de forma a estabelecer dois núcleos distintos, que não apresentavam relação de dependência econômica direta. Estes polos, Pelotas/Rio Grande e Porto Alegre, negociavam independentemente com as demais regiões. O polo de Pelotas/Rio Grande, especificamente, caracterizava-se pela pequena diversidade de ramos industriais, distribuída em grandes estabelecimentos, destacando-se a tecelagem⁵, curtumes e conservas alimentícias. O polo de Porto Alegre, por sua vez, caracterizava-se por fábricas menores, de produção diversificada.

Os dois núcleos, conforme Loner (2001), formavam um conjunto produtivo bastante dinâmico e promissor. A industrialização, na cidade de Rio Grande, se consolidara com grandes empresas, como a Companhia União Fabril, a Companhia de Tecelagem Ítalo-brasileira e outras, como a Fábrica de Conservas Leal Santos – que, posteriormente, instalou filial em Pelotas.

Ainda que o setor pastoril, representado pela produção de charque e couros, tenha sido o pioneiro na industrialização rio-grandense, em Porto Alegre e em outras regiões do Estado, a industrialização fora impulsionada pelo acúmulo de capital oriundo do comércio de produtos coloniais. Desta forma, a “economia colonial imigrante foi a fornecedora por excelência da matéria prima para a indústria, a ponto de as chamadas agroindústrias (vinho, banha, conservas, farinha e fumo), serem

⁵ “A primeira indústria do Rio Grande do Sul teve origem na cidade do Rio Grande, em 1873, sob o nome de Fábrica Nacional de Tecidos e Panos de Rheingantz e Vater”. PIVA; DA SILVA; LARROSA, 2013. Disponível em <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/13/fabrica-nacional-tecidos-panos-rheingantz-vater.html>>. Acesso em 20 out. 2016.

aquelas que melhor haveriam de caracterizar o parque industrial gaúcho” (PESAVENTO, 1985, p. 34).

Considerando o contexto mundial pós-guerra, a década de 1950 foi de mudanças na estrutura de poder também para o Rio Grande do Sul, principalmente quanto ao atrelamento ao Governo Federal e suas diretrizes político partidárias. Estas diretrizes tinham os mesmos objetivos: incentivar o crescimento da industrialização, resolvendo os problemas de energia e transportes. O desafio maior era, porém, conciliar tais objetivos com a ideologia e as vontades de cada um dos partidos que se alternavam no poder, nas esferas estadual e federal. Verificou-se, no Estado do Rio Grande do Sul, uma verdadeira “dança” entre o PSD e o PTB. Desta forma, as concepções sobre industrialização também se alternavam.

O primeiro governo do PSD pós II Guerra Mundial (1947–1951), acreditava no incentivo à utilização de produtos originários da agropecuária na indústria local. A gestão de 1951 a 1955, apoiada nas idéias do PTB de Getúlio Vargas, por sua vez, apostava no desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial e na melhoria das condições dos trabalhadores da cidade – os quais formavam sua base de sustentação política –, através da geração de emprego para todos.

Os governos do PSD, de 1955 a 1959 e de 1963 a 1966, em seus ideais, voltaram a defender a permanência do homem no campo como fator de progresso para o setor primário e de estabilidade social para o setor secundário. Acreditavam ser esta a forma de conter o êxodo rural, que se intensificava. A governança intermediária (1959–1963) do PTB novamente considerou a industrialização fundamental para os gaúchos, assim como a primazia da sociedade urbano-industrial sobre a agrária tradicional. Este governo foi o responsável pelo início da construção da “Estrada da Produção”, hoje BR 392, rodovia que atravessa o município de Pelotas, utilizada no escoamento de matéria-prima do interior para as fábricas da zona urbana (BACH, 2009). Defendeu, inclusive, a criação de um polo industrial no Estado, através do Gabinete de Administração e Planejamento (GAP), criado em 1960 e encarregado de traçar as normas básicas para o desenvolvimento do setor secundário (PESAVENTO, 1985, p.107-108).

No período de 1947 a 1966, o Rio Grande do Sul escolheu cinco governadores, sendo dois do PSD e dois do PTB. Com isso, não foi estabelecida

uma continuidade programática. O setor industrial foi um dos que sofreram com esta instabilidade. Em suma, a industrialização no Rio Grande do Sul, embora alavancada pelo pós-guerra, apostou na mão de obra para manter o ritmo produtivo, incentivou o emprego de matérias-primas alternativas⁶ (gasogênio em substituição ao petróleo) e buscou amenizar o êxodo rural, beneficiando, alternadamente, a tradição agrária e a sociedade urbana.

Em meados da década de 1960, o Brasil sofreu profunda mudança em sua organização política, resultando em um período autoritário, economicamente caracterizado por empréstimos de capital estrangeiro. O país passou a contar com um parque industrial variado, nos moldes de um capitalismo marcado pela intervenção de outros países, desenvolvidos.

Em Pelotas, a política no Paço Municipal seguia, assim como nos governos estadual e federal, o revezamento entre o Partido Social Democrático (PSD), eleitos para os períodos de 1948 a 1951 e de 1956 a 1959, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para as gestões de 1952 a 1955 e de 1960 a 1963.

A Prefeitura Municipal se deparava com dificuldades nos transportes públicos e com uma crise habitacional que ocasionaria a povoação de áreas periféricas do tecido urbano, distantes do centro urbano e ainda carentes de infraestrutura. As reivindicações se transformavam em queixas alardeadas pelos jornais:

Nessa marcha a população pobre, que antes habitava dentro do perímetro urbano, foi obrigada a procurar refúgio nos arrabaldes, nas longínquas vilas, ainda mal servidas por transportes, água e luz, lutando com o barro e outros fenômenos próprios da situação (**A Alvorada**, 27 set. 1952, p.1).

Gradativamente, “Pelotas foi afastando do seu centro urbano, os menos favorecidos da fortuna, jogando-os para as vilas distantes, sem conforto, sem transportes coletivos, sem luz e sem calçamento” (**A Alvorada**, 16 fev. 1957, p.1). A cidade fragmentava-se, social e espacialmente, conforme afirma Sidney Vieira:

[...] Pelotas não foge às regras de crescimento urbano, impostas pelo capitalismo e que se reproduzem em toda parte. A valorização de lotes, forçando as camadas mais pobres da população a se afastarem do centro, como local de moradia, indo localizar-se nas periferias, sem infra-estrutura,

⁶ Gasogênio, um quebra-galho do tempo da guerra para a falta de gasolina. In: CARRO ANTIGO [sítio eletrônico]. Disponível em: <http://www.carroantigo.com/portugues/conteudo/curio_GASOGENIO.htm>. Acesso em 20 mar. 2016.

reproduz um modelo de crescimento em que impera a lógica do mercado de terras urbanas próprias do capitalismo” (VIEIRA, 2005, p. 93).

O problema de moradia persistia, com o fluxo contínuo de migrantes que vinham para Pelotas, atraídos pelo trabalho temporário nas indústrias conserveiras, e não mais regressavam às suas origens. Gente que trocava a hospedagem provisória pela moradia permanente e gradativamente chamava para a cidade os familiares, amigos e vizinhos. Enfim, uma pequena comunidade que passava a requerer, num curto espaço de tempo, casa, transporte coletivo e demais serviços e infraestrutura urbana.

Por conta dessas demandas, algumas das melhorias básicas acabaram sendo executadas pelas administrações municipais, como o aumento da área pavimentada e qualificação da existente, a ampliação da rede de água e esgotos, a criação do Departamento de Habitação Popular⁷ e adaptações no sistema de transporte coletivo.

Estas melhorias de cunho político-administrativo, embora nem sempre eficazes, procuravam amenizar alguns dos inúmeros problemas provocados pelo aumento populacional, em meados do século XX, na área urbana de Pelotas.

⁷ Responsável pela construção de casas populares. Era subsidiado por uma olaria e uma pedreira municipais.

1.1 Zona rural e expansão urbana

O município de Pelotas, hoje com uma área de aproximadamente 1.610km², localiza-se na Região Sul do Brasil, no sudeste do Estado do Rio Grande do Sul. Tem, a noroeste, os primeiros contrafortes da Serra dos Tapes, em sua área colonial. A sudeste, possui uma área de planície, banhada pela Laguna dos Patos e o Canal São Gonçalo, fazendo divisa com o município de Rio Grande (Figura 1).

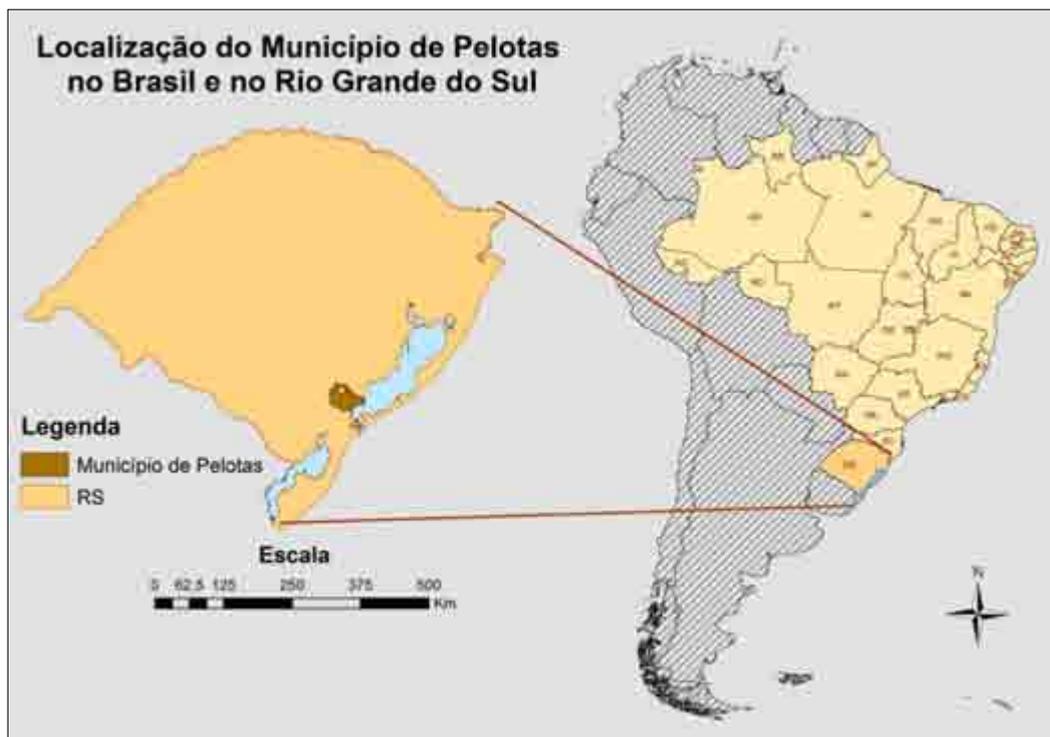


Figura 1 – Mapa de localização do Município de Pelotas – Rio Grande do Sul – Brasil.

Fonte: Viviane Spiering. 2016.

Pouco antes do período estudado, em 1947, um trabalho encomendado pelo Município de Pelotas e realizado pelo Escritório Saturnino de Brito¹ demonstrou que a cidade, com área de 3.156 km², contava com 43.390 habitantes na zona rural e 70.110 moradores na zona urbana. Apresentava como limites os municípios de São Lourenço do Sul, Canguçu, Arroio Grande e Rio Grande. Mantinha uma divisão

¹ ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, com base em “Explanação Geral Sobre a Situação Econômica das Populações Rurais de Pelotas Relacionadas com as Condições Geofísicas e Agrícolas do Município”, publicada pela Escola de Agronomia Eliseu Maciel em seu Boletim nº 27 (out. 1940). (ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1947, p.47 e 48).

administrativa composta por distritos e subdistritos, distribuídos conforme o Mapa do Município (Figuras 2 e 3).

Distritos	1º Sede	2º Dunas	3º Capão do Leão
Subdistritos	Urbano Suburbano	Dunas Cerrito Alegre Santa Silvana	Capão do Leão Santa Eulália Quilombo

Figura 2 – Quadro da Divisão Administrativa do Município de Pelotas. RS. 1947.
Fonte – Elaborado pelo autor com base em ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1947, p.52.

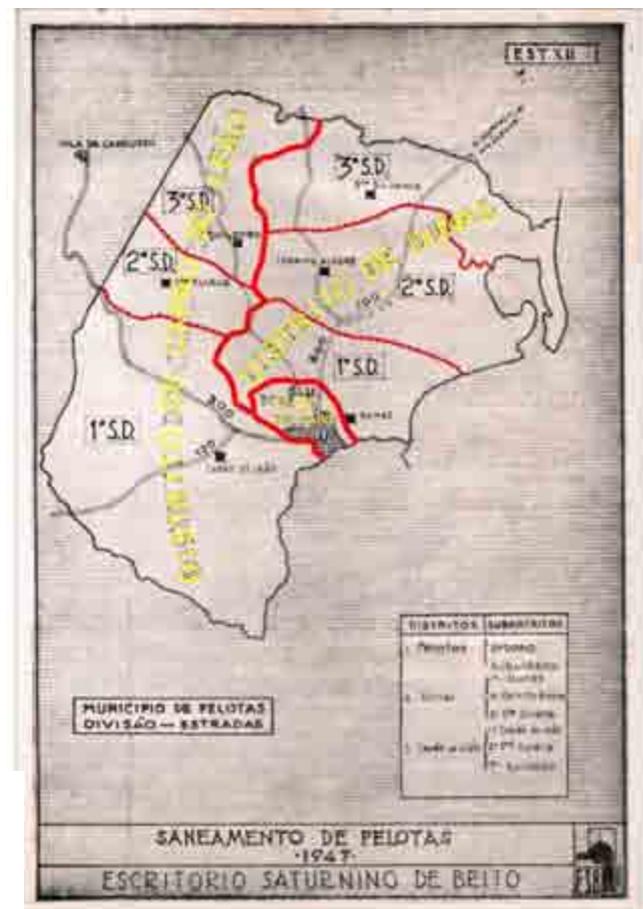


Figura 3 – Mapa do Município de Pelotas. RS. Divisão Administrativa. 1947.
Fonte: ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1947, p.52. Editado pelo autor, 2017.

Com relação às propriedades do solo, o município foi dividido em duas regiões distintas: uma região noroeste, eminentemente agrícola, com solo acidentado, de formação granítica, no escudo cristalino; e uma região sudeste, quase que exclusivamente pastoril, composta por terreno sedimentar, na planície costeira.

Essas diferenciações geofísicas se refletem nas características de ocupação, propiciando o surgimento de modos de vida bastante característicos, bem como

usos diferenciados do solo. Na zona agrícola localizava-se a pequena propriedade, sustentada principalmente pela fruticultura (pessegueiro e videira), onde estavam situadas as várias colônias do município, compostas por descendentes de povos germânicos, franceses e ítalos. Na zona pastoril encontrava-se a grande propriedade pastoril e, mais tarde, também orizícola, bem como a área urbana. Era constituída essencialmente por populações luso-brasileiras (Figura 4).



Figura 4 – Mapa do Município de Pelotas. RS. Zona Agrícola e Zona Pastoril. 1947. Fonte: ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1947, p.8. Editado pelo autor, 2017.

Na década de 1960, a divisão distrital de Pelotas sofreu alterações, quando foram instalados “[...] os dois novos Distritos rurais do município: o 9º Distrito – Monte Bonito e o 10º Distrito – Arroio do Padre” (**Diário Popular**, 02 jun. 1966, p.6). O mapa da Figura 5 mostra a configuração distrital que vigorou de 1966 a 1982, quando iniciaram as emancipações de distritos e áreas.



Figura 5 – Mapa do Município de Pelotas, RS. Divisão Distrital em 1966.
 Fonte – Acervo Secretaria da Agricultura, 13ª Delegacia Regional – Pelotas, RS.

Expansão Urbana

Examinando-se a planta da cidade de Pelotas percebe-se que a ocupação da cidade foi definida por dois arroios, um canal e duas estradas. Encontram-se, além dos limites urbanos, as áreas suburbanas, formadas pelas inúmeras vilas² ocupadas pela população migrante da zona rural e de municípios vizinhos. Observam-se também as tendências de crescimento da cidade, principalmente, na direção oeste, onde o Bairro Fragata apresentou grande expansão, na década de 1970.

O crescimento populacional do Município de Pelotas, entre 1920 e 1950, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocorreu nas zonas urbana e rural de formas distintas (Figura 6)³ acentuando as diferenças existentes.

² Vilas: agrupamento de pequenas habitações localizadas em ruas de um loteamento (parcelamentos de terras que apareceram no início do século XX em Pelotas e que constam no **Código de construções e reconstruções**, de 1915, cap. VII, artigo 41. P. 24. Pelotas: Guarany, 1920.

³ Recenseamento geral do Brasil, realizado em 1920, volume IV, 1ª parte, publicado em 1926. Em 1930 não houve recenseamento por problemas de ordem interna (Revolução de 30). IBGE: Censos demográficos – 1920, 1940 e 1960.

População / Anos	1920	1940	1950
Urbana	48.225 (58,6%)	66.293 (63,4%)	81.863 (64,1%)
Rural	34.069 (41,4%)	38.260 (36,6%)	45.778 (35,9%)
Total	82.294	104.553	127.641

Figura 6 – Distribuição Populacional urbana e rural. Pelotas. RS.
Fonte – IBGE. Censos Demográficos – 1920, 1940 e 1960.

Conforme a Figura 6, havia um predomínio da população urbana sobre a rural. Observa-se também que a população urbana no período de 1920 a 1950, cresceu 69,7%, isto é, 33.638 pessoas passaram a residir na cidade, possivelmente atraídas pelas condições socioeconômicas favoráveis que Pelotas apresentava nesse período. O mercado de trabalho, fortemente impulsionado pela indústria de alimentação e seus derivados, gerava uma auspiciosa cadeia de trabalho direto e indireto, bem mais diversificada que na zona rural e em municípios vizinhos. A cidade contava, em 1947, além de indústrias de alimentação como frigorífico, matadouro, moinho, fábrica de conservas, fábrica de óleo, com “indústrias como o sabão e velas, de papel e papelão, curtumes, fábrica de tecidos, adubos, engenho de arroz, etc.” (ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1947, p.41). Conforme Singer:

“Uma vez iniciada a industrialização de um sítio urbano, ele tende a atrair populações de áreas geralmente próximas. O crescimento demográfico da cidade torna-a, por sua vez, um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo, o que passa a constituir um fator adicional de atração de atividades produtivas que, pela sua natureza, usufruem de vantagens quando se localizam junto ao mercado de seus produtos. [...] Nesse contexto, as migrações internas [...] não parecem ser mais do que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas” (SINGER, 1975, p. 32 e 33).

Essa estrutura de economia urbana favorável decorrente de “[...] um parque industrial tradicional, com atividades industriais predominantemente do ramo alimentício, [contava também com] um setor terciário e de serviços bastante expressivo” (MOURA, 1998, p.49-50). Tudo isso possivelmente contribuía para a permanência de novos grupos populacionais em Pelotas. Os mapas da Figura 7 mostram a evolução urbana entre os anos de 1949 e 2008.

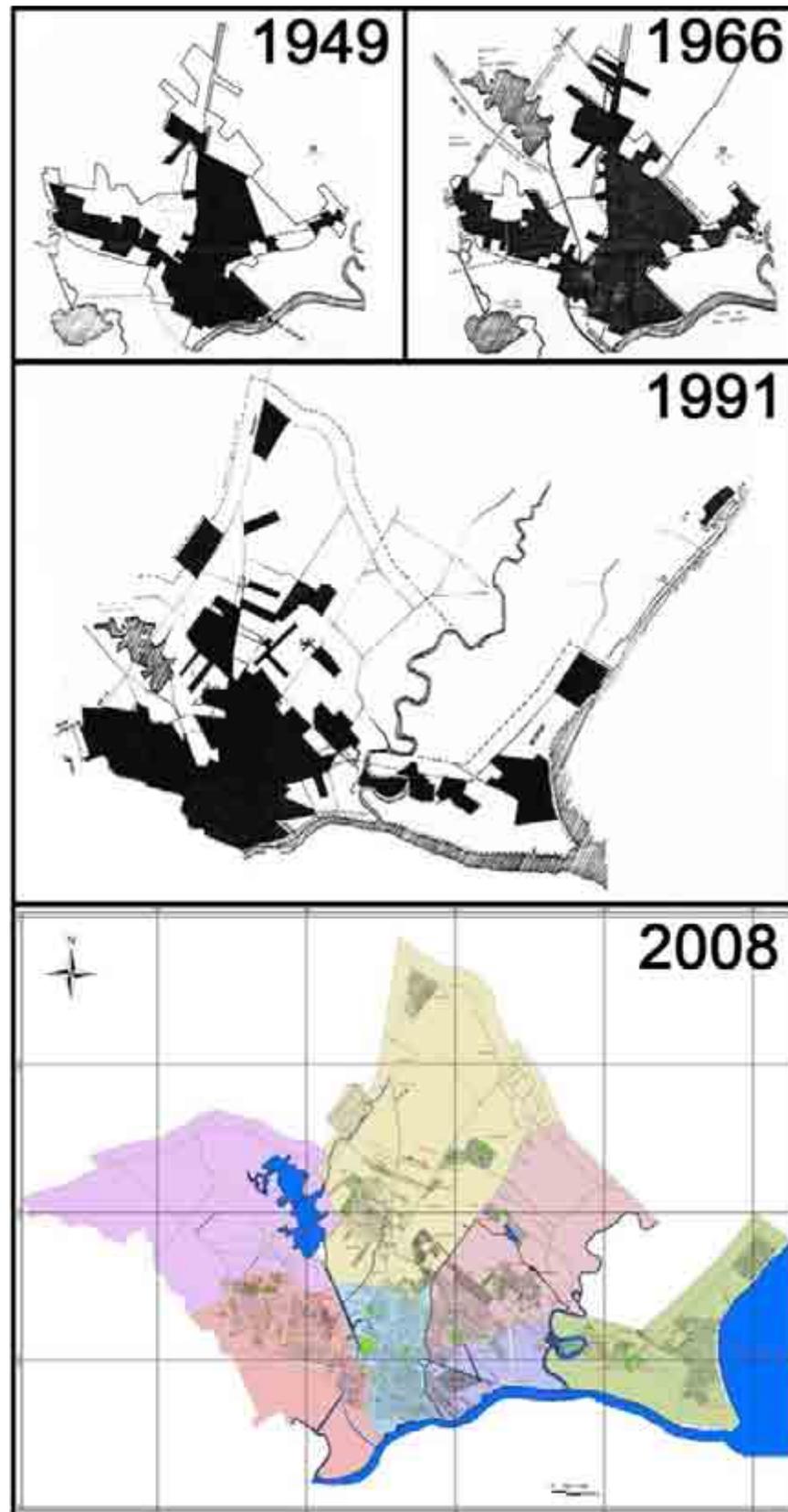


Figura 7 – Mapas de Evolução Urbana de Pelotas, proporcionais em escala.
Fonte: Elaborado pelo autor com base em Diagnóstico – Evolução Urbana. Núcleo de Planejamento Municipal (NUPLAM), 1995, e em Mapa Urbano – Prefeitura Municipal de Pelotas, 2008.

Em conformidade com o modelo de crescimento urbano de Doris Müller, a cidade de Pelotas crescia, as indústrias se desenvolviam, o comércio se apresentava com varejos e atacados fortes. Depósitos de produtos coloniais e armazéns de secos e molhados⁴ (entrepósitos) se localizavam nas principais entradas da cidade, os bairros Fragata e Três Vendas⁵.

A área central da cidade, densamente ocupada, não comportava levas de migrantes por dois motivos básicos: a falta de moradias e, sobretudo, o alto custo dos aluguéis. A essa população que aspirava se tornar “operária”, restavam os campos de várzeas. Espaços situados nas áreas periféricas, a oeste e norte, especialmente, passaram a ser fracionados, dando origem a loteamentos e vilas, conjuntos urbanos e suburbanos que se localizaram, principalmente: 1) a oeste da cidade, ao longo da Avenida Daltro Filho (atual Avenida Duque de Caxias), limitados pelo Arroio Santa Bárbara e a estrada de ferro Pelotas-Bagé; 2) ao norte da cidade, junto às estradas do Retiro e da Barbuda, limitados pela estrada de ferro Pelotas-Canguçu.

Como muitos desses operários, oriundos da zona rural, tinham trabalhado em fábricas na colônia, o processo industrial conserveiro lhes era familiar. Esse conhecimento, aliado à escassez de mão de obra citadina, incentivou tanto o transporte diário de safristas como a ocupação de áreas próximas às indústrias.

Foi essa população migrante, transformada em mão de obra industrial urbana, centrada principalmente na agroindústria conserveira, que passou a viver nas proximidades das fábricas de compotas de pêssego, as quais se localizavam na periferia, principalmente nos bairros Fragata e Três Vendas.

Essas novas ocupações, assim como outras mais antigas, eram bastante deficitárias em termos de infraestrutura e serviços urbanos. Em 1948, o jornal **A Alvorada** (28 ago. 1948) denunciava a falta de iluminação na Vila Santa Terezinha, uma das mais antigas e populosas do Bairro Três Vendas.

⁴ Armazéns que vendiam “de tudo”, desde ferramentas, alimentos, até “fazendas” (como eram denominados os tecidos na época).

⁵ A própria denominação nos remete à existência de três casas de comércio, verdadeiros depósitos coloniais localizados estrategicamente na convergência das principais entradas e saídas da cidade pela zona norte: Barbuda, Corredor das Tropas e Terras Altas (RENK, Gilfredo *in*: Informativo Zona Norte, Pelotas, 1992, s/n. p.2).

Outras alterações

Não foram somente expansões que modificaram o território do Município de Pelotas. Na década de 1980, em meio a um surto emancipacionista, Pelotas perdeu alguns de seus distritos históricos⁶. O primeiro deles foi Capão do Leão, o ex-4º Distrito, em três de maio de 1982. O segundo distrito a se desvincular foi Morro Redondo, antigo 8º Distrito, em 12 de maio de 1988. Posteriormente, ocorreu o desmembramento parcial dos distritos de Santa Silvana (anterior 6º Distrito) e Cerrito Alegre (antigo 3º Distrito), em 28 de dezembro de 1995, para criação de um novo município chamado Turuçu⁷. Por último, aconteceu a criação do Município de Arroio do Padre, em 16 de abril de 1996, a partir do desmembramento parcial dos antigos distritos de Arroio do Padre (ex-10º Distrito), Quilombo (anterior 7º Distrito) e Santa Silvana (antigo 6º Distrito). O mapa (Figura 8) mostra a configuração atual do território do Município de Pelotas.

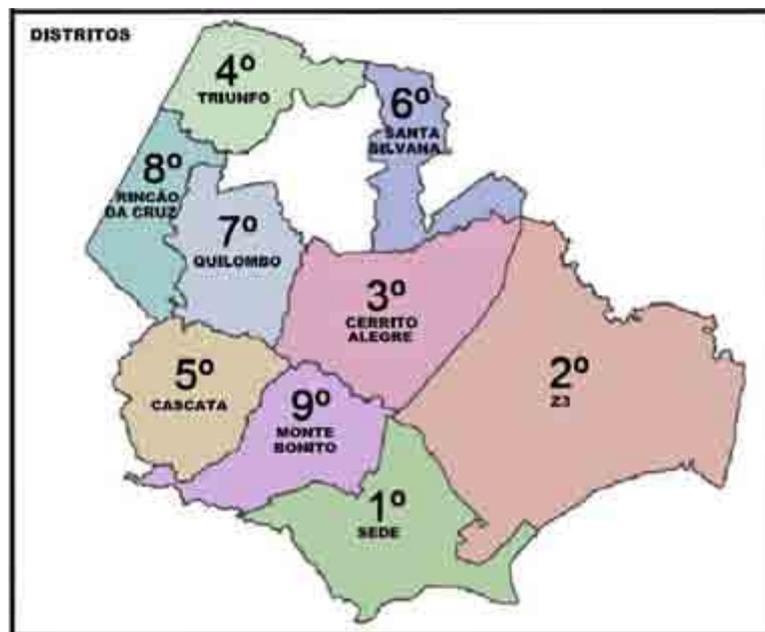


Figura 8 – Mapa do Município e seus Distritos. Pelotas. RS.
Fonte – Editado pelo autor com base em Prefeitura Municipal de Pelotas, 2008.

⁶ O Município de Pelotas, com o advento das emancipações de distritos ocorridas a partir de 1982, teve sua área geográfica significativamente reduzida. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área anterior às emancipações, de 3.018 Km², ficou restrita a 1.610 km², quase metade da superfície.

⁷ Dentre as partes do antigo 6º Distrito (Santa Silvana) emancipadas estavam as localidades de Vila Lange e Turuçu, nome adotado para o novo município.

Como visto, a evolução territorial de Pelotas no período pós-guerra está relacionada com a migração populacional interna, observada a nível nacional no fenômeno conhecido como Êxodo Rural. Na escala urbana, este processo coincidiu com o auge do setor conserveiro local. Em termos quantitativos, o número de unidades produtoras registrado nas décadas de 1960 e 1970 foi o máximo. Na Zona Rural, este auge quantitativo (BACH, 2009) foi verificado na década 1960. Apesar deste pico duplamente verificado nos anos 1960, na década seguinte, 1970, as fábricas coloniais entraram em declínio, ao passo que as situadas na zona urbana mantiveram sua boa fase. Tal etapa impunha a necessidade de infraestrutura adequada, de forma que, no início desta década, foi levada a efeito a criação de um Distrito Industrial⁸. Por outro lado, parte do contingente de trabalhadores demandados pelas fábricas de conservas citadinas pode ter tido origem na migração, visto que a atividade não exigia especialização da mão de obra, tornando o serviço atrativo àqueles sem formação específica⁹. Esta movimentação interna, aliada ao crescimento populacional, gerou demanda habitacional e de serviços básicos, tratada adiante. Neste sentido, a imprensa exerceu papel importante na cobrança junto ao poder público municipal. Este certo 'esvaziamento' da zona colonial também está relacionado com o fenômeno das emancipações, verificado na década de 1980.

⁸ O jornal **Diário Popular** de 23 de agosto de 1971, em sua página 04, noticiava a chegada dos primeiros investidores, empolgados com a visualização da montagem da infraestrutura. Em dezembro daquele mesmo ano foi inaugurada a CICASUL, cuja construção começara ainda em 1970. Oficialmente, a Lei Nº 2.096 de 06 de dezembro de 1973 regulamentou o Distrito Industrial, tornando legal o que já existia de fato.

⁹ Além disso, não havia restrições em relação à faixa etária, tampouco ao gênero dos funcionários admitidos nas funções fabris. Trabalhadoras do sexo feminino constituíam mão de obra preferencial. A cadeia de trabalho do setor conserveiro também foi receptiva com o trabalhador idoso, que muitas vezes não encontrava espaço em outras áreas.

1.2 Abastecimentos de energia elétrica e de água

Passada a Segunda Guerra Mundial, era momento de mudanças, de estruturar a cidade de Pelotas, que crescia com a chegada de novos habitantes. Muitos, vindos da zona rural, começavam a ocupar espaços que, até então, eram várzeas e campos, áreas que passaram a requerer, além de esgoto pluvial e cloacal, água e luz, transporte e calçamento.

No Rio Grande do Sul, as melhorias idealizadas para a capital Porto Alegre serviam de modelo para as demais cidades. Pelotas, que em meados do século XX detinha uma situação econômica consolidada, procurava igualar, ou até mesmo superar, as melhorias – ou novidades – implantadas na capital.

A instalação de infraestrutura urbana se impunha, nas maiores cidades rio-grandenses, como uma urgência, até então desconhecida. Pois, “prover a cidade de serviços básicos e modernizadores, como canalização de águas e esgotos, iluminação, limpeza e assistência pública” era requisito imprescindível para a projeção da “imagem de uma cidade progressista” (BAKOS, 1992, p.76).

Em Pelotas, no pós-guerra, foi dado prosseguimento ao planejamento elaborado em etapas pelo Escritório Saturnino de Brito. Em 1951, a chamada Quinta Etapa foi executada, com obras “que pudessem permitir um aumento de volume de água a distribuir, não só por se encontrarem numerosas vilas sem fornecimento, como para atender a certo desenvolvimento industrial da cidade” (ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1951, p. 19). Medidas político-administrativas visavam manter a cidade atualizada com a vanguarda da infraestrutura, condição historicamente buscada pelas administrações anteriores, com destaque para os governos do intendente Cipriano Rodrigues Barcelos.

A implantação desses empreendimentos urbanos, como fora arregimentada pelo poder público e em parceria com empresas privadas, ocorreu de forma gradativa, lenta, ao longo de várias gestões municipais. Por vezes, mudanças administrativas geraram a descontinuidade dos serviços e a insatisfação da população.

Dentre os empreendimentos urbanos timidamente implantados em Pelotas em meados do século XX, encontram-se a expansão da energia elétrica, de

transportes, de calçamento, do abastecimento de água e a criação do Distrito Industrial.

Abastecimento de energia elétrica

Como Pelotas crescia e a industrialização começava a se desenvolver, principalmente no ramo de alimentos, era necessário dotar a cidade de “Tração, Luz e Força” (AXT, 1996, p.155). Os serviços de iluminação pública e distribuição de energia elétrica foram inaugurados em 1914. Os primeiros bondes elétricos passaram a circular a partir de 1915 (Figura 9).



Figura 9 – Chegada dos primeiros bondes elétricos em Pelotas. RS. (20 out. 1915).
Fonte: Almanaque do Bicentenário de Pelotas Vol.2, 2014, p.44.

Para um estado que queria investir na industrialização, resolver o problema crônico de energia era fundamental, colocando a questão energética como uma das prioridades para o desenvolvimento, não apenas industrial, mas da economia rio-grandense como um todo. Eram apontadas pela imprensa local especialmente as deficiências de fornecimento da energia elétrica:

“Problema Da Falta De Luz – [...] **esse assunto é velho**, e a seu respeito muitas vezes temos falado. Entretanto, a empresa estrangeira que explora os referidos serviços, com flagrante pouco caso para os problemas pelotenses, não se preocupa em resolver a situação, ou, ao menos, em minorá-la” [grifo do autor] (**Diário Popular**, 29 jan. 1948, p.3).

Por isso, já em 1947, com o objetivo de sanar e corrigir o ineficiente serviço prestado aos gaúchos por companhias estrangeiras, foi criada a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE)¹ (PESAVENTO, 1985).

A produção industrial em Pelotas nos anos de 1940 a 1945 (Figura 10), segundo o Relatório de Saturnino de Brito (1947), evidenciava certa expansão:

Ano	Estabelecimentos	Operários
1940	210	2.799
1941	221	3.155
1942	310	4.764
1943	359	5.463
1944	366	7.157
1945	362	6.850

Figura 10 – Desenvolvimento Industrial de Pelotas. RS. 1940-1945.
Fonte: Elaborado pelo autor com base em SATURNINO DE BRITO, 1947, p.53.

Este relatório evidencia o surgimento de 152 novos estabelecimentos industriais e a ampliação de 2,4 vezes da mão de obra empregada. Nota-se também que em 1945 houve uma pequena redução, em relação ao ano anterior, no número de estabelecimentos e operários. Segundo o Escritório Saturnino de Brito, as indústrias de maior produção em 1947 eram as da alimentação, representando 63,5% do valor produtivo, em termos financeiros.

No início da década de 1950, os serviços de energia elétrica prestados em Pelotas passaram a registrar sérios problemas. Nas vilas e bairros, a falta de eletricidade ocorria por horas e dias inteiros, favorecendo um tipo de comércio específico, em que velas e lampiões escasseavam (**Correio do Povo**, 03 abr. 1951). Um detalhe interessante: a zona central era poupada desse inconveniente. Essa situação insatisfatória provocava frequentes reclamações que, além de veiculadas em jornais locais, eram denunciadas pela população (Figura 11).

¹ Companhias energéticas estrangeiras no Rio Grande do Sul: 1) *The Rio Grandense Light and Power Syndicate Limited* – capital inglês; 2) Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária da *Electric Bond and Share* – capital americano.



Figura 11 – Bloco Carnavalesco “Salim Abdala”.
Carro “Atrazados Mas Pontual” reivindicando
“Luz”. Pelotas. RS. Meados do Século XX.
Fonte – Almanaque do Bicentenário de
Pelotas, vol. 3, 2015, p.238.

A cobrança por melhor prestação de serviços à comunidade, inclusive do Prefeito Municipal, era constante. No relatório à Câmara de Vereadores, em 1952², o Prefeito, ao abordar o item Força e Luz, faz algumas colocações sobre a ineficiência do serviço prestado pela *Light*³.

[...] até hoje não foi concedida licença a *Light* por sua alta direção, para iluminação da Vila Santa Terezinha, Três Vendas. Posso assegurar aos senhores que se a *Light* der como resposta final que não poderá iluminar aquela vila proletária, onde residem 6.000 pessoas, a Prefeitura está disposta a instalar um motor naquele local e iluminá-lo por conta própria (**Diário Popular**, 01 jan.1953, p.7).

Nesse relatório, o Prefeito, ao comparar o fornecimento de luz e energia em 1944, quando havia 88 indústrias, com o ano de 1951, em que existiam 275 estabelecimentos industriais, concluiu que “[...] o fornecimento de energia à indústria local era insuficiente em 1951. A *Light* em vez de acompanhar o progresso de Pelotas diminuía a potência de sua usina até chegar o racionamento de luz e força” (**Diário Popular**, 01 jan. 1953, p.7).

A falta de diálogo, só trazia desgastes à Prefeitura, ao povo e à prestadora de serviços *Light & Power* (Figura 12). O jornal **A Alvorada** fazia denúncias à *Light* e cobranças à municipalidade, referindo-se à situação da Vila Hilda, no Bairro Fragata, onde os moradores eram:

² Esse relatório, apresentado em final de 1952, foi publicado em 1953 pelo jornal **Diário Popular**.

³ O fornecimento de energia elétrica em Pelotas deu-se através de diversas empresas, que se sucederam ao longo do tempo. Inicialmente ficou a cargo da Buxton, Cassini & Cia. (1912-1917). As sucessões, respectivamente, foram: *The Rio Grandense Light & Power Syndicate Limited* (popularmente conhecida como “*Light*”) (1917-1929); *American & Foreign Power* (AMFORP) (ligada à Companhia Brasileira de Força Elétrica – CBFÉ) (1929-1966); Companhia Pelotense de Eletricidade (CPE) (1966-1972). Finalmente, em 1972 o fornecimento passou à CEEE, ligada ao sistema Eletrosul.

[...] obrigados a penetrar no escuro, caindo nos buracos, enlameando os calçados e arriscando quebrar uma perna. Humano seria se a municipalidade voltasse seus olhares para esses problemas de magna importância, pois são dois problemas imprescindíveis: luz e água. (**A Alvorada**, 18 abr. 1953, p.1).



Figura 12 – Vista panorâmica da Usina *The Riograndense Light & Power Synd. Ltd.* Pelotas. RS. 1931.
Fonte – Acervo Almanaque do Bicentenário de Pelotas.

Esse descompasso entre o triplo crescimento industrial e a redução de 20% no fornecimento de energia, apontado pelo Prefeito (1953), comprometia o funcionamento das indústrias instaladas, desestimulava ampliações e inviabilizava a instalação de novas, ou seja, estagnava a indústria no Município.

O caos energético perduraria por mais alguns anos. Desde 1949, os jornais anunciavam que o serviço de fornecimento de energia elétrica na região passaria a ser alimentado pelas minas de carvão em Candiota, no município de Bagé, de onde partiriam “[...] a série de linhas de transmissão. Pelotas, Bagé, Rio Grande e toda a região sul [capaz de fornecer] energia barata e abundante” (**Diário Popular**, 05 ago. 1949, p.3).

A Comissão Estadual de Energia Elétrica, criada em 1947, propôs para região sul do estado a implantação de uma usina termoelétrica. Construída em parceria com o Governo Federal, em 1961 foi inaugurada a usina “Candiota I” em Candiota, então localidade de Bagé, a qual representa o início do atual complexo termelétrico ali existente.

Em Pelotas, o prazo de concessão da *Light* encerrou em 1966. A Companhia Pelotense de Eletricidade (CPE), subsidiária da Eletrobrás, assumiu o acervo da *Light* e os serviços de eletricidade⁴ (AXT, 1996). Em 1967, a CPE iniciou a construção da usina termelétrica do Porto (Figura 13), que entrou em funcionamento em 1972. Neste mesmo ano, a CPE executou programa de reforma na rede de distribuição de eletricidade, instalando postes de concreto e de madeira.



Figura 13 – Usina Termelétrica do Porto. Companhia Pelotense de Eletricidade. Pelotas. RS. 1972.
Fonte – Revista Manchete, Suplemento Especial, 1972, p.8.

A CPE, em 1972, por determinação da Eletrobrás, foi transferida para a CEEE. Em 1974, em função de mudanças da frequência, a CEEE retirou de operação a Usina Termelétrica do Porto.

As estratégias adotadas para o fornecimento de energia elétrica em Pelotas não foram, ao longo do tempo, incentivadoras da industrialização. O serviço prestado pelos fornecedores, por ser insuficiente às demandas do Município, resultava em constantes reclamações da comunidade, dos governantes e dos empresários. Para suprir integralmente suas demandas, as empresas contavam com motores geradores de energia através de combustão.

⁴ Decreto nº 59.419 de 26 out. 1966 do Presidente da República (cit. por AXT, 1996, p 168).

Abastecimento de água

Prover uma cidade com água potável em quantidade e qualidade apropriadas ao consumo da população e ao abastecimento de serviços requer, na maioria das vezes, esforço político e orçamentário. Em Pelotas, apesar de o município estar rodeado por fontes aquíferas, a situação não foi diferente do fornecimento de energia elétrica. Foi necessário arregimentar, além de empenhos políticos, tecnologia adequada e disponibilidade financeira. Tratava-se de uma sucessão de empreendimentos que deveriam suprir (ou amenizar) as demandas sempre crescentes de uma cidade que se transformava, cada vez mais, de forma acelerada. Cabe lembrar que, entre os anos de 1920 e 1950, a população urbana em Pelotas aumentou em 69,7%. Ou seja, as demandas pelo abastecimento urbano de água potável cresceram tanto no número de domicílios quanto no de serviços, que se multiplicavam.

Assim, as obras do saneamento deveriam priorizar, além do aumento no fornecimento de água, atender a um “certo desenvolvimento industrial que despontava na cidade” (ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1951).

Em 1946, o Escritório Saturnino de Brito, realizou “novos estudos” para a expansão do abastecimento de água e rede de esgotos em áreas recém-ocupadas. Em 1947, apareceram, além dos projetos e orçamentos, algumas constatações, como a identificação da estreita relação entre a indústria alimentícia e a rede fluvial:

Em Pelotas, existe na cidade uma importante indústria em crescimento, a do ramo de alimentação, onde se pode citar o frigorífico, o matadouro, o moinho, fábricas de conservas, fábrica de óleos e outras indústrias como sabão e velas, de papel e papelão, curtumes, fábrica de tecidos, adubos, engenho de arroz etc.. Os principais estabelecimentos fabris se acham nas margens do Arroio Santa Bárbara e do Canal São Gonçalo, o que mostra serem esses locais preferidos em vista das facilidades de transportes (ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1947, p.41).

Independente da concentração de indústrias nas zonas do porto (atendido também por ramal ferroviário) e da Várzea, outras áreas da cidade começaram a ser ocupadas pelas fábricas, fatores de atração populacional que contribuíram para a

formação de vilas nos bairros Fragata e Três Vendas. Essas aglomerações, segundo o jornal **A Alvorada**, também chamavam a atenção da municipalidade:

[...] falta de água nas várias vilas que margeiam a cidade. Não sendo ainda possível estender-se um completo serviço de água, devido a diversos fatores. O Prefeito tem minorado a situação daquelas vilas aumentando o número de bicas⁵ nas vilas Gotuzzo, Santa Terezinha e agora nas vilas Idalina e Elohá (**A Alvorada**, 24 dez. 1948, p.9).

O problema de abastecimento estendeu-se até a década de 1960, sendo a água de importância imprescindível e fundamental para o processamento de conservas, especialmente da cadeia de pêssego⁶. Durante a safra, o consumo diário é bastante elevado, pois a fruta, desde que entra na indústria, necessita estar sempre em contato direto com a água, para evitar danos por oxidação.

Até meados de 1968, havia sérios problemas de pressão, que geralmente coincidiam com o período da safra de pêssegos, o verão, quando o consumo é naturalmente maior. De forma geral, todas as agroindústrias se ressentiam deste problema crônico e, por vezes, eram socorridas pelos bombeiros. Outras vezes, abriam poços artesianos ou buscavam alternativas, como captação em arroios e açudes. Foi o que atestou, em depoimento, um dos produtores, com indústria sediada no Fragata: “Quando o problema de pressão baixava muito, o pessoal buscava água no Arroio Fragata, enchiam vários tonéis e traziam com caminhonetes [...]”⁷.

⁵ Bicas: eram torneiras instaladas pela Prefeitura nas esquinas das ruas principais das vilas, onde os moradores se abasteciam de água para o seu consumo, utilizando baldes, latas e barris para transportar até sua residência. Conforme entrevistados, sempre havia muitas confusões nas filas, por lugares ou com pessoas que vinham de outras vilas buscarem água.

⁶ Água de boa qualidade e abundante é fundamental em quase todo o processamento do pêssego, inclusive para evitar a oxidação da fruta, risco iminente à exposição devido à retirada da pele. Após a classificação e a entrada na linha de processamento, o pêssego passa pela pelagem em solução de água em ebulição e soda cáustica (3%). Depois, é preciso retirar completamente esta soda, com uma rigorosa lavagem em água (temperatura ambiente). A seguir, o descaroçamento (hoje automatizado) e a revisão de possíveis resíduos de pele eram feitos manualmente, apanhada a fruta sempre em banho d'água. Durante as eventuais passagens de uma etapa para outra através de esteiras, o pêssego é mantido úmido por meio de borrifos d'água. Nas latas, a calda recebida é composta, novamente, de água de boa qualidade e açúcar, antes de receberem o lacre na recravadeira. Além disso, estes recipientes passam por esterilização em água fervente e, imediatamente após, rescaldo em água fria.

⁷ Conforme depoimento de Reneu Ribeiro Rodrigues (21 jan. 2014). Ver ficha 28 (Conservas 3R) do volume anexo (Inventário do Patrimônio Agroindustrial Urbano – Setor Conserveiro – Compotas de Pêssego – Pelotas/RS).

Ao final do processamento das frutas, a água (não necessariamente de boa qualidade) era imprescindível também para a realização de uma rigorosa limpeza em todo o espaço fabril. Esse problema de abastecimento seria sanado apenas com a Estação de Tratamento de Água (ETA) Santa Bárbara, concluída e ativa após 1968.

Entre as obras destacadas por Saturnino de Brito (1947) estão a Adução no Arroio Pelotas; a construção do reservatório R.4-T (Rua Andrade Neves esquina com Rua Pinto Martins – Zona Norte); tratamento e filtros; a ampliação dos serviços de água e esgotos na cidade. As ampliações e melhorias do abastecimento de água somaram 16.412m de extensão na cidade (centro e bairros), sendo que 5.482m das canalizações foram executadas nos Bairros Fragata e Três Vendas (Figura 14).

Serviço	Bairro		Extensão
Ampliação	Fragata	Vila Barros, Vila Silva, Vila Canela	1.355m
	Três Vendas	Praça 1º de Maio	0,620m
		Av. Dom Joaquim, Vila Rotschild, Rua Marcílio Dias	1.087m
		Vila Santa Terezinha	1.092m
Melhoria	Fragata		1.328m
Extensão total			5.482m

Figura 14 – Serviços de água executados. Bairros Fragata e Três Vendas. Pelotas. RS. 1951. Fonte: Elaborado pelo autor com base em ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1951, p.33.

Nessa etapa, no serviço de abastecimento de água na cidade, o correspondente a 1/3 da extensão de canos empregados foi investido no Bairro Fragata, beneficiado com 2.683 metros (16%) de canalização, empregados em ampliações e melhorias. O Bairro Três Vendas recebeu ampliações que totalizavam 2.799 metros (17%) de extensão. Percebe-se que os investimentos nos dois bairros foram, praticamente, equivalentes. Para a melhoria do abastecimento de água no Fragata também foram instituídos os troncos 1 e 2. No Bairro Três Vendas, a Vila Santa Terezinha, reduto de trabalhadores, foi favorecida com outro tronco (ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1951).

A realização de serviços nesses bairros ocorreu, provavelmente, por serem os mais populosos e que possibilitavam a expansão (ocupação de áreas adjacentes), o adensamento (ocupação de vazios) e a instalação de indústrias.

Estação de Tratamento de Água Santa Bárbara (ETA Santa Bárbara)

Os projetos do Escritório Saturnino de Brito visavam tornar Pelotas autossuficiente, capaz de suprir sua população urbana de água potável até o ano 2000. Foi prevista uma estação de tratamento, a ser executada em duas etapas, capaz de abastecer 40 milhões de litros diários. Essa obra foi realizada entre os anos de 1965 e 1968, contando com equipamento e montagem do Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE)⁸ e execução da Construtora Pelotense Ltda⁹.

Localizada a 6km do centro da cidade, a Estação de Tratamento de Água Santa Bárbara (Figuras 15, 16 e 17), foi projetada incluindo um grande lago, um parque urbanizado, com recantos para piqueniques e passeios, ou seja, uma estrutura ao ar livre com potencial turístico.



Figura 15 – Estação de Tratamento Santa Bárbara. Pelotas. RS. Construção do dique. 1966.

Fonte – Acervo Serviço Autônomo de Abastecimento de Água de Pelotas (SANEP).

⁸ Serviço Autônomo de Água e Esgotos (SAAE), autarquia municipal criada em 1966 em substituição à Diretoria de Água e Esgotos (DAE, 1956-1965).

⁹ De fato, no primeiro Plano Diretor de Pelotas (1968), dentre as conclusões apontadas no item 14, Serviços Públicos de Infraestrutura, quando do diagnóstico da situação atual (subitem 14.1), estava a necessidade de “considerar como prioritária na implantação de serviços de água, as áreas industriais previstas” (ORPLAN, 1967, p. 132).



Figura 16 – Represa do Arroio Santa Bárbara, cheia d'água. Pelotas. RS. 1972.
 Figura 17 – Estação de Tratamento Santa Bárbara. Prédio e tanques. Pelotas. RS. 1972.
 Fonte – Revista Manchete, Suplemento, 1972, respectivamente, p. 10 e p.11.

Por ocasião da inauguração da fábrica CICASUL, no recém-criado Distrito Industrial de Pelotas, o jornal **Diário Popular** evidenciava as obras realizadas pelo SAAE, em função da instalação da fábrica:

“[...] para que ela surgisse, havia a necessidade de importantes obras de infraestrutura, como redes de água potável, de esgotos e cloacal e, ainda, suprimindo água industrial. ‘Tudo isso o SAAE fez. Ele ajudou a Cicasul a nascer’” (**Diário Popular**, 10 dez. 1971, p.3).

Ademais, como uma forma de “garantia” para as indústrias se instalarem no Distrito Industrial de Pelotas, foi divulgada publicamente¹⁰ pela municipalidade a construção da outra Estação de Tratamento (ETA), que se localizaria no Canal São Gonçalo¹¹. Esta estação, com capacidade para 200 milhões de litros diários de água, era um dos objetivos almejados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgotos.

Em Pelotas, historicamente, a ocupação e habitação dos espaços periféricos antecedeu a oferta de uma infraestrutura adequada pela municipalidade. A cidade crescia e a água “começava a pingar; primeiro nas bicas, e bem depois nas torneiras dos bairros afastados do centro”, na linguagem dos moradores. Prova disso são as críticas e reclamações constantes nos jornais locais. Essas restrições fatalmente se

¹⁰ Informação divulgada nacionalmente no suplemento da **Revista Manchete** (1972, nº 1073, p.10-11).

¹¹ Somente na atualidade a ETA-São Gonçalo está saindo do papel. Sua construção, iniciada em julho de 2015, encontra-se em atraso “devido aos sítios arqueológicos e à transposição do Arroio Fragata, demandas que recebem atenção especial da Autarquia”. Conforme: Prefeitura de Pelotas *in*: Sanep e Enfil S.A discutem andamento da ETA São Gonçalo. Disponível em: <<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxNy0wMS0wNQ==&codnoticia=43839>>. Acesso em 22 mar. 2017.

estendiam também às atividades produtivas, e ao setor industrial como um todo. Até meados do século XX, não se observava uma oferta de infraestrutura adequada à demanda industrial que despontava na cidade. Somente com o delinear do Distrito Industrial, na década de 1970, é que a municipalidade passou a demonstrar certa disposição para encarar o problema da infraestrutura.

1.3 Transportes e pavimentações

Em Pelotas, a necessidade de transporte coletivo, que facilitasse o acesso ao trabalho e o deslocamento, se evidenciou quando as populações migrantes passaram a ocupar as periferias.

Em 1915, como uma solução eficiente para o transporte coletivo de passageiros, a Intendência Municipal e a empresa *Light* substituíram os bondes puxados a burros¹ pelos elétricos. Alguns desses bondes importados eram de terceira mão, haviam sido utilizados na Califórnia – EUA, vendidos para uso em Porto Alegre e revendidos para Pelotas. A Figura 18 mostra as linhas de bondes existentes na cidade.



Figura 18 – Mapa das linhas de bondes da cidade de Pelotas. RS. S/d.
 Fonte: *The Tramways of Pelotas*, Rio Grande do Sul State, Brazil.
 Disponível em: <[http:// www.tramz.com/br/ps/ps.html](http://www.tramz.com/br/ps/ps.html)>. Acesso 01 dez. 2015.

Semelhantemente ao que fazia em Porto Alegre, a empresa *Light* também disponibilizava, para algumas linhas, preços diferenciados para operários em horários determinados, pela manhã e pela tarde (AXT, 1996). Esses trajetos, que

¹ Os bondes puxados a burro circulavam em Pelotas desde 1873.

certamente integravam o cotidiano de muitos habitantes, ainda permanecem “estampados” na lembrança de alguns, como o Sr. Partzsch², que, após décadas, ainda é capaz de “refazer” os seus percursos diários dos anos de 1940:

Tinha 19 anos quando trabalhei na fábrica do Garlich³ – de 1943 a 1947 – depois fui para o escritório da firma Joaquim Oliveira S/A, na Rua Prof. Araújo esquina Antônio dos Anjos. Como morava no Fragata, antes da 7:00 horas da manhã, pegava o bonde no fim da linha (abrigo do Fragata) em frente a Av. Cidade de Lisboa e descia na Cervejaria Ritter – Ponte de Pedra – Arroio Santa Bárbara [hoje, ponte na Rua Mal. Floriano, sobre o braço morto do Arroio]. Também, porque era empregado registrado, pagava passagem mais barata. A tardinha era a mesma coisa (PARTZSCH, 2012).

O bonde fez parte da cidade de Pelotas por 82 anos, de 1873 até 1955, quando foi substituído pelo ônibus. Sobraram desse sistema apenas “restos de trilhos, encravados em ruas da cidade como, por exemplo, a Rua Álvaro Chaves e no Largo Verneti” (WITTMANN, 2006, p.26) (Figura 19).



Figura 19 – Trilhos de bonde. Linha Porto – Anglo. Rua Álvaro Chaves Esquina Rua Gomes Carneiro. Pelotas. RS. 2014.

Fonte: Acervo Marilei Garcia.

Em 1952, o Prefeito afirmava, em seu relatório anual⁴, que havia apenas três bondes em circulação, “[...] quando, de acordo com o contrato existente entre a *Light* e a Prefeitura, deviam ser no mínimo, vinte e oito” (**Diário Popular**, 01 jan. 1953, p.3). Já os serviços de ônibus eram prestados pela Sociedade de Transportes

² Willy Gerhard Partzsch, alemão de nascimento, foi mecânico de máquinas do setor conserveiro e proprietário da Conservas Wipa, localizada no Bairro Fragata. Entrevistado em 02 out. 2012.

³ Proprietário da fábrica de Conservas Pelotense.

⁴ Relatório apresentado pelo Prefeito Mário Meneghetti à Câmara de Vereadores em 20 de dezembro de 1952.

Urbanos e Rurais (STUR) (Figura 20), que detinha “a concessão do privilégio de exclusividade”, apesar de o Prefeito entender que os problemas do transporte coletivo poderiam se resolver com “a livre concorrência, mediante rigorosa fiscalização” (**Diário Popular**, 01 jan. 1953, p.7).

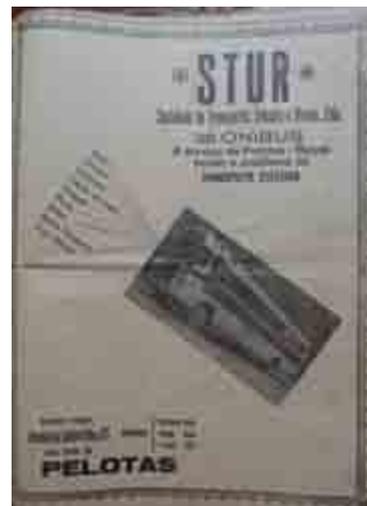


Figura 20 – Propaganda da STUR. Pelotas. RS. 1953.
 Fonte – **Diário Popular**, 01 jan. 1953, p.9.
 Acervo – Biblioteca Pública de Pelotas. RS.

Os jornais criticavam acirradamente a *Light* pela gradativa suspensão das linhas de bonde. Em dezembro de 1952, a empresa suspendeu, sem nenhum aviso, a linha do Bairro Três Vendas (Figura 21), causando indignação geral, por ser “uma linha de grande utilidade, servindo extraordinário número de moradores dos arrabaldes” e “o único meio mais barato de transporte coletivo”, já que a STUR, que atendia “todo o serviço de transporte”, não poderia acolher, de forma eficiente, esse encargo (**A Alvorada**, 24 dez. 1952, p.1).



Figura 21 – Bonde da *Light and Power*. Linha Três Vendas (T). Em circulação até 1952.
 Fonte – The Tramways of Pelotas, Rio Grande do Sul State, Brazil.
 <[http:// www.tramz.com/br/ps/ps.html](http://www.tramz.com/br/ps/ps.html)>. Acesso 01 dez. 2015.

Com o desaparecimento abrupto do bonde, o transporte coletivo de ônibus passou a ser um serviço fundamental para o funcionamento da cidade. Entendeu-se que as reivindicações da população haviam crescido bem mais que os investimentos (privados) em transporte e a fiscalização (regramento) do Município sobre os serviços prestados. Havia, portanto, um desacerto entre o número de habitantes, a área ocupada, a competência do transporte coletivo e a normatização dos serviços urbanos.

Ao final do governo do prefeito Joaquim Duval (1948-1952), o privilégio de exclusividade da exploração dos transportes de ônibus foi dado à STUR. Em 1952, primeiro ano da administração Mário Meneghetti, o serviço prestado pela STUR começou a ser criticado, considerado insuficiente. Dessa forma, em 1953, entendendo ser necessário estender a rede de transporte de passageiros, o Prefeito quebrou o monopólio da STUR. O gesto permitiu a outras empresas atuarem no setor de transporte coletivo. Essa decisão, segundo o jornal **A Alvorada**, foi aprovada pela população, sobretudo pelos usuários:

A população necessitada de transportes, por não haver mais bondes, afluiu aos pontos de parada de ônibus. E diante deste aumento, a STUR, com muitos de seus carros em péssimas condições de trafegar, apesar do contrato com a Prefeitura, deu “marcha ré” e os passageiros começaram a formar “bichas” enormes, expostos ao tempo: chuva, frio, sol candente e etc.(**A Alvorada**, 04 jul. 1953, p.1).

A municipalidade acreditava que, diante da abertura na concessão de linhas urbanas, haveria uma melhora nesse serviço. Porém, o transporte de passageiros continuou insuficiente para atender a população, sobretudo os operários dos bairros e vilas distantes, que trabalhavam na cidade e padeciam, diariamente, com as arbitrariedades das empresas de ônibus. Em 1954, a falta de controle dos serviços de transportes por parte da municipalidade também reforçava a insatisfação dos usuários, como denunciava o jornal **A Alvorada**:

Necessário seria que essas empresas estabelecessem um horário certo em todas as linhas, o que viria facilitar o trabalhador e seu acesso ao emprego, sem atrasos e tropelia. [...] É preciso que a Prefeitura estabeleça um horário de acordo com as necessidades do povo que trabalha e obedece a horários (**A Alvorada**, 03 abr. 1954, p.1).

Em 1956, o novo prefeito eleito não apenas encontrou os serviços de transportes coletivos em situação problemática, como se deparou com a possibilidade de escolher: 1) manter os ônibus; 2) reorganizar os bondes, já que os trilhos permaneciam. O Prefeito, naquele ano, poderia escolher entre um e outro sistema, ou ainda, privilegiar os dois, melhorando a oferta de serviços à população. Essa hipótese de escolha, viável ou não, surge no texto “Transporte coletivo – o problema da cidade” do jornal **A Alvorada**:

[...] “o governo municipal tem a oportunidade de resolver o problema dos transportes coletivos com a volta dos bondes na cidade. Mesmo as cidades que possuem esse meio de transporte, o conservam ao lado de outros, como ônibus, carros motores, lotações e etc.” Assina a matéria Lauro Guimarães Granja (**A Alvorada**, 19 jan. 1957, p.1).

Os bondes e os trilhos desapareceram, os carros motores e as empresas de ônibus foram se multiplicando e as áreas de atuação demarcadas. A frota de ônibus que passou a circular em Pelotas, na década de 1960, era composta por empresas, encarregadas dos maiores fluxos, e por ônibus particulares, que respondiam pelos trechos curtos. Em entrevista, Zilda Hardtke Pereira⁵ contou um pouco sobre esse transporte (Figura 22):

[...] meu marido Adolpho Pereira era, nos anos 60, proprietário de um ônibus que fazia a linha Tiradentes-Porto, a lotação Centro-Anglo. Começava muito cedo pela manhã e ia lotado de funcionários que trabalhavam lá, uns no frigorífico e outros na matança e nas épocas de safra de pêssego no verão, iam muitas mulheres que trabalhavam com as compotas. O ônibus saía ali do Mercado Público e não era somente o ônibus dele que fazia essa linha. O Sr. Pompeo que morava aqui no Fragata e era vizinho nosso, tinha também ônibus e fazia a mesma linha. Depois de alguns anos eu lembro que ele comprou mais ônibus e fundou a “Santa Rosa”, que funciona até hoje, fazendo a linha entre o porto e o resto da cidade (PEREIRA, 2014).



Figura 22 – Linha Tiradentes-Porto-Anglo. Pelotas. RS.1965. Ônibus de Adolpho Pereira. Fonte: Acervo Zilda Hardtke Pereira.

⁵ Zilda Hardtke Pereira. Entrevistada em 31 mar. 2014.

O transporte coletivo em Pelotas, excetuando-se o serviço de bondes – que no pós-guerra apresentava-se como um serviço anacrônico, no que tange ao atendimento da crescente população urbana –, começou a ser atendido por uma incipiente frota de ônibus. Este modal deveria satisfazer, quantitativa e qualitativamente, o deslocamento da população, em especial dos trabalhadores rumo às indústrias –, as quais passaram a situar-se paulatinamente em maior distância da área central da cidade.

Antes de buscar sua localização na zona portuária, em virtude de enchentes e outros inconvenientes, as empresas, em específico as do ramo conserveiro, passaram a escolher a periferia, notadamente as regiões do Fragata e das Três Vendas. Esses locais eram acessos historicamente consolidados da cidade: a oeste, a antiga Estrada de Piratini acessava a região do Fragata; a norte, a antiga Estrada do Retiro, também conhecida como Estrada das Três Vendas, e Estrada da Serra (dos Tapes), que acessava a região das Três Vendas, bem como ligava a cidade à região colonial do município e à capital do Estado.

O Fragata, assim como a Vila Santa Terezinha (localizada no Bairro Três Vendas) eram as regiões de origem da maioria dos trabalhadores do ramo, que eram ali buscados em veículos, muitas vezes com capacidade de lotação aquém da exigida. Na tentativa de atender a demanda, foram empregados inclusive caminhões nesse transporte de operários, quando não havia ônibus disponível. Tal problema estendeu-se também aos trabalhadores residentes em outros pontos da cidade, uma vez que o aperfeiçoamento da oferta do serviço das empresas de transporte deu-se com considerável defasagem. Em suma, verifica-se que, em Pelotas, o problema do transporte público, historicamente, atrapalhou o desenvolvimento industrial, em relação ao deslocamento adequado – considerando-se também a pontualidade inerente – de seus operários.

Pavimentações

As construções e reconstruções empreendidas nos anos de 1948 a 1951 davam início a um processo de organização da cidade, que há muito necessitava “de calçamento, devido ao aumento crescente nos prédios novos”, que eram construídos aceleradamente (**A Alvorada**, 24 dez. 1948, p.8).

O plano de ação do governo municipal (1952-1955) visava, além de melhorias para a população, que a cidade se destacasse no cenário estadual. Assim, investir em calçamento era uma estratégia promissora. Em 1952, o Prefeito considerava que sua administração, graças ao orçamento, poderia realizar “obras de vulto em Pelotas” e “ocupar um plano destaque no cenário gaúcho”. Para tal, destinou “uma verba especial para a pavimentação da cidade, cujo calçamento da maioria das ruas” se encontrava “em péssimas condições” (**Diário Popular**, 27 ago. 1952, p.1-2).

Embora a intenção de destacar a cidade no cenário estadual se valesse do calçamento como tática, muita pedra irregular ainda faltava em vilas e arrabaldes, onde, em dias de chuva, as ruas ficavam intransitáveis. A crença de que essas péssimas condições estariam com os dias contados não era compartilhada por todos, segundo os jornais locais. O próprio relatório do Prefeito denunciava, em 1952, a precariedade dos calçamentos, inclusive nas principais avenidas da cidade:

Pelotas, apesar de ser a 2ª cidade do Estado tem os piores calçamentos do Rio Grande do Sul. A maioria de suas ruas calçadas com pedra irregular⁶ está a exigir a melhoria da pavimentação, assim também como as calçadas com paralelepípedos⁷. Como atestado da má pavimentação, basta citar a av. Domingos de Almeida, a av. Argentina e a av. Daltro Filho (**Diário Popular**, 01 jan. 1953, p.3).

Sobre o estado destas avenidas – próximas das (e nas) quais se instalariam as fábricas de conservas –, citadas pelo Prefeito como exemplo de má

⁶ Calçamento com pedra irregular: utiliza pedaços de granito, de tamanhos diversos. Pavimentação irregular. Usado nas primeiras ruas calçadas na cidade, posteriormente substituído, nas principais ruas, por recalçamento.

⁷ Calçamento com Paralelepípedo: utiliza granitos, com faces planas, cortados em forma de blocos. Calçamento regular, bem-acabado. Presente em várias ruas em Pelotas. Com exceções, as vias norte-sul, mais largas, receberam pedras regulares; as leste-oeste, mais estreitas, irregulares.

pavimentação, o jornal **Diário Popular** complementava com críticas e sugestões de soluções, em 1º de janeiro de 1953. Em relação à Avenida Argentina (trecho da atual Fernando Osório, Três Vendas), o jornal noticiava que “a entrada nobre da cidade” se encontrava em uma “tal situação” que apenas um “remodelamento” poderia resolver o problema. Quanto à Avenida Daltro Filho (atual Duque de Caxias, Fragata) o mesmo jornal denunciava que, na expectativa pelo revestimento que viria “solucionar o problema da via”, haviam sido executados apenas os reparos provisórios.

Essas importantes avenidas necessitavam de reestruturação, deveriam ser alvo de planejamento e execução a fim de se adequar à cidade, que se alterava com o aumento populacional. O que de fato ocorreu na virada dos anos 1950-1960, quando a antiga Avenida Argentina recebeu pavimentação em paralelepípedo (Figura 23).



Figura 23 – Avenida Argentina. Pelotas. RS. Pavimentação com paralelepípedo. 1959.
Fonte: Acervo Margareth Vieira.

A primazia do emprego do granito no calçamento⁸ (Figura 24) e meio-fio (Figura 25) em ruas e avenidas de Pelotas deveu-se, basicamente, à existência de abundantes afloramentos graníticos e gnáissicos próximos à cidade, nas localidades de Monte Bonito e Capão do Leão.

⁸ Esse trabalho contínuo com a pedra acabou gerando mão de obra especializada, capaz de executar em diversas vias, principalmente no centro da cidade, um calçamento primoroso quanto ao nivelamento e acabamento (encaixe e recorte), desde o limite da calçada até a curvatura do leito.



Figura 24 – Calçamento com paralelepípedo, escoamento pluvial junto ao meio-fio. Pelotas. RS. 2015.

Figura 25 – Calçamento com pedra irregular e meio-fio. Pelotas. RS. 2015.

Fonte: Acervo do autor.

Cobranças por melhorias em bairros e vilas de Pelotas expressas no jornal **A Alvorada** eram uma constante, independente da gestão municipal:

[...] moradores do loteamento de várzea pedem providências quanto ao aterro nas ruas;
 [...] aterrado aquele local, outra providência esperam da Prefeitura, iluminação daquele loteamento;
 [...] o bairro em referência tem muitas ruas mas não estão calçadas;
 [...] cuidar das vilas e bairros populares, é dever marcante dos governos municipais (**A Alvorada**, 30 mar. 1957, p.1-2).

Parte dessas reclamações do loteamento Várzea foi suprida em ruas próximas ao centro da cidade, em final da década de 1950 e inícios de 1960, como mostra o registro de pavimentação na Rua Álvaro Chaves, entre as ruas Lobo da Costa e Barão de Butuí (Figura 26).



Figura 26 – Rua Álvaro Chaves. Pelotas. RS. Pavimentação com pedra irregular. 1959.

Fonte: Acervo Margareth Vieira.

Sistema Viário

Na década de 1960, Pelotas passou a promover estudos para a criação de seu primeiro Plano Diretor. Foi criado o Conselho do Plano Diretor, que operava coordenando uma equipe técnica encarregada dos estudos. Com a aprovação deste I Plano Diretor (Lei nº. 1672, de 30 de maio de 1968), a cidade passou a contar com uma legislação urbana que, além de traduzir “[...] uma idéia de cidade, de ordem urbana que, de uma forma ou de outra, [remetia a teorias e práticas urbanísticas universais, estabelecia o seu] principal instrumento da política urbana e do controle do desenvolvimento físico-espacial” (CATHARINA, 2012, p.14).

Os estudos para o I Plano Diretor indicavam que o sistema viário deveria ser tratado “[...] não só do ponto de vista funcional, mas também como fator de desenvolvimento”, por envolver fatores considerados decisivos, tais como o “interesse no desenvolvimento de determinadas áreas”. Foi o que ocorreu com espaços situados nos arredores da cidade, até então pouco ocupados, transformados em zona industrial, “[...] com a finalidade de não prejudicar a população com emissão de gases, transporte de carga e poluição sonora” (SANTA CATHARINA, 2012, p.14).

Conforme o depoimento de Gervásio Rodrigo Neves (2016)⁹, o I Plano Diretor de Pelotas “introduziu a presença de um geógrafo [na equipe] - pela primeira vez em um plano [diretor], no Rio Grande do Sul”. Esta atitude derivou do convívio já experimentado com um geógrafo no Gabinete do Plano Diretor de Porto Alegre, no qual Gervásio, então professor da UFRGS, entre outros professores e alunos, trabalhavam. Acrescentou ainda que o plano elaborado para Pelotas teve como uma de suas bases, além do trabalho de Saturnino de Brito, o *Survey* aplicado no planejamento urbano da cidade de Nova Iorque.

Dessa forma, a cidade passava a priorizar áreas que, para se desenvolverem, necessitavam ser integradas ao sistema viário, ou seja, a pavimentação de ruas e

⁹ Gervásio Rodrigo Neves (geógrafo; membro da equipe de técnicos responsável pelo I Plano Diretor de Pelotas, 1968). Entrevistado em 30 jun. 2016.

avenidas tornava-se fator preponderante para a consolidação do Distrito Industrial. A pavimentação, então, foi um instrumento para o desenvolvimento.

Essas diretrizes certamente influenciaram, nos anos posteriores, a localização de indústrias que requeriam agilidade tanto no fluxo de matéria-prima e produtos, como no acesso da mão de obra. Assim aconteceu para a maioria das fábricas de conservas, as quais, a partir da década de 1970, se instalaram em vias integradas ao sistema viário, ou seja, nas principais artérias dos bairros: Avenida Fernando Osório (Três Vendas) e Avenida Duque de Caxias (Fragata).

O tratamento dispensado por alguns governantes municipais a ruas e avenidas nem sempre correspondeu à estrutura necessária, ou esperada, para a cidade na primeira metade do século XX. As ações relativas às vias públicas, até 1968, eram definidas por cada administração, sem que houvesse um planejamento que abarcasse toda a cidade como um espaço em transformação constante, privilegiando-se a zona urbana central. A partir da implantação do I Plano Diretor de Pelotas, o pavimento, até então instrumento político-administrativo de sucessivos governantes, se torna investimento (técnico-legal) imprescindível ao desenvolvimento de áreas, incluindo o Distrito Industrial.

1.4. Distrito Industrial

Antecedentes

Um espaço planejado especificamente para abrigar a indústria local foi inicialmente pensado, em Pelotas, no início da década de 1920. Aprovado em 1924, no governo do intendente Pedro Luís Osorio (1920-1924) o “Projecto de Ampliamento da cidade de Pelotas” (sic), teve autoria do funcionário municipal arquiteto Fernando Rullman. Segundo Moura (2005, p. 38), “[...] pela primeira vez a cidade foi pensada não de forma pontual ou apenas para resolver problemas emergenciais, mas no seu conjunto”. Nele, Rullman, “[...] considerando as três funções urbanas básicas, habitação, trabalho e lazer, propôs a divisão da cidade em oito ‘quarteirões’”. Dentre eles, estavam dois quarteirões industriais. O primeiro, a leste, na zona da Várzea, proximidades do porto. O segundo, denominado “quarteirão industrial da carne”, junto à margem do Canal São Gonçalo e do Frigorífico Anglo, em zona contígua ao primeiro.

Outra tentativa de normatização neste sentido ocorreu junto ao trabalho de saneamento da cidade, intitulado “Projetos para desenvolvimento e complemento dos serviços existentes de água e de esgotos”, de autoria do renomado engenheiro Saturnino de Brito. Em 1927, dentro de uma proposta de expansão urbana, considerando os vazios urbanos, Saturnino indicou a ocupação de um destes por um “bairro industrial”. Tratava-se do espaço situado entre o Canal São Gonçalo, a Rua João Manoel, o Arroio Santa Bárbara ou a linha férrea¹, que deveria antes passar por aterramento, em função de sua condição naturalmente alagadiça.

Este escritório de engenharia deu seguimento a seu trabalho na cidade em etapas². Em 1947, por ocasião da elaboração de novos estudos para a Quinta Etapa de Saneamento de Pelotas – executada de 1950 a 1951 –, publicados sob o nome de Relatório de Projetos, apareceu novamente a preocupação com a necessidade

¹ Aqui, Saturnino refere-se à linha férrea da estrada Rio-Grande Bagé, e não ao ramal ferroviário.

² Foram realizadas pelo Escritório Saturnino de Brito as chamadas Quarta e Quinta Etapas do Saneamento de Pelotas, respectivamente nos períodos de 1928-1929 e 1950-1951. A divisão na forma de etapas foi feita pelo próprio engenheiro Saturnino de Brito, quando de sua chegada à cidade (1928), em observância ao histórico do saneamento de Pelotas, iniciado com a Companhia Hidráulica Pelotense em 1871.

de uma espécie de zoneamento em relação ao uso do solo. O item 26 do Plano de Expansão ali indicado é enfático:

“Não será possível à Prefeitura levar avante estes empreendimentos [as obras necessárias, em geral] sem pôr em execução um **Código de Construções**, com determinação clara das **zonas industriais**, das zonas residenciais, dos bairros populares, etc [grifo do autor]” (ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1947, p. 44).

Saturnino entendia que o zoneamento deveria constar no Código de Construções local. Porém, foi cerca de vinte depois que a definição de uma área específica para a indústria começou a concretizar-se, no primeiro Plano Diretor da cidade (1968). No item 9, Uso do Solo; subitem Espaços de uso Industrial (9.1.1), consta:

“São as indústrias ligadas à produção primária em sua quase totalidade que oferecem condições de localização em Pelotas. Esta categoria de indústria **dominante** atualmente tem, contudo, seu crescimento estreitamente vinculado ao processamento de obras de infraestrutura física na região, como melhoria das estradas e maior disponibilidade energética. A abertura das estradas (BR 392 – BR 116 – BR 471 – BR 293) incrementarão [sic] esses tipos de indústria dominante [grifo do autor]” (ORPLAN, 1968, p. 84-85).

A necessidade premente desse zoneamento industrial é reforçada no item 9.2, Uso Atual do Espaço; subitem Indústrias (9.2.1): “Não tendo vigorado até então qualquer legislação quanto à implantação de indústrias na cidade, esta **se distribui espontaneamente**, segundo seus próprios interesses [grifo do autor]” (ORPLAN, 1968, p. 86-87).

Esta preocupação mais detida na criação de um espaço adequado à atividade industrial na cidade estava em consonância com o contexto nacional recente. Conforme Finatti:

“O planejamento territorial brasileiro passava por uma fase de maior racionalidade e visão de conjunto. As Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento (1956) e o Programa de Metas (1958) podem ser consideradas as mais amplas ações do Estado para a implantação de uma infraestrutura industrial integrada.” (FINATTI, 2014, p. 3649).

A industrialização, naquele momento, estava atrelada ao conceito de superação do subdesenvolvimento dos países classificados nesta condição, como meio para tal³.

Quanto à noção de “distrito industrial” propriamente dita, podemos citar a definição da arquiteta G. C. Bruna:

“O conceito de Distrito Industrial está correlacionado com diretrizes de planejamento que providenciem-lhe uma área apropriada ao funcionamento das indústrias, provendo uma infra-estrutura adequada, arruamentos e circulações necessárias, bem como os demais equipamentos sociais, administrativos, residenciais e comerciais para o pessoal operário nele empregado” (BRUNA, 1974 *apud* FINATTI, 2014, p. 3468)

No caso de Pelotas, a criação do distrito industrial deu-se de forma planejada, ou seja, com atuação direta do Estado (esfera municipal) no que tange a financiamento, decisão de localização, implantação e gestão.

Posteriormente, a conjuntura política nacional sofreu profundas alterações⁴. Com os militares no governo e a entrada de capital estrangeiro, que seria conhecida como “milagre econômico”, foi propagada uma aura de otimismo. Na prática, porém, ainda que grandes obras tenham sido realizadas (ao custo de um crescimento vertiginoso da dívida externa), o quadro era de um grave e velado aprofundamento das desigualdades sociais.

Quanto à localização escolhida para o Distrito Industrial, não foram detectadas motivações específicas de ordem geográfica. Urbanisticamente, em função das demandas inerentes ao processo industrial, era conveniente situar o espaço de maneira racional em relação aos acessos da cidade, sobretudo, as vias rodoviárias, visto a opção pelo transporte rodoviário em detrimento dos demais. Ainda que apenas previstos, estes acessos foram previamente viabilizados como parte das obras de infraestrutura realizadas. A área definida ficava a noroeste do centro urbano, junto à confluência de rodovias federais.

³ IANNI *apud* FINATTI, 2014, p. 3468-3469.

⁴ Em abril de 1964 foi instaurado um regime de exceção, a Ditadura Militar, que alcançaria os próximos vinte anos. Generais do Exército Brasileiro passaram a revezar-se no poder, imprimindo uma rotina de controle, perseguições e autoritarismo. Foram criados instrumentos de repressão, destacando-se o Ato Institucional nº 5. Decretado em 13 de dezembro de 1968, determinava a imediata suspensão dos direitos políticos, restrição ou proibição do exercício de quaisquer direitos, públicos ou privados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em 20 out. 2016.

Apesar do entusiasmo da municipalidade e de alguns empresários locais, a situação legal dos terrenos no Distrito Industrial, em 1972, permanecia em suspense. Segundo o jornal **Diário Popular**, ainda faltava “[...] o projeto de lei de autoria do Executivo, que deveria ser apresentado e aprovado pelo poder Legislativo”, no qual seriam decretados “como de utilidade pública, os terrenos situados dentro do distrito”⁵.

O Distrito Industrial de Pelotas seria oficialmente instituído após a concretização de suas obras, através da Lei Municipal nº 2.096, de 06 de dezembro de 1973. Desta forma, existiu primeiro de fato e, somente depois, de direito. Possuía uma área de aproximadamente 600 ha, situada na antiga Estrada da Produção, ao longo da BR 392 (trecho Pelotas-Canguçu), e na margem sudeste, atravessada pela BR 116, Bairro Fragata (Figura 27).



Figura 27 – Mapa de Pelotas, RS. Destaque Distrito Industrial. 1985.
Fonte: ROSA, Mário. **Geografia de Pelotas**, 1985, p.206.

Obras

As obras do Distrito Industrial estiveram diretamente ligadas à intenção de vinda de uma grande empresa paulista para a cidade, a Companhia Industrial de Conservas Alimentícias – ou simplesmente CICA. Esta intenção era conhecida da municipalidade desde a virada da década de 1960 para 1970. Atestam isso os

⁵ Diário Popular, 16 maio 1972, p.9

pomares empresariais previamente cultivados em Canguçu e em Piratini⁶. Por isso, a execução do projeto do distrito, começada de forma açodada, ainda em 1970. A Figura 28 registra o andamento das obras da CICASUL, a primeira indústria a se instalar no Distrito Industrial, na Avenida Pinheiro Machado nº 2082, inaugurada em 1971:

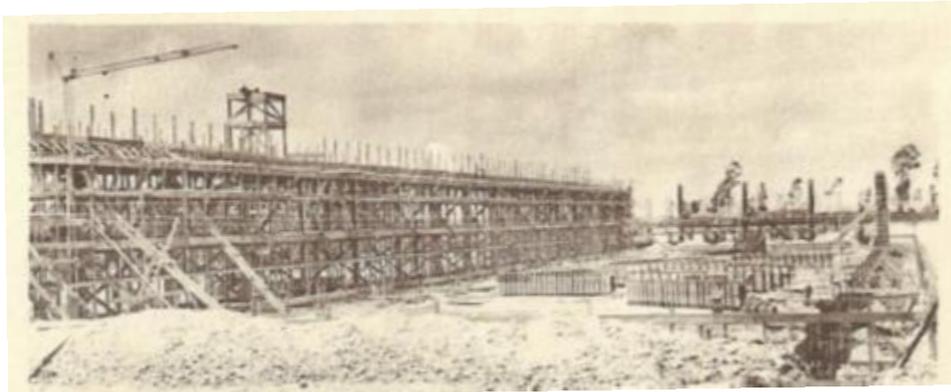


Figura 28 – Fábrica CICASUL em construção. Distrito Industrial. Pelotas. RS. 1970.
Fonte: Revista **Destaque Pelotas**. 1970, p.9. Acervo Guilherme Almeida.

Em meados de 1971, a imprensa local noticiava: “Os primeiros investidores, acreditando na região e vendo a infraestrutura já montada, começavam a chegar” (Figura 29). Em 1973, instalou-se no distrito a empresa J. Alves Veríssimo⁷, também paulista, (**Diário Popular**, 23 ago. 1971, p. 4).



Figura 29 – Distrito Industrial. Obras da Fábrica Irgovel/Fábrica CICASUL, pouco após construída (1973).
Fonte: **Revista Quatro anos de transformação em Pelotas**, 1973, s/p. Acervo Guilherme Almeida.

⁶ Conforme depoimento de Ubirajara Rodrigues Ribas, ex-gerente das áreas de recursos humanos e de contabilidade da CICASUL, filial local do grupo paulista. Um dos primeiros funcionários contratados, Ubirajara trabalhou de 1970 a 1980 na empresa. (Entrevista. Pelotas, 05 set. 2012)

⁷ Segundo BACH (2009), a J. Alves Veríssimo S.A. Ind. Com. Imp., que operava sob o nome fantasia de VEGA, havia iniciado suas atividades na cidade de Pelotas ainda em 1964. Antes de mudar-se para o Distrito Industrial, era sediada na zona rural, 5º Distrito (Casata), na localidade de Ponte Cordeiro de Farias.

Conforme Tavares (2000, p. 129), a importância da primazia da instalação da CICASUL no nascente distrito industrial pelotense foi grande em relação à infraestrutura, especialmente no abastecimento de água – elemento cuja abundância era indispensável, sobretudo às conservas. A empresa assumiu um acordo com a municipalidade, face à ausência de recursos públicos⁸ por parte do Serviço Autônomo de Águas e Esgotos (SAAE, atual SANEP⁹). O objetivo era a construção de uma adutora, que a abasteceria com águas bruta e tratada. A devolução do valor investido foi acertada na forma de descontos nas contas de água subsequentes.

Propaganda

Aliada à realização das obras, houve intensa propaganda, por parte do governo local. A prefeitura desejava exibir suas realizações – que aumentavam o potencial regional – e atrair novos investimentos (Figura 30). A estratégia demonstrava o desenvolvimento buscado na forma de diversas obras, especialmente o Distrito Industrial, uma vez que a industrialização era considerada fator relevante para o desenvolvimento. Textualmente, em um dos materiais publicados, era expressa a intenção de “motivar” e “formar uma nova mentalidade desenvolvimentista”¹⁰.



Figura 30 – Painel institucional. BR 116. 1972.
 Prefeitura Municipal de Pelotas. RS.
 Fonte: **Revista Quatro anos de transformação em Pelotas**, 1972, s/p.
 Acervo Guilherme Almeida.

Os meios de propaganda foram diversos, destacando-se três principais. Ao fim de sua gestão, o prefeito Francisco Louzada Alves da Fonseca (1968-1972) editou um folheto com as realizações, intitulado em “**Quatro anos de**

⁸ Os recursos financiados pela CICASUL correspondiam à monta de 150 mil dólares, na época.

⁹ Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas; denominação adotada a partir de 1984.

¹⁰ Folheto “Quatro anos de Transformação em Pelotas”. (Prefeitura Municipal de Pelotas, 1972, p. 17)

transformação em Pelotas". No mesmo ano, 1972, aquela gestão promoveu a cidade na forma de um suplemento da Revista Manchete¹¹, periódico de circulação nacional (Figura 31). Outro material elaborado foi uma peça audiovisual "Pelotas, Minha Cidade", "projetado em mais de cem locais para [...] empresários, profissionais e estudantes".

Com menor impacto, houve ainda iniciativas como a elaboração de painéis institucionais, situados em locais estratégicos dos acessos rodoviários à cidade, enfatizando aspectos dos melhoramentos de infraestrutura. Importante mencionar a obtenção, também em 1972, junto ao Ministério da Indústria e Comércio, do registro da FENAPÊSSEGO, grande exposição/feira que seria realizada no ano seguinte¹².



Figura 31 – Capa de suplemento especial circulado na edição 1073 da Revista **Manchete**. 1972./ Entrega do suplemento às autoridades pelotenses. 1972. Pelotas. RS.
Fonte – Revista **Manchete**. Suplemento Especial, ed. 1073. Capa. 1972. / **Quatro anos de transformação em Pelotas**, 1972, s/p. Acervo Guilherme Almeida. Fotomontagem do autor.

O pêssego, carro-chefe da indústria conserveira local, já havia sido utilizado como símbolo de propaganda da cidade. Em 1967, o Centro das Indústrias e o *Lions* Clube Pelotas Norte, juntamente com o empresário do comércio lojista local Antonio

¹¹ Revista Manchete. Nº 1073. Suplemento Especial. (out. 1972) Edição colorida, em português e inglês, com circulação nacional de 350.000 exemplares. A editora forneceu mais de 100.000 separatas, distribuídas pelas empresas participantes da edição, remetidas a empresas brasileiras, através da Associação Comercial e Centro das Indústrias de Pelotas, e as empresas estrangeiras, enviadas por escritórios comerciais do Brasil ligados ao Itamarati.

¹² A FENAPÊSSEGO, Feira Nacional do Pêssego, teve sua primeira edição em 1973, promovida em parceria entre a municipalidade e a Associação Gaúcha dos Produtores de Pêssego (AGPP). A feira serviria de modelo para a futura realização da FENADOCE, que em 2017 chegará à sua 25ª edição, conforme depoimentos de Lígia Henriques e Samir Curi Hallal. *in*: MARQUES, Maria da Graça. Economia: Duas décadas de história para contar. **Diário Popular**. Disponível em <http://srv-net.diariopopular.com.br/15_01_06/p181.html>. Acesso em 25 mar. 2017.

Karini¹³, lançaram a campanha: “Pelotas, as melhores compotas do Brasil” (Figura 32). O *slogan* foi empregado em selos postais (sem valor legal), impressos e distribuídos às empresas locais, para uso nas correspondências expedidas, independentemente do selo de postagem legal. Conforme Karini:

“As compotas de Pelotas estavam em um bom momento, as entidades acima queriam divulgar a cidade, portanto, mandaram imprimir 50 mil selos (etiquetas) e o correio nos orientou para que fossem coladas no verso do envelope. E assim foi. Distribuímos entre a indústria e o comércio para serem colocadas nas correspondências que saíam de Pelotas” (KARINI, 2013).



Figura 32 – “As melhores compotas do Brasil”.
Selo Etiqueta. 1967.
Fonte – Acervo Antonio Karini.

Em 1973, circulou uma publicação guia da cidade, de iniciativa particular. Em sua contracapa, a Prefeitura de Pelotas aproveitou o espaço recebido para divulgar a construção de “Uma super infra-estrutura”, em função do Distrito Industrial, capaz de proporcionar “as melhores condições para o desenvolvimento das empresas”. Ressaltava ainda, com veemência, que Pelotas era “o ponto certo para investir”¹⁴.

Funcionamento

Em 1975, as fábricas ocupavam área de 52,9ha do Distrito Industrial. Em número de sete, as empresas ali instaladas empregavam 4.574 pessoas, conforme demonstra a Figura 33.

¹³ Entrevistado em 11 nov. 2013.

¹⁴ SYLOS, Hindenburg ribeiro de. **Guia da Cidade de Pelotas** 1973. Logradouros; Mapas; Informativo; Comercial; Industrial e Profissões Liberais. Pelotas: Darwil, 1973.

Empresa	Setor	Área (ha)	Funcionários
J. A. Veríssimo	Conservas vegetais	7,5	1.500
L. S. Costa	Conservas vegetais	2,3	150
Arcifel	Artefatos de cimento	3,0	10
Interfrio	Câmaras frigoríficas	1,0	20
CICASUL	Conservas vegetais	9,0	1.800
Leal Santos ¹⁵	Conservas vegetais	28,0	1.000
Irgovel	Óleo e farelo de arroz	2,1	94
total		52,9	4.574

Figura 33 – Empresas instaladas no Distrito Industrial de Pelotas em 1975.
Fonte: Elaborado pelo autor com base em **Diário Popular**, 25 jan. 1975, p. 4.

Este quadro mostra que, destas sete empresas inicialmente instaladas, quatro eram do setor conserveiro (representatividade de 57%), ocupando 46,8ha de área (88,5% da área ocupada) e absorvendo 4.450 pessoas (97%) em mão de obra empregada. Esses dados atestam a relevância do setor conserveiro na afirmação e, conseqüentemente, na consolidação do Distrito Industrial.

A implantação do Distrito Industrial em Pelotas permitiu, além de reunir empresas produtivas, congregar esforços políticos e econômicos em prol de uma dinamização espacial e estrutural para o município. Porém, esses estímulos não foram atrativos suficientes para promover o deslocamento das diversas empresas conserveiras historicamente instaladas nas avenidas Fernando Osório e Duque de Caxias, tampouco das situadas na antiga zona fabril portuária. Junto a estas primeiras localizações, a mão de obra era abundante e os acessos viários consolidados¹⁶. O Distrito Industrial pelotense parece ter sido pensado antes em virtude da perspectiva da chegada de grandes investidores oriundos do sudeste brasileiro¹⁷.

¹⁵ A empresa Leal Santos não chegou a se instalar no Distrito Industrial. Permaneceu na área central, às margens do Arroio Santa Bárbara, onde começara em 1912.

¹⁶ Conforme o I Plano Diretor de Pelotas (ORPLAN, 1967, p.61), “os fluxos rodoviários, que estabelecem a vida de relação, estruturaram e orientaram o crescimento urbano. Assim, o fluxo para Porto Alegre determina o crescimento em direção às **Três Vendas** e o fluxo para Canguçu-Campanha, em direção ao **Fragata. A cidade cresce, pois em forma de ‘V’**”. [grifo do autor].

¹⁷ Nos depoimentos colhidos pela pesquisa, foi expressa diversas vezes a ideia – corrente, portanto – de que o Distrito Industrial “foi criado para atender a CICA e a VEGA”.

CAPÍTULO II

PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL URBANO

Segundo a UNESCO, “patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações”. A palavra está originalmente ligada “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço tempo” (CHOAY, 2006, p.11). Os diversos adjetivos que a complementaram ao longo do tempo, ainda segundo Choay, a requalificaram com nomadismo conceitual, de forma a ter proporcionado o desenvolvimento e o alcance de sua noção, atualmente.

O Patrimônio Industrial é fruto de uma longa discussão, que surgiu com o estudo dos antigos moinhos, ainda no século XIX em Portugal, mas que encontraria maior profundidade de reflexão na Inglaterra, Reino Unido, palco da Revolução Industrial, onde se delineou o conceito de *Industrial Archeology*, na década de 1950¹. Desse debate resultou a definição da “Arqueologia Industrial” como “uma metodologia adequada ao estudo dos restos físicos, das atividades econômicas e social do passado industrial” (ROSA, C. L., 2011, p.3). O conceito evoluiu através de outras discussões, consolidando-se gradualmente frente à aceitação da multiplicidade de seus valores: histórico; social; tecnológico; científico; arquitetônico.

Atualmente, Patrimônio Industrial é conceito de natureza diversa, dizendo respeito às questões material e imaterial. Neste sentido, em relação à memória, muitos são os aspectos que hoje permitem seu registro com maior amplitude de

¹ Para maiores detalhes sobre o desenvolvimento do conceito de Arqueologia Industrial na Inglaterra, ver ROSA, Carolina L., 2011.

escopo. O esforço de análise destes diversos aspectos tem natureza multidisciplinar e instrumentação em: inventários; registros; pesquisas histórico-documentais e iconográficas; entrevistas e depoimentos; levantamentos cadastrais de edifícios e conjuntos e de sua existência no tempo (transformação material, ação de patologias, inserção urbana); articulação social (recepção e percepção pela sociedade). O estudo desse patrimônio industrial tem, portanto, sua profundidade ligada à consistência e à constância dos esforços acima mencionados, e está atrelado à articulação eficiente dos diferentes domínios do saber (KÜHL, 2008, p. 2).

Agroindústria, por sua vez, conceitualmente significa “atividade econômica da industrialização do produto agrícola”. Foi no ano de 2001 que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na descrição dos resultados de sua Pesquisa Industrial Anual, apresentou uma classificação especial para a Agroindústria (RIO GRANDE DO SUL, 2016, p. 4-5). Em sentido restrito, define o termo como referente àquelas indústrias que transformam pela primeira vez a matéria-prima de origem vegetal e animal, bem como às indústrias cuja produção se destina diretamente para a agropecuária. Como conceito amplo, colocou a Agroindústria como aquela que abrange ainda algumas transformações adicionais na matéria-prima.

O Patrimônio Agroindustrial corresponde, portanto, a tudo que é inerente ao patrimônio industrial. Seu foco, porém, é a agroindústria – classificação na qual se enquadram as fábricas de conservas em questão. O interesse pela preservação do Patrimônio Industrial e, por conseguinte, do Patrimônio Agroindustrial, é recente, e compreensível como extensão da noção de bem cultural² (KÜHL, 2008, p. 37). As primeiras ações de preservação ocorreram na Europa, apoiadas na Carta de Veneza (1964)³. No Brasil, a pesquisa (estudo e investigação) do patrimônio industrial é mesmo anterior à disciplina de arqueologia industrial e sua difusão no país, na década de 1970 (Azevedo, 2010 p.11).

² Bem cultural é “tudo aquilo, corpóreo ou incorpóreo, que tem interesse para a cultura” (HOUAISS, 2002).

³ Este documento não apresenta normativas específicas para a questão do patrimônio industrial, apenas generalidades que a ela se aplicam.

O patrimônio agroindustrial pelotense

Os imigrantes europeus trouxeram para a região de Pelotas, em meados do século XIX, uma tradição doceira que se tornou prática corrente na zona rural, incentivou o cultivo de frutas diversas e favoreceu o surgimento da fabricação artesanal de compotas de frutas (BACH, 2009). Ainda que a grande maioria dessas agroindústrias tenha se instalado na zona rural, junto aos pomares, e a mão de obra fosse, portanto, colonial, algumas se localizaram na zona urbana⁴ no começo do século XX. Dessas instalações fabris na cidade, restaram apenas alguns vestígios. A Figura 34 reproduz um registro fotográfico feito na década de 1940, de uma das empresas sediadas na zona urbana de Pelotas, a fábrica Conservas Pelotense.



Figura 34 – Fábrica de Conservas Pelotense. Pelotas. RS. 1947. Avenida Fernando Osório, 6316.
Fonte: Acervo Vani Garlich.

Com o crescimento, a partir da década de 1950, dos pomares de frutas, notadamente do pêssigo, adaptado ao clima e solos da região, a agroindústria alcançou notável desenvolvimento (BACH, 2009, p.29-32). Tal expansão, somada à implantação de um distrito industrial, no início da década de 1970, estimulou a

⁴ Zona urbana é, em termos gerais, a área de um município caracterizada pela edificação contínua e a existência de equipamentos sociais que proporcionem as funções básicas de uma cidade (habitação, trabalho, lazer, circulação). É definida geograficamente por instrumento legal (Plano Diretor).

instalação de indústrias do centro do país⁵. Assim, o controle de produção, antes restrito aos empreendedores locais, se tornou, em poucos anos, domínio de grandes empresas nacionais.

A base artesanal dessa indústria permitia que os ensinamentos e técnicas empregados fossem adquiridos de forma empírica, através de alguns produtores que repassavam aos demais. Nessas fábricas, os vestígios dos prédios e maquinários constituem exemplos de patrimônio industrial, pois revelam sistemas construtivos (técnica e concepção espacial), equipamentos (máquinas e instrumentos) e inclusive conhecimento.

O repasse desse conhecimento se deu pela tradição oral familiar, tal como o cultivo da fruta e a feitura do doce em calda, “recriando saberes herdados dos antepassados e adaptados aos recursos locais” (BETEMPS *apud* FERREIRA, CERQUEIRA, RIETH, 2008, p. 107). Esse processo é lembrado pelo descendente de franceses Nelson Crochemore, habitante da localidade de Vila Nova, distrito pelotense do Quilombo:

“[...] os doces com essas frutas [pêssegos e pêras] os meus pais já faziam para o ‘gasto’ da casa e a gente foi aprimorando porque quando eles faziam primeiro, era tudo num tacho, feito de barro, fogo direto aí.” (FERREIRA, CERQUEIRA, RIETH, 2008, p. 107).

A concepção de patrimônio tem no imaterial um imenso campo de investigação e valorização. A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em sua 32ª sessão, realizada em 17 de outubro de 2003, em Paris, enfatizou o valor patrimonial existente nos diversos aspectos culturais de uma sociedade. Assim, esses fazeres e saberes, vinculados ao doce em compota, podem nos informar sobre a cadeia geracional familiar rural que vigorava no interior de Pelotas, em meados do século XX. Sobre isso, Hugo Poetsch⁶, em entrevista, relatou:

⁵ As primeiras empresas de fora do Estado a se instalarem no Distrito Industrial foram as paulistas Companhia Industrial de Conservas Alimentícias (nome fantasia CICA) e J. Alves Veríssimo (VEGA). Ver item 1.4 Distrito Industrial à página 71.

⁶ Hugo Poetsch, Engenheiro Agrônomo, ex-industrial, proprietário da AGAPÊ S.A Indústria da Alimentação. Narrativa da memória da indústria conserveira de Pelotas, em 28 out. 2004, transcrita por Claudio Fernando P. de Sá, para o Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias de Pelotas (SINDOCOPEL).

Minha mãe que era filha de colono de origem irlandesa, casou com um alemão, vindo da Alemanha ao redor de 1915. E o que ela pediu de presente do sogro, na Alemanha, foi um jogo de vidros 'Veck'. Veck é a marca do vidro, naquele período fabricado na Alemanha, em que podia se esquentar esses vidros para fazer conservas, e ela passou a fabricar as conservas em casa para o consumo caseiro. E todos nós, filhos, aprendemos a fazer esses doces em casa e aprendemos a tecnologia da conserva em sistema caseiro (POETSCH, 2004).

Percorrendo-se a área dos bairros Fragata e Três Vendas, ainda é possível encontrar prédios em que funcionaram essas agroindústrias conserveiras; alguns em flagrante situação de abandono. Suas edificações, maquinário, equipamentos e instalações em geral constituem patrimônio agroindustrial, juntamente com os conhecimentos transmitidos e apreendidos em seu interior. Homens e mulheres, ao longo de décadas, conviveram em um mesmo ambiente fabril, estabelecendo relações diversas, especialmente dadas nas fábricas e seu entorno. O próprio fluxo decorrente do cumprimento do expediente é um exemplo destas relações, com influência na vida urbana.

Conforme a arquiteta Eloiza Dezen-Kempter (2011), para entendermos o “lugar do patrimônio legado pela indústria” nas cidades, temos que compreender como esses espaços - Porto de Pelotas, Arroio Santa Bárbara e proximidades da ferrovia, no caso - perderam sua importância no contexto urbano, em função da evolução dos meios de produção e distribuição.

O patrimônio da agroindústria conserveira pelotense apresenta entre suas principais características o aspecto de “inversão de funções e sentidos”, apontado por FERREIRA (2009, p. 1) como remetido pela noção de patrimônio industrial em si. Conforme a autora, de um lugar de trabalho, as fábricas em questão se transformaram em lugar de memória, a qual se perpetua entre agricultores, empresários e safristas.

Algumas indústrias, mesmo depois do encerramento das atividades produtivas, mantiveram vestígios materiais, em maior ou menor grau. Destaca-se o caso das Conservas Peter, cujo prédio foi desativado em 2004, mantendo em seu interior grande parte de suas instalações e maquinários (Figuras 35 e 36) em seus exatos locais de planta, ainda que sem conservação.



Figura 35 e 36 – Conservas Peter. Vestígios das instalações e maquinário. Pelotas. RS. 2011.
Fonte: Fotografia do Autor, 2011.

As fontes orais remetem-se às fábricas de compotas estudadas como verdadeiras referências nos seus bairros. A fábrica, muitas vezes, era o local de promoção de diversas atividades comunitárias, prestigiadas pelos funcionários e pela comunidade, como festas, bailes e o futebol⁷ (Figura 37). Ou seja, a fábrica tinha importância logística, social, esportiva e cultural junto à população que com ela se relacionava. Alguns depoentes comentaram que “acertavam o relógio pelos apitos da fábrica”⁸. Outros, quando indagados sobre onde moravam, respondiam fazendo referência a estas fábricas, para só depois mencionar o logradouro. Isso demonstra que essas fábricas mantinham relações históricas, culturais e afetivas com as comunidades em seu entorno (FONTES, 2006, p.2).



Figura 37 – Equipe Leal Santos Futebol Clube. Pelotas. RS. Campeonato SESI. 1953.
Fonte: Acervo Ângela Maestrini.

⁷ Algumas empresas, como as Conservas Brod, mantinham uma cancha de futebol junto à fábrica.

⁸ Pedro Juvêncio Vergara. Entrevista. Pelotas, 28 set. 2013.

A imagem da chaminé, ícone mundialmente reconhecido da cidade industrial, se configura como um dos vestígios maior dessa atividade fabril que movimentou a região e distinguiu, desde longe, o progresso econômico da empresa. A fotografia a seguir (Figura 38) apresenta uma vista panorâmica do Porto de Pelotas, pontuada por chaminés de algumas fábricas, sendo a silhueta mais central, ao fundo, a do Frigorífico Anglo, que mantinha uma unidade de conservas de frutas em seu grande complexo.

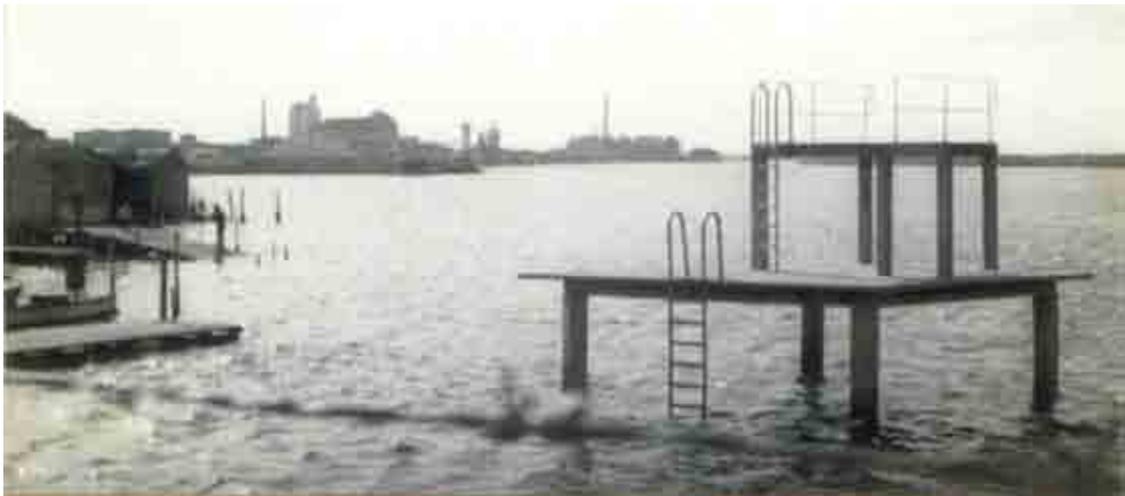


Figura 38 – Porto de Pelotas. RS. Vista panorâmica, avistando-se chaminés industriais. 1979.
Fonte: Acervo Margareth Vieira.

De acordo com entrevistados, várias destas agroindústrias enfrentaram problemas de ordem financeira, principalmente a partir da década de 1980, culminando com processos de falência, endividamentos e, por fim, a “quebra”. Consequências de mudanças na política econômica do país (Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor (1990) etc.) e de processos jurídicos, em vários casos, acarretaram na perda do patrimônio imobiliário. Frente a tais problemas, uma solução possível era a venda do que ainda restava e poderia ser negociado com outra empresa ou, conforme Vichnewski⁹ relata:

[...] era comum todo o maquinário, estruturas metálicas em geral, o sistema de incêndio, tubulações, serem vendidas como sucata a preços muito reduzidos [...]. A venda integral desses complexos industriais, para incorporar novos usos, preservando ou não sua estrutura e tipologia formal

⁹ Henrique Telles Vichnewski, Arquiteto, Mestre em História – IFCH/UNICAMP, autor de **As Indústrias Matarazzo: Patrimônio Industrial no Interior Paulista (1920–1960)**. Grupo que tinha mais de quarenta indústrias instaladas em São Paulo.

original, principalmente diante da situação econômica e cultural do país, que cultua o 'novo' e despreza os testemunhos da história" (VICHNEWSKI apud MARIUZZO, 2006, p.1).

Entrevistas revelam que diversas pessoas ligadas ao setor conserveiro não gostam de falar sobre os negócios da família que não foram bem sucedidos. Em muitos casos, ocorreram processos de falência judicial que se arrastaram por muito tempo. Enquanto isso, o maquinário da época produtiva, deixado no interior da agroindústria sem manutenção, gradualmente ia sendo corroído pela poeira e umidade. Essa situação de flagrante ociosidade imobiliária facilitou, em muitos casos, a demolição do prédio em função da valorização do terreno. Além das situações de demolição e comercialização, ocorreram casos de abandono total do prédio, de desaparecimento de arquivos e registros de fábricas e inclusive, segundo Vichnewski *apud* Mariuzzo (2006, p.2), casos em que os documentos foram

[...] abandonados em locais sujos, úmidos e misturados com substâncias tóxicas, na própria fábrica, acelerando seu processo de degradação. A razão desse abandono e falta de respeito com os arquivos documentais da indústria, ocorre pelo medo de servirem como provas nos inúmeros processos abertos por ex- operários (VICHNEWSKI, apud MARIUZZO, 2004, p.2).

As Figuras 39, 40 e 41, a seguir, mostram as transformações ocorridas no período de 45 anos (1968-2013), no local onde estava situada a Indústria de Conservas Alva, na Avenida Fernando Osório, nº 3904, Bairro Três Vendas.



Figura 39 – Conservas Alva (1960 -1980). Pelotas. RS. Em atividade. Prédio industrial. 1968.
Fonte: Acervo Dilmar Alvariza.

Figura 40 – Conservas Alva. Pelotas. RS. Desativada. Prédio locado para uma metalúrgica. 2010.
Fonte: Acervo do Autor.



Figura 41 – Conservas Alva. Pelotas. RS. Desativada. Prédio demolido. Terreno vazio. 2016.
Fonte: Acervo do Autor.

Como exemplo de não preservação de patrimônio industrial, ou de desaparecimento de indícios de um processo industrial, encontra-se o prédio da antiga Sória Indústria de Conservas Alimentícias, que esteve em atividade no período 1970-1978 na Avenida Fernando Osório, nº 4708, Bairro Três Vendas. As Figuras 42 e 43 apresentam o prédio em seu aspecto original na década de 1970, e o prédio já desativado em 2010.



Figura 42 – Conservas Sória. Pelotas. RS. Em atividade. 197_.

Fonte: Acervo Joaquim Freitas.

Figura 43 – Conservas Sória. Pelotas. RS. Desativada. 2010.

Fonte: Acervo do autor. 2010.

A percepção da relevância de plantas industriais desativadas chegou gradativamente a Pelotas. Em 1995, o prédio¹⁰ da antiga Companhia Fiação e

¹⁰ Esse imóvel, em 1995, era propriedade do industrial Hugo Poetsch.

Tecidos Pelotense¹¹ (Figura 44), localizado na zona do Porto, possibilitou a realização da 4ª Feira Nacional do Doce (Fenadoce), promovida pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas (CDL).



Figura 44 – Prédio da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense. Pelotas. RS. Vista geral. 1916.
Fonte: MONTE DOMECCQ, 1916, p.227.

Embora esse prédio seja bastante amplo, a área útil se mostrou insuficiente para acolher o fluxo de visitantes em eventos de grande porte, como os previstos pelos dirigentes da CDL para as futuras edições da FENADOCE. Assim, a direção da CDL, empolgada com o sucesso da 4ª FENADOCE decidiu locar, em 1996, as instalações da antiga Fábrica de Conservas CICASUL¹² (Figura 45) que contava com área de 28 hectares, vários prédios amplos. A partir da 5ª edição, as demais feiras passaram a ocorrer neste local. Em 1999, a propriedade foi adquirida pela CDL e transformada em Centro de Eventos FENADOCE (Figura 46).

Portanto, a partir de um local de trabalho, Pelotas passou a desfrutar de um Centro de Eventos, adaptado às grandes feiras e realizações, o que mostra alinhamento com os centros em que vigora o aproveitamento do patrimônio industrial para fins turísticos e culturais. Cabe ressaltar que, no caso específico dessa transformação do setor industrial para o de negócios, o doce, principal produto da CICASUL e da FENADOCE, além de ter sido valorizado, diversificado e ampliado, reforça a tradição que há muito distingue a cidade.

¹¹ Segundo Essinger (2010, p.1), “a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense começou a produzir a partir de 1910, quando foi concluída a construção de seu complexo fabril que ocupou um quarteirão na zona da Várzea.” Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br>>. Acesso 17 fev. 16.

¹² Construído pelo Grupo Bonfiglioli, serviu como Fábrica de Conservas Cicasul (1971-1990). Vendido ao Grupo Gessy Lever, permaneceu fechado por alguns anos.



Figura 45 – Fábrica Cicasul. Distrito Industrial. Pelotas. RS. 1982.

Fonte: ROSA, Mário. **Geografia de Pelotas**. 1985.

Figura 46 – Centro de Eventos de Pelotas. RS. 17ª Fenadoce. 2009.

Fonte: <<https://viniciuscostafotografia.wordpress.com/tag/fenadoce-mega-fashion/>>.
Acesso em 18 fev. 2016.

A cidade de Pelotas também conta com algumas experiências bem sucedidas em reutilização de prédios industriais desativados para finalidades outras que não a original. Além da CICASUL/Fenadoce, encontram-se: as instalações do Frigorífico Anglo, transformadas no Campus Porto da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL; o prédio da Fábrica de Massas Cotada S/A, ocupado por alguns cursos da UFPEL; o edifício da Cervejaria Sul-Riograndense, que em uma de suas partes abriga a Livraria da UFPEL; os imóveis da extinta Cooperativa Sudeste dos Produtores de Lãs (COSULÃ), que também abriga algumas unidades da UFPEL (Figuras 47 e 48).



Figura 47 – Cooperativa Sudeste dos Produtores de Lãs, Ltda (COSULÃ). Pelotas. RS. 1952.

Fonte: Acervo Ione Dilli.

Figura 48 – Campus das Ciências Sociais (ICH) – UFPEL. Pelotas. RS. 199_.

Fonte: Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/patrimonio/patrimonio-cultural-edificado/cosula/>>.
Acesso em 29 fev. 2016.

Em suma, a preservação do patrimônio industrial, além de promover o aproveitamento de estruturas edificadas, pode contribuir com a identificação de uma área geográfica e a valorização de saberes e técnicas desenvolvidas em atividades produtivas em diferentes épocas.

2.1 Começo da Indústria Conserveira

O cultivo sistemático do pêssego e sua industrialização parecem ter na pessoa de Amadêo Gustavo Gastal (Figura 49), cidadão francês radicado no Brasil desde 1850, um precursor. Esse homem exerceu os ofícios de dentista e agrimensor e, ao desenvolver seu trabalho nesta região, observando a fertilidade das terras, pôs em prática um plano audacioso. Viajou à França em 1867, levando seus filhos para serem educados pelos avós maternos e também buscando conhecimentos acerca da fruticultura e sua industrialização, então completamente desconhecida no sul do Brasil. Retornou a Pelotas e, no ano de 1874, deu início ao seu projeto. Adquiriu terras no local denominado “Rincão do Meio”, hoje Passo do Pilão – Distrito de Monte Bonito. Importou da França equipamentos e técnicas e, em seu estabelecimento, denominado “Bruyères”, começou a fabricação das primeiras compotas artesanais de pêssego em calda, além de vinhos e aguardentes de uvas finas, cultivadas por ele mesmo no local. Conforme seu filho Paulo Gastal:

[...] a feitura de conservas e compotas de pêssego, produto hoje tão largamente conhecido e apreciado, construindo uma das mais afamadas e lucrativas indústrias pelotenses, podemos dizer com orgulho e, mesmo, com uma ponta de vaidade, haver sido dada aos brasileiros por Amadêo Gustavo Gastal que em 1878 fabricou a primeira compota de pêssego no Brasil, segundo fórmulas e técnicas francesas. (GASTAL, 1965, p.13-14).

Rapidamente, seus produtos ganharam fama e sucesso crescentes pela qualidade excelente. Eram comercializados em vidros finos de coloração esverdeada e de forma quadrada, com amplos bocais identificados ricamente por rótulos de fabricação francesa (GASTAL, 1965, p.14).

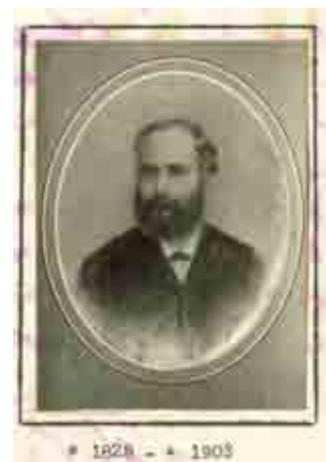


Figura 49 – Retrato de Amadêo Gustavo Gastal. Francês que produziu as primeiras compotas artesanais em Pelotas. RS.
Fonte: Gastal, Paulo. 1965. Acervo Marguerite Gastal.

Uma publicação da **Revista Agrícola do Rio Grande do Sul**, com data de 30 de abril de 1900, ressaltava em sua coluna Excursão, sob o título “Impressões da Colônia Santo Antônio”, o quanto

[...] seria conveniente que a indústria de conservas de frutas se desenvolvesse, o que seria uma fonte de riqueza. Grandes fábricas de conservas e grandes Quintas de pessegueiros existem em Maryland, Delaware e o Rio Grande do Sul, cujas condições são favoráveis, poderia levar esta indústria ao mais alto grau. (**Revista Agrícola do Rio Grande do Sul**, 30 abr. 1900, p. 152).

Esse texto foi escrito pelo acadêmico Manoel Serafim Gomes de Freitas, no primeiro ano do curso de agronomia do Lyceu (Escola de Agronomia Eliseu Maciel – UFPel), após trabalho de campo nos dias 20 e 21 de abril de 1900 na Colônia¹ Santo Antônio, hoje 7º Distrito de Pelotas, juntamente com mais seis colegas de curso, acompanhados pelo Prof. Dr. Guilherme Minssen², docente no Lyceu.

Foi no ano de 1900, nessa Colônia, também denominada “Colônia Francesa”, que teve início a “Primeira Indústria Rural” de compotas de pêsego em calda: A Quinta Pastorello (Figura 50). Um estabelecimento agroindustrial, erguido por Domingos Pastorello, que visava um mercado consumidor que se organizava em nível regional.



Figura 50 – Rótulo da primeira indústria rural de compotas de pêsego. Pelotas. RS. 192_. Quinta Pastorello. Colônia Santo Antônio. Pelotas. RS. Fonte: Acervo Museu Gruppelli.

¹ O termo “Colônia” está sendo usado para designar uma área localizada na zona rural de um município no sul do Brasil.

² Guilherme Minssen (-1915) foi um dos fundadores da **Revista Agrícola do Rio Grande do Sul**.

Com clima e solos propícios à fruticultura da região, teve início a produção de pomares de pessegueiros destinados à indústria que se iniciava. De acordo com Marinês Grando:

[...] por volta do final do Século XIX, a indústria de conservas era um assunto frequentemente abordado pelos colaboradores da Revista Agrícola do Rio Grande do Sul editada em Pelotas. Contagiados pelo sucesso do desenvolvimento dessa indústria nos Estados Unidos, procuravam incentivá-la localmente, em função das condições de clima e solos favoráveis ao fornecimento de matéria-prima necessária, especialmente o pêssego (GRANDO, 1989, p.104-105).

Em 1924, A Quinta Pastorello, de Emilio Ribes, e a Quinta Capdeboscq, de Daniel Capdeboscq (filhos de famílias francesas imigradas para a região), eram as duas maiores fábricas da Colônia Santo Antônio, segundo o Relatório do intendente municipal Dr. Pedro Luiz Osório (RELATÓRIO MUNICIPAL, 1924, p. 30).

A área urbana de Pelotas possuía várias fábricas de compotas apontadas por diversos autores, como: Alberto Coelho da Cunha (1911), Monte Domecq (1916), Clodomiro Carriconde (1922), Alfredo R. da Costa (1922) e Fortunato Pimentel (1940). Tratam-se das fábricas Schramm (de Guilherme Schramm), Leal Santos, Água (Brauner), Aliança (Leite Nunes & Irmão), Sacco, Amazônia e Menotti Gentilini, as mais antigas da área urbana.

Os imigrantes europeus vindos para o Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX e começo do século XX trouxeram, além de conhecimentos para cultivar a terra, como a criação de pomares, o domínio de técnicas artesanais apropriadas à conservação de frutas. Assim, deram início tanto ao cultivo de frutas como à fabricação de doces à base de frutas. Essas práticas proliferaram pela zona rural de Pelotas, ampliando significativamente as áreas de cultivo de frutíferas. Em 1933, segundo o jornal **Diário Liberal**, a quantidade de pessegueiros cultivados já ultrapassava 100 mil pés, sendo que

“[...] uma porção de pêssegos produzidos é empregada na fabricação de compotas pelas Quintas Pastorello e Capdeboscq. Essas compotas são exportadas para quase todos os mercados brasileiros, principalmente para o Rio de Janeiro, e são tidas como iguais às estrangeiras” (**Diário Liberal**, 18 out. 1933, p.2).

2.2 Implantações e construções

As primeiras fábricas instaladas no começo do século XX em Pelotas localizavam-se estrategicamente em locais próximos à área do porto, ou nas imediações da estação férrea, antiga área fabril da cidade. Essa localização, segundo Vieira (2005, p.121), permitia realizar suas funções, além de facilitar o escoamento da produção. Indústrias consideradas poluidoras¹ eram obrigadas a se instalarem na periferia da zona urbana.

A partir da década de 1950, a indústria conserveira urbana se concentrou junto às duas principais vias de acesso à cidade: as atuais avenidas Duque de Caxias² e Fernando Osório³. Essa localização favorecia a recepção de matéria-prima do interior do município, o escoamento da produção e, principalmente, a entrada de mão de obra, consolidando, assim, o sistema viário dos séculos XIX e XX, demarcado pela circulação de gado rumo às charqueadas e de produtos coloniais que abasteciam a cidade (GUTIERREZ, 1999, p. 272).

Essas agroindústrias conserveiras se situavam geralmente ao lado ou nos fundos da residência do proprietário. Algumas surgiram a partir de uma casa de comércio de produtos coloniais, o chamado **entrepoto**, geralmente instalado em uma das vias que ligava a zona rural à área urbana.

Também denominadas “venda” ou “armazém”, comercializavam desde ferramentas, produtos de origem colonial, armarinho e tecidos. Eram literalmente “entrepotos” entre a colônia e a área urbana. Seu papel foi importante na configuração urbana dos locais em que se instalaram muitas das fábricas de conservas, como aglutinadores da população migrante (colonos) que passou a se

¹ Muitas dessas instalações industriais acabaram sendo “absorvidas” pela malha urbana em crescimento, como foi o caso de vários curtumes em Pelotas, como o Santa Fé, próximo à Avenida Duque de Caxias – Fragata; e o Hadler, na Avenida Dom Joaquim – Três Vendas.

² Originada por um caminho de tropas que culminava na antiga Praça das Carretas, esta avenida também foi denominada Estrada de Piratini. Quando urbanizada, foi chamada ainda de Avenida 20 de Setembro (nome que persiste para seu trecho inicial) e posteriormente Avenida Gal. Daltro Filho, antes de receber a denominação atual, na segunda metade do século XX.

³ Partindo da zona central da cidade em direção ao norte, chamou-se Avenida Argentina (trecho até a confluência das atuais Salgado Filho e 25 de Julho, antiga Estrada da Barbuda). Deste ponto até a Comunidade Evangélica Martim Lutero (“Igreja dos alemães”), já se chamava Avenida Fernando Osório. Dali para norte, mantinha a denominação de Estrada (do) Retiro. A denominação atual abarca toda as extensões mencionadas. Outro caminho historicamente consolidado, esta avenida era inicialmente conhecida por Estrada do Retiro (em referência ao Arroio Retiro, local de balneário). Com a crescente urbanização, sua porção sul posteriormente chamou-se a Avenida Argentina.

fixar em seu entorno. Os entrepostos mais retirados da zona urbana não somente recebiam produtos coloniais (os quais revendiam), como também comercializavam artigos que, de outra forma, só eram obtidos no centro urbano, como querosene, açúcar, café etc.

Foi o caso do estabelecimento comercial de Jacob Brod Filho⁴ (Figuras 51 e 52), que, funcionando desde o início do século XX na Estrada do Retiro (hoje Avenida Fernando Osório), deu origem às Conservas Brod, fabricante de compotas de pêsego. Conforme lembra o ex-funcionário Glênio Brod Ramos⁵ (2013):

[...] A fábrica começou em 1950, com meu avô Jacob Brod F^o, vereador em Pelotas, no local onde existiu um grande prédio destinado ao comércio de mercadorias coloniais. Junto havia uma “bomba de gasolina”, destinada ao abastecimento de veículos a motor que circulavam na localidade de Três Vendas (RAMOS, 2013).



Figura 51 – Anúncio do entreposto de Brod & Irmão. Estrada do Retiro. 1922. Pelotas. RS.
Fonte: CARRICONDE, 1922.



Figura 52 – Entreposto de produtos coloniais de Jacob Brod Filho. Pelotas. RS. 1950.
Origem da Fábrica de Conservas Brod.
Fonte – Acervo Glênio Brod Ramos.

⁴ Jacob Brod Filho (1853-1955) foi Conselheiro da Associação Comercial de Pelotas, Diretor da Companhia Telefônica Melhoramentos e Resistência (CTMR) e Vereador em Pelotas (1948-1951).

⁵ Entrevistado em 01 maio 2013.

Da mesma forma, a fábrica de Eduardo Alvariza começou nos fundos de sua residência (Figura 53), um sobrado situado na Avenida Argentina (atual Fernando Osório), conforme contou Dilmar Cunha Alvariza⁶ (2011), filho do proprietário das Conservas Alva.



Figura 53 – Começo da fábrica de Conservas Alva. Pelotas. RS. 1960. Fundos da residência do proprietário.
Fonte – Acervo Dilmar Cunha Alvariza.

O movimento dos colonos⁷ rumo à “cidade” (zona urbana), bem como de retorno à zona rural, foi fator relevante no processo de fixação. Este “movimento” estava ligado ao usufruto de equipamentos urbanos colocados à disposição dos colonos, tais como um pequeno hospital⁸, a Casa de Saúde Dr. Velloso⁹ e um internato para filhas de colonos, ligado ao colégio Imaculada Conceição, A Minha Casa Rural¹⁰. As idas e vindas despertavam uma atração pela vida citadina, repleta de recursos ainda não disponíveis na “colônia”¹¹.

A instalação de uma fábrica de conservas deveria levar em conta tanto as condições de acesso da matéria-prima como o escoamento da produção.

⁶ Entrevistado em 05 jun. 2011.

⁷ Antigamente, este movimento era inicialmente realizado através de carretas (carros-de-boi) e carroças (tração a cavalo). Posteriormente, com o advento dos veículos motorizados e a possibilidade financeira, foram utilizados pequenos caminhões (Pedro Juvêncio Vergara. Entrevista. Pelotas, 28 set. 2013).

⁸ Caso análogo acontecia no Bairro Fragata, em um local conhecido por Treptow, nome da família que ali mantinha hotel e casa de comércio (entrepasto). Neste local, os colonos, em especial, tinham acesso a atendimento médico, realizado por um dos familiares, Dr. Geraldo Treptow, que tinha seu consultório no local. (Fridholdo Rutz, Pelotas, 13 mar. 2014).

⁹ A Casa de Saúde Dr. Velloso ficava na entrada da Santa Terezinha (Avenida Fernando Osório esquina com Rua Santa Clara), onde hoje há uma revenda de veículos. Era destinada a “bem servir ao colono e sua família”. Disponha de “hospital moderno, Raio X, Ambulância, laboratórios, parteiras [...] por preços menores do que qualquer outro hospital” (*Diário Popular*, 27 ago. 1944, p.31.) (ver anexo F).

¹⁰ Iniciativa da educadora Rachel Mello.

¹¹ Ver à página 125 o depoimento de Avani Maria B. Ferreira. (Entrevista. Pelotas, 09 abr. 2014).

Inicialmente, as primeiras indústrias conserveiras da área urbana procuraram se localizar nas imediações do porto local (Canal São Gonçalo), áreas próximas ao Arroio Santa Bárbara e junto à Estação da Estrada de Ferro Pelotas-Bagé. Esses eram os espaços que tradicionalmente constituíam a primitiva área fabril de Pelotas, reunindo empreendimentos do ramo da alimentação (charque e, posteriormente, frigoríficos, fábricas de conservas, entre outras) e da indústria têxtil (Figura 54). Neste primeiro local, era relevante a abundância de mão de obra nas vilas próximas¹².

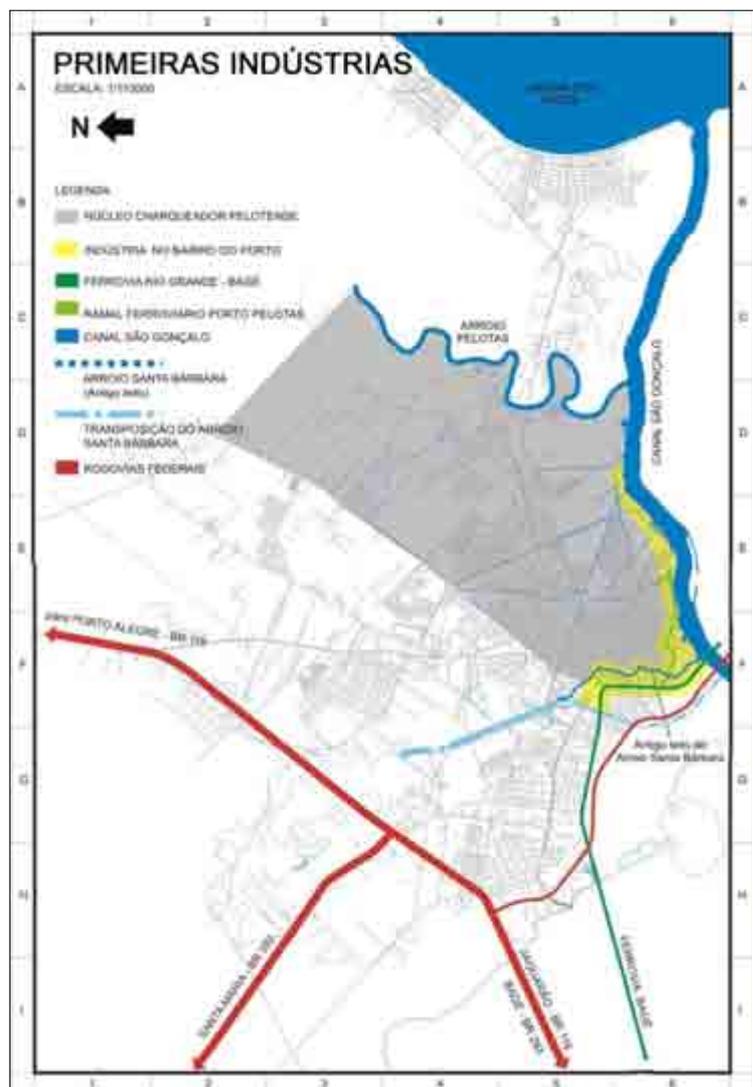


Figura 54 – Mapa com a localização das primeiras indústrias da cidade. Fonte – Editado pelo autor com base em SALABERRY (2012, p.33).

Essa localização, no entanto, trazia sérios problemas, principalmente em períodos de chuvas, por serem terrenos de várzea do canal São Gonçalo e dos Arroios Santa Bárbara e Pepino. O perigo de enchentes era uma constante. A

¹² Moradores da rua Tiradentes, Vila da Balsa, Várzea e, do outro lado dos trilhos, do Bairro Simões Lopes.

grande enchente de 1941 alagou terrenos e prédios situados nesses baixios, como o Frigorífico Anglo, a Zona do Cais do Porto, a Zona do Gasômetro, as áreas baixas do Bairro Simões Lopes, ao longo da Via Férrea, a estação do trem, a Praça 20 de Setembro, o prédio da Usina *Light and Power* (Várzea do Arroio Santa Bárbara). As Figuras 55 e 56 mostram a situação das Indústrias Reunidas Leal Santos S/A, localizada às margens do Arroio Santa Bárbara, próxima do encontro com o Canal São Gonçalo, durante a enchente de 1941 em Pelotas.



Figuras 55 e 56 – Aspectos interno e externo, respectivamente, da fábrica Leal Santos durante a enchente de 1941. Pelotas. RS.

Fonte: Acervo Ângela Maestrini.

Esses problemas de geomorfologia da área ribeirinha, historicamente recorrentes ¹³, foram preponderantes para a transladação das indústrias. Paulatinamente, as fábricas começaram a ser implantadas em outras áreas, destacando-se as regiões dos bairros Fragata e Três Vendas. Estudos encomendados pela municipalidade¹⁴ e incorporados na tomada de decisões de planejamento urbano do I Plano Diretor corroboraram esses novos locais de implantação; fundamentaram a escolha, a recomendação e a mudança da área destinada à atividade industrial, que culminou na criação do Distrito Industrial.

¹³ Permanecem vivas na memória da população grandes cheias, notadamente as registradas nos anos de 1941, 1956, 1965 e no final da década de 1970, para citar algumas situadas no recorte temporal abordado.

¹⁴ Destacando-se o trabalho do Escritório Saturnino de Brito (para maiores detalhes, ver item 1.2 à página 44).

Construções

A grande maioria das fábricas era construída de forma bastante simples, sem projeto formal ou preocupações maiores de ordem arquitetônica ou estética. Muitas vezes seguiam apenas a intuição dos proprietários, resultando em plantas carentes de racionalidade funcional e segurança. Em geral, as sedes fabris constituíam grandes volumes, que adotavam a solução de galpão, com grandes vãos cobertos por telhados cerâmicos estruturados em tesouras de madeira. Algumas sedes apresentam o arco como solução de empena, refletindo adoção de sistema de cobertura em curva estruturado em treliças metálicas e revestido por telhas de fibrocimento ou metálicas etc.

Os grandes vãos são resultado da necessidade de uma planta livre decorrente da característica da atividade, sendo a permeabilidade visual entre os elementos da cadeia de processamento fator importante. Conforme a utilização, safra após safra, os edifícios passavam por alterações e adaptações. O prédio da fábrica de Conservas Cantarelli (Figura 57), construído em 1975 na Rua Giuseppe Mattea, nº 307, Distrito Industrial, é um exemplo da adoção de tipologia de galpão com telhado curvo.



Figura 57 – Fábrica de Conservas Cantarelli, Distrito Industrial de Pelotas. RS.1975. Em fase de instalação.

Fonte: Acervo Joaquim Silveira Costa.

Raras eram as fábricas de conserva planejadas arquitetonicamente, pensadas em consideração a um cronograma de crescimento da empresa. Por isso, quando aconteceu a implantação das empresas de matriz paulista na cidade (CICA e VEGA), no Distrito Industrial, se estabeleceu novo paradigma arquitetônico. Dotadas de plantas mais racionalmente distribuídas, seguindo projetos arquitetônicos modernos e tecnológicos, estas fábricas serviram de exemplo do que havia de mais contemporâneo em termos de planta industrial.

Influenciada por este novo padrão de projeto, exceção digna de nota em relação à arquitetura é a sede definitiva da Indústria da Alimentação AGAPÊ S.A., de propriedade do agrônomo Hugo Poetsch. Seu projeto é exemplo de preocupação estética, com a funcionalidade da planta e a previsão de expansão do conjunto arquitetônico. Em 1961 foi construído o núcleo inicial, projetado pelo arquiteto Geraldo Delanoy, com emprego de *sheds*¹⁵ (ou “dente-de-serra”), inovador para a região. Nos anos de 1971, 1972, 1975 e 1977, as sucessivas ampliações ficaram a cargo do arquiteto Ari Marangon e do engenheiro civil Isidoro Halpern.

As Figuras 58, 59 e 60 mostram o desenvolvimento da AGAPÊ, bem como o crescimento urbano na área localizada junto à Avenida Salgado Filho, próximo à Avenida Fernando Osório¹⁶:



Figura 58 – 1ª etapa de construção da Agapê. Pelotas. RS.1961. Projeto arq. Geraldo Delanoy. Fonte: Acervo Maria de Lourdes Poetsch.



Figura 59 – 2ª etapa de construção da Agapê. Pelotas. RS.1972.
Figura 60 – 3ª etapa de construção da Agapê. Pelotas. RS.1986. Projeto arq. Ari Marangon e eng. Isidoro Halpern. Fonte: Acervo Maria de Lourdes Poetsch.

¹⁵ Termo de origem inglesa comumente usado no Brasil para definir certo tipo de lanternim destinado a promover maior aproveitamento da iluminação zenital. (CORONA & LEMOS, 1972, p. 427)

¹⁶ Acervo de Maria de Lourdes Poetsch, viúva de Hugo Poetsch. Entrevistada em 14 mai. 2015.

Algumas fábricas, construídas nos primeiros anos do século XX, ainda adotavam uma arquitetura fabril característica do século anterior, com linguagem eclética e em consonância com o que se verificava na cidade na época. É o caso da filial pelotense das Indústrias Leal Santos S/A, com matriz em Rio Grande. A linguagem eclética empregada inicialmente em seu complexo foi, gradualmente, sendo acompanhada por outras soluções estéticas e técnicas, proporcionadas pelo concreto armado, ao longo da primeira metade do século XX, devido a alterações e ampliações (Figuras 61, 62, 63).



Figura 61 – Fábrica Leal Santos.
Pelotas. RS. 1944.
Fonte – Acervo Ângela Maestrini.



Figuras 62 e 63 – Fábrica Leal Santos. Pelotas. RS. 1947.
Fonte: Acervo Ângela Maestrini.

2.2.1 Pêssego nas fábricas urbanas: peculiaridades

O município de Pelotas se caracteriza como pólo produtor de compotas de frutas, conservas vegetais e doces. Historicamente, essa característica se consolidou através do trabalho de imigrantes franceses¹, germânicos e, sobretudo, pomeranos e italianos, que se fixaram no interior do município a partir de meados do século XIX. Aqui, plantaram suas hortas e pomares domésticos e começaram a produzir doces e conservas (Figura 64).

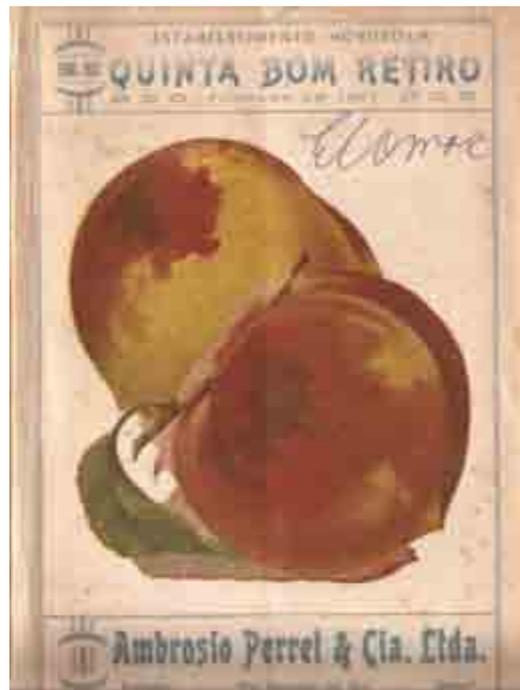


Figura 64 – Capa de um dos catálogos de mudas e enxertos de frutas da Quinta Bom Retiro, de Ambrósio Perret. Pelotas. RS. 1936-1937.
Fonte – Acervo Elomar Tambara.

O pêssego utilizado nas fábricas urbanas tinha a mesma origem que o utilizado nas rurais: pomares cuja localização era, na maioria, o interior do próprio município de Pelotas (Figura 65). Algumas empresas, entretanto, tinham seus próprios pomares, conhecidos como “pomares empresariais²”, quase sempre localizados foram dos limites da cidade. Quando havia necessidade, as firmas donas de pomares, também recorriam ao produtor interiorano.

¹ A partir de 1887, o Sr. Ambrósio Perret, enxertista de origem francesa, passou a fazer a difusão das espécies em sua “Quinta Bom Retiro”, situada na Colônia Retiro, onde produzia mudas e enxertos de plantas frutíferas, árvores e arbustos ornamentais e sementes para toda a região e comercializava através de catálogo. Possuía agentes no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Como reconhecimento pelo seu trabalho, conquistou 15 grandes prêmios e 68 medalhas.

² Para outras informações sobre pomares empresariais, ver MADAIL (s/d).

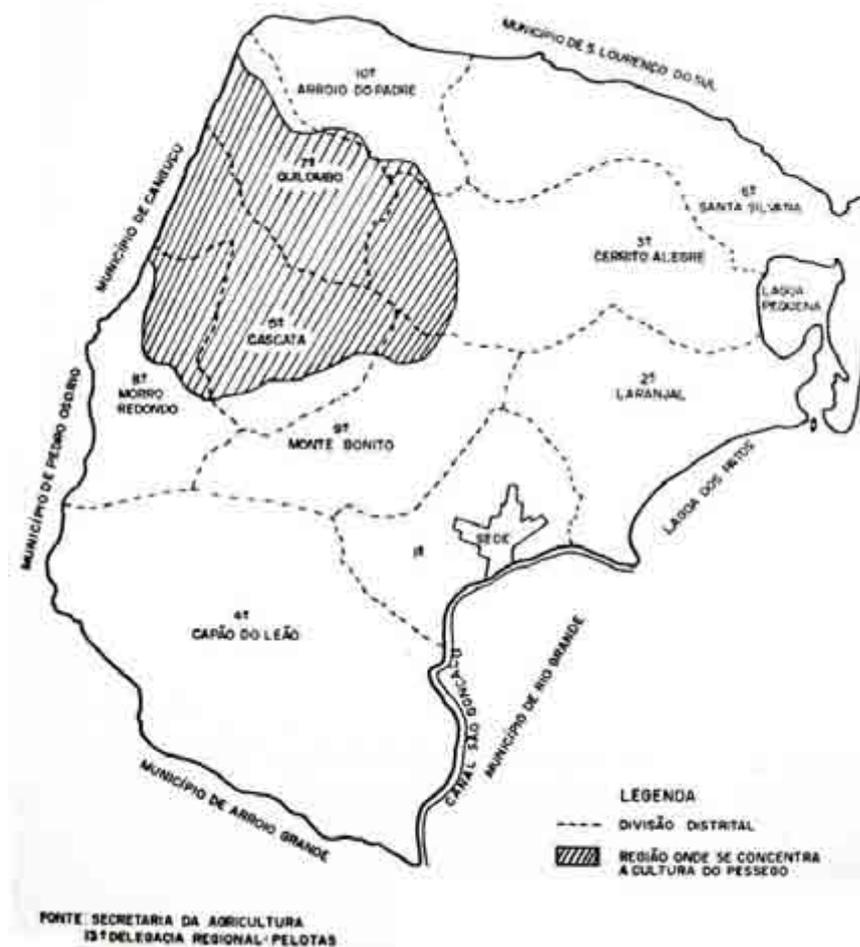


Figura 65 – Concentração de pomares de pessegueiros. 196_.
 Mapa do Município de Pelotas, RS. Fonte – Acervo Secretaria Estadual da Agricultura – RS.

Diferentemente do ocorrido com as fábricas da zona rural, caseiras e familiares, os estabelecimentos situados na zona urbana tinham mais estrutura, o que lhes proporcionava maior capacidade de produção. Estas tiveram maior evolução tecnológica, parte em função da época em que atuaram³. A incorporação de inovações tem como marco, entretanto, a chegada da CICA na cidade, com seu moderno parque industrial⁴, catalisador da modernização das demais fábricas existentes na região. As empresas paulistas CICA e VEGA trouxeram consigo o exemplo do alto padrão de qualidade. Essa preocupação com a excelência incluía

³ O apogeu das fábricas de conserva rurais ocorreu nas décadas de 1950 e 1960 (BACH, 2009), enquanto que o das fábricas urbanas ocorreu nas décadas de 1960 e 1970.

⁴ Entre as inovações trazidas pelas empresas paulistas estão a figura do engenheiro de alimentação, um rigoroso sistema de controle de qualidade e profissionalismo acentuado, carregado de uma visão empresarial, oposta à noção familiar de gestão das fábricas locais.

até mesmo a formação e qualificação⁵ dos funcionários, que se tornavam empregados desejados pelas empresas concorrentes – destacando-se, nesse sentido, a CICA. Outro fator importante foi a fiscalização sanitária, cuja atuação mais incisiva passou a acontecer na década de 1970, a partir da atuação das duas empresas paulistas. Alguns dos antigos proprietários de pequenas indústrias alegam ser esse acirramento fruto de ação propositada de pressão daquelas grandes empresas sobre os órgãos fiscalizadores.

Uma das principais modernizações verificada foi a automação da etapa de descaroçamento⁶. Máquinas descaroçadeiras italianas, com capacidade de trabalho equivalente ao de 70 funcionárias, tomaram o lugar de boa parcela dos trabalhadores safristas⁷.

Uma mudança importante aconteceu em relação ao período de funcionamento da fábrica durante o ano. O pêssego, em função de sua safra, era trabalhado poucos meses, no máximo de novembro a fevereiro⁸, implicando na ociosidade do espaço fabril no restante do ano, pois o processamento de outras frutas requeria a adaptação da linha de produção. Essa adaptação, dependendo da variedade de fruta desejada, exigia substituição parcial maior ou menor de equipamentos e máquinas, maior área de planta e disponibilidade de capital de giro. Exemplo de um melhor aproveitamento da fábrica durante todo o ano foi a Agapê Indústria da Alimentação, cuja linha de produtos incluía compotas de frutas, sucos, polpas para iogurte e sorvetes, conservas, linha de tomates, molhos diversos, temperos e feijoada, totalizando 21 produtos.

Essa ociosidade foi inclusive alvo de preocupação governamental. A então Secretaria de Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul editou, em 1975, um material chamado **Perfil do Pêssego**⁹, que recomendava a adoção de alguns

⁵ Os funcionários eram estimulados a participarem de cursos, de acordo com sua função na empresa. Eram incentivadas qualificações nas áreas de gestão, *marketing* (publicidade) e produção.

⁶ Para maiores esclarecimentos sobre o processamento do pêssego como um todo, ver BACH (2009).

⁷ Ver ficha nº 38 (Extra-Fruta).

⁸ A dilatação do período de safra do pêssego, antes restrita a 25 dias no máximo, deve-se ao trabalho de experimentação e criação de novos cultivares, desenvolvido pelo pesquisador e agrônomo Sérgio Sachs (BACH, 2009). Esse aumento do período de safra, que significou maior produção, em função das variedades criadas da fruta, também teve como reflexo o emprego de um maior contingente de trabalhadores.

⁹ RIO GRANDE DO SUL (Secretaria de Indústria e Comércio; Companhia Nacional de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul). **Perfil do pêssego – 1975**. Porto Alegre, 1975. p. 82.

procedimentos: processamento de matéria-prima proveniente de outras regiões (abacaxi, goiaba, banana, marmelo etc.); alongamento do período de processamento, armazenando o excesso de matéria-prima em câmaras frigoríficas ¹⁰ ; lançamentos de novas linhas de produção (desidratados, supergelados, sopas e outros).

O congelamento de frutas, recomendado pelo governo, passou a ser executado de fato por conta da demanda de mercado surgida na virada da década de 1970 para 1980, proveniente de empresas nacionais e estrangeiras, que buscavam frutas congeladas para produção de iogurtes e polpas congeladas para comercialização. Algumas frutas, como o morango, eram congeladas pelo chamado sistema IQF (do inglês *Individually Quick Freezing* ou Congelamento Rápido Individual).

Na esteira desse processo de congelamento crescente, algumas fábricas, também no intuito de prolongarem o período de atividade em seus espaços no ano, começaram a investir em câmaras-frias próprias. Essas câmaras, além de atender as necessidades da própria fábrica, eram, em alguns casos, alugadas para outras.

Quanto ao transporte da fruta, tradicionalmente eram utilizadas caixas rústicas de madeira para o transporte até as fábricas. A escassez de caixas e as más condições das estradas coloniais comprometiam a integridade do fruto. Com as fábricas urbanas, foram adotadas caixas plásticas padronizadas, de menor custo e que permitiam a identificação clara da fábrica. As Figuras 66 e 67 mostram os diferentes tipos de caixas usados no transporte do pêssego.



Figura 66– Caixa de madeira usada no transporte de pêssegos. Indústria Vega. Pelotas. RS. 196_.
Figura 67 – Caixa plástica usada no transporte de pêssegos. Conservas Schramm. Pelotas. RS. 198_.
Fonte: Acervo Paulo Schimidt.

¹⁰ Essas recomendações eram para o setor doceiro em geral, e não somente ao setor conserveiro.

A rotulagem também sofreu modernização, passando a ser mecanizada. As latas eram rotuladas por uma máquina (a rotuladeira), de acordo com o surgimento dos pedidos. A rotuladeira fixava rótulos de papel nos mesmos moldes de antigamente. Posteriormente, surgiu a lata litografada, processo no qual a impressão se dá na própria folha de flandres. O procedimento otimizava a etapa, uma vez que dispensava o tempo gasto com colagem manual, além de evitar eventuais danos¹¹ (Figura 68).



Figura 68 – Lata com rótulo de papel (196_) e lata litografada (200_). Pelotas. RS.
Fonte – Acervo Claudio F. Almeida P. de Sá/ Conservas Cantarelli.

A automação e modernização de algumas das etapas do processamento do pêssego ocorrida nas fábricas urbanas teve repercussão direta na mão de obra empregada. As paulatinas mudanças que, por um lado, representavam “avanços” tecnológicos, por outro, implicaram severamente na diminuição do contingente de trabalhadores safristas, que foram praticamente “extintos”. Este processo teve sérios reflexos econômicos na região.

¹¹ Joaquim Silveira Costa. Entrevistado em 20 fev. 2015.

2.3 Mercado e propaganda

A Secretaria da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, por meio da publicação *Perfil do Pêssego* (1975), expressava sua preocupação em relação à comercialização do pêssego. No documento, foi apontada a necessidade de resolver alguns “pontos de estrangulamento”, como foram chamados. Estes eram: os **níveis qualitativos de produção agrícola**, a **tecnologia industrial utilizada** e as **técnicas de comercialização empregadas**.

Tais entraves ao desenvolvimento da cadeia do pêssego decorrem da estrutura agrícola do cultivo da fruta. Os pomares não haviam sido adaptados para a necessidade de produção em maior escala e o setor como um todo carecia de planejamento. A fiscalização deficitária e a ausência de uma padronização da produção prejudicavam a conquista do mercado estável, pela impossibilidade de ofertar produtos de qualidade comprovada. Segundo a Secretaria, esses problemas, para serem sanados, necessitariam de um profundo diagnóstico em nível nacional (*Perfil do Pêssego*, 1975, p. 75).

Quanto ao consumo das compotas de pêssego, o documento demonstra, através de estudo técnico, que não havia a preponderância de uma ou mais marcas na escolha do consumidor. A grande variedade de “marcas” de compotas disponíveis ia de encontro ao surgimento de uma imagem ou marca mais ativa na memória imediata dos consumidores (Figura 69). O estudo mostrava ainda que o consumo de compotas era baseado na comodidade financeira, ou seja, “menor preço”.



Figura 69 - Diferentes marcas de compotas em gôndola de supermercado. 1972.
Fonte - Revista **Manchete**, Suplemento Especial, 1972. Acervo Guilherme Almeida.

Conforme Secretaria da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, de acordo com dados pesquisados, 80% da safra do produto industrializado (conservas, compotas, etc.) em 1974, foram comercializados no mercado interno nacional. Quanto ao destino desta produção industrial, embora a dificuldade de dados exatos, em virtude da pulverização das vendas, estimou-se de uma forma genérica, os seguintes percentuais: Rio de Janeiro (25%), São Paulo (40%), Rio Grande do Sul (15%), outras capitais (20%). Nas regiões Norte e Nordeste do país o consumo foi inexpressivo. (**Perfil do Pêssego**, 1975, p. 87).

O consumo de compotas e conservas de pêssego, bem como de outras frutas e legumes no Rio Grande do Sul, ainda se mostrava pequeno, em meados da década de 1970. Situação que se verificava no mercado brasileiro como um todo. A despeito dessa conjuntura, o pêssego era uma das frutas com maior receptividade no mercado interno, ainda que com uma política de *marketing* ineficiente. Adotada apenas na fase de comercialização, essa política não destacava e tampouco explorava a qualidade do fruto localmente produzido, superior à dos produtos estrangeiros. Essa preocupação estendeu-se até meados dos anos 1980, e foi reforçada pelo estudo “Perspectivas e alternativas de agropecuária e agroindústria no município de pelotas”, publicado pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de Pelotas (1986, p. 405), que recomendou melhorias no setor.

Conforme a Secretaria da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, “no Estado, poucas são as indústrias com marcas tradicionais que, dentro de uma linha de produção, mantém políticas de *marketing* razoavelmente adequadas à realidade do mercado. A maioria delas, entretanto, não usa veículos de divulgação e técnicas avançadas de publicidade” (**Perfil do Pêssego**, 1975, p. 76).

Publicidade

Um dos entraves ao comércio do pêssego, as técnicas de comercialização passaram então a ser alvo de preocupação efetiva das fábricas. Foram buscadas estratégias de publicidade que visassem melhorar a colocação do produto no mercado, e, assim, aumentar o consumo.

A Indústria Agapê, criada em 1959, é exemplo de uma marca que se tornou conhecida no mercado gaúcho e nacional, pois foi uma das poucas a investir em publicidade. A empresa acreditava que o *merchandising* era “condição e fator de crescimento da empresa”, com retorno positivo certo. Opinião expressada, inclusive, em publicação própria:

Sempre que se aplica em propaganda, principalmente através da mídia de televisão, os reflexos na venda são imediatos. Mas, não adianta um grande investimento em *marketing*, se depois não tem produtos elaborados dependem fundamentalmente de estoque e estes, por sua vez, de capital de giro. (POETSCH, 1993, p. 24-25).

Um dos investimentos da Agapê em propaganda na década de 1980 foi a produção de vídeos promocionais para a mídia televisiva, sendo dois deles sobre compotas (linha normal e dietética). Atualmente, disponíveis na internet, no Youtube. As imagens (Figuras 70 e 71), a seguir, integram esses vídeos.



Figura 70 - Comercial 03 Pêssegos Agapê. Pelotas. RS. Mídia de TV. 198_.
Fonte – Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=m1Y3fTcS2IA>. Acesso em 15 mai. 2015.

Figura 71 – Comercial 10 Agapê Regime Claudia Raia. Pelotas. RS. Mídia de TV. 198_.
Fonte - Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=sOH8luLORVk>. Acesso em 15 mai. 2015.

A indústria Agapê possuía representantes em diversas cidades do Rio Grande do Sul e também em outros estados, como Rio de Janeiro (Figura 72) e São Paulo (Figura 73).



Figura 72 – Promoção das Conservas Agapê na rede de supermercados Casas Sendas. Rio de Janeiro. 1977.
 Figura 73 - Degustação de pêssego em calda Agapê no supermercado Carrefour (loja Trevo). São Paulo. 1976.
 Fonte - Acervo Maria de Lourdes Poetsch.

Outro exemplo da Agapê foi o desenvolvimento de uma linha natalina de produtos, na forma de “kit”, com o *slogan* “um presente repleto de carinho!... Agapê as melhores conservas do Brasil”. As embalagens contendo quatro e seis diferentes produtos, doces e salgados, foram divulgadas em pôsteres e cartazes na década de 1980. Além disso, a empresa também investiu em patrocínio de eventos culturais e esportivos. As Figuras 74, 75, 76 e 77 mostram esses diferentes investimentos:



Figura 74 – Embalagem natalina com produtos Agapê. Pelotas. RS. 1980.
 Fonte - Acervo Maria de Lourdes Poetsch.

Figura 75 – Patrocínio de camiseta de futebol. Esporte Clube Pelotas. RS. 1988.
 Cantor e Compositor Chico Buarque com camiseta Agapê durante “pelada”, antes de realizar concerto, em Pelotas. RS.

Fonte - Almanaque do Bicentenário e Pelotas. Volume 3. 2015, p.530.

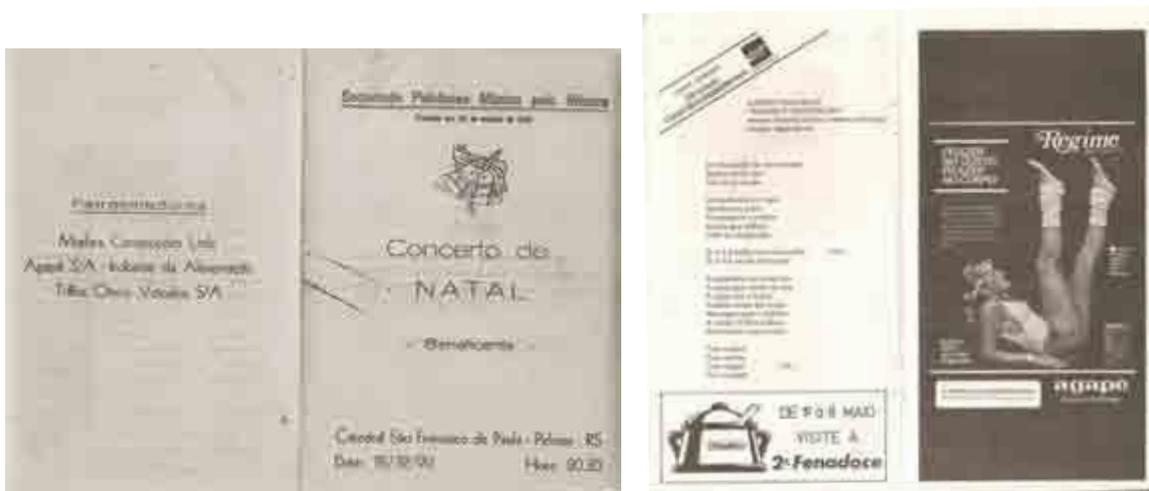


Figura 76 – Patrocínio de concerto de Natal. 1990.

Sociedade Pelotense Música pela Música (SPMM). Pelotas. RS. Fonte - Acervo SPMM.

Figura 77 – Patrocínio de Revista de Carnaval. Pelotas. RS. 1988.

Fonte - Revista **Carnaval 88**. Samba e Alegria Pelotas. Fundapel. Prefeitura Municipal de Pelotas. RS. Acervo Guilherme Almeida.

Segundo o proprietário Hugo Poetsch, em 1998 a Agapê era líder de mercado em produtos derivados de frutos e vegetais de clima temperado, como pêsego, morango, figo e aspargo, milho, ervilha e pepino (POETSCH, 2004). No ranking nacional figurava entre as sete maiores empresas de conservas do Brasil, conforme o anuário da **Gazeta Mercantil** de 1988 (POETSCH, 1993).

A empresa paulista J. Alves Veríssimo (VEGA), do setor de atacados, estabeleceu fábrica na zona urbana de Pelotas em 1973 (Distrito Industrial). Acostumada com a realidade publicitária dos grandes centros, faz circular em 1978 uma propaganda de página inteira em uma revista de circulação nacional. O anúncio apresenta um panorama dos produtos fabricados na cidade de Pelotas (Figura 78).



Figura 78 – Anúncio de página inteira dos produtos VEGA, produzidos na cidade de Pelotas. 1978.

Fonte - **Revista Manchete**. Rio de Janeiro: Bloch Editores. Nº 1391. 16 dez. 1978. p.19..

Algumas fábricas de compotas utilizavam a imprensa local para publicidade. Nos jornais **Diário Popular** e **A Alvorada** eram comuns os anúncios com felicitações de Natal e votos de Ano Novo a clientes e amigos. Posteriormente os anúncios são veiculados também em guias informativos anuais, como: Destaques Pelotas 70 (1970); Guia da Cidade (para) 1973; Revista **Enfoke**, Guia turístico e informativo de Pelotas (1980) (Figuras 79, 80).



Figuras 79 – Mídia Impressa. Fábrica Almeida. 1980.

Figuras 80 – Mídia Impressa. Fábrica Anglo. 1980.

Fonte: Revista **Enfoke'80**. RS. 1980, p.144. Acervo Guilherme Almeida.

Um caso peculiar e digno de nota aconteceu com a fábrica de Conservas Mello, propriedade de Antônio Júlio de Mello. Na década de 1980, a fábrica firmou uma parceria com o empresário Humberto Saade e sua empresa Dijon Marcas S/A (roupas de *jeans*). Juntos, inovaram, colocando no mercado o nome Dijon em uma compota de pêssegos (Figura 81).

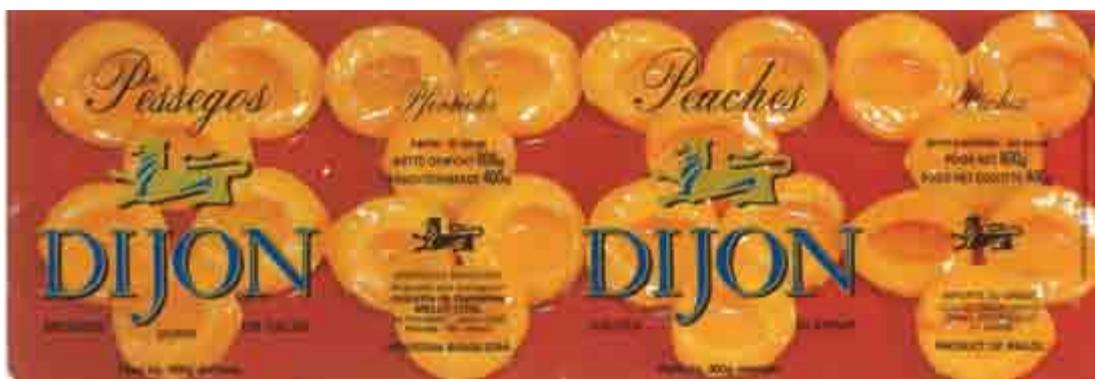


Figura 81 – Conservas Mello Ltda. Pelotas. RS. Rótulo em parceria com Dijon Jeans S/A. 198_.
Fonte: Acervo Família Mello.

As Conservas Cantarelli (Indústria de Conservas Alimentícias Leon Ltda) - uma das poucas fábricas em atividade na atualidade -, também investiria em *marketing*. Mais recentemente, na década de 2000, a empresa desenvolveu um novo formato de embalagem para suas compotas, ligeiramente abaulado na base (Figura 82). Conforme o sócio proprietário Joaquim Silveira Costa¹, o investimento deu bastante certo:

Na época o setor estava eufórico e nós da indústria apostávamos nisso. Criamos a embalagem como lançamento de um produto diferenciado e de fato ele entrou bem no mercado. Nossa produção era em torno de 300 mil latas anuais. O tipo de embalagem bojudinha chamava a atenção, sendo uma boa propaganda para a empresa. Porém, começamos a enfrentar problemas quando a Metalúrgica Bertol de Passo Fundo, que confeccionava a embalagem litografada², desativou sua linha de produção. Desta forma, encerramos o processamento dessa “mini lata” de compotas (COSTA, 2015)



Figura 82 – Lata litografada, formato diferenciado. Conservas Cantarelli. Pelotas. RS. 200_.
Fonte - Acervo Joaquim Silveira Costa.

O investimento em propaganda pelas fábricas de conservas e compotas de Pelotas, ainda que incipiente, sempre existiu. Principalmente dado nos jornais locais, era comum em datas festivas (Natal, viradas de ano e aniversários dos periódicos). Acontecia também na forma de patrocínio a eventos de grande porte (Carnaval, primeiras edições da FENADOCE). Porém, considerando o número de fábricas existentes no município, o volume de propaganda verificado era acanhado. A cadeia conserveira como um todo, para conquistar mercados maiores, precisaria de visibilidade publicitária em nível nacional. Poucas foram as fábricas que despertaram para isso.

¹ Joaquim Silveira Costa, sócio proprietário da Indústria de Conservas Leon Ltda. – ICALDA. Entrevistado em 20 fev. 2015.

² Técnica de impressão (rótulo) sobre folha de flandres.

Exportação

Os esforços para conquistar mercados externos foram iniciativa dos empresários Oscar Rheingantz (Conservas Helomar) e Hugo Poetsch (Agapê)¹. Segundo publicação da Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, a exportação de conservas em quantidades consideráveis ocorreu primeiramente com o aspargo, devido à procura dos próprios importadores, que vinham ao Estado negociar grandes quantidades a preços vantajosos com as indústrias locais (CIENTEC, maio 1973, p. 222). A Figura 83 mostra um rótulo usado para exportação, com a especificação do produto apresentada em diversos idiomas.



Figura 83 – Rótulo de aspargos para exportação. Conservas Helomar. Pelotas. RS. S/d.
Fonte - Acervo Günter Bering.

A Fundação de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul constatou ainda que o contexto econômico em 1973 parecia ser bastante promissor:

[...] em se tratando de Europa e América Latina, em compensação, para os Estados Unidos, apresentam-se bastante difíceis até o momento. Há uma série de exigências apresentadas pelos órgãos de controles sanitários dos alimentos. Porém, têm-se conhecimentos de operações triangulares² com o aspargo. (CIENTEC, maio 1973, p. 221)

O Sindicato das Indústrias de Doces e Conservas de Pelotas, em 1984, anunciava em seu jornal **Notícias**, o aumento das exportações ocorrido nos anos anteriores. Assim constando:

¹ De acordo com o jornalzinho interno **Compotão Agapê** (1989, jan/fev) a Agapê exportava para Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai, França, Alemanha, Dinamarca, Holanda, Angola, Tchecoslováquia e Canadá.

² Operações Triangulares, em 1971, significava que o aspargo processado no Brasil era colocado nos Estados Unidos por exportadores europeus.

As exportações das Indústrias de Conservas de Pelotas aumentaram consideravelmente nos últimos anos. Iniciada em 1965, com exportação de aspargos para Bélgica e Alemanha, hoje transcorridas menos de duas décadas, já ultrapassa 15 países. Aspargos, morangos, figos, pêssego, abacaxi, goiaba, ervilha e milho, sejam em calda, conserva ou congelado, são alguns dos produtos que podem ser encontrados nos Estados Unidos ou no Japão, em Angola ou na Austrália. (**Notícias**, 1984, n° 1, p. 2).

Na década de 1980, nas exportações realizadas pelas indústrias de Pelotas, notabilizavam-se o aspargo, o pêssego e o morango. Os países com maior aceitação desses produtos eram a Alemanha e a Dinamarca. Apesar das quantidades exportadas serem ainda relativamente pouco expressivas, o Sindicato das Indústrias de Doces e Conservas de Pelotas esperava que aqueles países viessem a se “constituir no futuro, em ótimos compradores” (**Notícias**, 1984, n° 1, p.4).

De uma maneira geral, as tentativas de buscar outros mercados para as indústrias conserveiras locais, além de terem sido bastante tímidas, esbarravam em burocracias e despesas financeiras com as quais o setor conserveiro não podia lidar facilmente. Era difícil para esses empresários, sem tradição com exportação, realizarem investimentos, cujos resultados, em geral, são obtidos a médio ou longo prazo. A legislação de importação do Mercado Comum Europeu, além de bastante exigente, apresentava variações de país para país. Com isso, as indústrias conserveiras de Pelotas necessitariam se adaptar a essas particularidades.

Visando auxiliar nessa questão, a presidência do Sindicato das Indústrias de Doces e Conservas de Pelotas (SINDOCOPEL) cria em 1974 o Centro de Pesquisa da Agroindústria (CEPAI) como um organismo para conduzir à adaptação de técnicas de fabricação destinadas ao mercado externo. O CEPAI atuaria em conjunto com a já existente Estação Experimental – UEPAE – Cascata, instituição de pesquisa capaz de criar variedades de frutas e vegetais cujas características se assemelhassem “aos gostos dos nossos consumidores estrangeiros” (**Notícias**, 1984, n° 1, p. 1).

A origem do CEPAI se reporta a uma palestra realizada no Centro das Indústrias de Pelotas, pelo Eng. Manoel Luiz Vianna da Superintendência do

Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL)-³, que apresentou os resultados obtidos após uma investigação da Organização das Nações Unidas (ONU) através da *Food and Agriculture Organization* (FAO) na recuperação da Lagoa Mirim.

Mostrou o palestrante que as obras de infraestrutura na Lagoa Mirim poderiam resultar no aumento da produção agrícola daquela região. Saliu também que deveriam ocorrer algumas modificações nos tipos de culturas tradicionais, até então dedicadas à pecuária e a indústria da lavoura de arroz, para outros tipos de agricultura. Para tanto, seria importante que houvesse uma pesquisa sobre agricultura e produtos industrializados.

Como desde a década de 1960 o setor industrial conserveiro começou a exportação de produtos de conservas, dois problemas sérios ocorriam: 1) A legislação brasileira evoluindo, ainda sem bases técnicas; 2) A legislação estrangeira, bastante desenvolvida. Assim, o método de fabricação adotado pela indústria brasileira se chocava com a tecnologia seguida por outros países, principalmente, compradores em potencial.

Ao se comparar, na década de 1970, a nossa tecnologia com a do estrangeiro, percebia-se o quanto a produção nacional estava distanciada da tecnologia estrangeira. Essa idéia, levada ao Governo do Estado, evoluiu a tal ponto que, decorridos dois anos, houve a promessa de instalação de um Centro de Pesquisas da Agroindústria aqui. Conforme a Revista **Executivo**⁴ (1978, nº4.), essa sugestão foi analisada pela Secretaria de Tecnologia do Ministério da Indústria e do Comércio que decidiu pelo estado do Rio Grande do Sul e a cidade de Pelotas foi a escolhida. As figuras 84 e 85 mostram o prédio e uma placa de identificação do CEPAL, com os convênios e as instituições envolvidas.

³ A Sudesul, funcionou de 1956 a 1990, “era uma agência de desenvolvimento regional, com o objetivo principal de empreender ações sub-regionais, destacando-se: o programa especial da Lagoa Mirim”. Disponível em: <<http://www.lolocomelsen.com.br/sudesul%20-%20editado.htm>>. Acesso em 21 maio 2015.

⁴ A Revista **Executivo** foi um veículo de comunicação da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), entidade de direito privado, vinculada a Secretaria de Coordenação e Planejamento do governo do estado do Rio Grande do Sul.



Figura 84 – Prédio do CEPAI. Rua Anchieta, 2145. Pelotas. RS. 1974.
 Figura 85 – Placa de identificação na fachada do prédio. (CEPAI). Pelotas. RS.197_.
 Fonte - Acervo Maria de Lourdes Poestch.

O CEPAI, além de realizar pesquisas sobre a adaptação tecnológica importada para o mercado nacional, pretendia sugerir a adoção de normas técnicas e padrões de qualidade, com os devidos Certificados de Conformidade. O treinamento do corpo técnico de nível médio e superior, das empresas envolvidas, deveria ser um dos objetivos deste Centro, principalmente daqueles que atendiam as empresas de pequeno porte, onde havia maior carência de técnicos.

Como exemplo dessa carência, o jornal **Diário Popular**, em março de 1980, estampava a seguinte manchete: “Baixa qualidade do pêssego eleva as perdas da indústria”, preocupando assim o setor conserveiro na cidade:

[...] a indústria de pêssegos de Pelotas, hoje perde em média de 45% dos frutos que adquire do que realmente aprofunde com a industrialização do produto. Esta é a síntese do trabalho do Prof. Sherman Leonard da Universidade da Califórnia e consultor técnico do Centro de Pesquisa da Agroindústria – CEPAI, desenvolvido nos últimos três meses e apresentado aos industriais do setor em palestra realizada sexta-feira à noite no Centro das Indústrias. O trabalho do professor Sherman procurou provar a correlação que existe entre o tamanho da fruta, identificado pelo seu diâmetro médio, com as perdas ocasionadas pelo processo de produção (**Diário Popular**, 23 mar. 1980, p. 1).

O CEPAI foi, em suma, uma tentativa de investir na qualidade dos produtos desenvolvidos pela indústria conserveira local com destino, principalmente, à exportação, através do aprimoramento do corpo técnico, da pesquisa tecnológica e da normatização de técnicas e padrões. Ou seja, o órgão pretendia alinhar a indústria do pêssego em calda aos padrões internacionais - que, nos anos 1970 e 1980, já atingiam níveis de exigência bem superiores ao do mercado nacional -, conferindo-lhe competitividade.

2.4 Mão de Obra

Nas fábricas de conserva urbanas, com relação à mão de obra safrista empregada, predominava o sexo feminino. As mulheres eram preferidas para atividades que exigiam destreza, rapidez e concentração. Aos homens tocava o trabalho braçal, pesado. O trabalho infantil e idoso também, a exemplo do acontecido na zona rural, era admitido. Ainda que não tão familiar como na colônia, na composição do corpo de trabalho das fábricas citadinas era igualmente verificada a presença de gerações de um mesmo grupo familiar em atuação. Era comum encontrar trabalhando em uma mesma fábrica a avó, a mãe e a neta (três gerações). A Figura 86 exemplifica a predominância feminina em atuação no processamento do pêssego nas fábricas.

A mão de obra masculina absorvida pela agroindústria conserveira, por sua vez, constituía menor contingente. Os homens cuidavam das atividades que exigiam emprego de maior força muscular - desde o descarregamento da fruta até a expedição da compota pronta, bem como na caldeira. Além disso, havia também os funcionários permanentes (efetivos) que trabalhavam no escritório e na manutenção geral da fábrica, máquinas e equipamentos. Poucos homens tinham participação direta no processamento da conserva, restringindo-se à operação máquinas da linha de montagem ou ao desempenhando de atividades braçais (Figura 87).



Figura 86 - Conservas Sória. Pelotas. RS. Mão de obra feminina. 197_.

Fonte - Acervo Joaquim Freitas.

Figura 87 – Conservas Agapê. Pelotas. RS. Mão de obra masculina. 197_.

Fonte - Acervo Maria de Lourdes Poetsch.

Quanto à mão de obra infantil, era comum encontrar crianças trabalhando junto às mães, ou irmãs, no processamento do pêssego. Não havia restrições quanto a isso, sob a perspectiva do contexto histórico. Além disso, a atuação de crianças e jovens estava relacionada com a característica familiar da indústria conserveira local. Conforme relata a Sra. Gerda Leitzke Gotuzzo¹:

[...] em 1954, com 12 anos de idade, [eu] estudava no Instituto de Educação Assis Brasil, mas nas férias escolares, juntamente com uma irmã de 16 anos, ia trabalhar na fábrica de compotas Sulmar, do Sr. Hadler. Minha função era limpar de 3 a 4 mil latas, me queixava que doía as costas, ao que a Dona Othilia Krenziger, responsável por esse setor da fábrica, respondia dizendo que no outro dia iria colocar alguém para me ajudar. O pior é que nunca aparecia essa ajudante (GOTUZZO, 2014).

De acordo com Glênio Brod Ramos²:

[...] quando se faz parte da família, como era meu caso, era bastante comum começar a trabalhar cedo no empreendimento familiar. Eu era novinho, em 1964 tinha 15 anos de idade, quando comecei a trabalhar na fábrica Conservas Brod, na Av. Fernando Osório, que era da minha família. Aprendi muitas coisas e fui para o escritório que se localizava na Rua D. Pedro II, onde era preparado o pagamento dos safristas, que era semanal. Na época eram 150 safristas que trabalhavam na safra do pêssego (RAMOS, 2013).

A mão de obra infantil, ainda que tenha sido usada em menor quantidade que nas indústrias rurais, se fazia presente nas fábricas de conservas urbanas. A imagem (Figura 88), a seguir, registra meninos trabalhando na recepção do pêssego, situação comum em fábricas de compota na década de 1970.



Figura 88 - Mão de obra infantil. Conservas Sória. Pelotas. RS. 1978.
Fonte - Acervo Joaquim Freitas.

¹ Gerda Leitzke Gottuzo, ex-funcionária das Conservas Sulmar. Entrevistada em 08 maio 2014.

² Glênio Brod Ramos, familiar e ex-funcionário das Conservas Brod. Entrevistado em 01 maio 2013.

A maioria das fábricas operava somente nos períodos de safra, sendo raras as que operavam o ano inteiro mantendo trabalhadores efetivos, como funcionários do escritório e da manutenção de equipamentos e máquinas. As Figuras 89 e 90 registram cenas dos escritórios das Conservas Sória e Agapê, respectivamente.



Figura 89 - Conservas Sória. Pelotas. RS. Escritório. Mão de obra efetiva. 197_.
 Fonte - Acervo Joaquim Freitas.
 Figura 90 – Conservas Agapê. Pelotas. RS. Escritório. Mão de obra efetiva. 197_.
 Fonte - Acervo Maria de Lourdes Poetsch.

A mão de obra que “realmente fazia a fábrica funcionar a todo vapor” era aquela contratada para atuar no período de safra. Os safristas trabalhavam pelo curto prazo da safra (no caso do pêssego, até três meses), por longas horas diárias. Segundo relatos dos próprios trabalhadores, no chamado “pico da safra”, além de não terem horário para sair, precisavam atuar até o término do processamento do último pêssego chegado à fábrica. Não podia sobrar fruta, uma vez que a maioria das fábricas não dispunham de câmaras frias.

Quanto ao transporte destes trabalhadores, algumas fábricas recorriam ao fretamento de ônibus. Conforme terminavam as tarefas, os operários embarcavam em ônibus que os conduziam até as vilas onde residiam. Nem todas as fábricas colocavam esse serviço à disposição dos safristas. Conforme depoimento da Sra. Anna Maria Rodrigues Teixeira³

[...] trabalhei nos Mello por quinze safras, desde 1973. Não tinha hora certa para sair, às vezes o trabalho se estendia até as vinte e duas horas. Quem morava perto ia a pé ou de bicicleta, porém, nós que morávamos na Vila Princesa (BR 116 – um pouco antes da ponte do Arroio Pelotas – Retiro), como éramos muitas, um caminhão da fábrica levava-nos na carroceria. Se esse caminhão saísse pela “BR” seria bem perto, mas havia um problema, por esse caminho passaria por um posto da polícia rodoviária federal com

³ Entrevistada em 01 out. 2013.

pessoas na carroceria, o que era proibido. Então, o caminhão fazia uma volta bastante grande pela localidade da Sanga Funda e entrava pelos fundos da Vila Princesa e nos deixava na rua principal (TEIXEIRA, 2013).

Havia também alguns problemas no ambiente de trabalho. O ex-funcionário da CICASUL Ivanir Bündchen⁴ conta que várias operárias queixavam-se dos “encarregados” (capatazes), pela forma como eram tratadas, ora sendo humilhadas, ora sendo ameaçadas com gritos e palavrões. Havia também situações de assédio. Estes incidentes evidenciavam uma falta de preparo desses profissionais na função de coordenação ou de gerenciamento da produção.

A Fundação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (CIENTEC) chegou a reconhecer que os problemas envolvendo capatazes, verificados no ambiente fabril, decorriam de “dificuldades para a contratação de pessoal que preencha as condições necessárias para atuarem nessa função” (CIENTEC, 1973, p. 130). Conforme relatos, apesar de a função de capataz ser muito procurada, em função da remuneração auferida, os candidatos ao cargo geralmente não possuíam o treinamento adequado para lidar com a diversidade de tarefas e funcionários inerente ao ambiente fabril. Deficiência que os cursos técnicos pretendiam eliminar.

Ainda em relação à qualificação da mão de obra, em Pelotas, é preciso destacar que o grosso da mão de obra safrista nunca foi qualificada; qualifica-se pelo tempo de experiência, de prática. Desta forma, sobressaiam aqueles funcionários com maior tempo de prática. Poucas eram as empresas conserveiras que mantinham em seu quadro de funcionários um técnico químico licenciado próprio, por exemplo. Como exceção estava a Conservas Souto. A fábrica contava com os serviços exclusivos do Químico Gabriel de Oliveira Souto, filho do proprietário. A Figura 91 reproduz sua carteira profissional, obtida em 24 de setembro de 1940, que atesta essa situação:

⁴ Entrevistado em 15 abr. 2014.



Figura 91 – Gabriel de Oliveira Souto. Químico Licenciado. Conservas Souto. Pelotas. RS. 1940. Registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA). Fonte – Luis de Oliveira Souto.

Outro exemplo de funcionário com qualificação formal foi o Técnico de Caldeiras Plínio Hoffmann, formado na Escola Técnica de Pelotas. Seu trabalho, sobretudo de inspeção, foi muito requisitado pelas diversas fábricas de conserva urbanas e rurais, desde a década de 1970 até fins da década de 1990, quando se aposentou⁵.

A Escola Técnica de Pelotas criada como tal em 1942⁶, destinada a suprir a demanda por mão de obra qualificada na cidade. A partir da década de 1970, Pelotas oferecia alguns cursos, com o mesmo propósito. Pode-se citar os cursos profissionalizantes de curta duração oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)⁷ e os cursos técnicos de nível médio, proporcionados pelos Colégio Agrícola Visconde da Graça (CAVG)⁸.

O fato da qualificação da mão de obra ter sido empregada mais em cargos de supervisão (técnicos químicos e mecânicos, etc.) do que no geral do trabalho safrista das fábricas de conserva, constituiu um fator de atração para o contingente populacional que necessitava de um emprego formal. Em especial, a população rural, geralmente sem formação específica, foi motivada a ingressar neste campo de trabalho, estabelecendo um movimento migratório no sentido campo-cidade, em busca de emprego nas fábricas de conserva da zona urbana.

⁵ Plínio também foi professor na Escola Técnica de Pelotas, ajudando a formar novas gerações de técnicos. Plínio Hoffmann. Entrevista. Pelotas, 07 jan. 2016.

⁶ A ETP, atualmente IF-Sul Campus Pelotas surgiu em 1917, modificando-se administrativamente diversas vezes, sempre com o mesmo propósito de formação técnica qualificada.

⁷ O SENAI, criado em 1942, para “promover o desenvolvimento e o aprimoramento da indústria nacional”. Em Pelotas foi inaugurado em “1976, com o nome “Agência de Treinamento Eraldo Jacobbe”” (MEIRELES, 2007, p.40).

⁸ O CAVG foi “inaugurado em 12 de outubro de 1923, sob a denominação de Patronato Agrícola do Rio Grande do Sul”. Disponível em: < <http://www.cavg.ifsul.edu.br/o-campus-cavg.html>>. Acesso em 25 jun. 15.

2.4.1 Migração Campo Cidade

O Rio Grande do Sul, de acordo com o Censo Econômico de 1940, apresentava um parque industrial em que as firmas individuais, ligadas a grupos familiares, se sobressaíam em relação às sociedades de capital. Diferente de São Paulo onde as sociedades anônimas eram maioria (PESAVENTO, 1985, p.80).

Nesta época, a indústria gaúcha se concentrava nos centros urbanos mais desenvolvidos, obedecendo, de certa forma, a uma tendência de especialidades em determinadas regiões do Estado, como a indústria de couros e calçados no vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo e Novo Hamburgo), a indústria metalúrgica e “a produção vinícola na região de Caxias do Sul e “a indústria da alimentação em Rio Grande e também em Pelotas, dada a presença significativa dos frigoríficos e indústrias de conservas nesta região” (PESAVENTO, 1985, p.80).

Durante a década de 1940, a indústria paulista produzia quase todos os artigos riograndenses, fazendo com que a indústria gaúcha encarasse à produção paulista em nível de mercado regional e nacional. Para esse enfrentamento o Rio Grande do Sul buscou distinguir-se na produção de vinhos, alimentos (charque, biscoitos, conservas de frutas, etc.), tecidos de lã e calçados. Situação que possibilitou que cidades como Pelotas e Rio Grande avançassem em seu processo de industrialização. Esse desenvolvimento conjunto demonstra que “Pelotas tem expressiva função regional, complementada por Rio Grande, que funciona como seu porto, caracterizando-se como centro especializado” (ROSA, 1985, p.220).

Conforme Paul Singer, há dois fatores de deslocamento da população do campo para a cidade. De um lado, a introdução e desenvolvimento das relações capitalistas no campo, no intuito de aumento da produtividade. Do outro, a estagnação e o crescimento populacional em face de insuficiente disponibilidade de terras para cultivo. No caso específico, há o agravante das extensões diminutas dos minifúndios.

As populações migrantes¹ da zona rural de Pelotas e de municípios vizinhos passaram a ocupar espaços da periferia da cidade, dilatando seus limites urbanos. Este deslocamento de população foi registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através dos Censos de 1940 a 1980-², conforme a Figura 92, a seguir.

População Urbana e Rural em Pelotas. 1940-1980.				
Ano	Urbana		Rural	
	População	%	População	%
1940	66.293	63,4	38.260	36,6
1950	81.863	64,2	45.778	35,8
1960	129.517	72,7	48.748	27,3
1970	156.156	75,2	51.713	24,8
1980	209.074	80,5	50.876	19,5

Figura 92 – População urbana e rural em Pelotas. RS. 1940 – 1980.
Fonte: IBGE – Censos de 1940 a 1980.

Este quadro mostra que no município de Pelotas, em quatro décadas, a população urbana triplicou (3,15x) enquanto que a rural cresceu menos (1,33x). A situação urbano-rural que era, praticamente, de 2:1, se transformou em 4:1, ou seja, houve significativo aumento na concentração urbana acompanhado de uma redução populacional na zona rural.

No caso de Pelotas, o fenômeno da migração, tem uma expressão numérica bastante considerável na demografia da cidade. Mário Rosa, em seu pioneiro trabalho sobre a geografia do município, expressa isto, em uma visão que coincide com o teorizado por Paul Singer:

[...] a maioria dos migrantes, provém das zonas rurais e o motivo que os levou a abandonar o município de origem foi melhorar a sua situação econômica, isto é a busca de trabalho. Esse excedente de mão de obra rural tem duas procedências: 1º) das grandes propriedades rurais que sofrem um processo de modernização crescente, pela introdução de maquinaria agrícola, fazendo desaparecer os trabalhadores que se ocupavam da lavração de terras, plantio e colheita; a figura do “agregado”,

¹ No processo migratório atuam fatores relacionados com mudanças ou desorganizações, como “fatores de expulsão” ou “fatores de atração”, cujas causas econômicas são predominantes (MEDEIROS e SOUZA, 1982 p.69).

² Os Censos de 1990 e 2000 não foram computados devido às emancipações dos Distritos de Capão de Leão (1982), Morro Redondo (1982), Turuçu (1995) e Arroio do Padre (1996) que reduziram significativamente a área e, conseqüentemente, o índice população rural no município de Pelotas.

prestador de serviços, desaparece; 2º) das áreas de minifúndios: a subdivisão e o esgotamento das terras não comportam, a partir de certo momento, a manutenção da família (ROSA, 1985, p.174).

A zona rural em Pelotas se caracteriza pela predominância de minifúndios decorrentes do parcelamento do solo adotado pelo processo de colonização que, em 1882, era de 30 ha em média³ por propriedade.

De acordo com depoimentos colhidos junto aos entrevistados, as famílias na zona rural, até a década de 1950, tinham um grande número de filhos que, ao constituir nova família, acresciam mais pessoas a usufruir da mesma terra. Com o falecimento dos pais, ocorria o desmembramento da propriedade, cabendo a cada família herdeira uma pequena parcela de terra a ser cultivada. Com o aumento de dependentes e o trabalho nas mesmas lavouras por anos a fio, muitos agricultores acabaram provocando o esgotamento das terras cultiváveis. Sem terras para produzir, o êxodo rural surgia como uma solução viável.

A pesquisadora Marinês Zandavalli Grando⁴ (1989) da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) trabalhando com a Colônia Francesa – 7º Distrito de Pelotas, ao analisar, sob o ponto de vista social, essa população rural (camponesa) concluiu que:

[...] nada tem de particular em relação a camponeses de outras partes do Brasil, podemos dizer que as causas do êxodo rural nesta área estão nos próprios fatores que caracterizam um amplo segmento do setor agrícola brasileiro: estrutura fundiária com um número de explorações agrícolas com dimensões insuficientes para absorver a força de trabalho de uma família média ou para gerar uma renda compatível com sua manutenção. No momento que a terra perde a rentabilidade necessária para o sustento da população camponesa, ocorre a migração do excedente (GRANDO, 1989, p.51).

As questões pertinentes à migração campo cidade têm permeado as comunidades rurais, tanto pelas consequências diretas como através de entidades civis como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas, como esclarece o seu presidente Nilson Löeck⁵, sobre a “ilusão” que a cidade exerce sobre o homem do campo:

³ "Segundo lei provincial, em vigor, uma colônia tem a extensão de: 300,000 metros quadrados, correspondentes a 300 metros de frente e 1,000 metros de fundo" (Jornal **A Discussão**, (22 ago.1882, p.2).

⁴ Marinês Zandavalli Grando obteve, em 1987, o título de Doctorat de Troisième Cycle, pela Université de Paris I (Phantheon-Sorbonne), com o título "Pequena agricultura em crise: o caso da "Colônia Francesa" no Rio Grande do Sul".

⁵ Entrevistado em 11 jun. 2015.

[...] para permanecer no meio rural, o jovem que forma família precisa no mínimo, terra e ferramentas para trabalhar. Como isso é cada vez mais difícil, o agricultor vem para a cidade. As “facilidades do meio urbano tem o dom de iludir o jovem do campo que acredita que terá acesso a uma vida melhor” (LÖECK, 2015).

Ainda Löeck (2015) alerta que, apesar de raríssimas exceções, a maioria submete-se a subempregos, tornando-se mão de obra barata para as poucas indústrias que existem. Considera que isso seja lamentável, pois, acredita que na colônia “a qualidade de vida é melhor que na cidade, lá as tradições são preservadas, há solidariedade entre os familiares”.

Conforme depoimentos, diversas famílias argumentavam que deveriam deixar a colônia para que os filhos pudessem estudar na cidade, pois acreditavam que, “a colônia não dava mais, se trabalhava muito de sol a sol para se ganhar pouco”. Crença que é ratificada pelo jornal **A Alvorada**, ao comentar a crise de 1947:

Acreditamos na diminuição da produção, uma vez que o trabalhador rural, desamparado, ganhando um salário irrisório e trabalhando estupidamente durante horas sem fim, tem abandonado a vida dos campos e ingressado na vida das cidades a procura de trabalho mais lucrativo. Esse é um dos fatores gerador desse estado de miséria em que nos encontramos, de cujo fruto nasce a alta de alguns artigos e também a exportação daquilo que não podemos exportar porque não temos super produção (**A Alvorada**, 14 jul. 1947, p. 1).

Alguns entrevistados contaram que, ao vir para a Pelotas servir⁶ no exército, “ficavam maravilhados com o que viam na cidade. Tudo era próximo, tinha divertimentos como o cinema, as moças eram muito bonitas, o serviço (trabalho) não era pesado e tinha hora para soltar, quando ficavam doentes podiam ir ao doutor e comprar remédios na farmácia”. Alguns confirmaram que, ao dar baixa do exército e voltarem para a colônia, tentavam convencer os pais e irmãos, a vender tudo na colônia e vir para a cidade trabalhar, pois tinha muito serviço – em obras (construção civil), muitas casas sendo construídos na periferia, serviços em olarias (telhas e tijolos) e em fábricas.

⁶ Servir ao exército: era o termo utilizado pelos jovens que prestavam o serviço militar no exército brasileiro. Em Pelotas era o 9º Regimento de Infantaria (9 RI), hoje 9º BI.

O depoimento de Fridholdo Rutz⁷, natural de São Lourenço do Sul, é bastante interessante: Em 1949, ele prestou serviço militar em Pelotas. Alugou um quarto no Hotel Treptow⁸, próximo ao Quartel do 9º RI. Assim, conheceu Selma Treptow, filha de Fernando Treptow, sócio proprietário do hotel, com quem começou a namorar. No ano seguinte, 1950, deu baixa do exército, ficou noivo de Selma e, em 1951, casaram. Passou a trabalhar com o sogro, permanecendo em Pelotas.

Inúmeros entrevistados moradores no interior de Pelotas e de Canguçu afirmaram que, no governo de Leonel Brizola (1959-1963), a construção da Estrada da Produção, atual BR-392, que atravessa o município no sentido noroeste, reduzindo tempo e custo, facilitou, além do acesso de pessoas e da produção agrícola à cidade, a migração para a área urbana. Eles argumentaram também que, hoje a diversidade de horários e linhas de ônibus (centro-colônia / colônia-centro) facilita o acesso ao ensino médio e superior, o que antes era impossível. Pois, para estudar em Pelotas, o aluno da zona rural era obrigado a morar na cidade com parentes, ou em hospedaria, ou então a família toda se transferia. O que, por vezes, acabava ocorrendo.

David Clark (1985) ao analisar o crescimento urbano no terceiro mundo, nas décadas seguintes ao Pós-Guerra, constata que a migração

[...] foi o componente primário de crescimento em muitas cidades do Terceiro Mundo durante os anos de 1950-1960. A migração é em parte uma resposta às oportunidades oferecidas pela cidade em termos de empregos e padrões de vida (CLARK, 1985, p.95).

A cidade de Pelotas, no Pós-Guerra, gerava algumas oportunidades que possibilitavam alterar o tipo de trabalho (trocar a lavoura pela fábrica, ou construção civil) e o padrão de vida (deixar as dificuldades da roça pelas “facilidades” da vida na cidade). Por conta dessas “oportunidades” a cidade obteve, entre as décadas de 1950-1960, um aumento populacional urbano de 47.654 habitantes, bem superior ao acréscimo de 15.570 habitantes, ocorrido entre as décadas de 1940-1950. Ou seja, a população urbana pelotense triplicou no Pós-Guerra.

⁷ Fridholdo Rutz, funcionário da Ferragem Treptow, aposentado. Entrevistado em 13 mar. 2014.

⁸ O Hotel Treptow, localizado desde 1908 na Av. Gal. Daltro Filho (atual Duque de Caxias) entre o quartel do 9º RI e o cemitério de Pelotas, era um grande depósito de produtos coloniais, ferragem e hotel, alugava quartos para colonos que vinham a Pelotas. Pertencia a uma família de descendentes de emigrantes alemães. A ferragem encerrou suas atividades em meados de 2015.

Nas entrevistas realizadas, se observava a expectativa das crianças e adolescentes quanto à vinda para a cidade e o contato com uma nova realidade, como mostra o depoimento de Avani Maria B. Ferreira⁹, nascida em 1948 na Colônia Santa Bernardina – 5º Distrito de Pelotas:

[...] lembro que a mãe o pai conversavam à noite que eles trabalhavam muito na lavoura e que se viessem para a cidade iriam trabalhar menos. Como a mãe estava sempre se queixando que estava doente e cansada, vindo para a cidade poderia estar perto dos recursos médicos. Nós já tínhamos avós maternos, dois tios, tia e uma prima morando na cidade, no bairro Fragata. Ficávamos contentes com a idéia de morar na cidade. Poderíamos estudar, o que de fato aconteceu, já que na Colônia só tinha escola até o 5º ano primário. Eu e minha irmã Zilá, já falecida, fazíamos planos. Na cidade a gente iria ao cinema, poderíamos andar mais “bem arrumadas” e não usar aquelas roupas de saco branco tingidas. Lembro como se fosse hoje, a tinta usada para tingimento era em pó e vinha em um tubinho de papelão redondo que era colocado dentro de uma panela grande com água fervendo onde mergulhava a roupa, que depois de um certo tempo, era retirada e colocada ao vento para secar. A marca de tinta parece que era Guarani. Para passear, eram comprados tecidos na cidade, como pelúcia, riscados, geralmente para fazer calça para os homens e tecidos mais grossos para fazer casacos e juponas para o inverno, em uma loja na cidade, de nome Velocino Torres. Lembro quando vinha comprar com a mãe, a loja tinha umas senhoras balconistas que atendiam as pessoas que eram da Colônia, pois elas entendiam e falavam bem o “alemão” (FERREIRA, 2014).

A entrevistada revela também que, na cidade idealizada por esses moradores rurais, o almejado conforto estava sempre “pronto”, ao contrário da colônia onde tudo deveria ser feito dia após dia:

Outra coisa que a gente gostava quando vinha visitar os parentes, era o colchão de dormir. O nosso na Colônia, era de saco branco com uma abertura no meio e cheio com a palha seca do milho que era desfiada com um garfo de cozinha. Todos os dias, pela manhã, ao levantar tinha que mexer, afogar aquela palha para deixar o colchão fofinho para a noite. Nos colchões comprados não precisava fazer nada disso. A gente veio de muda para a cidade em 1959 (FERREIRA, 2014).

Esse relato mostra, de forma clara, como a vida na zona rural era bastante simples, pois o mínimo de conforto, como a luz elétrica, chegou à zona rural em Pelotas apenas na década de 1970. Enquanto que a água tratada, em localidades próximas a Hidráulica e a Estação de Tratamento do Quilombo, iniciou em 2012. As demais localidades, ainda utilizam poços e/ou cacimbas.

São memórias como essas, colhidas entre as pessoas cujas famílias vieram buscar seu espaço na cidade, que apontam como as vilas periféricas começaram a

⁹ Entrevistada em 09 abr. 2014.

se formar nos bairros Fragata e Três Vendas. Essas vilas, que eram loteamentos populares, se localizavam próximo aos principais acessos a cidade¹⁰: 1) Ao norte, ao longo da Avenida Argentina¹¹ (atual Fernando Osório) encontram-se as vilas Santa Terezinha, Caruccio, Rotschild, Princesa, Sítio Floresta; 2) A oeste, nas proximidades da Avenida Daltro Filho¹² (atual Duque de Caxias), foram implantadas as vilas Gotuzzo, Prado Velho, Canela, Barros, Silva, Hilda, São Francisco.

Sobre esse aumento populacional, Rosa (1985, p.173) afirma que a parcela “da população de Pelotas que procede de outros municípios, isto é, migrante, a maior parte emigrou do município de Canguçu”. Essas migrações, motivadas por fatores econômicos, sociais e até mesmo históricos, é que justificam o crescimento das populações urbanas, como ocorreu em Pelotas nas décadas de 1950 a 1980.

Dentre as razões históricas pode-se dizer que, nos anos 1960, a substituição de culturas tradicionais, por outras mais lucrativas, foi uma abertura na década seguinte para a “revolução verde” que mudou a base técnica da agricultura brasileira. Embora essa modernização tenha sido desigual, pois

[...] enquanto alguns setores receberam subsídios, incentivos, crédito farto e barato, outros não. Desta forma os pequenos produtores tiveram destinos variados. Alguns foram expropriados pelas dificuldades econômicas, outros se transformaram em pequenos empresários modernizados, alguns sobreviveram de uma agricultura familiar, produzindo alimentos para subsistência e vendendo o excedente. Os agricultores, que gradativamente vem perdendo as condições de produzir, desistem da atividade e vem para as cidades (**Diário Popular**, 27 ago.1992, p.12-13).

O descompasso entre os discursos políticos, visando soluções milagrosas e o enfrentamento das questões agrárias, além de se prolongar por décadas, não tem contribuído para solucionar, ou amenizar, os problemas dos minifúndios. É o que evidencia a insatisfação de Nilson Löeck, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pelotas, em não conseguir, enquanto instituição, minimizar a penúria dos pequenos agricultores. É claro e objetivo quando afirma:

[...] Convivo diariamente com agricultores descontentes, que querem abandonar o campo. Mas o Sindicato não tem argumentos concretos que os convençam a desistir da idéia. O produtor está inseguro. Não tem apoio político, sequer comercialização garantida, o que poderia ser viabilizada

¹⁰ Esses acessos permitiam, desde o século XIX, o transporte de gado, mercadorias e pessoas.

¹¹ Anteriormente denominada Terras Altas e Estrada do Retiro.

¹² Anteriormente denominada Avenida vinte de setembro e Estrada de Piratini.

com a existência de uma política agrícola para os pequenos proprietários. Afirma que devido ao descaso governamental, o pequeno produtor não consegue se manter e não tem como investir. O custo é alto e sem retorno. Solicitar um investimento é impossível, porque a correção monetária é muito alta e não há produtos que a acompanhe. Nesta situação, o agricultor começa a “auto liquidar-se” (LÖECK, 2015).

A falta de uma política agrícola de apoio ao pequeno produtor tem sido desde os primórdios da colonização local, uma ausência constante no contexto gaúcho. Em que pese, o modelo escolhido para consolidar a ocupação e o desenvolvimento da Província de São Pedro, pós-distribuição de sesmarias e datas de terras foi o do parcelamento do solo em lotes coloniais adequados à agricultura familiar. Ainda assim, o descaso permeou o dia a dia do pequeno agricultor, até a migração para a cidade se apresentar como chance de sobrevivência a essa longa “crise” endêmica. Foi essa população rural migrante que em Pelotas, como em outras cidades, ocupou áreas periféricas da cidade, alastrou os limites urbanos, movimentou serviços, criou comunidades sociais, religiosas e serviu de mão de obra, principalmente, para a indústria conserveira.

CAPÍTULO III

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL URBANO DO SETOR CONSERVEIRO DE COMPOTAS DE PÊSSEGO DE PELOTAS

3.1 Metodologia

O Inventário do Patrimônio Agroindustrial Urbano do Setor Conserveiro de Compotas de Pêssego está organizado sob a forma de fichas, elaboradas inspirada na metodologia do **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do Patrimônio (SICG)**. Desenvolvida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), esta estrutura tem como princípio um criterioso sistema de fichamento. Contém fichas específicas, adaptadas para os diversos módulos (Conhecimento, Análise e Cadastro) ou etapas do processo de inventário, assim como variações de cada ficha principal de módulo, de acordo com necessidades particulares de sistematização (IPHAN, 2009).

O presente inventário tomou por base as fichas do chamado Módulo 3 – Cadastro, adaptando-as de maneira a atender as necessidades da investigação. A estrutura foi definida em sete itens principais: Identificação; Localização; Imagens; Dados Históricos; Informações Complementares; Acervos e Referências.

O item 1 – Identificação – contém campos para catalogação das informações sobre a nomenclatura utilizada pela empresa, usualmente (nome fantasia) e oficialmente (razão social). Traz um número de referência da ficha, atribuído pelo autor em função da cronologia do ano de instalação das fábricas. Algumas empresas possuíram mais de uma razão social ao longo de sua existência. Nestes casos, o respectivo campo é preenchido com a última averiguada. O item 2 – Localização – lista o endereço da fábrica (rua e bairro), bem como suas coordenadas geográficas, obtidas através do *software* Google Earth Pro. Nos casos em que a fábrica, ao longo de sua existência, funcionou em mais de um endereço, o campo é preenchido apenas com o último, considerado o definitivo. Foram verificados, ainda, casos em que fábricas de proprietários diferentes se sucederam no uso de um determinado espaço. O item 3 – Imagens – reserva espaço para uma imagem de satélite da área onde está inserida a edificação fabril, assim como para uma imagem atual do sítio.

No item 4 – Dados Históricos – estão dispostos campos para colocação do nome do proprietário do estabelecimento. Igualmente, o preenchimento corresponde, prioritariamente, ao nome do responsável pelos negócios na atualidade ou quando do fim das atividades. Outros campos deste item apontam as datas de início e término das atividades da fábrica inventariada – quando a pesquisa as pôde precisar, ainda que aproximadamente – e também o uso atual do espaço. Por fim, há um quadro reservado para um texto, em parágrafo único, contendo a síntese das informações históricas sobre a fábrica em estudo, obtida a partir de fontes orais e escritas. As fontes orais consistem de entrevistas, em sua maioria e preferencialmente realizadas com (ex-) proprietários e (ex-) funcionários. O item 5 – Informações Complementares – consiste de um espaço destinado a incluir informações atinentes ao texto da Síntese Histórica, ainda que não fundamentais para seu entendimento. Informações peculiares ou de menor relação com o objeto estudado, também são ali incluídas, quando oportuno.

O item 6 – Acervos – é destinado ao *corpus* imagético e documental do inventário. Está estruturado em forma de tabelas e subdividido em “Rótulos”, “Fotografias”, “Material Publicitário”, “Documentos”, “Plantas” e “Outros”. “Rótulos” é a porção do item destinada à inserção de imagens previamente digitalizadas de rótulos dos produtos, especialmente computas, colocando em evidência este que é o principal elemento

gráfico divulgador do produto. O preenchimento deste subitem procura demonstrar a evolução gráfica dos invólucros das latas e vidros de conservas, seguindo a disposição cronológica dos rótulos encontrados. “Fotografias” é uma seção destinada à inserção de registros fotográficos antigos encontrados e digitalizados durante a pesquisa ou produzidos recentemente pelo autor. Novamente, busca-se a disposição cronológica dos dados. Em “Material Publicitário”, são incluídas propagandas circuladas nos diversos tipos de meios impressos, veiculadas pela empresa na imprensa ou produzidos para distribuição direta ao público, tais como catálogos, *folders*, etc.

Em “Documentos” são reunidas digitalizações de papéis timbrados, ofícios, registros diversos, carteiras profissionais de (ex-) funcionários, entre outros, que sejam pertinentes ao entendimento da história da empresa. “Plantas”, naturalmente, diz respeito à reprodução de desenhos arquitetônicos (pranchas) por ventura encontrados, como plantas-baixas, cortes e fachadas. Por fim, “Outros” é uma seção destinada à inclusão de documentos com caráter efêmero ou inusual, como recibos de gráficas, registros de serviços laboratoriais, guias de exportação, etc.

O sétimo e último item corresponde às referências bibliográficas e documentais, discriminadas como fontes escritas, orais e iconográficas. Com relação às fontes escritas, foram pesquisados almanaques, álbuns, livros, revistas (algumas específicas do setor conserveiro), jornais e guias. Todas estas publicações serviram igualmente à procura de iconografia, tendo sido buscados registros fotográficos junto aos entrevistados. Sobretudo, foram importantes os depoimentos orais. Como escrito anteriormente, foram entrevistados antigos proprietários, funcionários, assim como familiares e pessoas de suas relações. O acesso às fontes esteve atrelado à disponibilidade e à facilidade (ou não) de obtenção das mesmas. A maior amplitude no fichamento das fábricas esteve condicionada ainda fatores, como a ausência de material relativo subsistente nos arquivos institucionais e pessoais ou mesmo a disposição de informantes.

O presente inventário contempla o período de existência de fábricas de conserva na área urbana de Pelotas. Enfim, estão reunidas e registradas muitas informações que podem gerar diferentes investigações que esta tese não tem como abarcar. A documentação iconográfica, em especial, merece pesquisas específicas. Portanto, os itens tratados no decorrer deste capítulo não receberam o mesmo aprofundamento do inventário. Independente dos resultados alcançados, este

inventário tem principalmente a pretensão de servir como registro, instrumento de conhecimento e de proteção. É preciso dizer que esta documentação está sendo doada e faz parte de exposição e de acervo do Museu do Doce, da Universidade Federal de Pelotas. Isso significa que, mesmo antes de finalizada, esta tese vem expandindo o conhecimento gerado, em especial através do inventário.

3.2 Reflexões Quantitativas

A seguir, serão feitas observações quantitativas acerca dos dados obtidos. As análises estão dispostas de acordo com a estrutura das fichas.

O presente inventário encontrou registros de um total de 47 fábricas que funcionaram na zona urbana da cidade de Pelotas, em diferentes épocas. A fábrica mais antiga da zona urbana é a Schramm, de Guilherme Schramm, fundada em 1895 na rua General Osório, ao lado da funilaria da família. Curiosamente, é também a fábrica mais longeva. Encontra-se ainda em plena atividade, ainda que atualmente com endereço na zona rural da cidade.

É importante observar que as 47 fábricas encontradas **não correspondem** ao mesmo número de espaços físicos ou endereços distintos na zona urbana. Alguns endereços foram utilizados, ao longo do tempo, por mais de uma razão social, distintas e independentes entre si. No total, foram verificados 41 espaços físicos utilizados pelas fábricas, ao longo do tempo. Portanto, seis fábricas apresentaram sucessões no uso de seus espaços físicos, por razões sociais distintas, as quais estão apresentadas na Figura 93, em que também estão especificadas as relações de sucessão de cada espaço em questão:

Sucessões em espaços físicos fabris		
Fábricas que originalmente ocuparam um determinado espaço	Fábrica sucessora 1	Fábrica sucessora 2
CORONEL (1951 a 1954)	SOUTO (1954 a 1969)	MELLO (1969 a 1978)
PELOTENSE (1934 a 1971)	ABEL DOURADO (1971 a 1986)	PETER (1986 a 2004)
POMMERENING (1951 a 1978)	EXTRA-FRUTA (1981 a 1997)	-----
MANTA (1964 a 1983)	SELL (1983 a 1992)	SHELBY (1997)
LEBRE (1930 a 1988)	FRUTA-SUL (1988 a 1989)	-----
ALMEIDA (1936 a aprox.1996)	FRUTA-SUL (1996 a 1997)	SHELBY (1998)
Total: 6 fábricas (12,8%)		

Figura 93 – Sucessões em espaços físicos fabris. Pelotas. RS.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no inventário, 2017.

As sucessões acima mencionadas são as mais significativas. Era frequente, entre as fábricas, o uso temporário do espaço de concorrente, por arrendamento ou por locação. Esta situação estava ligada ao aproveitamento do maquinário – geralmente ocioso – da fábrica locada ou arrendada, visando o período de uma ou mais safras de pêssego. É o caso, por exemplo, da fábrica Peres (ver Anexo L), que, tendo as suas atividades encerradas no ano de 1968, locou seu maquinário e espaço fabril – mantido em bom estado –, para os irmãos Souto, de 1º de dezembro de 1970 ao fim de janeiro de 1972 (duas safras da fruta).

Algumas fábricas tiveram suas edificações comprometidas parcial ou completamente. Foram demolidas, ao todo, oito fábricas. Outras duas estão em ruínas, salientando-se o caso da Agapê, cujo processo de arruinamento e dilapidação é recente e, conforme depoimentos, acelerado pela ação humana. A situação é tanto mais grave em função do valor arquitetônico do complexo da antiga fábrica, que a diferenciava em relação às demais (Figura 94).

Fábricas cujas edificações foram demolidas	ÁGUIA (1904-1912); ALLIANÇA (1904-1922); AMAZÔNIA (1909-1911); LEAL SANTOS (1912-1992); BROD (1915-1970); SULMAR (1954-1960); ALVA (1960-1980); SOBERBA (1992-1996).
	8 fábricas
Fábricas cujas edificações estão em arruinamento	LEBRE (1930-1988); AGAPÊ (1959-1996).
	2 fábricas
Total: 10 fábricas (21,3%)	

Figura 94 – Relação das fábricas de conservas urbanas que tiveram suas edificações comprometidas parcial ou completamente. Pelotas. RS.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no inventário, 2017.

A Figura 95 mostra a quantidade de fábricas que chegaram a coexistir, por década. Nela, fica evidenciado o período de maior incidência de empresas na zona

urbana. Nas décadas de 1960 e 1980, que constituem os picos, chegaram a coexistir 21 fábricas.

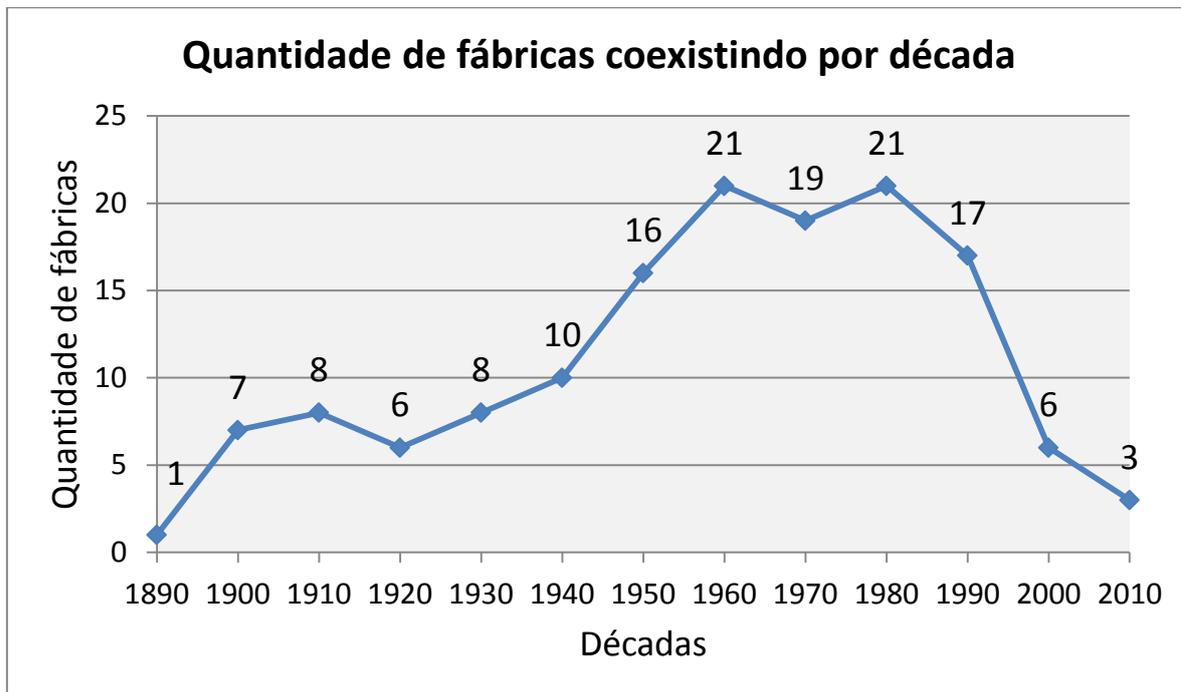


Figura 95 – Quantidade de fábricas de conservas coexistindo por década na zona urbana. Pelotas. RS.
Fonte: Elaborado pelo autor, com base no inventário, 2017.

Na Figura 96 estão distribuídas por década as fábricas implantadas ao longo do tempo na zona urbana. Estão incluídas fábricas que em sua origem surgiram na cidade, bem como aquelas que nasceram em outro local que não a zona urbana de Pelotas, transferindo endereço posteriormente. Neste caso, foi considerada a data de fixação na zona urbana.

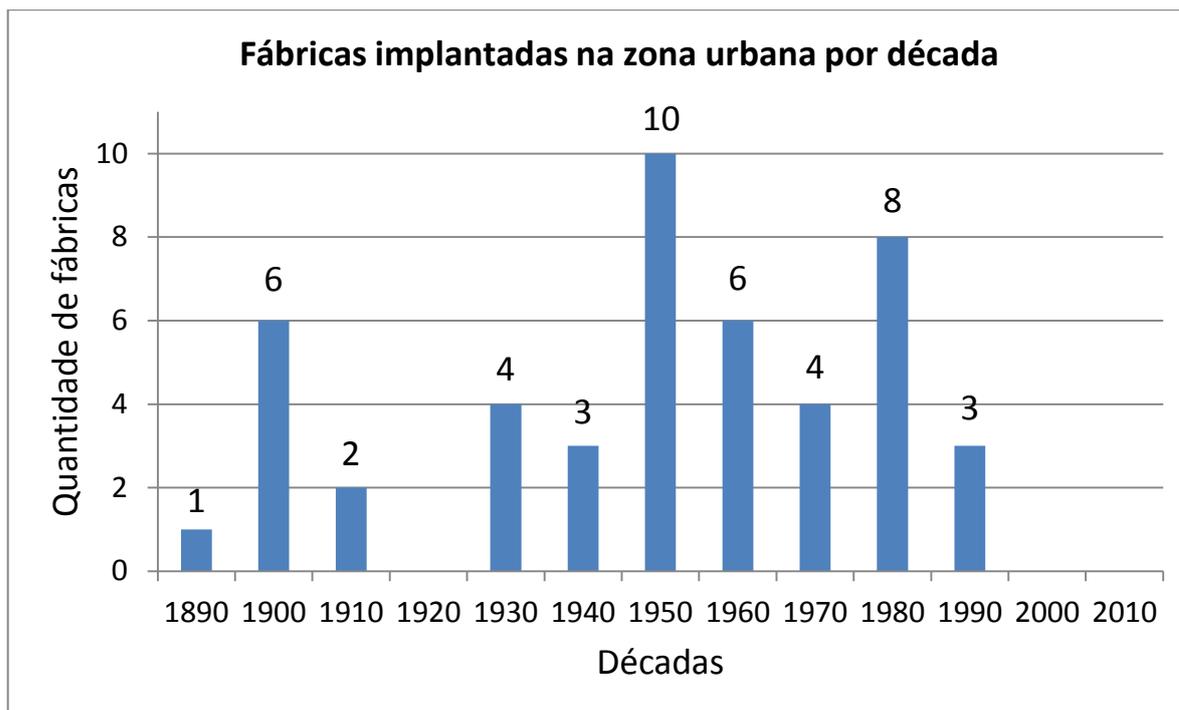


Figura 96 – Quantidade de fábricas surgidas na zona urbana, por década. Pelotas. RS.
Fonte: Elaborado pelo autor, com base no inventário, 2017.

Das 47 fábricas encontradas na zona urbana, cinco continuam em atividade: Schramm, Cantarelli, Shelby, Olé e Oderich. Algumas ainda desenvolvem atividades na zona urbana; outras não mais. Dentre as três fábricas que permanecem na cidade, a mais longeva é a Cantarelli (1964). Olé e Oderich se instalaram recentemente no município. Quanto às duas fábricas que deixaram a zona urbana, a Schramm desenvolve suas atividades na zona rural de Pelotas desde 1969. A Shelby se mudou para o município de Capão do Leão em 1999 e constitui o único caso de fábrica que surgiu na zona urbana e se encontra ativa em outro município¹. A fábrica Sória também se transferiu para o município de Capão do Leão no ano de 1982, porém lá funcionou até o ano de 1994 (Figura 97).

Fábricas em atividade que permanecem na zona urbana	CANTARELLI; OLÉ; ODERICH.
Fábricas em atividade que deixaram a zona urbana	SCHRAMM; SHELBY.

Figura 97 – Relação de fábricas que iniciaram na zona urbana e cuja permanência de atividade se dá na zona urbana ou fora dela. Pelotas. RS.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no inventário, 2017.

¹ A Shelby tem em seu histórico muitas mudanças de endereço, incluindo um terceiro município, sem jamais ter edificado prédio próprio (ver ficha nº 30 do inventário).

Localização

Quanto à localização, foi observada a noção de bairros, divisão urbano-administrativa vigente no período em estudo². Sendo assim, entre as fábricas levantadas, 20 estavam situadas no Bairro Três Vendas; 13, no Fragata; 13, no Centro/Porto³; e uma ficava nos limites do Bairro Areal. Em suma, 42,55% das fábricas se localizavam na região do Bairro Três Vendas. As fábricas sediadas nas regiões dos bairros Fragata e Centro (incluindo o Bairro Porto) representam, cada, 27,65%. A única fábrica localizada no limite leste do Bairro Areal representa, por sua vez, 2,15% do total.

Ainda quanto à localização, 37 fábricas mantiveram seu endereço urbano original desde sua fundação ou desde a ocasião de sua fixação na zona urbana⁴ (Figura 98).

Fábricas que mantiveram seu endereço urbano original	ALLIANÇA; AMAZÔNIA; M. GENTILINI; JOÃO SCHRAMM; LEALSANTOS; BROD; LEBRE; PELOTENSE; ALMEIDA; ANGLO; SUL-RIOGRANDENSE; COLOSSO; POMMERENING; PERES; CORONEL; HELOMAR; SULMAR; SOUTO; COLOMBINA; 3R; MANTA; VEGA; SÓRIA; MELLO; ABEL DOURADO; CICASUL; CAVG; SIQUEIRA; EXTRA-FRUTA; PLIMOR; SELL; PETER; CLATAR; EMBALA; SOBERBA; OLÉ; ODERICH.
	Total: 37 fábricas
Fábricas que modificaram seu endereço urbano original	SCHRAMM; ÁGUIA; SEM-RIVAL; SACCO; WIPA; AGAPÊ; ALVA; CANTARELLI; SHELBY; FRUTA-SUL.
	Total: 10 fábricas (21,3%)

Figura 98 – Relação de fábricas quanto à manutenção de seus endereços urbanos originais, desde sua fundação ou desde a ocasião de sua fixação na zona urbana. Pelotas. RS.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no inventário, 2017.

Com relação ao Distrito Industrial, apenas três fábricas de conservas de pêssegos nele se localizaram. São elas, por ordem de instalação: CICASUL (1971), Vega (1973) e Cantarelli (1975). Houve ainda a aquisição de um terreno no local

² A divisão do tecido urbano em bairros, em Pelotas, formalmente estava presente nos dois primeiros planos diretores da cidade (1968 e 1980, respectivamente). Atualmente, o III Plano Diretor de Pelotas não mais estabelece a administração do território com base nessa divisão e sim em macro e micro zoneamentos. (Ver nota nº 1 da Introdução, à página 21).

³ Os bairros Centro e Porto foram analisados conjuntamente por sua proximidade geográfica e de caráter urbanístico no período estudado.

⁴ Algumas fábricas foram fundadas fora da zona urbana, apenas se mudando para esta *a posteriori*.

pela fábrica Leal Santos. A empresa, no entanto, não se mudou, tampouco começou qualquer construção nele.

Quanto ao uso do espaço físico das fábricas, sete mantiveram a função fabril, não necessariamente no mesmo ramo alimentício, de conservas de pêssego. Destas sete, três continuam produzindo compotas de pêssegos. São os casos das fábricas Cantarelli (1964-), Olé (1992-) e Oderich (1997-) (Figura 99).

Fábricas cujo espaço físico se manteve como de uso fabril	SEM-RIVAL; SUL-RIOGRANDENSE; CANTARELLI; CAVG; SELL; OLÉ; ODERICH.
	Total: 7 fábricas (15%).

Figura 99 – Relação das fábricas cujo espaço físico se manteve como de uso fabril. Pelotas. RS.
Fonte: Elaborado pelo autor, com base no inventário, 2017.

Outras dez fábricas têm seu espaço físico atualmente dedicado a outros usos que não o fabril. Através de adaptações diversas, os edifícios destas antigas fábricas passaram a servir às funções de comércio (três fábricas), serviço (duas), institucional (duas). Outras três fábricas tiveram seus espaços reaproveitados para mais de uma função (uso misto) (Figura 100).

Fábricas cujo espaço físico foi destinado ao uso comercial	SCHRAMM; JOÃO SCHRAMM; CLATAR.
Fábricas cujo espaço físico foi destinado ao uso serviço	PERES; PLIMOR.
Fábricas cujo espaço físico foi destinado ao uso institucional	ANGLO; CICASUL.
Fábricas cujo espaço físico foi destinado a uso misto	COLOMBINA; SHELBY; EXTRA-FRUTA.
	Total: 10 fábricas (21,3%)

Figura 100 – Relação de fábricas com espaço físico atualmente dedicado a outros usos que não o fabril. Pelotas. RS.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no inventário, 2017.

Sobre as fábricas cujo espaço físico foi destinado a uso misto, é necessário ressaltar que as edificações utilizadas pela Shelby na zona urbana foram construídas no ano de 1936 para sediar, originalmente, a fábrica de conservas Almeida (ver Figura 93). Caso semelhante ocorreu com a Extra-Fruta, que utilizava edificações construídas originalmente pela Pommerening.

Em síntese, de um total de 47 fábricas, 25,6% têm seu espaço físico sem uso/fechado; 21,3% tiveram suas edificações comprometidas parcial ou completamente; 21,3% têm seu espaço físico atualmente dedicado a outros usos que não o fabril; 15% mantiveram o uso fabril; 12,8% apresentaram sucessões no uso de seus espaços físicos por diferentes razões sociais e 4,3% mantêm atividade fora da zona urbana. É notável que 46,9% dos edifícios fabris tenham sucumbido, ainda que pese o fato de se tratarem, muitas delas, de fábricas fundadas há mais tempo. Por outro lado, dentre os 15% que mantêm o uso original, apenas três fábricas mantêm produção de compotas de pêssago na zona urbana (Figura 101).

QUADRO SÍNTESE		
Fábricas que têm seu espaço físico sem uso/fechado	SACCO; M. GENTILINI; WIPA; COLOSSO; HELOMAR; 3R; VEGA; SÓRIA; MELLO; SIQUEIRA; PETER; EMBALA.	25,6%
	12 fábricas	
Fábricas que tiveram suas edificações comprometidas parcial ou completamente	ÁGUIA; ALLIANÇA; AMAZÔNIA; LEAL SANTOS; BROD; SULMAR; ALVA; SOBERBA; LEBRE; AGAPÊ.	21,3%
	10 fábricas	
Fábricas que tiveram seu espaço físico atualmente dedicado a outros usos que não o fabril	SCHRAMM; JOÃO SCHRAMM; CLATAR; PERES; PLIMOR; ANGLO; CICASUL; COLOMBINA; SHELBY; EXTRA-FRUTA.	21,3%
	10 fábricas	
Fábricas que mantiveram o uso fabril de seus espaços físicos	SEM-RIVAL; SUL-RIOGRANDENSE; CANTARELLI; CAVG; SELL; OLÉ; ODERICH.	15,0%
	7 fábricas	
Fábricas que apresentaram sucessões no uso de seus espaços físicos por diferentes razões sociais	PELOTENSE; ALMEIDA; LEBRE; CORONEL; POMMERENING; MANTA.	12,8%
	6 fábricas	
Fábricas que mantêm atividade fora da zona urbana	SCHRAMM; SHELBY.	4,3%
	2 fábricas	
Total:	47 fábricas	100%

Figura 101 – Quadro síntese. Pelotas. RS.
Fonte: Elaborado pelo autor, com base no inventário, 2017.

Com relação à obtenção de informações históricas, foi possível reunir dados sobre a quase totalidade das fábricas levantadas (41 de 47). Sobressaem-se os casos dos estabelecimentos Agapê, Helomar, Leal Santos e Peres, pela abundância de fontes. Sobre duas empresas, Coronel e Shelby, foi possível obter apenas históricos breves. Impossível obter informações de quatro fábricas: João Schramm;

Sul-riograndense; Sell e Fruta-Sul. A obtenção de dados históricos foi calçada especialmente na apuração de entrevistas semiestruturadas com pessoas relacionadas à história das fábricas, bem como na análise da bibliografia, das fontes escritas e iconográficas disponíveis.

Quanto à obtenção de iconografia, foi possível reunir rótulos de 23 fábricas. Destacam-se os casos das empresas Helomar; Wipa; 3R; Schramm e CAVG, pela abundância de rótulos encontrados. Das outras 24, não possível reunir quaisquer rótulos. A Figura 102 apresenta um rótulo comemorativo ao bicentenário da cidade de Pelotas, elaborado pela fábrica Cantarelli.



Figura 102 – Rótulo de compotas de pêsego da Conservas Cantarelli, comemorativo do bicentenário de Pelotas, 2012. Pelotas. RS.
Fonte: Acervo Conservas Cantarelli.

Ainda quanto à iconografia reunida, as fotografias têm papel importante no levantamento. Foram obtidos registros fotográficos de 40 das 47 fábricas levantadas. Em sua grande maioria, são de autoria de terceiros e cedidos pelos entrevistados. Alguns foram extraídos da bibliografia consultada. Salientam-se, entre as mais antigas, os casos das fábricas Aliança e Leal Santos, pela abundância de imagens. Os registros fotográficos da fábrica Aliança são exclusivamente provenientes da bibliografia relativa. Outras fábricas sobre as quais abundaram fotografias são a Alva; Agapê e Pommerening.

Além do mencionado anteriormente, foram efetuadas fotografias recentes e atuais. Este procedimento permitiu acompanhar modificações de algumas fábricas. A Alva, por exemplo, cujos dados foram apanhados pelo autor nos anos de 2009, 2010 e 2017, teve sua degradação documentada. Em 2009, persistiam todas as edificações da antiga fábrica (que encerrara suas atividades no ano de 1980), relativamente íntegras, abrigando na ocasião uma empresa metalúrgica; em 2010, todo o complexo edificado estava demolido, incluindo a chaminé, restando os resíduos construtivos espalhados pelo terreno; em 2017 foi registrado o terreno preparado para o início das obras de um condomínio residencial⁵ (Figura 103). Outro caso interessante foi o da antiga fábrica Lebre, fotografada em 2009 e 2017. As fotos mostram o avanço da degradação e do arruinamento dos prédios da fábrica, que já consumiram algumas paredes e uma guarita (Figura 104).



Figura 103 – Conservas Alva: degradação, demolição e reutilização do sítio. Anos de 2009, 2010 e 2017. Pelotas. RS.
Fonte: Fotografia do autor.



Figura 104 – Conservas Lebre: avanço da degradação e do arruinamento. Pelotas. RS.
Fonte: Fotografia do autor.

⁵ A realização, pela municipalidade, de obras de qualificação do sistema viário e de infraestrutura na Avenida Assis Brasil, promoveu a valorização do terreno da antiga fábrica Alva, recentemente escolhido para a construção de um condomínio residencial.

A pesquisa obteve dados na forma de documentos impressos e manuscritos de 12 das 47 fábricas levantadas. Sobressai-se o caso da Fábrica Peres, sobre a qual foi possível obter documentos como: recibos de pagamentos da antiga empresa fornecedora de energia elétrica *Light & Power*; guias de exportação; correspondências com agências responsáveis pelo encaminhamento do registro da marca e do rótulo da compota junto ao Departamento Nacional de Propriedade Industrial (DNPI); renovação de registros de marca (decenal); recibos de compras de material gráfico junto a editoras; recibos de compras de maquinário; declaração de firma; contrato de locação do prédio para terceiros. Além destes, foram reunidos certificados de análise de conformidade sanitária junto ao Laboratório de Bromatologia Departamento de Higiene do Distrito Federal e junto ao Instituto de Pesquisas Biológicas do Departamento Estadual de Saúde. Estes certificados eram obrigatórios a todas as fábricas, para atestar a legalidade de seu funcionamento.

Outra fonte iconográfica de grande importância para a leitura da história das fábricas é o material publicitário. Além dos anúncios (reclames), era frequente a presença de propagandas das fábricas nos jornais locais, por ocasião do Natal, Ano Novo e datas de aniversários dos periódicos. As propagandas eram veiculadas também em almanaques, revistas e álbuns. Fábricas mais contemporâneas chegaram a produzir propaganda na forma de vídeo, dos quais foram extraídos fotogramas e incluídos nas respectivas fichas. Foram obtidos materiais publicitários de 20 das 47 fábricas levantadas. Pela abundância de material publicitário encontrado, salientando-se as fábricas Almeida; Agapê; Helomar e Vega.

Encerrando o item Acervos das fichas, há o espaço destinado a possíveis registros dos projetos arquitetônicos (plantas-baixas, cortes, fachadas e outros desenhos) ou de outros esquemas de funcionamento (organogramas, fluxogramas). Foram obtidas plantas de apenas quatro das 47 fábricas levantadas. Um fato digno de nota foi a obtenção de uma Planta de Tratamento de Efluentes, elaborada pela Agapê em 1980 para escoamento de seus dejetos e encaminhada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Esta obra foi executada e constitui um caso pioneiro de preocupação ambiental no setor conserveiro.

Sobre a identificação de profissionais arquitetos, construtores e engenheiros que atuaram na elaboração de projeto ou na construção das fábricas levantadas,

poucos foram os nomes encontrados. Através de Delanoy (2012), foi apontada a autoria de Julio Delanoy⁶ no projeto arquitetônico da fábrica Sul-riograndense, elaborado em 1947. No mesmo ano, Julio Delanoy, engenheiro-arquiteto francês aqui radicado assinou ainda um novo “armazém” para a Leal Santos. Ambos foram executados pelo construtor Lauro de Moura e Cunha, engenheiro civil e sócio de Julio. No ano de 1962, a fábrica Peres construiu um novo edifício, com projeto do arquiteto e urbanista Geraldo Delanoy, filho de Julio Delanoy. O prédio era considerado “moderno” pelo emprego de *sheds*, tipo de iluminação zenital. No ano anterior, 1961, havia sido inaugurado o edifício próprio das Conservas Agapê, também projetado por Geraldo. A fábrica seria ampliada nos anos de 1972 e 1986, com projetos do arquiteto e urbanista Ari Marangon e do engenheiro Isidoro Halpern. Nos projetos das três etapas de construção da Agapê foi também incluído o emprego do *shed*. Sua Planta de Tratamento de Efluentes, elaborada em abril de 1980, foi projetada pelo engenheiro civil e sanitaria Marcelino Mendes Neto. Foi apurada também a autoria dos projetos de ampliação das Conservas Helomar, ocorridos em maio de 1975, em meio a um processo de modernização da empresa. O responsável foi o arquiteto e urbanista Paulo Afonso Rheingantz, filho do proprietário.

As fontes orais trabalhadas consistiram de depoimentos, obtidos junto a ex-funcionários, proprietários, familiares de proprietários, prestadores de serviços, fornecedores de matéria-prima e outras pessoas que tiveram alguma relação, direta ou indireta, com as fábricas estudadas. Proprietários, antigos proprietários e sócios-proprietários foram as fontes orais exclusivas de quatro das 47 fábricas levantadas; familiares de proprietários, familiares de antigos proprietários e familiares de sócios-proprietários foram as fontes orais exclusivas de outras sete fábricas; funcionários e ex-funcionários, por sua vez, foram as fontes orais exclusivas de seis. Não foi possível obter informações orais de sete fábricas, pela inviabilidade de contato com quaisquer pessoas relacionadas à sua história. A figura 105 aponta o panorama completo dos tipos de fontes orais obtidas.

⁶ Conforme Delanoy (2012, p.12), Julio Delanoy nasceu em 1902 em Canlers, no departamento de Pas-de-Calais na França. Formado pela *École Spéciale des Travaux Publics du Batiment et de L'Industrie* – ESTP, emigrou para o Brasil em 1926. No mesmo ano, chegou a Pelotas, após permanecer por um curto período em Porto Alegre, participando da elaboração de projetos complementares para ampliação, reformas e paisagismo dos jardins do Palácio Piratini.

Tipos de fontes orais dos históricos obtidos		
01	Apenas Proprietários , antigos proprietários e sócios-proprietários.	SCHRAMM; CANTARELLI; SIQUEIRA; SOBERBA.
02	Apenas Familiares de proprietários, familiares de antigos proprietários e familiares de sócios-proprietários.	ALLIANÇA; SACCO; LEAL SANTOS; COLOSSO; PERES; SOUTO; AGAPÊ;
03	Apenas Ex-funcionários	ANGLO; CORONEL; VEGA; ABEL DOURADO; CICASUL; CLATAR.
04	Proprietários , antigos proprietários e sócios-proprietários + Familiares de proprietários, familiares de antigos proprietários e familiares de sócios-proprietários.	EMBALA; SHELBY; FRUTA-SUL.
05	Proprietários , antigos proprietários e sócios-proprietários + Familiares de proprietários, familiares de antigos proprietários e familiares de sócios-proprietários + Ex-funcionários	MANTA.
06	Proprietários , antigos proprietários e sócios-proprietários + Familiares de proprietários, familiares de antigos proprietários e familiares de sócios-proprietários + Terceiros	3R.
07	Proprietários , antigos proprietários e sócios-proprietários	POMMERENING.

	<p style="text-align: center;">+ Ex-funcionários</p>	
08	<p>Proprietários, antigos proprietários e sócios-proprietários</p> <p style="text-align: center;">+ Terceiros</p>	WIPA.
09	<p>Familiares de proprietários, familiares de antigos proprietários e familiares de sócios-proprietários</p> <p style="text-align: center;">+ Ex-funcionários</p>	HELOMAR; EXTRA-FRUTA.
10	<p>Familiares de proprietários, familiares de antigos proprietários e familiares de sócios-proprietários</p> <p style="text-align: center;">+ Terceiros</p>	PELOTENSE; PLIMOR.
11	<p>Familiares de proprietários, familiares de antigos proprietários e familiares de sócios-proprietários que também são ex-funcionários da fábrica</p>	BROD; SÓRIA; PETER.
12	<p>Familiares de proprietários, familiares de antigos proprietários e familiares de sócios-proprietários</p> <p style="text-align: center;">+</p> <p>Familiares de proprietários, familiares de antigos proprietários e familiares de sócios-proprietários que também são ex-funcionários da fábrica</p>	ALVA.
13	<p>Familiares de proprietários, familiares de antigos proprietários e familiares de sócios-proprietários</p> <p style="text-align: center;">+ Ex-funcionários</p>	LEBRE; MELLO.

	<p style="text-align: center;">+</p> <p style="text-align: center;">Familiares de proprietários, familiares de antigos proprietários e familiares de sócios-proprietários que também são ex-funcionários da fábrica</p>	
14	<p style="text-align: center;">Familiares de proprietários, familiares de antigos proprietários e familiares de sócios-proprietários</p> <p style="text-align: center;">+</p> <p style="text-align: center;">Ex-funcionários</p> <p style="text-align: center;">+</p> <p style="text-align: center;">Familiares de proprietários, familiares de antigos proprietários e familiares de sócios-proprietários que também são ex-funcionários da fábrica</p> <p style="text-align: center;">+</p> <p style="text-align: center;">Terceiros</p>	ALMEIDA.
15	<p style="text-align: center;">Ex-funcionários</p> <p style="text-align: center;">+</p> <p style="text-align: center;">Terceiros</p>	SULMAR; COLOMBINA; CAVG.
16	Apenas terceiros	SEM-RIVAL; OLÉ.
17	Fábricas sobre as quais não se pôde obter informação através de fontes orais	ÁGUIA; AMAZÔNIA; M. GENTILINI; JOÃO SCHRAMM; SUL-RIOGRANDENSE; SELL; ODERICH.

Figura 105 – Tipos de fontes orais dos históricos obtidos pela pesquisa. Pelotas. RS.
 Fonte: Elaborado pelo autor, com base no inventário, 2017.

Com relação a fontes escritas, foram obtidas informações sobre 22 das 47 fábricas levantadas. Com relação aos registros provenientes da bibliografia, predominaram aqueles sobre as fábricas mais antigas. Após a década 1930, são escassos os registros em bibliografia das fábricas de conservas, o que parece estar relacionado com o surgimento de novos tipos de veiculação publicitária e de mídia.

3.3 Reflexões qualitativas

A seguir, são feitas observações qualitativas a respeito dos dados obtidos. As análises estão dispostas de acordo com a estrutura das fichas.

Através da análise das 47 fábricas levantadas, é possível perceber seu caráter familiar. Ainda que em menor medida do que o ocorrido na zona colonial (BACH, 2009), as fábricas da zona urbana, em sua maioria, também se valem de estruturas arquitetônicas próximas às das residências das famílias fundadoras e das forças de trabalho dos braços familiares. A fábrica de conservas Brod, por exemplo, foi implantada anexa ao entreposto comercial da família, no Bairro Três Vendas. As conservas Peres, por sua vez, tiveram início em parte de um antigo matadouro de suínos, anexo à residência da família.

O caráter familiar também está presente na sucessão de algumas fábricas levantadas. A Schramm tem longa tradição familiar, iniciada pelo avô e continuada pelo pai do atual proprietário, Carlos Otto Schramm. Luiz Carlos Duarte Zanotta, fundador da Shelby, por sua vez, passou o controle da empresa a seu filho, Amílcar Zanotta, atual proprietário. Caso curioso foi o das conservas Almeida, cujo fundador Manoel Pereira de Almeida, tendo apenas quatro filhas mulheres, deu apenas cargos diretivos a seus quatro genros.

Quanto à presença da família como força de trabalho, interessante notar que os familiares eram geralmente empregados em funções de coordenação e controle do ambiente de trabalho e da produção, ou seja, funções-chave. No caso das conservas Alva, o controle do ambiente de trabalho era exercido pela pessoa da esposa do proprietário, D. Zeli Alvariza (Figura 106). De forma análoga, a família foi

importante para a fábrica de conservas Souto, que teve sua origem na associação entre pai e filhos.



Figura 106 – Ao centro, de uniforme diferenciado, Zeli Alvariza, coordenando o ambiente de trabalho da fábrica de conservas Alva. Pelotas. RS. 1968.

Fonte: Acervo Dilmar Cunha Alvariza.

A natureza da organização familiar deste tipo de estabelecimento está presente, inclusive, na nomenclatura de muitas das razões sociais e dos nomes fantasia das fábricas. Era comum o emprego do nome ou do sobrenome do proprietário como nome da fábrica. “Helomar”, por exemplo, é um nome criado a partir da junção das primeiras sílabas do nome próprio “Heloísa” com as de “Marina”; respectivamente irmã mais velha e mãe do proprietário Oscar Rheingantz. Assim também o nome fantasia “Agapê” faz referência às iniciais “H” e “P” do fundador daquela fábrica, o industrial Hugo Poetsch. Outro caso emblemático é o da fábrica “3R”, cujo nome fantasia foi escolhido em função de serem três letras “R” as iniciais do nome de Reneu Ribeiro Rodrigues, seu proprietário. A fábrica “Wipa” também deve seu nome à junção de sílabas iniciais dos nomes do proprietário, Willy Partzsch. Um caso curioso e de difícil associação é o da fábrica “Sória”. A primeira sílaba formadora corresponde à primeira sílaba do sobrenome de um dos sócios, Paulo Eduardo B. Soares. A outra sílaba formadora do nome, por sua vez, corresponde à segunda sílaba do nome Maria, comum às esposas dos outros dois sócios da fábrica (Maria Amália e Maria José).

Entre as 47 fábricas levantadas há dois casos peculiares no que diz respeito à comercialização de pêssego. Trata-se de fábricas que apenas inseriam seus rótulos sobre “latas brancas”, produzidas por terceiros. “Lata branca” é uma expressão comumente empregada para se referir às latas cheias de conserva de pêssego,

prontas para o consumo, faltando apenas o respectivo rótulo. O uso de latas brancas caracterizava aquilo que ficou conhecido como “trabalhar por comissão”. Determinada fábrica poderia comprar latas brancas de outra e comercializá-las, sem efetivamente produzi-las. Um caso comprovado, e que foi emblemático, é o das compotas Colombina, marca inserida nos rótulos das latas comercializadas pela empresa Ferreira & Irmão. A produção das conservas Colombina era oriunda da zona rural da cidade, tendo sido um de seus maiores fornecedores as fábricas de Nestor Eliseu Crochemore e José Luiz Rodrigheiro, produtores com sede na localidade de Vila Nova, 7º Distrito de Pelotas (BACH, 2009). A Ferreira & Irmão nunca produziu o pêssego em compotas que comercializava. Era caracterizada por vendas em atacado, feitas em seus grandes armazéns (Figuras 107 e 108).



Figura 107 – Filhas dos industriais (zona rural) Rodrigheiro e Crochemore, fabricantes das latas de compotas que recebiam a marca Colombina, da firma Ferreira & Irmão; detalhes da placa de identificação e da marca Colombina. Pelotas. RS. 1967.

Fonte: Acervo Joana Rodrigheiro.



Figura 108 – Armazéns da firma Ferreira & Irmão no encontro da Rua Santos Dumont com Rua Antônio dos Anjos. Pelotas. RS.

Fonte: Acervo Guilherme Pinto de Almeida.

Outro caso peculiar, pelos indícios encontrados, parece ser o da firma Menotti Gentilini, depois Menotti Gentilini & Irmão. Foram encontrados dois rótulos que se referem a uma “Quinta São Vicente” como origem do pêssego, bem como registros de compras de “latas para pêssego” junto à Metalúrgica Guerreiro, além de anúncios. Os anúncios fazem referências a uma “barraca de frutos do país” e nunca a uma fábrica de conservas, ainda que os rótulos comprovem sua comercialização. Estes indícios, porém, não são suficientes para atestar que a firma tenha tido uma fábrica de conservas, antes levam a crer que, possivelmente, os Gentilini apenas rotulassem produções de terceiros. Em menor escala, foi comum, entre as fábricas de conserva da zona urbana, essa prática da “lata branca”.

Um aspecto interessante está na origem de duas fábricas levantadas. São dois casos de fábricas surgidas da transformação de antigas funilarias. Estas funilarias, entre outros serviços, produziam latas de compotas para terceiros. Tanto a funilaria de Guilherme Schramm quanto a de José Sacco (nome aportuguesado para Giuseppe Sacco), tendo em vista o crescimento do setor conserveiro local, refletido na crescente demanda de encomendas recebidas, motivaram a adaptação em direção àquele negócio. Guilherme Schramm e seu filho, Guilherme Schramm Filho, trabalhavam com funilaria, pelo menos desde a década de 1880, e decidiram pela abertura de uma fábrica própria de conservas de pêssego, no ano de 1895. A atividade inicial, porém, continuou por muitos anos, tendo em vista o diminuto período de atividade da safra do pêssego durante o ano. Outro exemplo similar é o das conservas Sacco, cuja fabricação de compotas iniciou no ano de 1906, a partir da antiga funilaria fundada pelo imigrante italiano Giuseppe (José) Sacco, que chegara em 1896 ao Brasil. No caso dos Sacco, porém, a funilaria continuou após o término da fabricação de compotas de pêssego, em 1947.

A grande fornecedora de diversos tipos de latas para muitas fábricas da cidade e região, incluindo as utilizadas pelo setor conserveiro, foi a Metalúrgica Guerreiro. Fundada em 1875 pelo imigrante português Antônio Guerreiro, a empresa, que funcionou até meados da década de 1980, fornecia a maioria das latas utilizada pelo setor. Após o falecimento do fundador e o prosseguimento dado pela viúva, Dona Maria Rita Guerreiro, em 1938 a direção da metalúrgica foi assumida por Anacleto Firpo, conhecido como “Coronel”. Anacleto teve papel importante no desenvolvimento do setor conserveiro local. Com relação às

conservas de pêssego, foi apurado que criara o hábito de fazer uma doação de 1.000 latas à fábrica que estivesse iniciando suas atividades, como forma de incentivo e também com vistas a estabelecer um futuro vínculo de negócios com aquele determinado industrial agraciado. Sujeito bem visto entre proprietários de fábricas, Anacleto ainda é reputado como difusor de muitos conhecimentos atinentes à atividade industrial conserveira, que colhia e repassava entre os diversos industriais com os quais negociava e lidava. O acesso a registros em um antigo livro-caixa da metalúrgica, datado da primeira década do século XX, também apontou a venda “fiada” de latas. As latas eram cedidas “por conta” aos industriais, para pagamento *a posteriori*.

Conforme demonstrado pela Figura 95, o auge do setor conserveiro de pêssego na zona urbana ocorre nas décadas de 1960 a 1980. Comparativamente, em relação às fábricas na zona rural (BACH, 2009), o pico ocorreu na década de 1960, precedido por um crescimento significativo na década de 1950 e sucedido por um declínio vertiginoso na década seguinte, 1970. Antes da década de 1950, o consumo das compotas era baixo, local e regional. Além disso, a exportação em grande escala era inviável, devido às estradas existentes, de difícil trânsito. Com a priorização e o incremento da malha rodoviária pelo governo Juscelino Kubitschek, no final de década de 1950, os entraves foram removidos, possibilitando a expansão dos negócios pelos produtores. Isto permitiu que as conservas pelotenses em geral, especialmente as de pêssego, chegassem aos grandes mercados do centro do país, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro.

O crescimento das vendas estimulou uma proliferação de pequenas fábricas de conservas, tanto na zona rural quanto na zona urbana. Nesta época surgiram as primeiras fábricas com capital e oriundas do centro do país. Estas empresas se instalaram na localidade de Ponte Cordeiro de Farias, 5º Distrito, região onde estava situada a maior quantidade dos pomares de pêssego do município, próxima do núcleo urbano, servida por estradas de melhor qualidade e que permitiam fácil transporte de matéria-prima e escoamento da produção. Primeiramente, se instalou a *Red Indian*, com matriz carioca, no ano de 1956. Em 1964, instalaram-se as paulistas Vega e Delrio. Foi neste período que as conservas de pêssego pelotenses se tornaram efetivamente conhecidas no centro do país, onde o consumo do produto aumentou substancialmente, de forma que a maioria da produção passou a ter esse

destino. Pelotas veria então seu nome ser conhecido e popularizado como “Capital do Pêssego”, “Cidade do Doce”, graças à qualidade de suas compotas (Figura 109).



Figura 109 – Rótulos de compotas destinadas ao mercado do centro do país, contendo a indicação do local de produção, Pelotas.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Na esteira desse sucesso, e em concordância com o que estava sendo panejado como diretriz urbanística, surgiu o Distrito Industrial. A primeira grande indústria a manifestar seu interesse em nele instalar-se foi justamente a paulista CICA, grande agroindústria do centro do país. A chegada da filial da CICA, com maquinário e instalações modernas, veio de encontro ao sistema de produção praticado na região, tradicional e artesanal. Desta forma, as pequenas fábricas foram desafiadas a modernizarem suas instalações e produção, incluindo as filiais das fábricas do centro do país aqui instaladas. As boas práticas sanitárias também foram impostas, por pressão destas fábricas, que passaram a exigir um controle rígido do setor. Essa exigência acarretou o fechamento da grande maioria daquelas pequenas fábricas da zona rural, que não se adaptaram em suas estruturas modestas e familiares. Em contrapartida, as fábricas da zona urbana se aproveitaram destes fechamentos, neles visualizando uma abertura de mercado e de mão de obra. Proliferaram-se então, fábricas na zona urbana.

Quanto aos acervos, considerando que o inventário procura listar a totalidade das fábricas de conserva de pêssigo situadas na zona urbana, houve diversidade quanto à obtenção de material. A quantidade de material obtida variou em função da fábrica pesquisada, independentemente da antiguidade de sua fundação ou da brevidade de existência. Fábricas antigas, como a Leal Santos e a Alliança, tinham abundância de material iconográfico, pelo tipo de material no qual eram veiculadas suas propagandas, como álbuns e almanaques, publicações que, ao longo das décadas, foram sendo cada vez menos utilizadas como expediente publicitário. Ainda que as revistas tenham vindo a substituir aquelas publicações, em termos de suporte publicitário, o espaço para maior detalhamento em relação ao histórico e descrição das fábricas foi severamente reduzido, tornando as publicações recentes rasas, superficiais, como fonte de pesquisa. Assim ocorre com os *sítes* (endereços eletrônicos oficiais), que oferecem poucos dados históricos sobre as empresas em atuação no setor.

De modo geral, há muito a ser feito em relação à preservação da memória do setor. Não são poucos os casos em que, mesmo o contato com os familiares e descendentes dos proprietários, pouco ou nada significou em relação à obtenção de materiais e informações relativas. A fábrica Pommerening, por exemplo, teve boa parte de sua memória perdida, quando do furto de um cofre, no qual estavam reunidos documentos e material iconográfico da empresa. Foram perdidos, segundo o relato de um dos sócios, todas as fotografias, rótulos, documentação contratual, contábil etc., restando apenas a memória oral dos proprietários e funcionários. Não fossem as fotografias cedidas por uma antiga funcionária, não teriam sido encontradas imagens que atestassem uma parte desta memória visual. Para a ficha da fábrica de conservas Sulmar, por sua vez, não foi possível contar com uma fotografia sequer do edifício ou do funcionamento do estabelecimento. O próprio filho do proprietário relatou ter sido levado a descartar os restos dos registros da fábrica, em virtude de terem sido irreversivelmente danificados por uma enchente, que atingiu o local onde eram armazenados.

Tampouco a obtenção de material foi facilitada pela grandeza da fábrica estudada. Casos como o da VEGA e principalmente da CICASUL, filiais de grandes empresas do centro do país, dotadas de maior estrutura, ilustram isso. Destas fábricas, só foi possível reunir material a partir de antigos funcionários.

Aparentemente, registros de suas atividades locais foram remetidos para as matrizes por ocasião do fechamento das filiais. Nem mesmo antigos funcionários de cargos de chefia detinham registros para compartilhar com a pesquisa. Possivelmente, isto se deva, em parte, a uma preocupação estratégica, de preservar segredos industriais da concorrência. Funcionários da CICASUL chegaram a mencionar a existência de quadros com fotografias que documentavam a construção da filial pelotense, a decorar as paredes do estabelecimento, mas não foi possível apurar o paradeiro destas fotografias.

Como foi dito antes, a espacialização das 47 fábricas levantadas demonstrou que 20 delas se localizaram na região das Três Vendas, ao norte da cidade. Outras 13 tiveram lugar na região do Fragata, a oeste. Na zona central, incluindo a região portuária e as margens do leito original do Arroio Santa Bárbara, se localizaram mais 13 fábricas. Por fim, uma única fábrica foi encontrada junto ao limite leste da zona urbana, na região do Areal. A distribuição das fábricas está expressa no mapa da Figura 110.

De modo geral, como nas demais localidades, o desenvolvimento da indústria local dependia de boas condições de infraestrutura, transporte e acesso. Para tal, eram necessárias melhorias. O Porto de Pelotas e sua hidrovia pelo Canal São Gonçalo foram consolidados pela efetiva desobstrução do leito deste. A obra permitiu a chegada de navios maiores, o aumento do mercado consumidor regional e a ampliação das relações comerciais com o restante do mundo, viabilizando significativo aumento da circulação de mercadorias.

Somado a isto, a instalação da Estrada de Ferro Rio Grande-Bagé, em 1884, permitiu o melhor escoamento de grande parte das mercadorias recebidas e expedidas no Porto. Em 1905, o local recebeu a construção de um ramal ferroviário específico, bem como obras de melhoramento do cais, que aperfeiçoaram as operações de carga e descarga (Pimentel, 1940) (Figuras 111 e 112). Essas melhorias, assim como as primeiras obras de saneamento e o advento das instalações de energia elétrica, na década de 1910, ajudaram a consolidar esta zona sul da cidade como endereço preferido da manufatura local.

(PÁGINA DO MAPA GERAL)

(anexo no email)

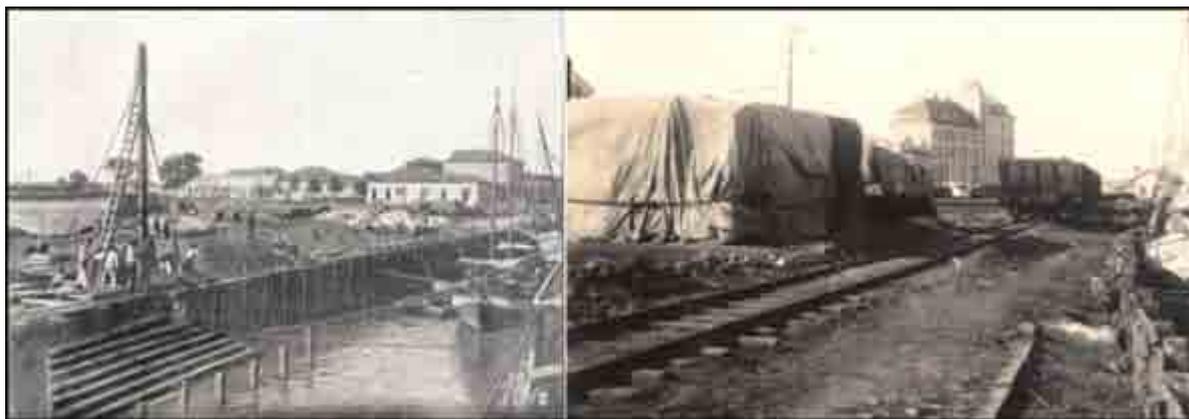


Figura 111 – Obras de remodelação do cais do Porto. 1905./ Cais do Porto, com os trilhos e os vagões do ramal ferroviário em primeiro plano e a Estação Fluvial do Porto ao fundo, à direita. 1928. Pelotas. RS. Fonte: Fotomontagem elaborada pelo autor, 2017. Fonte: BUCCELLI, 1906./ Acervo Guilherme P. de Almeida [Fotografia de Walter Kremer, 1928].

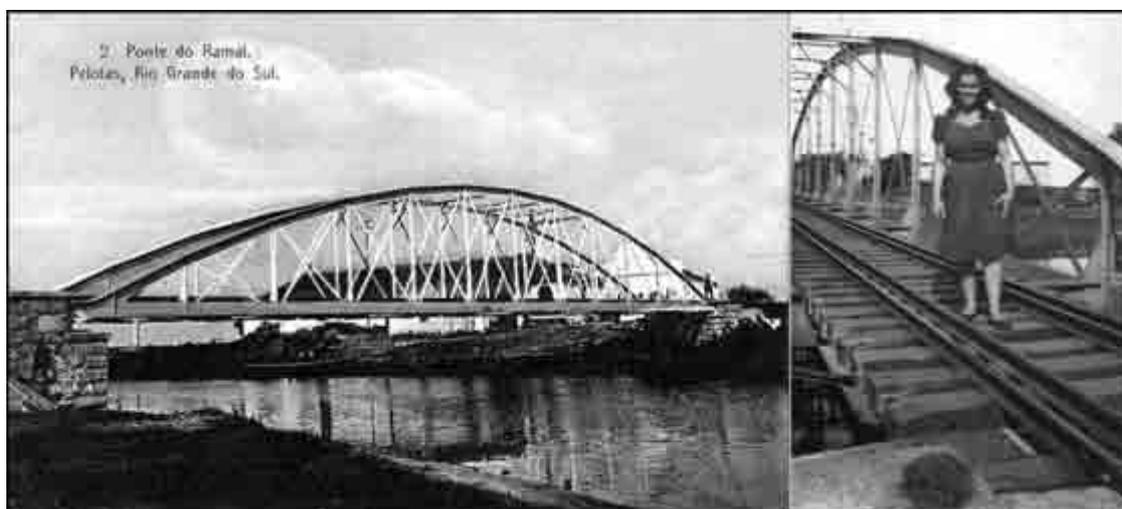


Figura 112 – Ponte do Ramal Ferroviário do Porto, sobre o Arroio Santa Bárbara. Cartão Postal da década de 1910. / Moça posando sobre uma das cabeceiras da Ponte do Ramal. Década de 1940. Pelotas. RS. Fonte: Fotomontagem elaborada pelo autor, 2017. Fonte: Acervo Almanaque do Bicentenário de Pelotas/ Acervo Leni Dittgen.

Cronologicamente, as primeiras fábricas de conservas de pêssego da zona urbana foram localizadas no Centro. Ainda que algumas tenham se estabelecido em pontos do tecido urbano nuclear da cidade, é possível perceber uma tendência a ocupar as proximidades das margens do Arroio Santa Bárbara e do Canal São Gonçalo, conforme demonstrado no mapa da Figura 113. Isto pode ser interpretado como uma estratégia racional de se situar nas proximidades do leito da ferrovia, bem como da hidrovia, em consonância com várias outros estabelecimentos, que ali constituíram um primeiro núcleo fabril⁷ da zona urbana.

⁷ Primeiro núcleo fabril no sentido de indústria moderna. Em verdade, o primeiro núcleo fabril de Pelotas foi aquele formado pelas charqueadas.

(PÁGINA DO MAPA DO **CENTRO**)

(anexo no email)

No ano de 1927, foi contratado com o renomado escritório de engenharia de Saturnino de Brito um planejamento de longo prazo para o sistema de águas e esgotos. O projeto alertou para os problemas ambientais desta primitiva área fabril da cidade, ressaltando que suas condições topográficas, hidrográficas e geológicas requeriam drenagem. Obras de saneamento inconclusas ou aquém da expansão urbana refletiam-se em salubridade insatisfatória da área. Historicamente, e em especial na primeira metade do século XX, as enchentes foram constantes e cíclicas em Pelotas. Grandes precipitações como as ocorridas nos anos de 1914, 1926, 1932, 1941 e 1956 ocasionaram graves transtornos aos terrenos ribeirinhos do Canal São Gonçalo e do Arroio Santa Bárbara, áreas planas e de baixas cotas altimétricas. Prevendo esta situação, Saturnino havia recomendado a mudança do local do parque fabril pelotense (Figuras 114, 115 e 116).



Figura 114 – Fábrica Leal Santos, localizada à margem do Arroio Santa Bárbara. Enchente de 1941.
Fonte: Acervo Ângela Maestrini.



Figura 115 – Inundação de grande área ao redor do Arroio Santa Bárbara. Precipitação de 11 fev.1956.
Diário Popular. 21/2/1956. Mapa de Aldyr Garcia Schlee

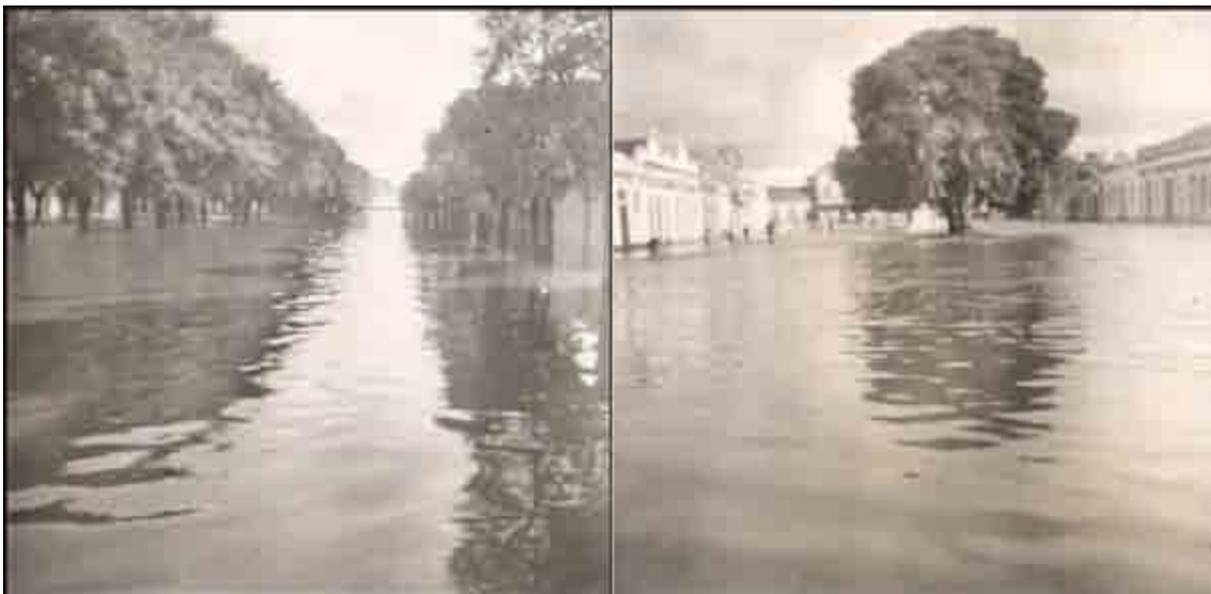


Figura 116 – Enchente de 1956. Entorno do Arroio Santa Bárbara. Avenida Saldanha Marinho/ Vista da Rua Dom Pedro II e da Praça Rio Branco, com a Estação Ferroviária ao fundo. Década de 1940. Pelotas. RS. Fonte: Fotomontagem elaborada pelo autor, 2017. Fonte: Acervo Leni Dittgen.

A população vinha aumentando na zona urbana, motivada pelas migrações campo-cidade, o que impulsionava a expansão para os arrabaldes. Assim, foram sendo formadas as primeiras novas vilas e bairros fora do centro do tecido urbano. Gradativamente, também, as indústrias passaram a se instalar em locais distantes daquele núcleo industrial tradicional ribeirinho, buscando fugir dos problemas mencionados.

A partir de meados do século XX, a indústria conserveira urbana se localizaria nas proximidades das atuais avenidas Duque de Caxias e Fernando Osório. Esta mudança favorecia a recepção de matéria-prima do interior do município, bem como o escoamento da produção. Em meados da década de 1950, o número de fábricas na zona urbana cresceu significativamente, incluindo a instalação de agroindústrias conserveiras. Novas vilas e loteamentos abrigavam uma população crescente, também oriunda da zona rural e forneciam a mão de obra para as fábricas de conservas. Na área central, densamente ocupada, além da escassez de imóveis populares, havia a tendência, imposta pelo saneamento, de eliminar cortiços e outras habitações precárias, frente às novas exigências de higiene.

Com relação às fábricas localizadas na região do Bairro Fragata⁸, é possível observar uma distribuição pulverizada dos edifícios fabris. A primeira fábrica a se instalar na região foi a Almeida, em 1936, com edifício à antiga Avenida Daltro Filho, atual Avenida Duque de Caxias. Logo após, em 1943, foi criada a Wipa, que em 1959 passou a localizar-se na mesma avenida, principal via estruturadora do Fragata. Ao todo, ao longo do tempo, seis fábricas viriam a se localizar ao longo desta avenida, totalizando 46,15% das localizadas neste bairro.

Posteriormente, com a criação do Distrito Industrial e os incentivos da municipalidade, na década de 1970, algumas fábricas ali se localizaram, no total de quatro (30,75%). As únicas duas fábricas a terem no Distrito Industrial seus locais de origem foram a CICASUL e a Clatar. A primeira foi instalada em dezembro de 1971, logo da constituição do Distrito Industrial. A segunda, instalada em 1986, foi a mais efêmera de todas as levantadas, não chegando a completar um ano de existência. As outras duas fábricas, VEGA e Cantarelli, viram naquele distrito um local definitivo para suas instalações, inicialmente situadas em outros locais. A VEGA teve sua origem na zona rural no ano de 1964 (BACH, 2009) e, em 1973, passou a se localizar no Distrito Industrial. Outro grupo – três fábricas – localizava-se no extremo oeste do bairro, perfazendo 23,10% do total do local.

Ainda que a atual Avenida Duque de Caxias seja uma importante via estruturadora, os grupos de fábricas localizadas junto ao Distrito Industrial e a oeste do bairro tinham posição privilegiada em termos de logística, pois estavam próximos de rodovias federais (BR-116 e BR-392). Tanto o recebimento de matéria-prima quanto a expedição de produtos ficavam, assim, facilitados (mapa da Figura 117).

Com relação ao Bairro Três Vendas, das 20 fábricas que ali se localizaram, 18 estavam situadas no eixo da atual Avenida Fernando Osório, representando 90%. Dentre estas 18, duas fábricas, apesar de situarem perpendicularmente àquela via estruturadora, pela Avenida Assis Brasil, foram consideradas como pertencentes ao mesmo grupo. Outras duas fábricas, representando os 10% restantes, estão situadas mais a leste, distantes entre si (conforme mapa da Figura 118).

⁸ A atual a divisão administrativa (III Plano Diretor de Pelotas, 2008) considera grandes regiões, de forma que a delimitação do Bairro Fragata no recorte temporal estudado está parcialmente contida na região administrativa homônima, mas também na região da Barragem, especialmente a porção do Distrito Industrial original.

(PÁGINA DO MAPA DO **FRAGATA**)

(anexo no email)

+

(PÁGINA DO MAPA DAS TRÊS
VENDAS)

(anexo no email)

Na Figura 119, estão dispostas informações relativas à quantidade de fábricas existentes na zona urbana a cada década e os resultados demográficos, obtidos nos dados censitários disponíveis⁹. É interessante observar o paralelismo das variáveis no gráfico. Pelotas, historicamente atraente por diversos fatores, se consolidou como um pólo regional, com crescimento populacional constante. Houve uma acentuação deste crescimento na década de 1950, coincidindo com o fenômeno migratório¹⁰, especialmente o movimento campo-cidade. Esta acentuação foi acompanhada pelas fábricas de conservas de pêssego da zona urbana, que apresentaram, ao longo da década de 1940, um maior crescimento, saltando de dez para dezesseis na década de 1950. Esse salto foi verificado até a década de 1960, quando o número de fábricas praticamente se manteve até a década de 1980. Quantidade de fábricas e população estão correlacionadas: o aumento da estrutura habitacional, que permitiu o abrigo da crescente população, teve na oferta de trabalho da atividade fabril conserveira de pêssego uma influência recíproca. A cidade, estruturada, propiciava o surgimento de novas fábricas, ao passo que estas estimulavam a fixação dos migrantes – sobretudo pela natureza da atividade, que não exigia especialização de mão de obra –, bem como a criação de novos núcleos habitacionais (loteamentos).



Figura 119 – Fábricas de conservas por década na zona urbana versus população urbana. Pelotas. RS.
Fonte: Elaborado pelo autor, com base no inventário, 2017.

A figura 120 apresenta uma síntese das fábricas urbanas de compota de pêssego:

⁹ Em virtude da conjuntura política conflituosa, no ano de 1930 não foi realizado censo.

¹⁰ Verificaram-se neste período migrações além daquela da zona rural para a zona urbana de Pelotas. A cidade também recebeu migrações das cidades limítrofes, como Pedro Osório, Piratini, Canguçu e São Lourenço.

Figura 120 - QUADRO SÍNTESE DAS FÁBRICAS URBANAS DE COMPOTA DE PÊSSEGO DE PELotas

Nº	FÁBRICAS	1891-1900	1901-1910	1911-1920	1921-1930	1931-1940	1941-1950	1951-1960	1961-1970	1971-1980	1981-1990	1991-2000	2001-2010	2011-2017
1	SCHRAMM	1								*	*	*	*	*
2	ÁGUIA		2											
3	SEM-RIVAL		3											
4	ALLIANÇA		4											
5	SACCO		5											
6	AMAZÔNIA		6											
7	M. GENTILINI		7 ? ←	→ ?										
8	JOÃO SCHRAMM					8 ? ←	→ ?							
9	LEAL SANTOS			9										
10	BROD			10										
11	LEBRE				11									
12	PELOTENSE					12								
13	ALMEIDA					13								
14	ANGLO						14							
15	WIPA						15							
16	SUL-RIOGRANDENSE						16 ? ←	→ ?						
17	COLOSSO							17						
18	POMMERENING							18						
19	PERES							19						
20	CORONEL							20						
21	HELOMAR							21						
22	SULMAR							22						
23	SOUTO							23						
24	COLOMBINA							24						
25	AGAPÊ							25						
26	ALVA							26						
27	CANTARELLI								27					
28	3R								28					
29	MANTA								29					
30	SHELBY								30	*	*	*	*	*
31	VEGA								31	*	*	*	*	*
32	SÓRIA								32	*	*	*	*	*
33	MELLO								33	*	*	*	*	*
34	ABEL DOURADO								34	*	*	*	*	*
35	CICASUL								35	*	*	*	*	*
36	CAVG								36	*	*	*	*	*
37	SIQUEIRA									37	*	*	*	*
38	EXTRA-FRUTA									38	*	*	*	*
39	PLIMOR									39	*	*	*	*
40	SELL									40	*	*	*	*
41	PETER									41	*	*	*	*
42	CLATAR									42	*	*	*	*
43	FRUTA-SUL									43	*	*	*	*
44	EMBALA									44	*	*	*	*
45	SOBERBA									45	*	*	*	*
46	OLÉ									46	*	*	*	*
47	ODERICH											47	*	*

Fonte: elaborado pelo autor com base no inventário.

OBSERVAÇÕES:

O sinal * (asterisco) assinala os períodos em que as fábricas em questão estiveram funcionando com sede em outro lugar que não a zona urbana da cidade.

O sinal → assinala a existência de indícios de continuação da atividade de uma fábrica até data que não possível precisar.

BAIRRO TRÊS VENDAS
BAIRRO FRAGATA
CENTRO
AREAL

CAPITULO IV

OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: REFLEXOS DA AGROINDÚSTRIA

As décadas de 1940 e 1950 caracterizaram o início de sensíveis mudanças urbanas em Pelotas, devido ao aumento da população urbana que, de forma desordenada, passou a ocupar áreas periféricas e a cobrar da municipalidade melhorias na infraestrutura. Com base nas Plantas da cidade (1835), Figura 121 do Plano de Expansão (1927), e de observações *in loco*, o Escritório Saturnino de Brito advertia, em 1947, que

“[...] a cidade que foi projetada entre os arroios Pepino e Santa Bárbara e da rua Argolo até a Praça da República (hoje Cel. Pedro Osório) orientou-se para o sul procurando o Porto, depois para o norte onde surgiu o bairro da Luz, mas principalmente para oeste, ao longo da antiga estrada para Piratini, avenida Gal. Daltro [Filho] [hoje av. Duque de Caxias]” (ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1947, p.38).

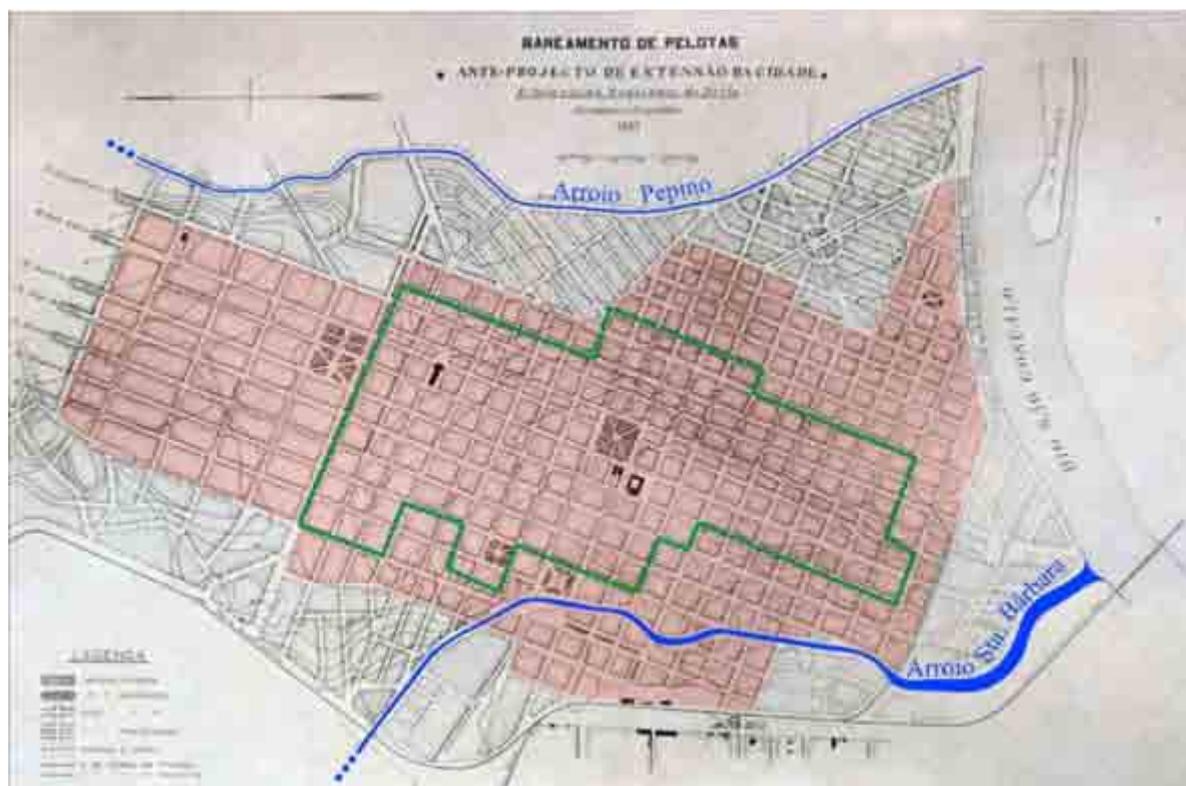


Figura 121 – Planta anteprojeto de extensão de Pelotas, 1927. Pelotas. RS.
 Fonte: CATHARINA, 2012, p.47. Editado pelo autor, 2017.

Analisando as zonas edificadas no interior dos perímetros urbano e suburbano de Pelotas, o Escritório Saturnino de Brito identificou, em 1947, o número de casas existente em cada local da cidade (Figura 122).¹ e a localização dos novos bairros urbanos e suburbanos (Figura 123).

Zona Urbana		
	Local	Nº de casas
A	Cidade (entre o Sta ^a Barbara – Pepino e rua P Martins)	8.123
	Vilas Simões Lopes, Barros, Silva e Machado	401
	Rua F. Bastos	47
B	Vilas São Francisco e Hilda	360
C	Vila do Prado	297
D	Avenida P. Machado e Vila Carúcio	118
E	Vila Gotuzzo	80
	Avenida General Daltro	387
F	Vila Carucio e Rheingantz	75
	Avenida Argentina	143
G	Vilas Idalina e Eloá	212
	Estrada Domingos de Almeida	111
	Várias (E. Salso, Tablada, Vilas Ângela, Cascais, Ebersol e Marchesi)	178

¹ Esta síntese mantém a classificação de áreas por ordem alfabética adotada por Escritório Saturnino de Brito.

Zona Suburbana		
H	Vila Gastão Duarte	70
I	Vila Carucio	84
J	Vila Bom Jesus e Europa	30
K	Vila Santa Terezinha	286
	Estrada Domingos de Almeida	85
Total		11.078

Figura 122 – Relação do número de casas existente em cada local da cidade, 1947.
Elaborado pelo autor, com base em ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1947, p. 39-40.

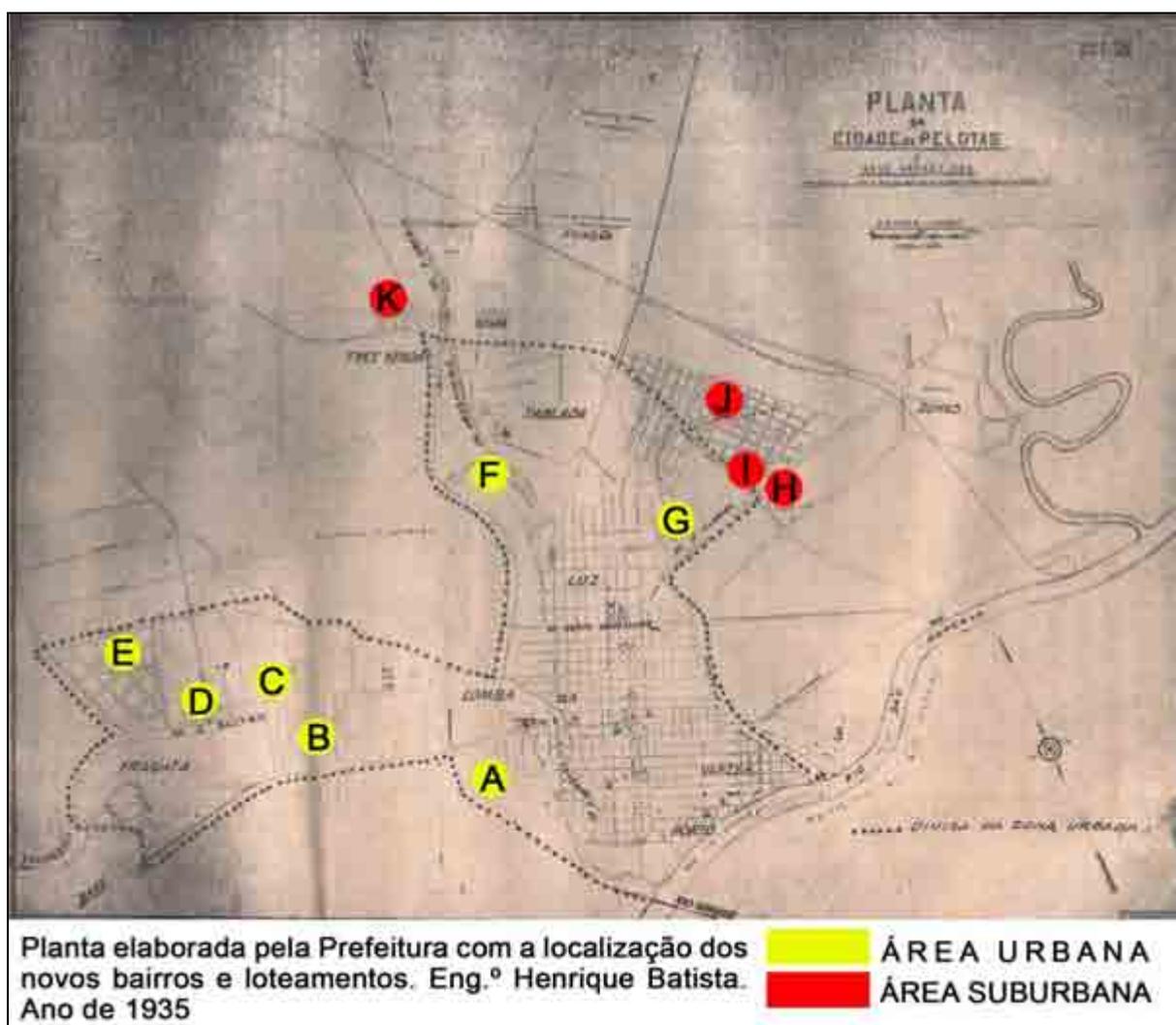


Figura 123 – Planta elaborada pela Prefeitura com a localização dos novos bairros e loteamentos. Engenheiro Henrique Batista. Pelotas. RS. Ano de 1935.

Fonte: ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1947, p. 40. Editado pelo autor, 2017.

Este levantamento mostra que, em 1947, o número de vilas dentro do perímetro urbano se mantinha superior ao de vilas suburbanas. Ou seja, os espaços urbanos, antes ociosos, passaram a ser ocupados pela população de menor renda, já que essas vilas eram, de modo geral, populares. Enquanto isso, o centro urbano permanecia sendo ocupado pelos antigos moradores.

Ao examinarmos as zonas edificadas do perímetro urbano e suburbano, constata-se que a cidade propriamente dita (entre os arroios Santa Bárbara e Pepino, Rua Pinto Martins e Canal São Gonçalo), possuía 8.123 casas; as vilas da Zona Urbana 2.400 e a zona suburbana 555, totalizando 11.078 residências edificadas. Portanto, em 1947, 95% das moradias em Pelotas, estavam localizadas dentro do perímetro urbano. Ainda em 1947, o engenheiro Saturnino de Brito Filho, após levantamentos para projetos, afirmava que:

[...] no caso de Pelotas, a partir de 1930, aumentada a rede de esgotos, começou a cidade a se expandir com intensidade pelas zonas norte da cidade e pela zona da margem direita do Arroio Santa Bárbara, tornando-se maior o perímetro urbano (ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO, 1947, p.41).

Em março de 1949, o número total de casas edificadas era de 12.785. Em 1951, esse total havia aumentado para 14.139. Isso significa que em quatro anos (1947-1951), houve um aumento de 3.061 edificações, equivalendo a 27,6%. A título de curiosidade, a Vila Santa Terezinha, em 1947, possuía 286 moradias, em 1951 estava com 533, o que corresponde a um aumento de 86,4%. Isso, por si só, demonstra o acréscimo vertiginoso da população urbana em busca de lugar para morar próximo as fábricas que surgiam, a oeste e a norte do antigo centro urbano, juntamente com a infraestrutura que, precariamente, se instalava.

Observa-se que o Escritório Saturnino de Brito, no Relatório de 1947, preservava as determinações constantes no primeiro projeto (1927) para as áreas do primeiro, segundo e terceiro loteamentos, salvo exceções em função do crescimento da cidade. Conforme afirmação de Rosa Rolim de Moura

[...] diferentemente do primeiro plano realizado em 1927, este propôs tanto no texto como nos mapas, a ocupação dos vazios urbanos traçando ruas em “vilas” e “bairros populares”. As “vilas” diferiam dos “bairros populares” pelo tamanho dos lotes e características das ruas propostas (MOURA, 1998, p.63).

Passada a guerra de 1939-1945, a política cobrava definições, posicionamentos. A economia de guerra havia restringido a promoção de parcelamentos de terrenos em Pelotas. Era hora da economia reagir. As obras de saneamento poderiam ser realizadas. A partir do início de 1950, os negócios recomeçaram, o setor conserveiro passava a dar sinais. As fábricas de compotas da

década anterior se ampliaram para dezenove fábricas nesta década que começa. O crescimento da população e a demanda por novas moradias estimulavam os proprietários e os promotores imobiliários a trabalharem na produção de novos terrenos nas periferias da cidade.

Com o início da retomada do desenvolvimento as manchetes dos jornais locais anunciavam eufóricas: “nunca se fez tanto em tão pouco tempo”: água, saneamento, estradas, urbanismo, assistência social (**Diário Popular**, 26 ago. 1951). Mais manchetes são veiculadas: “Pelotas em franco progresso”: arrabaldes crescendo em todos os lados, Três Vendas, Dunas e Fragata, ruas são abertas em todas as direções (**A Alvorada**, 28, jul. 1956). “No Setor de construção movimento extraordinário” mostrava que a população crescia e procurava adquirir sua própria casa (**A Alvorada**, 05 maio 1957).

A população urbana aumentava muito rapidamente em Pelotas, os dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) comprovam essa situação (Figura 124).

POPULAÇÃO URBANA DE PELOTAS			
ANO DO CENSO	1940	1950	1960
POPULAÇÃO (hab)	66.293	81.863	129.517

Figura 124 – População urbana em Pelotas. RS. 1940-1960.
Fonte: IBGE. Censos Demográficos – 1940, 1950 e 1960.

Conforme os censos de 1940, 1950 e 1960, houve um crescimento demográfico muito rápido da população urbana. Na década de 1940 para 1950, ocorreu um aumento (15.500 pessoas), passando de 66.293 para 81.863 habitantes. Na década de 1950 para 1960, esse incremento foi maior (47.600 pessoas), chegando aos 129.517 habitantes no censo de 1960.

Isso mostra que proporcionalmente o crescimento da população era muito mais rápido que a oferta de bens e serviços à população, provocando, no caso mais crítico, um déficit de moradias e a falta de infraestrutura para atendimento desses habitantes.

O crescimento demográfico em geral, na maioria dos casos, é provocado pelas migrações, pela industrialização, e por uma nova ordem mundial e nacional, introduzindo novos atores sociais no cenário urbano (SOARES, 2002).

No caso de Pelotas, o setor industrial passou a caracterizar-se por uma concentração de ramos como o têxtil e o de bebidas, mas também, pela especialização em indústrias de beneficiamento de produtos agropecuários, como as de conservas alimentícias (MOURA, 1998).

As áreas de parcelamentos escolhidas foram, principalmente, as atendidas pelo plano de saneamento do Escritório Saturnino de Brito, em 1947, localizadas dentro da área urbana ampliada, isso quer dizer, terrenos situados nos novos setores das redes de água e esgotos, ao contrário da etapa anterior, no qual os parcelamentos periféricos foram realizados fora do perímetro saneado pela cidade (SOARES, 2002). O período que está sendo analisado o crescimento urbano, foi orientado por um plano de saneamento, como foi dito. Pelo menos nessa fase inicial.

Os números de parcelamento registrados em Pelotas, entre 1950 e 1966, segundo dados obtidos em 2000 por Soares (2002), atingem 82 atividades distribuídas ao longo de 17 anos (Figura 125).

Ano	Parcelamentos	Ano	Parcelamentos	Ano	Parcelamentos
1950	4	1956	2	1962	8
1951	2	1957	1	1963	4
1952	3	1958	3	1964	4
1953	9	1959	7	1965	2
1954	9	1960	4	1966	2
1955	9	1961	9	Total	82

Figura 125 – Parcelamentos registrados na cidade de Pelotas (1950-1966). 2002.
Fonte: Elaborado por Soares (2002, p. 292) com base em dados da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Pelotas. RS. 2000.

O número de parcelamentos vai oscilando em função de situações que a própria cidade vivia como a expectativa da entrega das primeiras obras propostas pelo Escritório Saturnino de Brito. A continuidade dessas obras resultava no aumento de parcelamentos que teve seu pico em 1961, diminuindo nos anos seguintes em função da conjuntura político econômica, pós 1964, e as ideias de elaboração do 1º Plano Diretor para a cidade, ainda dentro da década de 1960.

Na mesma linha de pesquisa, o trabalho de Soares (2002) identifica esses parcelamentos imobiliários de acordo com sua distribuição pelos Bairros Fragata, Areal, Três Vendas e da Luz, na área Central e nas zonas urbana, suburbanas e rurais da cidade (Figura 126).

Zona	Parcelamentos	%
Centro	8	9,8
Luz	3	3,7
Areal	20	24,4
Fragata	27	32,9
Simões Lopes	2	2,4
Três Vendas	16	19,5
Área Suburbana	2	2,4
Área Rural	4	4,5
Total	82	100

Figura 126 – Distribuição de parcelamentos por zona urbana (1950-1966). 2002.
 Fonte: Elaborado por Soares (2002, p. 293) com base em dados da
 Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Pelotas. RS. 2000.

Os bairros Fragata e Três Vendas, somados seus percentuais de parcelamento, apresentaram 52,4% dos terrenos disponíveis para parcelamento na cidade entre 1950 e 1960, coincidindo com implantação de um grande número de fábricas no setor conserveiro em Pelotas.

Vilas

Os planos de saneamento foram obras que mostraram a relevância do discurso higienista e sua prática para o saneamento “social e físico” da cidade, tendo como objetivos tanto a correção da forma urbana como o controle social das populações “marginais” (Soares, 2002).

O processo de saneamento da área central, aliada ao crescimento demográfico e industrial, gerou uma demanda de terrenos e parcelamentos que estimularam a criação de empresas promotoras para esse fim (Figura 127). As operações de parcelamento de terra ocorriam em áreas periféricas, geralmente, próximas as vias de acesso ao centro urbano, e deram origem as “vilas populares”, ou bairros periféricos, cuja estrutura urbana era precária ou inexistente.



Figura 127 - Anúncio de venda de terrenos. Pelotas. 1955.

Fonte - Jornal **A Alvorada**, 18 jun. 1955, p.2.

A propaganda acima não esclarece nada com relação à existência, ou não, de infraestrutura. Muitas vezes isso era intencional. O comprador, motivado pelo valor parcelado e a facilidade, comprava o terreno. Depois, quando ia construir, não havia nenhuma infraestrutura (água, esgoto, energia), fazia a reclamação e o vendedor alegava que ele não prometera a infraestrutura, só o terreno. Às vezes esses problemas chegavam a Câmara de Vereadores sob a forma de denúncias contra os promotores de vendas de terrenos.

O jornal **Diário Popular**, na coluna da Câmara Municipal de Pelotas, transcreveu uma denúncia de um vereador sobre uma prática que, devido ao aumento, passara a preocupar o governo municipal. Sob o título de “Empresa Loteadora do Jardim Europa não cumpre seus compromissos”, o jornal apresentava o discurso do vereador José Anélio Saraiva quanto ao descaso de empreendedores imobiliários:

[...] Refere-se ao memorial encaminhado ao executivo, no qual os moradores do bairro “Jardim Europa” solicitam a instalação da rede de água nas residências ali existentes. Disse o orador, que o Executivo responde o ofício da Casa com ampla e arrazoada exposição, que esclarecia a situação daquele loteamento. A seguir passou a ler a exposição encaminhada ao Executivo pela diretoria das Águas e esgotos, na qual aquele Departamento da municipalidade acusa a firma loteadora de não cumprir os compromissos assumidos quando firmou o contrato para proceder o Loteamento Jardim Europa (**Diário Popular**, 12 jul. 1957, p.3).

A Alvorada, semanário local bastante importante, com mais de 50 anos denunciando o estado em que se encontravam os Bairros e as Vilas. Era a voz dos

grupos sociais excluídos que passavam a viver nas vilas marginais, constituindo-se quase, em um caso de “migração forçada” (SOARES, 2002).

O progresso da área central da cidade foi produzido com a expulsão dos pobres e a eliminação das casas anti-higiênicas (vilas e cortiços), zonas de prostituição (Rua Cassiano), onde mais de uma quadra era habitada por mulheres de “vida fácil” (SOARES, 2002). Constituía-se, portanto, em uma operação de limpeza social, com a expulsão dos indesejáveis e das populações de baixa renda.

De acordo com o semanário **A Alvorada**, onde as denúncias de abusos contra o povo eram cobradas, e mesmo assim, continuavam ocorrendo, o Jornal fez um relato:

[...] Seguindo com a marcha do progresso e obedecendo a ideias luminosas, as pequenas vilas como a Pimpão, Sabão, Periquito e Para o Jogo, que abrigavam grande número de pessoas pobres, foram destruídas e substituídas por casas de aluguéis elevados (**A Alvorada**, 05 fev. 1955, p.1).

Alguns autores como Soares (2002) afirmam que esse processo de limpeza produziu uma severa crise habitacional na cidade, onde se agravava cada vez mais o problema da falta de moradias para operários. Ao contrário, viabilizou a produção de casas para a população de salários mais elevados (SOARES, 2002).

Primeiras vilas

A Intendência Municipal preocupada com a expansão desordenada da cidade em suas áreas urbanas e suburbanas entendia que esse crescimento não se resolveria somente com abertura e prolongamento de ruas em áreas de futuros loteamentos, mas sim seguindo “princípios de urbanismo e exigências da higiene e do tráfego” (MOURA, 2006, p.209).

Ciente dos problemas com a infraestrutura mínima necessária a municipalidade promoveu, em 1927, a contratação do sanitarista Saturnino de Brito que acreditava que o desenvolvimento “desordenado e excêntrico” era consequência da procura de terreno barato em áreas não qualificadas, como ocorria ao longo das estradas onde acabavam se formando

[...] aglomerações de pequenas habitações, com algumas ruas ou vielas de escassa largura, traçadas sem a preocupação de constituírem elementos harmônicos dum plano geral, e, portanto, criando-se dificuldades para os futuros serviços municipais de tráfego e saneamento (SATURNINO DE BRITO, 1927, p.11).

O Intendente Py Crespo constatou que as áreas dentro do perímetro urbano estavam sujeitas a legislação, como o regramento para loteamento e a ampliação de área urbana. Em 1928, o perímetro urbano foi ampliado pelo Decreto nº 1780 de 24 de novembro de 1928, passando a abranger terras a leste (Areal) e a oeste (Fragata) (Figura 128). Esse acréscimo (verde escuro no mapa) incluiu áreas a serem loteadas no Fragata e no Areal (leste do Arroio Pepino).

Em 1930, em nova ampliação, através do Decreto nº 1805 de 17 de setembro de 1930, passou a abarcar o loteamento Bairro Simões Lopes e as vilas próximas Canela, Silva, Barros, próximas a linha férrea (verde claro no mapa). Essa ampliação manteve as Vilas Santa Terezinha e Bom Jesus e o Bairro Europa fora da zona urbana (Moura, 2006, p. 210).

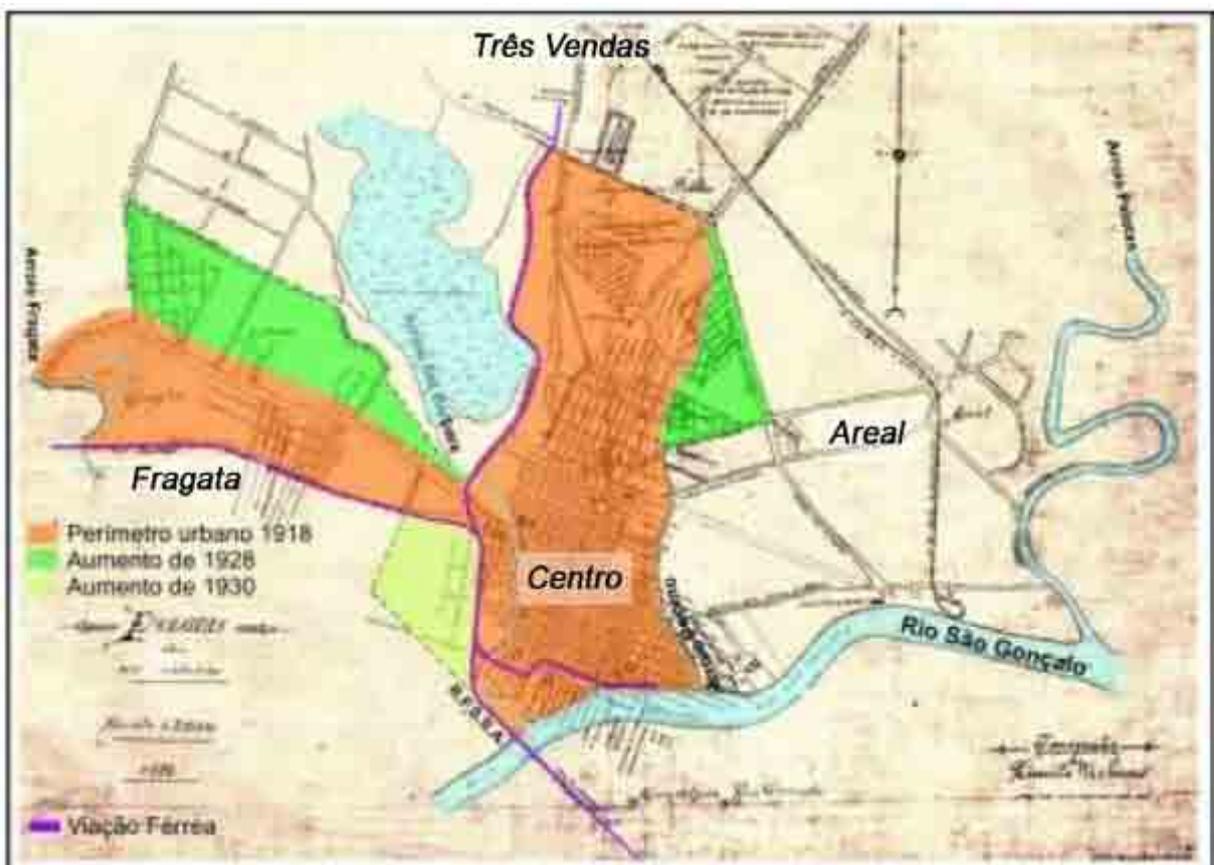


Figura 128 – Ampliação do perímetro urbano 1928/30. Pelotas. RS.

Fonte: Elaborado por Moura, com base em Mapa Base de 1926. Arquivo Municipal. (MOURA, 2006, p. 210). Editado pelo autor, 2017.

A Vila Bom Jesus e o Bairro Europa, tiveram os loteamentos aprovados em final da década de 1930. Época em que a figura do proprietário foi substituída por empresas loteadoras como a Sociedade Imobiliária Pelotense Ltda., e a Sociedade Territorial Rio Grandense, de Porto Alegre (MOURA, 2006).

Os primeiros loteamentos implantados no início do séc. XX, a oeste do núcleo urbano, Vila Gotuzzo, Vila do Prado e Vila Simões Lopes situavam-se fora do limite urbano, conforme mapa (Figura 129).

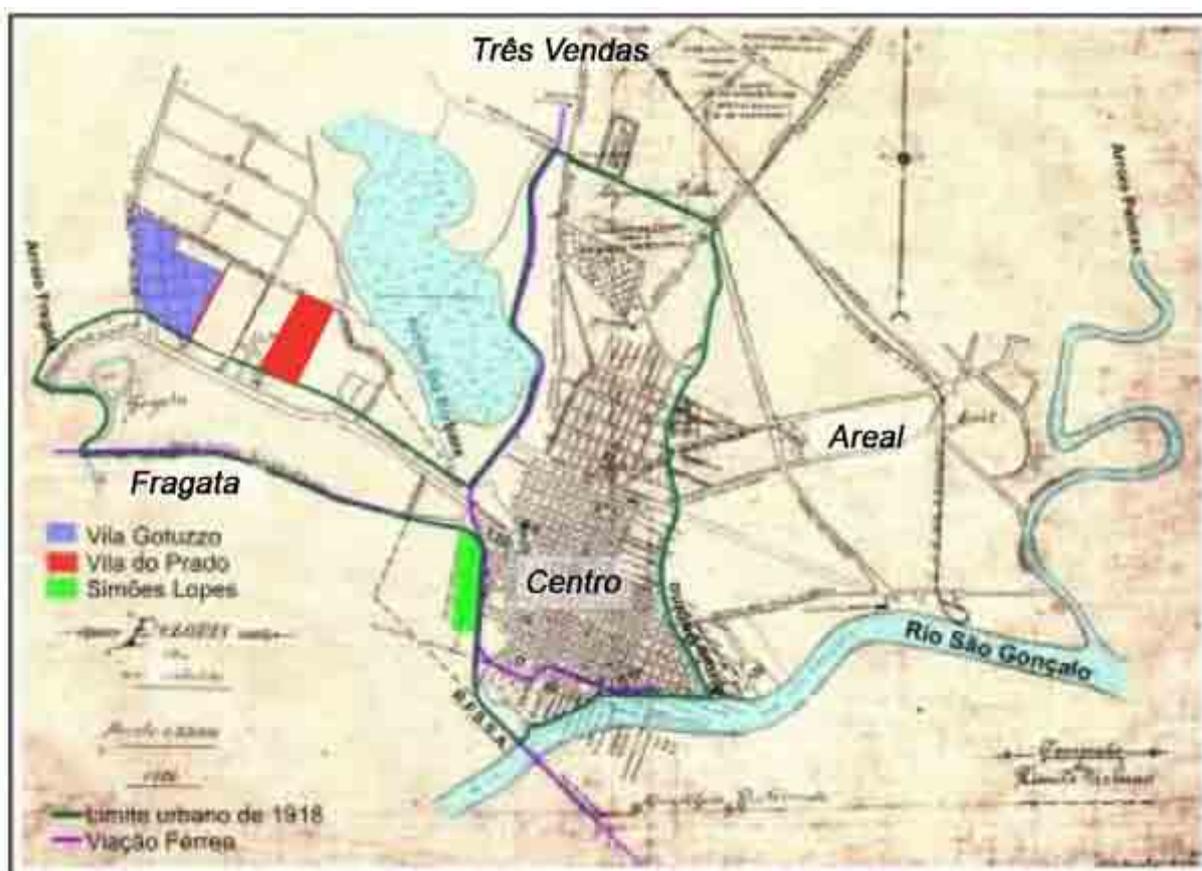


Figura 129 – Loteamentos fora do perímetro urbano de 1918. (1900-1920). Pelotas. RS. Fonte: Acervo mapa base de 1926. Arquivo Municipal. Adaptado por Moura, 2006. Editado pelo autor, 2017.

Vila Gotuzzo

Localizada em terras de Caetano Gotuzzo Giacomini², ao norte da Avenida 20 de setembro (hoje Duque de Caxias), esquina com estrada do Passo do Salso. Possivelmente, tenha surgido na década de 1910.

² Proprietário do Hotel Aliança, o mais importante hotel em Pelotas no início do século XX.

Esse loteamento implantado além do Parque Pelotense³, portanto fora dos limites urbanos, valia-se da estrada do Fragata como acesso ao centro da cidade. Situação que caracterizou a urbanização até a década de 1950. Cujos loteamentos populares, implantados de forma precária, apresentavam, além de um núcleo ocupado, diversas áreas adjacentes medianamente povoadas. Do centro urbano até o loteamento Gotuzzo existia grandes áreas vazias, configurando um enorme estoque de terrenos a espera de melhorias a serem implementadas (Moura, 2006).

Vila do Prado

Promovida pelos irmãos Trápaga - Baldomero Trápaga Zorrilla e Faustino Trápaga Filho - possivelmente em 1915, (MOURA, 2006, p.177), estava localizada ao longo da estrada do Fragata, antes da Vila Gotuzzo, ao lado do Parque Pelotense. Este loteamento (Figuras 130 e 131) uma década depois de implantado apresentava uma considerável concentração de população e de problemas, pois segundo Cunha (1928) a Vila do Prado constituía “um bairro de acelerado desenvolvimento, ao lado da cidade” sendo

[...] uma cidade em formação independente, cuja fundação, se por algum plano se rege, se por alguma regra se governa, é bem possível que esteja em contradição com os preceitos seguidos no quadro urbano, que são estreitas vielas. Nesse bairro em dezembro último, foram lotadas para o imposto predial suburbano, 359 casas que dão abrigo a uma população seguramente maior que 2100 almas (CUNHA, 1928, s.p.).



Figura 130 – Moradores na vila do Prado. 1929. Pelotas, RS.
Fonte: Jornal **A Opinião Pública**, 16 jan. 1929, p.1.

³Parque de propriedade da família Souza Soares onde se localizava o laboratório farmacêutico. Era um importante ponto de recreio e ócio para população pelotense.



Figura 131 – Moradores na vila do Prado. Rua Otavio Peixoto. 1963. Pelotas. RS.
Fonte: Acervo Ruth Santos.

De acordo com correspondência encaminhada ao Conselho Municipal em 1910, um dado interessante é que podia faltar água, luz, iluminação, policiamento e etc. para os moradores “do lugar denominado Fragata”, mas tinha a linha do Bonde até o Parque Pelotense. Um beneficiamento que, possivelmente, fora considerado pelos proprietários de terras que promoveram os primeiros loteamentos nessa área. Inclusive o bairro Fragata, em relação aos demais, teve um percentual maior de população operária, por causa desta linha de bonde (**Correio Mercantil**, 10 jun. 1897, p.2 apud MOURA, 2006, p.179)

Vila Simões Lopes

Apesar de separada pela estrada de ferro Rio Grande – Bagé, era a vila mais próxima do centro urbano. Foi o terceiro loteamento fora do perímetro da cidade. Denominada “Bairro Augusto Simões Lopes⁴”, foi notícia no **Almanach de Pelotas**, de 1918, destacada como proposta de um grande bairro (Moura, 2006).

O próprio loteador Augusto Simões Lopes⁵ construiu as primeiras casas “higiênicas”, destinadas a aluguéis módicos. Foram catorze unidades que, de acordo com a **Revista Máscara** de Porto Alegre, o proprietário do loteamento, acreditava na “aceitação e preferência por essas casas, construídas em excelentes condições

⁴ Também inicialmente conhecida como Vila da Graça, em alusão à Estância da Graça, propriedade da família Simões Lopes junto ao Arroio Pelotas.

⁵ Foi Intendente Municipal no período de 1924 a 1928.

higiênicas, com comodidades relativas e aluguéis médios” (**Revista Máscara**, 07 jun. 1919, s/p. apud MOURA, 2006, p.188). No mesmo ano de 1915, foram edificadas, na primeira rua transversal aberta, mais dezessete pequenas casas destinadas a operários (Figura 132), além de duas praças e duas casas, sendo que uma a residência do proprietário, erguida na forma de um castelo medieval, reforçava a linguagem neogótica (Figura 133).



Figura 132 - Casas em fita para operários. Bairro Simões Lopes. 1918.
Fonte: *Almanach* de Pelotas 1918.

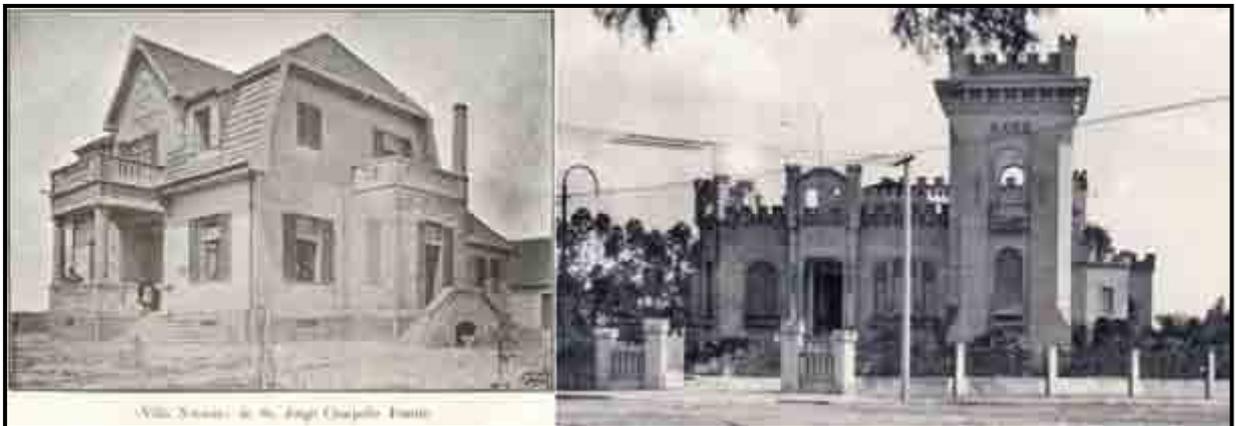


Figura 133 – Vila Noêmia. Bairro Simões Lopes. 1918./ Castelo Dr. Augusto Simões Lopes. Pelotas.
RS. Cartão Postal. 193_.
Fonte: Acervo Guilherme P. de Almeida.

Em 1955, foi aprovada uma expansão do Bairro Simões Lopes. Em realidade tratava-se da segunda etapa de seu loteamento, também sob a iniciativa da família Simões Lopes (Figura 134).



Figura 134 – Avenida Brasil, com a passarela sobre a ferrovia ao fundo. Bairro Simões Lopes. Pelotas. RS. 195_.
Fonte - Acervo Margareth Vieira.

Vilas Proletárias

Evidências levantadas por Soares (2002) demonstram que, no período anterior aos planos de saneamento em final da década de 1920, as casas de pobres e ricos se localizavam no centro da cidade. O discurso higienista pode ter sido um pretexto para uma segregação no espaço urbano de Pelotas. Em face às condições precárias que vivia grande parte dos trabalhadores, amontoados em casas superlotadas em locais de alta insalubridade e com aluguéis caríssimos, ameaçavam à saúde de todos. Situação que estimulou ações da municipalidade, sendo escolhida a transferência das moradias dos trabalhadores.

Essa concepção higienista pesou e fez com que a Intendência contratasse o engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, sanitarista de renome nacional, para montar o Plano de Saneamento e projetar a expansão urbana de Pelotas (MOURA, 2006).

Ainda na década de 1920, a oferta imobiliária para novos loteamentos recai na direção oeste da área urbana do Fragata, como opção ideal para a população operária que começava a deixar a zona central. Desta forma, um dos problemas que dividia opiniões na municipalidade eram as distâncias que ficavam os operários das fábricas, mas a linha de bonde do Fragata, que era a mais extensa, como foi escrito

anteriormente, ia até o Parque Pelotense, o que de alguma maneira atendia o problema do transporte popular.

Outra opção era a zona norte, o bairro Três Vendas que possuía grandes áreas vazias e algumas vilas sendo ocupadas. Também desde 1947, tinha linha de bonde ampliada. Quanto ao valor das passagens, desde 1917, os operários tinham direito a redução, o que contribuiu para que os trabalhadores pudessem morar ainda mais longe (MOURA, 2006).

O mapa, Figura 135, mostra o limite urbano em 1928, as linhas de bonde, a ampliação da linha Três Vendas e a evolução da Vila Santa Teresinha (fora da área urbana).

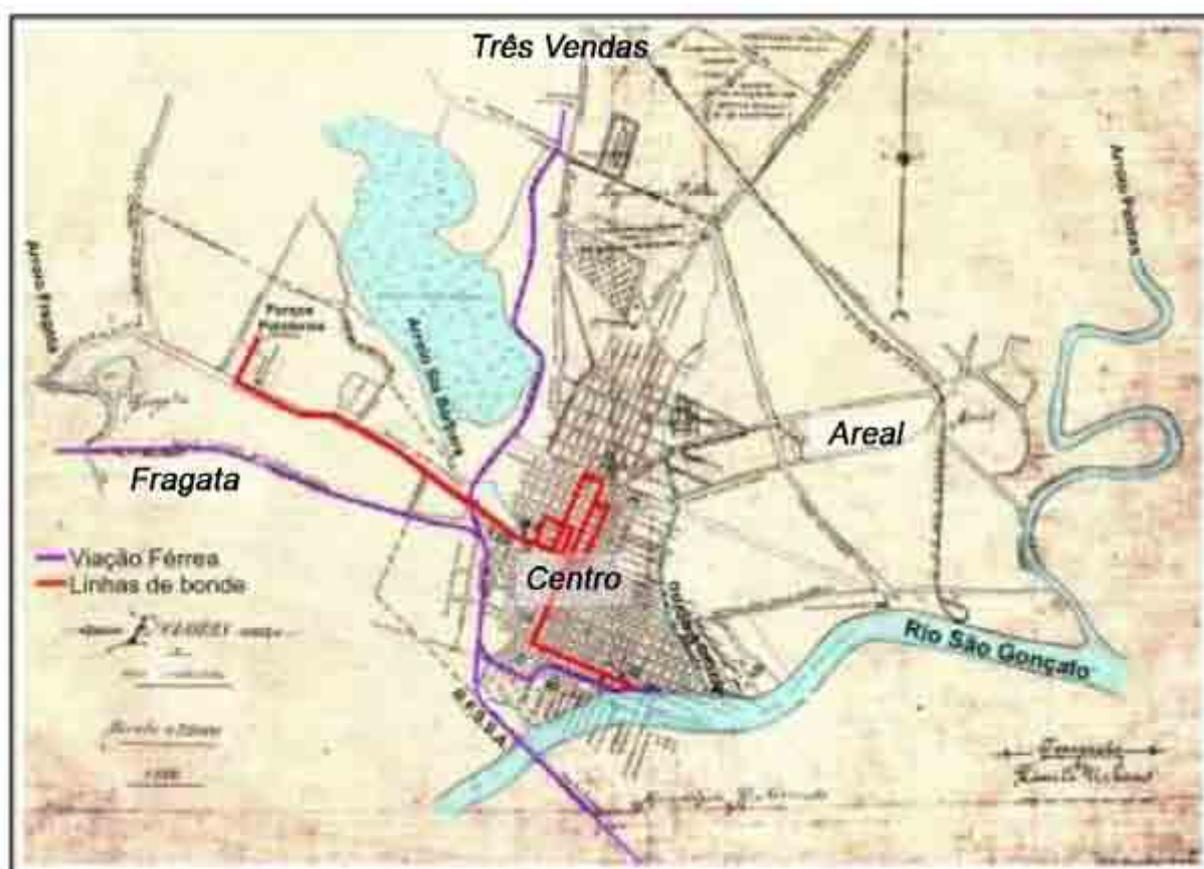


Figura 135 – Mapa da cidade de Pelotas, com as linhas de Bonde e outras indicações. 1926.
Fonte: Mapa base de 1926. Acervo Arquivo Municipal. Adaptado por Moura, 2006. Editado pelo autor, 2017.

Na década de 1920 foram implantadas quatro vilas proletárias, três foram localizadas no bairro Fragata, proximidades da Avenida 20 de setembro (hoje av. Duque de Caxias), única via de acesso estruturada ao centro urbano (Moura, 2006). Figuras 136, 137 e 138.

Data	Denominação	Localização
1922	São Francisco de Paula	Avenida 20 de Setembro
1924	Hilda (1ª Fase)	
1928	Elisabeth	
	Hilda (2ª Fase)	
	Trápaga	Bairro da Luz

Figura 136 – Vilas Proletárias. Década de 1920.

Fonte: Mapa base de 1926. Acervo Arquivo Municipal. Adaptado por Moura, 2006. Editado pelo autor, 2017.



Figura 137 – Mapa de Vilas Proletárias. Década de 1920.

Fonte: Mapa base de 1926. Acervo Arquivo Municipal. Adaptado por Moura, 2006. Editado pelo autor, 2017.

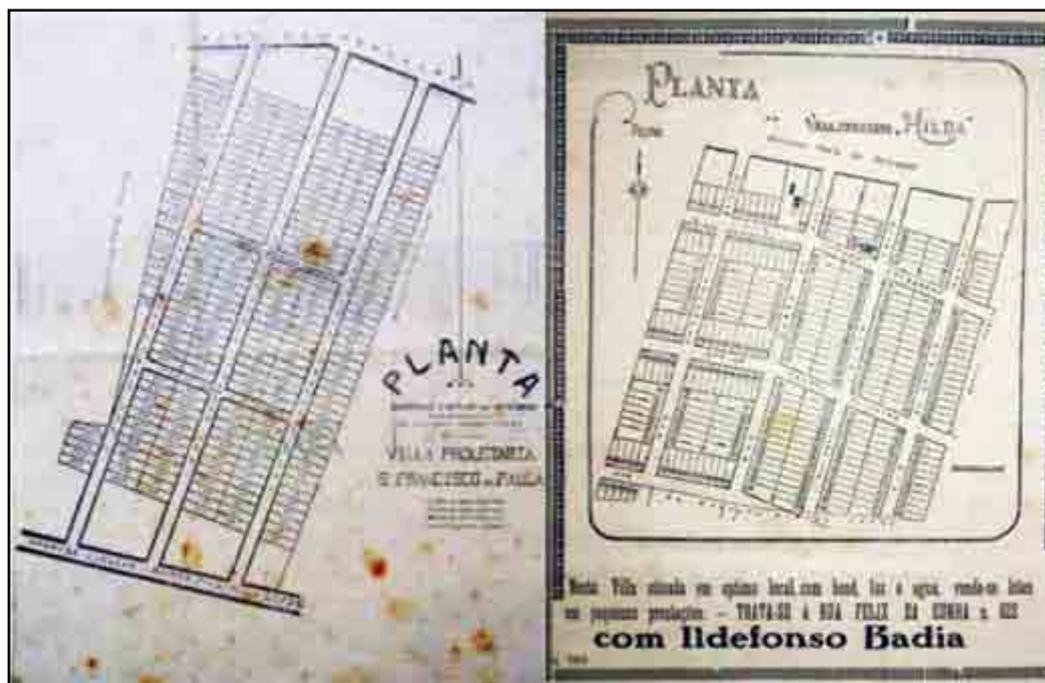


Figura 138 – Cartaz Publicitário Vila Proletária São Francisco de Paula. 1923./ Cartaz Publicitário Vila Proletária Hilda. 1924.

Fonte: Moura, 2006, p. 194./195.

Vila Santa Terezinha e sua importância

A Vila Santa Terezinha teve sua primeira etapa de loteamento aprovado em 1929. Estava situada no norte da área urbana, entre as estradas de ferro para o Monte Bonito, a da Barbuda (atual Av. 25 de julho) e a do Retiro⁶ (hoje Av. Fernando Osório). Os terrenos parcelados pertenciam a Curt Rheingantz e foram comercializados pela empresa Caruccio & Cia (SOARES, 2002).

A Vila Santa Teresinha apesar de bem distante do centro urbano teve sucesso creditado por duas razões: a primeira, o destino de um grande número de migrantes da zona rural para a cidade, e a segunda, a ampliação da linha do bonde⁷ até o entroncamento da estrada do Retiro com a estrada da Barbuda, minimizando a distância até o centro urbano (MOURA . 2006, p. 201).

⁶ Estrada por onde entrava grande parte da produção colonial, bem como a mão de obra migrante para as indústrias, principalmente, do ramo alimentício.

⁷ A linha de bondes que atendia a zona norte foi ampliada em 1947, até as proximidades da Vila Santa Terezinha.

A Vila, mesmo com infraestrutura deficitária, permaneceu recebendo levas de populações da zona rural. Em 1948, quando ocorreu a duplicação do loteamento, a Vila já possuía algumas benfeitorias⁸ (Figuras 139 e 140), mas carecia de serviços básicos:

[...] aquele aprazível arrabalde de Pelotas já possui uma escola [Oswaldo Cruz] em funcionamento e agora um posto médico, melhoramento de grande importância, país distante como é do centro da cidade, faltava todo e qualquer recurso de emergência. Com esses melhoramentos a Vila Santa Terezinha conquistou algo que tanto a afligia, faltando-lhe agora a luz [...] e mais tarde a rede de água. (**A Alvorada**, 17 jul. 1948, p.6).

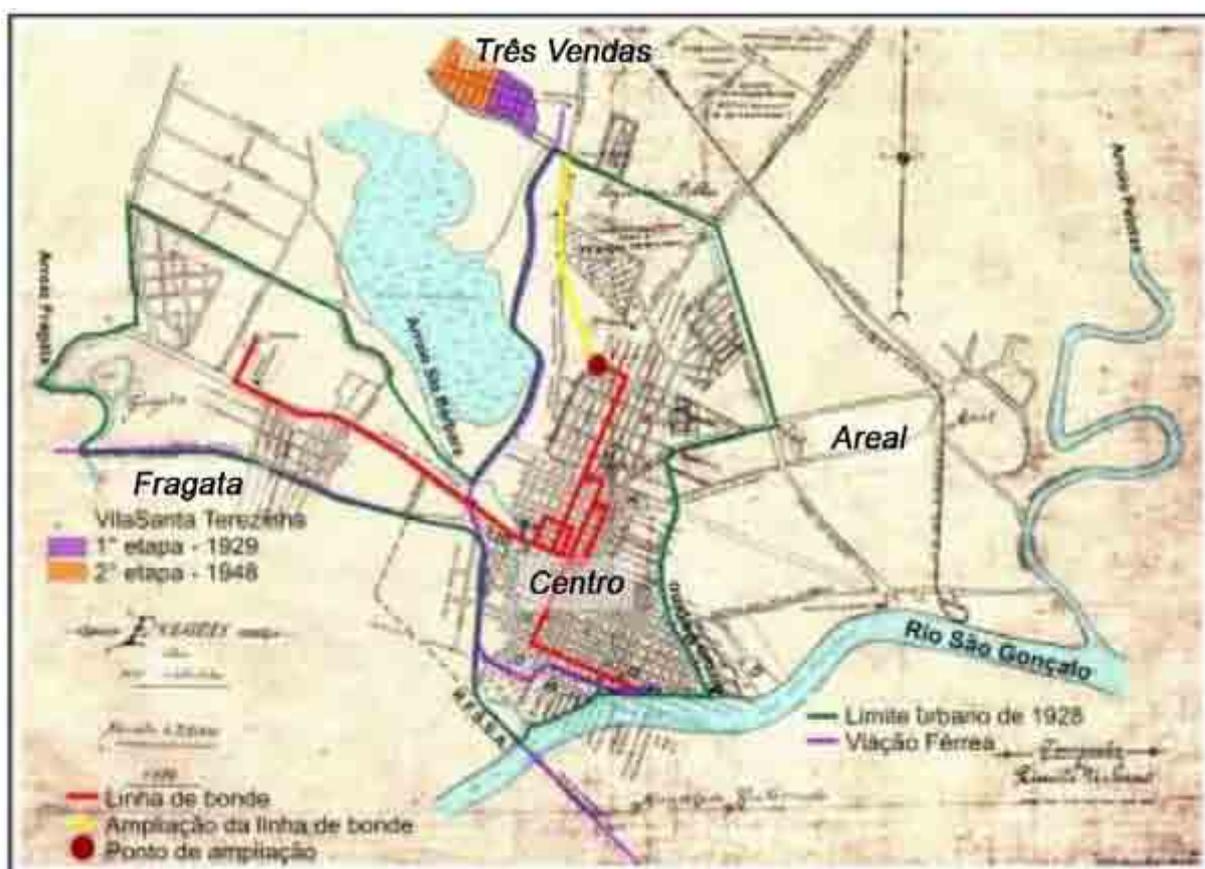


Figura 139 – Mapa da cidade destacando-se a Vila Santa Terezinha. Pelotas. RS.
Fonte: Mapa base de 1926. Acervo Arquivo Municipal. Adaptado por Moura, 2006. Editado pelo autor, 2017.

⁸ Em 1948, foi fundada a Escola Municipal Oswaldo Cruz, Rua São Francisco, 259. Disponível em: <<https://rosimeri81.wordpress.com/2012/04/27/minha-escola-2/>>. Acesso 20 jan. 2017.



Figura 140 – Escola Municipal Osvaldo Cruz. Pelotas. RS. 195_.
Fonte - Acervo Margareth Vieira.

A falta de água nas residências de vilas e loteamentos era, na maioria das vezes, amenizada com a instalação de bicas em esquinas. Passados cinco anos da ampliação, o loteamento permanecia sem energia elétrica. Nessa ocasião o prefeito denunciava, em seu relatório à Câmara de vereadores, o descaso da concessionária *Light and Power* com a Vila Santa Teresinha e anunciava que, se a *Light* não pudesse “iluminar aquela vila proletária, onde residem 6.000 pessoas, a Prefeitura” estaria “disposta a instalar um motor naquele local e iluminá-la por conta própria (**A Alvorada**, 20 dez. 1952, p.7). Em final da década de 1950, a rua Santa Clara, principal acesso ao loteamento, recebeu pavimentação com pedra irregular e canalização de esgoto (Figura 141).



Figura 141– Pavimentação da Rua Santa Clara. Vila Santa Teresinha. Pelotas. RS. 195_.
Fonte - Acervo Margareth Vieira.

Outras vilas da década de 1950

Não somente as grandes promoções e ampliações moviam o mercado imobiliário local. O crescimento demográfico e econômico que se produziu na cidade fez com que muitos proprietários realizassem vendas na área urbana. É o caso do loteamento Ary Xavier (1950), uma promoção de Álvaro José Soares Telles em terrenos de Ary Xavier. Localizada na av. Argentina (atual Av. Fernando Osório), consistia em um pequeno loteamento com três ruas perpendiculares a essa avenida, com 56 lotes e uma parcela de frente para a avenida, para a construção de um cinema. O loteamento bem localizado era “rodeado por algumas indústrias de conservas alimentícias”, o que quase assegurava a venda imediata de terrenos (SOARES, 2002, p. 264).

A Vila Veloso, de 1953, tinha pequenas dimensões. Ficava entre av. Fernando Osório e a antiga estrada da Barbuda. Os terrenos se situavam na zona suburbana. Foram 45 lotes lindeiros da estrada de ferro Monte Bonito (SOARES, 2002). A Vila Silveira, instalada em terrenos da propriedade de J. Olegário da Silveira próximos da Vila Santa Terezinha (nas Três Vendas), também não era muito grande, possuía 8,2 ha, divididos em 184 lotes. Os parcelamentos ocorreram em 1953 (SOARES, 2002).

Em 1954 foi parcelada a Vila Jacob Brod de propriedade de Emílio Brod e Silvio Nogueira Brod. Situada ao norte da Vila Santa Terezinha, reservou espaços para praça, parque e escola. Os proprietários fizeram um documento de compromisso com a prefeitura para dotarem de infraestrutura as ruas. O loteamento está situado entre a Av. Fernando Osório e a estrada de ferro para o Monte Bonito, atraiu muita população migrante de zona rural do município (SOARES, 2002).

Em 1955, o Bairro Lindóia constituiu um empreendimento da Construtora Imobiliária e Territorial do Sul Ltda. (CITESUL) empresa de Porto Alegre. O bairro se situava entre os recém parcelados bairros Py Crespo e a vila Jacob Brod. O projeto recebeu modificações entre 1957 e 1958, sendo prevista a construção de praças, escola, postos de saúde e de polícia. Considerando um novo plano de bairro, os promotores tiveram um cuidado social com a operação que estavam realizando “Foi nossa preocupação desde o início da promoção fazer uma obra generosa, não

observando simplesmente e de imediato o interesse econômico”. Teve sua aprovação definitiva em 1960. O projeto foi parcialmente realizado (SOARES, 2002).

O Bairro Py Crespo, um dos primeiros parcelamentos autorizados após o novo plano de saneamento (1950), era propriedade de Francisco Py Crespo e João Vernetti, famílias tradicionais das Três Vendas e zona norte da cidade. Foi um dos maiores realizados na cidade. Reservaram áreas para três praças, posto de polícia e de saúde, escola e reservatório de água. Obedeceu aos novos regulamentos que estavam sendo elaborados para a cidade (SOARES, 2002).

A Vila Princesa, ação da Imobiliária Sulina Ltda., junto à BR-116, teve origem na antiga granja Schild (propriedade da família). Os terrenos foram vendidos a longo prazo. O projeto foi autorizado em 26 de dezembro de 1953. A intenção era atrair populações migrantes da zona rural do município para se fixarem na área entre a cidade e o campo. É exatamente o caso de um dos entrevistados, Sr.^a Anna Maria Teixeira⁹, uma das mais antigas moradoras. Oriunda do então 6º Distrito, localidade de Colônia Sítio, Anna vem para a zona urbana no ano de 1963, com 21 anos, após casar como um “rapaz da cidade”. Em 1966, passou a residir na Vila Princesa.

Segundo Soares, “no local as infraestruturas urbanas custaram muito a chegar”. Para suprir à falta de água a promotora anunciou a construção de um poço artesiano com solução (SOARES, 2002, p.282). Isto é confirmado pelo depoimento de Anna Maria Teixeira, que relatou que a coleta de água neste poço era realizada com auxílio de barris, conduzidos “rolando” pelo caminho. Além disso, Anna menciona que a iluminação elétrica chegou apenas no ano de 1980 à vila, e a água potável encanada em meados da década de 1990.

O Sítio Floresta, localizada em uma área relativamente próxima à vila Princesa, foi obra do Escritório Imobiliário Lar Gaúcho que atuou na propriedade de Nestor Brauner. O Sítio Floresta estava situado também na BR 116. Atuaram de forma distinta com parcelamento de áreas de uso rural, ou de segunda residência. A superfície de cada parcela era de 3.000 m² (SOARES, 2002).

O Loteamento Sanga Funda, estava situado na Estrada do Arrozal, alcançava terras ao norte do antigo logradouro público da Tablada. A promoção tinha por base

⁹ Anna Maria Rodrigues Teixeira. Entrevista. Pelotas, 01 out. 2013.

manter os usos rurais. Com solo argiloso, se instalaram diversas olarias, atividade essa com estreitas relações com o processo de crescimento urbano, onde se buscavam variados produtos utilizados nas construções (SOARES, 2002)

A Vila Farroupilha, de 1955, promoção de Francisco Nunes de Carvalho, estava em terras do exército brasileiro. O promotor obteve documento do ministério da guerra. Em contrapartida, comprometeu-se a instalar infraestrutura (água, luz, posto de saúde) (SOARES, 2002).

O Jardim América foi construído pela Comercial & Construtora América que já havia realizado a ampliação do Jardim Europa. Estava localizado na estrada que ligava a cidade ao distrito de Capão do Leão, fora do perímetro urbano de Pelotas. O proprietário era Luiz Loréa e o engenheiro responsável foi Idel Lokschin (Soares, 2002).

Na Figura 142, estão destacados, sobre a malha urbana atual, os perímetros aproximados correspondentes à área ocupada por estas outras vilas e loteamentos mencionados. Estão assinalados apenas os loteamentos e vilas não localizados nos mapas anteriores.

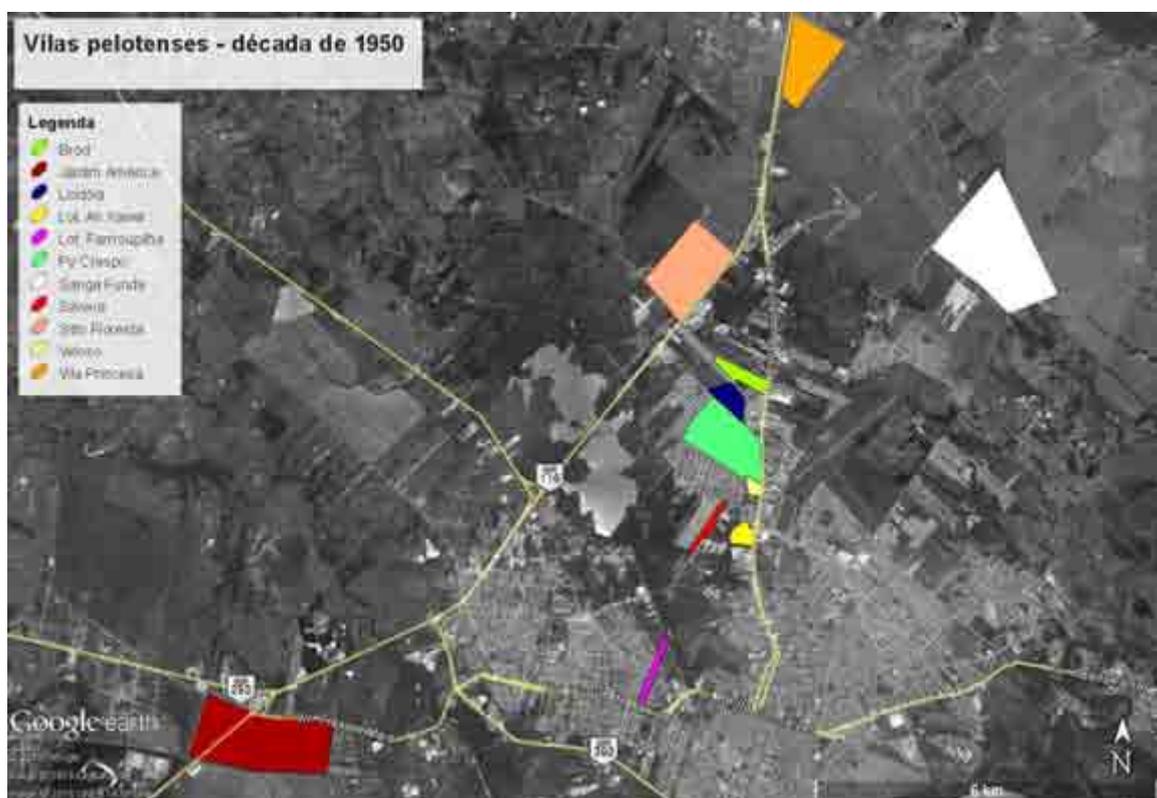


Figura 142 – Mapa parcial de vilas pelotenses. Década de 1950. Pelotas. RS.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2017, através do software *Google Earth Pro*.

Evidências

Na ausência de bibliografia específica, foi primordialmente nas fontes orais que a presente pesquisa veio a encontrar as evidências para estabelecer as conexões entre a criação e o desenvolvimento de vilas e loteamentos e a agroindústria de conservas de pêssego.

No jornal **Diário Popular**, edição conjunta de 01 e 02 de janeiro de 2000, o economista e professor universitário Ubirajara Rodrigues Ribas, que foi gerente financeiro e de recursos humanos da CICASUL por cerca de década, lembrou aspectos da indústria conserveira em Pelotas, destacando a grande demanda de mão de obra:

“[...] lembro com saudades a empresa de conservas [Lebre] dos irmãos Ballester oriundos de Rio Grande, mas estabelecidos em Pelotas. Chegamos a empregar 400 pessoas numa safra de pêssegos. Depois, já na Cicasul (hoje Centro de Eventos), chegamos a empregar 3.500 operários. Vários ônibus repletos chegavam do interior diariamente, porque Pelotas não possuía mão de obra suficiente. A Vila Santa Terezinha, ‘em peso’, era nossa fonte de mão de obra”. (**Diário Popular**, 01 e 02 jan. 2000, p.18).

O ex-trabalhador do setor conserveiro de pêssego Dario Timm, em seu relato (2014), conta que:

“o pessoal que vinha da colônia, aqueles mais velhos, acostumados com as lides na lavoura, alugavam ou compravam um terreno na periferia [novos loteamentos e vilas], até porque não tinham condições [de se instalarem] mais perto do centro; ali faziam uma horta, vendiam alguma coisa que plantavam, ou então tinham uma vaquinha e vendiam leite fresquinho para a vizinhança. Mas os filhos não queriam mais isso [esse tipo de vida], então iam trabalhar nas fábricas” (TIMM, 2017).

Segundo Timm, a maioria dos trabalhadores habituais das fábricas de conserva

“[...] buscava ‘colocação’ [emprego] sempre nas fábricas próximas de onde moravam, porque não tinham dinheiro para pagar o ônibus, não tinham dinheiro para comprar roupas, portanto só lhes restava buscar emprego onde não exigissem muita coisa [sic]. Para eles, o que importava era poder trabalhar, descontar carteira aquele mês, para ter direito ao INPS, para consultas e exames por um ano” (TIMM, 2017).

Dario Timm, trabalhador do setor a partir de 1964, era oriundo do 4º Distrito (Colônia Triunfo). O trabalho na Conservas Manta deu-se em função de ter sido incluído no excesso de contingente do exército local, e da vontade de permanecer na zona urbana. Acrescentou ainda ele:

“Na safra trabalhavam muita gente (muitas mulheres); era bonito de ver na hora da ‘soltada’ [saída], aquele ‘monte de mulheres’ com tapapó branco por essa avenida [Assis Brasil]; era ‘um enxame!’ Vinha gente da Santa Teresinha, Trilhos Velhos [Leito da via férrea francesa, noroeste do perímetro urbano] e até do bairro Fátima” (TIMM, 2017).

O paulista Raimundo Dinelly, ex-funcionário da VEGA, que era empregado do setor administrativo da matriz, veio lotado especialmente para exercer a função de comprador de matéria prima (frutas) na unidade fabril pelotense, cujo início se deu na zona colonial do município. Segundo seu relato sobre a o período de instalação da fábrica - que havia sido transferida para o Distrito Industrial nos meses de maio e junho de 1973 -, conta que, apesar da mudança de local, os funcionários oriundos da zona rural¹⁰ continuavam a ser preferidos, pela sua eficiência comprovada no “descaroçamento” e na “limpeza” (retirada de rebarbas) do pêssego. Estes safristas eram transportados em dois ônibus e em caminhões adaptados (dotados de toldo e bancos na carroceria).

Segundo Dinelly, os veículos partiam do Rincão dos Maias (ponto mais distante) cedo pela manhã, e vinham apanhando os funcionários ao longo do caminho até a fábrica. À tardinha, era feito o caminho inverso. Com o passar do tempo, os funcionários da zona rural foram sendo substituídos por trabalhadores urbanos, o que representava uma economia à empresa, em relação ao transporte.

Em função da alta demanda por trabalhadores no auge da safra, cada fábrica buscava oferecer um “algo a mais” ao seu funcionário, visando mantê-lo em seus quadros. Raimundo relata que, por conta da fábrica ter funcionários residindo de forma dispersa na zona urbana, eram definidos pontos de encontro (paradas). Estes pontos eram localizados na zona norte da cidade – Vila Princesa, Sítio Floresta,

¹⁰ No caso da VEGA, Raimundo conta que os funcionários oriundos da zona rural provinham das localidades de Ponte Cordeiro de Farias (onde originalmente estava situada a unidade fabril da VEGA em Pelotas), Monte Bonito e Rincão dos Maias (divisa com o município de Canguçu).

Lindóia, e ‘Terras Altas’ (final da Av. Fernando Osório, ao norte) – e também a oeste, no bairro Fragata – Av. Pinheiro Machado e Guabiroba.

Sobre o ponto de parada da Av. Pinheiro Machado, Raimundo destaca que se tratava de um dos mais importantes. Ficava junto a uma casa de comércio (armazém) chamada “Ao Cavalheiro”, de propriedade da família da Sr.^a Nilza Cavalheiro. O local, situado no encontro da Av. Pinheiro Machado com atual Rua Carlos Gotuzzo Giacoboni, “era muito conhecido no Bairro Fragata, sendo referido por todos como “armazém dos Cavalheiro” (Figura 143).



Figura 143 – Vista do antigo armazém “Ao Cavalheiro. 2011. Pelotas. RS.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2017, através do *software Google Earth Pro*.

Semelhante situação ocorreu também naquela que é a fábrica mais distante do centro urbano tradicional, a Conservas Helomar, situada na região do Cascalho, junto ao Arroio Pelotas. No ano de 1978, considerado o do auge da fábrica, o horário de trabalho era corrido, em turnos ininterruptos. Para o transporte dos funcionários, eram mobilizados ônibus, a partir de diversos locais, como: Retiro, Fragata, Centro, Areal, Colônia Z3, além de municípios vizinhos.

Importante observar, o surgimento das vilas na periferia de Pelotas, em especial na década de 1950, parece ter sido decisivo para a fixação, na cidade, da mão de obra oriunda da zona colonial do município. O trabalho nas fábricas de

conservas era acessível a esse contingente de trabalhadores, por não exigir maiores qualificações. Isto foi atraindo a população, que encontrava moradia nestas novas iniciativas habitacionais dos loteamentos e vilas promovidos por particulares e pela municipalidade. Esta situação exemplifica o modelo de crescimento urbano apresentado por Dóris Müller (1974) no trabalho “**Crescimento urbano: um instrumento de análise aplicado ao Vale do Taquari**”, o qual aponta que, a partir da década de 1950, “observou-se incrementos maiores de população ocupada na indústria¹¹”.

¹¹ Ver: gráfico nº 12 do referido trabalho.

CONCLUSÃO

A presente tese – **As fábricas de compotas de pêssego na cidade de Pelotas/RS nas décadas de 1950 a 1990** – apresentou análises sobre conjuntos de dados diversos reunidos em quatro capítulos, incluindo diferentes metodologias. Entre essas, teve destaque o inventário, não apenas pela discussão dos resultados através dele obtidos, mas também pelo registro das fábricas e reunião das suas respectivas documentações escritas, iconográficas e orais. Através de distintas análises foi esboçada reconstituição da trajetória do setor conserveiro de pêssego localizado na zona urbana. Foram evidenciadas quais eram as fábricas, como eram seus edifícios; quais as possíveis relações entre a produção dessas fábricas urbanas e o desenvolvimento dos ambientes rural e urbano de Pelotas, no período estudado. Esse processo envolveu a interpretação e produção de mapas e quadros, para qualificar o entendimento do problema, bem como facilitar a exposição das conclusões. Foram ainda demonstradas relações entre o deslocamento de pessoas e produtos e a ocupação de novas áreas urbanas e a consequente melhoria de serviços de infraestrutura urbana.

O cenário brasileiro do pós-guerra foi marcado pelo crescimento da população e pelo fenômeno da migração campo-cidade. Esta população, porém, não encontrou de imediato os serviços de infraestrutura urbana necessários, ampliando cinturões de pobreza pelo país. No Estado do Rio Grande do Sul, a demanda industrial crescente e o trabalho assalariado foram fatores de atração e catalisadores da migração do trabalhador rural. Em Pelotas, o aumento da demanda habitacional, somado à falta de infraestrutura e de serviços urbanos como água, luz, transportes e pavimentação, eram problemas recorrentes.

Com a contratação do Escritório Saturnino de Brito, em 1927, um grande planejamento urbano, com escopo no sanitarismo – iniciado na década anterior –, foi

elaborado para execução por etapas, de acordo com o crescimento da cidade. Uma de suas últimas etapas teve começo em 1947 e a continuação do projeto de Saturnino, espécie de “plano diretor”, viria a influenciar os planejamentos urbanísticos futuros.

Foi neste momento que a indústria da alimentação e seus derivados constituiu a maior parte da cadeia de trabalho. A indústria conserveira, já numerosa na zona colonial do município, foi a que se mostrou mais acessível ao trabalhador rural, pela familiaridade da atividade e por não exigir formação específica.

Importante ressaltar que as fábricas urbanas continuavam se servindo dos pomares existentes na zona colonial do município. Somente com a chegada das indústrias sediadas no sudeste do país foi que se constituíram pomares empresariais nos municípios vizinhos. Esta prática ficou corrente na década de 1970, pois se enquadrava num programa de incentivos fiscais ligado ao reflorestamento. Outro ponto importante foi o desenvolvimento de novos cultivares, o que ampliou o período de safra da fruta.

O crescente número de indústrias enfrentou obstáculos. A demanda por eletricidade encontrou um gargalo no modesto fornecimento de energia apresentado pela então fornecedora *Light & Power*, na década de 1950; problema que se estendeu até meados da década de 1960. O abastecimento de água, fundamental em abundância para o processamento do pêssego, foi solucionado apenas em 1968, com a instalação da Barragem e Estação de Tratamento do Arroio Santa Bárbara.

Outro ponto importante, a demanda por transporte coletivo dos safristas foi resolvido por iniciativa das próprias fábricas. Este problema, e a preocupação em solucioná-lo, ainda que de improviso, atestam, de certa forma, o desenvolvimento da indústria conserveira. Também demonstram o prejuízo sofrido pelo setor, em face do atraso, por parte dos governos, em organizar e fiscalizar a operação de linhas de transporte coletivo. O transporte adequado requereria ainda a melhoria do sistema viário, deficiente em relação à crescente demanda das fábricas. É possível afirmar que as fábricas catalisaram a melhoria da infraestrutura viária, pela pressão exercida junto à municipalidade.

Conjuntamente a estas soluções estruturais, no início da década de 1970, houve a criação de uma zona preferencial específica para a atividade industrial, dentro de uma tendência global de planejamento urbanístico. Esta atitude da municipalidade estava, porém, preocupada em atender o interesse de grandes empresas oriundas dos grandes centros do país. Um indício disto é que a criação do Distrito Industrial ocorreu, inclusive, primeiramente ‘de fato’, antes do que ‘de direito’, um flagrante movimento no sentido de garantir a vinda destas empresas de fora do Estado. Outra indicação é a ausência de interesse das fábricas locais em ali se estabelecerem.

O interesse de indústrias do centro do país em aqui se instalarem de forma mais incisiva se deveu ao sucesso das operações iniciadas ainda no ano de 1956 pela empresa carioca Red Indian, na colônia, no seio dos pomares de pêssego. A ela, seguiram-se as paulistas VEGA e Delrio, ambas em 1964. Esta implantação pioneira da Red Indian foi motivada pela qualidade da matéria-prima, considerada de excelência. As vindas de VEGA e Delrio, por sua vez, foram impulsionadas pela incipiente fama de qualidade das compotas de pêssego que vinha sendo conquistada no centro do país. Notadamente, influenciou também o auge da produção conserveira de pêssego da zona colonial, justamente vivenciado na década de 1960. Sete anos depois, se instalaria no Distrito Industrial outra paulista, a CICA, com vistas ao mesmo mercado, do sudeste do país. Em 1973, também a VEGA transferiu-se para aquele distrito.

A implantação das empresas VEGA e CICA no Distrito Industrial, com seu aporte tecnológico e sua grandiosa planta e moderno *modus operandi*, implicou um salto no setor, com forte impacto nas fábricas locais, do ponto de vista organizacional, de eficiência e sanitário. No caso da CICA, destaca-se a preocupação com a qualificação da mão de obra. A postura onipresente destas grandes empresas na obtenção da matéria-prima e as maiores possibilidades em termos de capital sufocou a concorrência local.

Na década de 1970, alavancada pelo acesso ao mercado do centro do país, foi elaborada forte propaganda do setor conserveiro, junto à estratégia de divulgação da cidade e seus recentes investimentos em infraestrutura, com vistas à atração de investimentos. Os pêssegos figuraram como “as melhores compotas do Brasil”, em

matérias nas revistas e publicações de circulação nacional. Na década de 1980, a divulgação das conservas prosseguiu, atingindo a veiculação televisiva, em comerciais protagonizados por figuras de renome do cenário artístico.

A agroindústria conserveira de pêssego se enquadra no conceito de Patrimônio Industrial, conforme evidenciado no Capítulo II. Desta forma, é necessário debruçar-se sobre seus aspectos material e imaterial. Apesar do ocaso do setor, tendo restado poucas fábricas em funcionamento, ainda podem ser encontrados vários vestígios e muitas memórias. O assunto deverá motivar ainda muitos estudos, sob a ótica das mais variadas áreas do conhecimento.

Quanto à imaterialidade deste patrimônio agroindustrial, fica evidente seu caráter familiar, no que tange à transmissão do saber-fazer, ocorrida através da cadeia geracional. Um exemplo emblemático é o da família Poetsch, na qual os filhos homens aprenderam em casa, por força da matriarca da família, o processo de fabrico de conservas (compotas) e doces. Interessante observar que um destes filhos, após custear seus estudos com a venda destes doces, veio a se tornar um dos mais importantes industriais do ramo, através de sua fábrica própria, a Agapê. Da mesma forma, foi corrente a atuação de um núcleo familiar na constituição e comando de uma determinada fábrica.

A fábrica também é capaz de suscitar vários sentimentos no espírito dos trabalhadores e daqueles que com ela se envolvem, como a comunidade circunvizinha. Elementos como a chaminé funcionam como símbolos, que ajudam determinado estabelecimento a se tornarem pontos referenciais de um determinado local, em torno do qual se afirmam identidades territoriais únicas. O soar das sirenes, nos horários de entrada, saída e intervalos dos expedientes, também ajudava a regular a vida dos moradores vizinhos. O esporte amador no interior das fábricas foi também um importante fator de estímulo das sociabilidades, incentivado pelos administradores. Em seu depoimento, um dos ex-funcionários da extinta CICASUL não conteve as lágrimas ao relembrar que integrar o quadro da fábrica lhe trouxera visibilidade e dignidade como cidadão nunca antes vivenciadas, dada sua origem modesta.

O aspecto emocional que o tema inspira ficou evidente também em alguns depoentes, a quem a simples menção ao assunto traz más lembranças. A pesquisa

não obteve todos os depoimentos solicitados, tendo alguns deles sido negados face à rememoração de situações de falência, dívidas e perdas financeiras que o relato representaria.

A materialidade do patrimônio agroindustrial conserveiro de pêssego foi prejudicada ao longo do tempo. De uma forma geral, do ponto de vista da arquitetura, não é possível reconhecer um conjunto edificado característico digno de salvaguarda. Verificou-se que as fábricas antigas tinham maior preocupação com a estética, muito em razão do contexto em que estavam inseridas. A linguagem eclética, em seu período tardio, foi, nestes casos, a escolhida. Ao longo do tempo, as fábricas deixaram de lado a preocupação estética e procuraram executar projetos mais simplificados, com foco na funcionalidade. Os edifícios fabris, em sua grande maioria, recorreram à tipologia de galpão simples, com plantas livres. Como exceção, há os casos da Peres e da Agapê, cujas arquiteturas apresentam maior elaboração, com emprego de *sheds* e de uma linguagem mais moderna. Ambos são casos comprovados de atuação de profissionais locais na elaboração e execução dos projetos. A Agapê 'bebeu' ainda do senso de vanguarda de seu proprietário, alimentado em viagens constantes aos principais parques fabris do setor conserveiro norte-americano. A chegada das empresas paulistas CICA e VEGA ao Distrito Industrial, com padrão construtivo mais contemporâneo, de emprego de materiais e técnicas mais atuais para o período, também serviu de estímulo à retomada da preocupação arquitetônica por parte das demais fábricas existentes.

Alguns edifícios serviram a outros usos, dada a versatilidade dos espaços. Outro percentual significativo de prédios sucumbiu, deixando muito pouco ou nenhum vestígio.

Os vestígios materiais estão presentes, com destaque, no caso da fábrica Peter, cuja relativa integridade vai além do edifício. Único caso entre as fábricas urbanas, seu maquinário permanece no exato local de funcionamento, ainda que sob o efeito da ação do tempo. Em alguns casos, como o da antiga fábrica Alva, os vestígios materiais foram extintos por completo, após o arruinamento e a demolição do prédio. Sobre o terreno, inclusive, já foi iniciada nova construção. A ausência completa de vestígio material reforça a perda da memória, de forma bem mais incisiva do que a parcial.

Através da pesquisa, percebeu-se que a reciclagem de antigos prédios fabris pode ser uma alternativa interessante, se considerados alguns aspectos. Boa parcela dos edifícios, conforme mencionado, não apresentam valor arquitetônico, apesar de se constituírem de prédios com plantas versáteis, passíveis, portanto, de readequações funcionais. Exemplos bem-sucedidos, como o da CICASUL (atual Centro de Eventos FENADOCE) e das antigas fábricas Anglo e Cotada (atualmente integrados ao patrimônio da UFPel), estão ligados ao potencial de reciclagem proporcionados por plantas e terrenos. Neste sentido, chama a atenção o caso do patrimônio edificado da antiga Agapê, cujo apuro estético parece invocar sua reutilização. É importante, porém, que estas reciclagens estejam motivadas por propósitos elevados, e se traduzam em ganhos para a comunidade, como nos casos citados.

É possível constatar que as fábricas urbanas passaram pelo processo de automação de forma mais contundente do que as da zona rural. A utilização crescente de novos equipamentos, como as descaroçadeiras italianas – alguns modelos eram capazes de substituírem o trabalho de mais de 70 operárias –, foram paulatinamente ocasionando o desemprego dos safristas.

As compotas urbanas pelotenses valeram-se das funilarias aqui existentes, tendo inclusive algumas fábricas, como a Schramm e a Sacco, anexas a este tipo de estabelecimento. A embalagem de folha de flandres era prática, de menor custo e de mais fácil manejo para o trato industrial do que a de vidro, bastante utilizada em âmbito caseiro. Esta embalagem, tradicional, pouco evoluiu. Há cerca de uma década, passou a ser empregada uma variação de formato da lata, com menor capacidade (350g) e um abaulamento da base. Este novo formato não substituiu, porém, a lata tradicional, de fuste cilíndrico regular. Sua rotulagem também foi aperfeiçoada, evoluindo para a impressão feita diretamente sobre a folha de flandres. A existência de embalagens menores está ligada à alteração do perfil familiar brasileiro, menos numeroso na atualidade.

Com respeito ao consumo, devido à boa qualidade geral das compotas locais, nota-se que não ocorre direcionado pela preferência de marca, mas sim pelo preço. A compota de pêssego pelotense teve a abertura do mercado internacional capitaneada pela exportação da conserva de aspargos. Fundamental neste

processo foi a atuação do Centro de Pesquisas da Agroindústria, através de suporte técnico e administrativo; promoção de palestras e cursos de qualificação.

Quanto aos reflexos da agroindústria na ocupação do espaço urbano, face à sua espacialização, as primeiras fábricas se localizaram no Centro e, principalmente, na região do antigo Bairro Porto, primeiro núcleo fabril da cidade. Posteriormente, acompanharam a expansão urbana a oeste (Bairro Fragata), ajudando a fomentá-la. Distribuíram-se também ao norte da cidade, junto ao eixo da Avenida Fernando Osório (Bairro Três Vendas). O presente estudo apontou que a distribuição das fábricas na região do Fragata aconteceu de forma dispersa. Este movimento parece ter sido favorecido por uma carência de regramento urbanístico específico à atividade fabril. Saturnino de Brito definiu este deslocamento como “desordenado e excêntrico” – acepção de “que (se) desvia ou (se) afasta do centro”. As primeiras fábricas do Fragata foram instaladas junto à principal via estruturadora local, a Avenida Duque de Caxias. As demais tiveram sua implantação a noroeste das primeiras, ocupando espaços mais periféricos, incluindo o Distrito Industrial.

A localização ao norte, mais estreitamente ligada ao movimento de migração campo-cidade, se deu principalmente ao longo da via estruturadora local Avenida Fernando Osório. Esta fixação foi catalisada pela presença dos entrepostos comerciais de produtos coloniais, e à existência de postos de serviços de assistência aos colonos, equipamentos urbanos que influenciaram a decisão de fixação de muitos migrantes naquela região.

Com o pós-guerra, foram renovados os esforços para suprir a demanda habitacional, através de vilas e loteamentos. Na economia, o ramo industrial alimentício foi o que mais cresceu no período, incluído o setor conserveiro. Conforme atestam os depoimentos, é possível perceber que o contingente de trabalhadores das fábricas de conservas urbanas era oriundo, em grande parte, da zona rural, e se valeu dos novos espaços de habitação popular. Em suma, os moradores das vilas e loteamentos eram, em significativa parcela, trabalhadores safristas.

Novos loteamentos surgiram de forma crescente até o ano de 1961, quando passaram a ocorrer em menor número, possivelmente influenciados pela instabilidade conjuntural da política nacional, cujo estopim se deu em 1964. Os

terrenos localizados nos bairros Fragata e Três Vendas representaram mais de 50% dos parcelamentos ocorridos entre 1950 e 1966. A ocupação destes terrenos foi impulsionada pelo suposto custo acessível, suavizado “em módicas prestações”, largamente propagandeado. No entanto, eram vendidos sem qualquer menção à falta de estrutura que apresentavam; problema recorrente e, em geral, de morosa solução.

Os primeiros movimentos de expansão do tecido urbano nuclear, tradicional, aconteceram ainda na década de 1910, com a instalação das vilas Gotuzzo, do Prado e Simões Lopes, todas a oeste daquele centro. Entre o local de implantação das vilas Gotuzzo e do Prado e o centro consolidado, existiam grandes vazios urbanos; terrenos carentes de qualquer infraestrutura. Na Vila do Prado, esta carência tanto mais se fazia sentir em virtude da numerosa população que abrigava. As duas vilas da região do Bairro Fragata, estavam servidas pela linha do Parque (Souza Soares), de bondes, o que amenizava o deslocamento dos operários até as fábricas. Em determinados horários, os trabalhadores tinham desconto no pagamento das passagens.

A Vila Simões Lopes era a mais próxima do centro urbano, contígua a este em sua porção sudoeste. O fato de localizar-se na porção posterior da estrutura ferroviária (estação e trilhos) local a manteve menos integrada àquela, conseqüentemente, não gozando de mesmo grau de desenvolvimento. Isto não foi empecilho para que, em 1950, fosse aprovada uma nova etapa de loteamento, levada a efeito pela mesma família.

No bairro Fragata foram também implantadas, posteriormente, as vilas São Francisco de Paula, Hilda e Elisabeth, todas conectadas à Avenida Duque de Caxias. No Bairro da Luz, norte do centro urbano tradicional, foi implantada a Vila Trápaga. Mais ao norte, e distante do centro, foi instalada, em 1929, a Vila Santa Terezinha, situada próxima das estradas da Barbuda (atual Avenida 25 de Julho) e do Retiro (atual Avenida Fernando Osório). Estas vias eram acessos dos colonos desde a zona rural. Em 1947, o loteamento foi servido por bondes, com a ampliação da linha das Três Vendas, o que em certa medida atesta sua importância. Em 1948, o loteamento recebeu ampliação, crescendo numerosamente com o influxo de

migrantes da zona rural, ali fixados, e que constituíam boa parcela dos safristas das fábricas conserveiras urbanas.

Na década de 1950, outras vilas foram inseridas nos bairros Fragata e – mormente – Três Vendas. Até 1950 se pode perceber a preferência das iniciativas habitacionais pela localização junto à porção oeste da cidade, primeiramente, e ao norte, posteriormente – a maior quantidade de fábricas (20) se deu nesta zona norte da cidade. Foi o que o I Plano Diretor de Pelotas diagnosticou como uma tendência em forma de “V”, simbolicamente pronunciado pela ocupação ao redor do eixo da atual Avenida Duque de Caxias (antiga Estrada de Piratini) e junto ao eixo da atual Avenida Fernando Osório (antiga Estrada do Retiro). Tal qual a figura de espinha dorsal, como ocorre nos peixes, este “V” tinha nas vilas e loteamentos os prolongamentos laterais de um espinhaço.

A pesquisa comprovou a correlação entre a expansão urbana e o desenvolvimento do setor conserveiro de pêssego. Ou seja, não foi identificada primazia na influência de uma sobre a outra. Não se mostrou possível afirmar que a criação de novas vilas e loteamentos é que influenciou a criação de novas fábricas na zona urbana. Da mesma forma, porém, não foi possível afirmar que os safristas, grande parte do contingente de moradores dos novos espaços habitacionais, é que foram os responsáveis pelo surgimento destes. Tampouco não foram os loteamentos e vilas consequência única do surgimento de novas fábricas, no impulso do desenvolvimento do setor.

Sobre a mão de obra, além do aspecto familiar, teve como características a proeminência, em sua quase totalidade, da figura da mulher, com os homens pontuando tarefas braçais. Os homens eram a totalidade nos cargos de chefia e diretoria. Havia, no entanto, a preferência pela delicadeza da atuação das mulheres em boa parte das atividades. Algumas mulheres, geralmente pertencentes à família proprietária, eram posicionadas em cargos de supervisão do ambiente de produção. Foi constatada a inexistência de mulheres proprietárias de fábricas de conserva de pêssego. De uma forma geral, o trabalho infantil foi uma constante e estava ligado à presença de famílias entre os safristas.

Os depoimentos obtidos dão conta de que os períodos de safra – especialmente a de pêssego – ocasionavam a escassez de empregadas

domésticas, que então migravam para o trabalho como safristas. Esta atitude era essencialmente motivada pela garantia de diversos direitos, representada pela assinatura na carteira de trabalho pelas fábricas. Ao fim da safra, retornavam à atividade doméstica. A mão de obra estava condicionada à sazonalidade do processo. Terminada a safra – ou as safras, dada a diversificação de produtos e frutas processadas por algumas fábricas, que estendiam assim seu período de funcionamento anual –, restavam os trabalhadores responsáveis pela manutenção e pela administração.

Outro aspecto digno de ressalva sobre a mão de obra diz respeito à qualificação. Por um lado, havia uma qualificação dos safristas, em virtude da experiência e do tempo de prática, dada a origem familiar na zona rural. Ressalte-se, foram as novas gerações, dotadas desta bagagem prática, que, mormente, atuaram nas fábricas urbanas. Uma qualificação formal, nas fábricas urbanas, só veio a ocorrer nos caso das grandes empresas paulistas aqui instaladas, afeitas a este tipo de investimento.

A escolha de um inventário como instrumento de pesquisa se mostrou uma abordagem acertada, satisfatória para a organização e tabulação dos dados levantados. O tema da agroindústria urbana de pêssego em Pelotas, por sua relevância para a memória da evolução econômica e também como manifestação de fundo cultural da sociedade local, encontra no inventário um instrumento de viabilidade para o aprofundamento de seu estudo.

O presente estudo, que não tem pretensão de esgotamento do tema, busca, antes, contribuir para um conhecimento parcial do setor conserveiro de pêssego e suscitar, talvez, um maior reconhecimento de sua importância para a comunidade. A constatação da situação deste patrimônio agroindustrial, em seus aspectos material e imaterial, através das fichas de inventário, poderá suscitar discussões acerca de seu valor cultural para a comunidade. Tais discussões, por sua vez, poderão encaminhar o reaproveitamento de algumas de suas estruturas físicas, de forma pública ou privada.

Foram encontradas 47 fábricas no espaço urbano, desde a instalação da primeira até os dias atuais. A mais antiga foi a Schramm, de Guilherme Schramm, instalada em 1895. O levantamento verificou que a estas 47 fábricas encontradas

não corresponde igual número de espaços físicos distintos. Ao todo, foram 41 espaços diferentes nos quais foram historicamente sediados tais estabelecimentos. Algumas fábricas tiveram suas edificações comprometidas em parte ou integralmente. Chegaram a coexistir, no auge do desenvolvimento do setor na área urbana, nas décadas de 1960 a 1980, 21 fábricas.

Dentre as 47 fábricas, apenas cinco permanecem ativas e somente três ainda se encontram sediadas em zona urbana. A mais antiga em funcionamento contínuo, na zona urbana, é a Cantarelli (desde 1964). Mais de dois quintos das fábricas levantadas estavam situadas no Bairro Três Vendas tendo o restante se dividido praticamente igualmente entre o bairro Fragata e a região do Porto – incluídas, neste, as fábricas do Centro. Apenas três fábricas foram sediadas no Distrito Industrial. Dez fábricas tiveram seu espaço físico destinado a outros usos que não o fabril. Quase metade dos edifícios sucumbiram. Quanto à identificação de responsáveis pelo projeto e pela construção dos edifícios fabris, muito pouco foi possível apurar. A atuação do setor conserveiro teve importância econômica refletida no aspecto social, ao ser responsável por grande parte dos empregos gerados e mantidos por cerca de meio século, do pós-guerra à década de 1990.

Foi constatada, durante a pesquisa, a importância dos relatos orais para a obtenção de informações para além dos documentos escritos e iconográficos. Tais fontes impressas dão conta das fábricas mais antigas. Foi verificada a ausência de referências com informações históricas sobre as fábricas após o ano de 1922. Após esta data, foram encontradas apenas publicações de caráter técnico, ligadas ao desenvolvimento da pesquisa agropecuária na região. Incluem-se na constatação desta lacuna historiográfica sobre as compotas a produção acadêmica local e regional.

Foi apurado que a primeira referência historiográfica às fábricas urbanas de compotas de pêssago se encontra no trabalho do antigo funcionário do setor de estatística da então Intendência Municipal, Alberto Coelho da Cunha, em seu texto manuscrito **Notícia Descritiva de Fábricas de Pelotas**, datado de 1911. Cunha menciona cinco fábricas: Schramm, Águia, Sacco, Alliança e Amazônia.

O presente inventário tem a pretensão de contribuir para a ampliação do trabalho realizado pela Universidade Federal de Pelotas, de reconhecimento formal

da tradição doceira local. As compotas de pêssego têm lugar de direito, por sua tradição, ao lado de outros doces coloniais (cristalizados, geleias e *schimiers*) e dos doces finos, já abordados pela academia, com vistas à inclusão no Inventário Nacional de Referências Culturais, junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O andamento do levantamento, apoiado no fichamento, estimulou depoentes e colaboradores que, inicialmente, não haviam fornecido maior volume de informações (cadastrais e iconográficas) a fazê-lo, face ao adiantamento das fichas mais completas. O aspecto visual do inventário foi importante, neste sentido. A iconografia (fotografias, rótulos etc.) atua, comumente, como elemento ativador da memória, evocando lembranças.

O registro realizado no Inventário do Patrimônio Agroindustrial Urbano do Setor Conserveiro de Compotas de Pêssego de Pelotas tem a pretensão de fornecer documentação para outras pesquisas. O material inventariado não pode ser estudado com profundidade. Para tal, são necessárias metodologias específicas adequadas, de acordo com cada uma das muitas abordagens que possibilita.

A pesquisa apontou a necessidade da constituição de um acervo ou arquivo específico do setor conserveiro de doces (compotas). O autor vem procurando colaborar neste sentido junto ao Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas. Itens reunidos durante o trabalho anterior, de Mestrado em Memória e Patrimônio, sobre as fábricas rurais de compotas de pêssego, já foram doados ao Museu. Da mesma forma, ao fim da presente pesquisa, diversos itens ligados às fábricas urbanas de compotas de pêssego terão o mesmo destino. Entretanto, dada a significância do setor conserveiro e a flagrante ausência de material de pesquisa reunido e organizado sob a forma de acervos relativos, observa-se a pertinência da criação de um espaço museológico específico para as compotas locais. Tal museu deveria ter a preocupação de ilustrar a linha de produção, através da exposição de maquinário, entre outros equipamentos, e poderia tirar proveito da remanescência de tais elementos, em antigas fábricas tanto da zona rural, como da zona urbana.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE PELOTAS. **Perspectivas e alternativas da agropecuária e agroindústria no município de Pelotas**. Pelotas: CORAG, 1986.

BACH, Alcir Nei. **O patrimônio industrial rural: as fábricas de compotas de pêssego em Pelotas – 1950 a 1970**. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009. Disponível em <<http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/123456789/974>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Municipalização e endividamento: características da administração pública municipal de Porto Alegre, de 1897 a 1937**. In: WEIMER, Günter (org.). **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BASTOS, Michele Souza. **Arquitetura ausente: o centro histórico de Pelotas, RS (1835-2011)**. 2v. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/michelesbastos_volume_1__arquitetura_ausente.pdf>. Acesso em: 02 set. 2016.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**. Ensaios de Psicologia Social. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2004.

BUCCELLI, Vittorio. **Un viaggio a Rio Grande del Sud**. Milão: L.F. Pallestrini & C., 1906. 394p.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Imaginários Urbanos**. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 2007.

CANDAU, Joel. **Antropologia de la memória**. Buenos Aires: Nueva Vision, 2002.

CARRICONDE, Clodomiro. **Álbum de Pelotas**. Centenário da Independência do Brasil (1822-1922). Pelotas: Globo, 1922.

CARRO ANTIGO [sítio eletrônico]. **Gasogênio: um quebra-galho do tempo da guerra para a falta de gasolina**. Curiosidades. Disponível em: <http://www.carroantigo.com/portugues/conteudo/curio_gasogenio.htm>. Acesso em 07 abr. 2017.

CARTA DE VENEZA. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

CARVALHO, Elvira Vetromilla. **Cascata: 50 Anos de pesquisa**. Pelotas: EMBRAPA, Centro Nacional de Clima Temperado, 1988.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. 3. ed.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. São Paulo: Ed. DIFEL, 1985.

CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart, 1972.

COSTA, Alfredo R. da. **O Rio Grande do Sul: obra histórica, descritiva e ilustrada**. Porto Alegre: Globo, 1922. V. II.

CUNHA, Alberto Coelho da. **Notícia descritiva de fábricas de Pelotas**. [man.] Pelotas: Biblioteca Pública de Pelotas, 1911. s. p. Pasta. ACC 017.

CRUZ, Glenda Pereira da. **Espaço Construído e a formação econômico social do Rio Grande do Sul**. 1984. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1984.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O segundo Governo Vargas: 1951 – 1954**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1992.

DECKER, Sérgio. **Perfil, desempenho e capacidade tecnológica da agroindústria de doces e conservas da Região Sul do RS**. Pelotas: EDUCAT, 2006.

DELANOY, Simone Soares. **A presença francesa na arquitetura pelotense: um estudo sobre o arquiteto Julio Delanoy**. 2012. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/123456789/1030>> Acesso em: 22 ago. 2015.

ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. **Saneamento de Pelotas**. Relatório apresentado ao Governo do Estado por F. Saturnino Rodrigues de Brito, Engenheiro Consultor. Pelotas: Globo, 1927.

ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. **Saneamento de Pelotas**. Relatórios de Projetos – Novos Estudos, 1947. Pelotas: Globo, 1947.

ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO. **Saneamento de Pelotas**. Relatório da Construção, 1951. Pelotas: Globo, 1951.

ESSINGER, Cintia Vieira. **Entre a Fábrica e a rua: a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e a criação de um espaço operário Bairro Várzea, Pelotas, RS (1953-1974)**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

FERRARETTO, Maria Karina. **Fábrica Rheingantz: a empresa, o empresário e os acionistas: um estudo exploratório sobre a elite econômica de Rio Grande no final do século XIX (1873- 1895)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/66968/000869622.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 out. 2016.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Os três apitos: memória coletiva e memória pública, Fábrica Rheingantz, Rio Grande, RS, 1950-1970**. Tese (Doutorado em

História)-Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; CERQUEIRA, Fábio Vergara; RIETH, Flávia Maria da Silva. **O doce pelotense como patrimônio imaterial**: diálogos entre o tradicional e a inovação. *Métis: história & cultura*, v.7, n.13, 2008. Disponível em: <<http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/o-doce-pelotense-como-patrimonio-imaterial.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2017.

FERREIRA, Laura Senna. **Reestruturação Produtiva**: mudanças e permanências no mundo do trabalho e empresarial da indústria conserveira na região de Pelotas/RS.2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em:<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92098>>. Acesso em: 22 ago. 2012.

FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – CIENTEC. **Indústria de conservas de alimentos vegetais no Rio Grande do Sul**. Informe setorial. Porto Alegre, 1973.

GASTAL, Paulo. **Amadêo Gustavo Gastal**: uma existência fecunda e prodigiosa. Pelotas: s. ed., 1965. [mimeogr.].

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE EARTH PRO [programa de computador]. Versão 7.1.5.1557. Data da compilação: 20 mai. 2015. Servidor: kh.google.com.

GRANDO, Marinês Zandavalli. **Agricultura em crise**: o caso da “Colônia Francesa” no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Fundação da Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), 1989. Coleção Teses, nº. 14.

GREHS, Raul Celso. **Análise das relações entre as unidades familiares produtoras de pêssego e as agroindústrias de Pelotas**. 1996. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1996.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e sangue**: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888. Tese. (Doutorado em História do Brasil). Instituto de Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC), Porto Alegre, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 1.0.5a [CD-ROM]. 2002.

IBGE. **Censo Demográfico 1940**: características gerais da população e instrução: resultados da amostra. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

IBGE. **Censo Demográfico 1950**: características gerais da população e instrução: resultados da amostra. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE. **Censo Demográfico 1960**: características gerais da população e instrução: resultados da amostra. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE. **Censo Demográfico 1970**: características gerais da população e instrução: resultados da amostra. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE. **Censo Demográfico 1980**: características gerais da população e instrução: resultados da amostra. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

INSTITUTO ADOLFO LUTZ. **Normas analíticas**: métodos químicos e físicos para análises de alimentos. 3. ed., São Paulo, 1985. V.1.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do Patrimônio** (SICG). Estrutura do sistema descritor. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14897&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

JANKE, Neuza Regina. **Entre os Valores do Patrão e os da Nação, como fica o operário?**(O frigorífico Anglo em Pelotas: 1940 – 1970). Pelotas: Santa Cruz, 2011.

KNORR, Carlos José L. **Estudo relativo à problemática do pêssego**. Pelotas: Prefeitura Municipal de Pelotas/Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, 1978.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização**: problemas teóricos de restauro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: UFPEL, 2001.

LOPES, André Luís Borges. **A modernização do espaço urbano em Pelotas e a Companhia Telefônica Melhoramentos e Resistência (1947-1957)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2487>>. Acesso em: 22 ago. 2010.

LUCKOW, Daniele Behling. **Arquitetura urbana e inventário**: São Lourenço do Sul. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010. Disponível em: <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/danielebehling_luckow.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

MADAIL, José Carlos Medeiros. **Árvore do Conhecimento** [Coluna do sítio oficial da Agência Embrapa de Informação Tecnológica]. s/d. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/pessego/arvore/CONTAG01_17_1972007162810.html

MAGALHÃES, Mário Osório. **Oportunidade e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 -1890). 2 ed., Pelotas: UFPEL; Mundial, 1993.

MEDEIROS, Laudelino T. de; SOUZA, Eli de Moraes. **Mão de obra na agroindústria**: conservas de frutas e legumes. Porto Alegre: UFRGS, 1982.

MEIRELES, Céres Mari da Silva. **Das artes e ofícios à educação tecnológica**: 90 anos de história. Pelotas: UFPEL, 2007.

MONTE DOMECCQ & CIA. **O Estado do Rio Grande do Sul**. Barcelona: Thomas, 1916.

MOURA, Rosa M. Garcia Rolim de. **Modernidade pelotense, a cidade e a arquitetura possível**: 1940–1960. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

_____. **Habitação popular em Pelotas (1888 – 1950)**: entre políticas públicas e investimentos privados. Tese (Doutorado em História do Brasil) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. **Ari Marangon**: 25 anos de arquitetura. Santa Maria: Pallotti, 2004.

MÜLLER, Dóris Maria. **Crescimento urbano**: um instrumento de análise aplicado ao Vale do Taquari. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1974 (dissertação de livre-docência).

NIZHNY, Tagil. **Carta sobre o Patrimônio Industrial, TICCIH, 2003**. Disponível em: <www.ticcih.org>. Acesso em: 01 jan. 2009.

OSÓRIO, Fernando L. **A cidade de Pelotas**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1962.

_____. **A Cidade de Pelotas**. 3. ed. Pelotas: Armazém Literário, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da indústria sul rio-grandense**. Guaíba: RIOCELL, 1985.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Pelotas**. Porto Alegre: Gundlach, 1940.

POETSCH, Hugo. **AGAPÊ S/A: plano econômico financeiro**. Relatório aspectos gerais, estrutura, contexto setor conserveiro, mercado e comercialização. Pelotas: s. ed., 1993. [mimeogr.]

_____; SÁ Claudio Fernando P. de (org.). **Narrativa da Memória da Indústria Conserveira de Pelotas**. Pelotas: SINDOCOPEL (Sindicato da Indústria de Doces e Conservas Alimentícias de Pelotas), 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. **Plano Diretor de Pelotas**. Porto Alegre: ORPLAN [Organização e Planejamento], 1967.

_____. **Lei 5502**, III Plano Diretor de Pelotas, 2008.

_____. **SANEP e Enfil S.A discutem andamento da ETA São Gonçalo**. [Seção de notícias do sítio oficial] Disponível em:

<<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxNy0wMMS0wNQ==&codnoticia=43839>>. Acesso em 22 mar. 2017.

RELATÓRIO MUNICIPAL. Apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1924 pelo intendente Dr. Pedro Luís Osório, Pelotas, 1924. Acervo do Centro de Documentação e Obras Valiosas (CEDOV) da Bibliotheca Pública Pelotense.

RIO GRANDE DO SUL (Programa de Investimentos Integrados para o setor Agropecuário). **Enlatados de frutas e legumes**. Perfis de agroindústria. Porto Alegre: Pallotti, 1975. V. 3.

_____ (Secretaria de Indústria e Comércio; Companhia Nacional de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul). **Perfil do aspargo – 1975**. Porto Alegre, 1975.

_____ (Secretaria de Indústria e Comércio; Companhia Nacional de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul). **Perfil do pêssego – 1975**. Porto Alegre, 1975.

_____ (Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Fundação de Economia e Estatística; Centro de Estudos Econômicos e Sociais; Núcleo de Estudos do Agronegócio). **Estatísticas e indicadores do emprego formal do agronegócio** — nota técnica. Porto Alegre: 2016.

ROSA, Mário. **Geografia de Pelotas**. Pelotas: UFPEL, 1985.

RUBIRA, Luís (Org.) **Almanaque do Bicentenário de Pelotas**. Economia, Educação e Turismo. V.3 Pelotas: Pró Cultura/RS, 2015.

SALABERRY, Jeferson Dutra. **A agroindústria no Bairro Porto: Pelotas-RS (1911-1922)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

SANTA CATHARINA, Roberta Taborda. **Ordenanças urbanas e ideia de cidade: o primeiro e o segundo Plano Diretor de Pelotas e os temas de urbanismo do século XX**. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Disponível em <http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao_-_roberta_taborda_santa_catharina.pdf> Acesso em: 22 ago. 2016.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Depoimento Oral e Fotografia na Reconstrução da Memória Histórico-Sociológica: reflexos de pesquisa**. In: Boletim do Centro de Memória – UNICAMP. V.3, nº 5, p. 14-24 jan/jun. Campinas: 1991.

SINDOCOPEL. [Relação de fábricas de conservas de Pelotas]. [Documento]. [Elaborado por Luiz Carlos Zanotta]. Setembro de 2004.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1975. 2 ed.

_____. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1977.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812-2000)**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografía Humana. Universidade de Barcelona, Barcelona, 2002.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

TAVARES, Jacqueline Marques. **A indústria conserveira pelotense: ascensão e declínio**. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais. Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2000.

TOMPSON, Paul. **La voz del pasado**. La historia oral. Valência, Espanha: Ediciones Alfons el Magnànim, 1988: (p. 9-29).

VARGAS, Francisco E. B. **Relações Sociais de Classe e Gênero: o trabalho safrista na indústria de conservas de Pelotas**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 1994. [mimeogr.]

VIEIRA, Sidney Gonçalves. **A cidade fragmentada: o planejamento e a segregação social no espaço urbano em Pelotas**. Pelotas: UFPEL, 2005.

WEIMER, Günter. A política sanitária como diretriz de planejamento na República Velha gaúcha. In: WEIMER, Günter (Org.). **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

WITTMANN, Maria Cristina Gonçalves. **Trilhos Urbanos**. 2006. Monografia (Especialização em Artes - Conservação de Artefatos) - Instituto de Artes e Design. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2006. Disponível em <<http://wp.ufpel.edu.br/especializacaoemartesvisuais/files/2013/12/Maria-Cristina-Gon%C3%A7alves-Wittmann-%E2%80%93-2005.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

XAVIER, Janaina Silva. **Saneamento de Pelotas (1871 – 1915): o patrimônio sob signo de modernidade e progresso**. 2010. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

ARTIGOS DE REVISTAS INSTITUCIONAIS

AXT, Günter. A indústria de energia elétrica em Pelotas. **História em Revista** [da] Universidade Federal de Pelotas, v., n. 2, p. 149-173, 1996.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Patrimônio industrial no Brasil**. In: USJT – arq.urb, n.3, jan-jul.2010. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/2arqurb3-esterezilda.pdf>. Acesso em 26 mar. 2017.

CRUZ, Marta Vieira. **Brasil nacional-desenvolvimentista (1946-1964)**. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_titulos.html>. Acesso em: 06 abr. 2017.

DEZEN-KEMPTER, Eloisa. O lugar da indústria no patrimônio cultural. **Labor e Engenho** [da] Universidade Estadual de Campinas, v. 5, n. 1, p.107-125, mar. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/labore/article/view/111>>. Acesso em: 17 out. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.20396/lobore.v5i1.111>.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Museologia e Patrimônio - vol. II nº 1 - jan/jun de 2009**. Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>. Acesso em 17/09/2014.

FINATTI, Rodolfo. Distritos industriais no nordeste do Brasil: tendências recentes de implantação e papel do poder público. In: **Anais do VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <<http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo1/Rodolfo%20Finatti.pdf>>. Acesso em 09 mar. 2017.

FONTES, Paulo Roberto R. Mapeando o Patrimônio Industrial em São Paulo. **Revista Eletrônica do IPHAN**. n. 4 - Herança Industrial, 2006. Disponível em: <[HTTP://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=166](http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=166)>. Acesso em: 10 nov. 2006.

GUEDES, Maria Tarcila. Inventário Nacional dos bens imóveis tombados. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 22/1987. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.

MARIUZZO, Patrícia. Falência, ruínas e salvamentos. **Revista Eletrônica do IPHAN**. n. 4 - Herança Industrial, 2006. Disponível em: <<http://www.patrimonioidustrial.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=18>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

MELLO E SILVA, Leonardo G. Patrimônio industrial: passado e presente. Patrimônio – **Revista Eletrônica do IPHAN**. n. 4 - Herança Industrial, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/patrimonio_industrial_passado_e_presente.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2016.

PIVA da Silva, R., DA SILVA, M.; LARROSA, T.: "A questão dos tombamentos: uma análise de caso da fábrica Rheingantz Na Cidade do Rio Grande – RS". **Observatorio de la Economía Latinoamericana**. Nº 180, 2013. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/13/fabrica-nacional-tecidos-panos-rheingantz-vater.html>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

ROSA, Carolina Lucena. **O patrimônio industrial**: a construção de uma nova tipologia de patrimônio. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

VARGAS, Francisco Eduardo B. A sazonalidade da ocupação em Pelotas: uma análise sobre a indústria de conservas vegetais. **Cadernos do ISP/UFPEL**, Pelotas, n. 6, jun. 1995.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. As indústrias Matarazzo: patrimônio industrial no interior paulista (1920-1960). **Anais Eletrônicos Complementares do XXII Simpósio Nacional de História** – ANPUH (Associação Nacional de História), 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.294.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2016.

VIEIRA, Sidney Gonçalves; PEREIRA, Óthon Ferreira; TONI, Jackson Silvano de. A evolução urbana de Pelotas: um estudo metodológico. **História em Revista**, Núcleo de Documentação Histórica da UFPEL, ICH, Pelotas, n.1, set. 1994.

DOCUMENTOS JURÍDICOS

PELOTAS. **Ato nº 754 - Código de Construções e Reconstruções**. Pelotas: Prefeitura Municipal, 1915.

JORNAIS

Biblioteca Pública Pelotense

A Alvorada, Pelotas, 05 jul. 1947, p.1.

A Alvorada, Pelotas, 14 jul. 1947, p.1.

A Alvorada, Pelotas, 17 jul. 1948, p.6.

A Alvorada, Pelotas, 28 ago. 1948, p.1.

A Alvorada, Pelotas, 24 dez. 1948, p. 8-9.

A Alvorada, Pelotas, 14 jun. 1952, p. 1-2.

A Alvorada, Pelotas, 27 set. 1952, p.1.

A Alvorada, Pelotas, 20 dez. 1952, p.7.

A Alvorada, Pelotas, 24 dez. 1952, p.1.

A Alvorada, Pelotas, 18 abr. 1953, p.1.

A Alvorada, Pelotas, 4 jul. 1953, p.1.

A Alvorada, Pelotas, 3 abr. 1954, p.1.

A Alvorada, Pelotas, 23 out. 1954, p.1-2.

- A Alvorada**, Pelotas, 05 fev. 1955, p.1.
- A Alvorada**, Pelotas, 18 jun. 1955, p.2.
- A Alvorada**, Pelotas, 28 jul. 1956, p.6.
- A Alvorada**, Pelotas, 19 jan. 1957, p.1.
- A Alvorada**, Pelotas, 16 fev. 1957, p.1.
- A Alvorada**, Pelotas, 30 mar. 1957, p.1-2.
- A Alvorada**, Pelotas, 05 mai. 1957, p.1.
- A Discussão**, Pelotas, 22 ago. 1882, p.2.
- A Opinião Pública**, Pelotas, 16 jan. 1929, p.1.
- Compotão Agapê**, Pelotas, Jan/fev. 1989.
- Correio do Povo**, Pelotas, 3 abr. 1951, p. s/n.
- Diário Liberal**, Pelotas, 18 out. 1933, p.2.
- Diário Popular**, Pelotas, 25 ago. 1893, p. 2.
- Diário Popular**, Pelotas, 27 ago.1944, p. 31.
- Diário Popular**, Pelotas, 29 jan. 1948, p. 3.
- Diário Popular**, Pelotas, 5 ago. 1949, p. 3.
- Diário Popular**, Pelotas, 26 ago.1951, p. 1.
- Diário Popular**, Pelotas, 19 dez. 1951, p. 2.
- Diário Popular**, Pelotas, 27 ago.1952, p. 1-2.
- Diário Popular**, Pelotas, 01 jan. 1953, p. 1-9. [Relatório apresentado pelo Prefeito Mário Meneghetti à Câmara de Vereadores em 20 de dezembro de 1952].
- Diário Popular**, Pelotas, 21 fev. 1956, p.1.
- Diário Popular**, Pelotas, 12 jul. 1957, p.3.
- Diário Popular**, Pelotas, 2 jun. 1966, p. 6.
- Diário Popular**, Pelotas, 27 nov. 1968, p.5.
- Diário Popular**, Pelotas, 18 dez. 1968, p. 5.
- Diário Popular**, Pelotas, 23 ago. 1971, p. 4.
- Diário Popular**, Pelotas, 10 dez. 1971, p. 3.
- Diário Popular**, Pelotas, 8 jan.1972, p. 4.
- Diário Popular**, Pelotas, 16 mai.1972, p. 9.

Diário Popular, Pelotas, 25 jan.1975, p. 4.

Diário Popular, Pelotas, 23 mar. 1980, p.1.

Diário Popular, Pelotas, 10 jun. 1992, p. 6.

Diário Popular, Pelotas, 27 ago. 1992, p.12-13.

Diário Popular, Pelotas, 1 e 2 jan. 2000, p.18.

Diário Popular, Pelotas, 15 jan. 2006, p.18

Diário Popular, Pelotas, 30 abr. 2007, p. 5.

Informativo Zona Norte, Pelotas, 1992, s/n. p.2

Notícias do Sindocopel, Pelotas, 1984, nº 1, p. 4.

REVISTAS

EUSTÁQUIO, João; PINHO, Hamilton de. **Revista Manchete**. Rio de Janeiro: Bloch Editores. Suplemento especial do n. 1073, out. 1972.

SYLOS, Hindenburg ribeiro de. **Guia da Cidade de Pelotas** 1973. Logradouros; Mapas; Informativo; Comercial; Industrial e Profissões Liberais. Pelotas: Darwil, 1973.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. **Revista Jus Navigandi**. Teresina, ano 13, n. 1754, 20 abr. 2008. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/11164>>. Acesso em: 21 out. 2016.

QUATRO ANOS DE TRANSFORMAÇÃO EM PELOTAS. Pelotas: Prefeitura Municipal, 1972.

QUINTA BOM RETIRO. **Catálogo de mudas e enxertos de frutas**. 1936–1937. Pelotas: Ambrósio Perret, 1936.

REVISTA AGRÍCOLA DO RIO GRANDE DO SUL. Pelotas: Livraria Comercial, 30 abr. 1900.

RIO GRANDE DO SUL (Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado). **Revista Executivo**. Ano 4, nº 17. Porto Alegre: Corag, 1978.

REVISTA ENFOKE. **Guia Turístico e Informativo de Pelotas**. Pelotas: Eturpel, 1980.

REVISTA EXTREMO SUL. **Revista mensal de informações**. Ano I, nº 1. Pelotas: Comércio Editorial de Periódicos e afins, 1979.

REVISTA MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores. Nº 1391, 16 dez. 1978.

ROCHA, Miguel Tarnac da. **Revista Destaques Pelotas 70**. Revista ilustrada de “Bôas Festas”. Pelotas: Editora do autor, 1970. s/n.

ENTREVISTAS

Abel Abreu Dourado, Pelotas, 09 fev. 2010 e 02 maio 2015.

Afrânio Francisco Costa, Pelotas, 10 out. 2013.

Alice dos Santos Falcão, Pelotas, 08 abr. 2014.

Amilcar Zanotta, Pelotas, 18 ago. 2009.

Ane Marise Portantiolo Alvariza, Pelotas, 11 jun. 2011.

Angela Maestrini, Pelotas, 10 mar. 2009.

Angela Maria Rodeghiero Krüger, Pelotas, 16 abr. 2009.

Anna Maria Rodrigues Teixeira, Pelotas, 01 out. 2013.

Antônio Vasconcelos, Pelotas, 11 mar. 2017.

Antônio Karini, Pelotas, 11 nov. 2013.

Arlindo de Oliveira Garcia, Pelotas, 28 abr. 2014.

Armando Manoel Cruz, Pelotas, 07 jun. 2011.

Arno Jesus Furtado, Pelotas, 16 jan. 2017.

Arnoldo Holz, Pelotas, 25 fev. 2009.

Aroldo Barwaldt, Pelotas, 22 ago. 2008.

Avani Maria B. Ferreira, Pelotas, 09 abr. 2014.

Carlos Alberto Faria, Pelotas, 12 mar. 2017.

Carlos Germano Blaas, Pelotas, 16, out. 2008.

Carlos Guilherme Rheingantz, Pelotas, 10 nov. 2008.

Carlos Otto Schramm, Pelotas, 16 jan. 2017.

Claudio Fernando Almeida Pereira de Sá, Pelotas, 16 jun. 2009, 20 set. 2015 e 05 abr. 2017.

Darci Ávila Ferreira, Pelotas, 21 mai. 2014.

Darci Martins Pereira, Pelotas, 07 jun. 2011 e 02 jun. 2013.

Darci Pedro Aldrighi, Pelotas, 16 jul. 2009.

Dario Timm, Pelotas, 21 jan. 2017.

Delmar Silva Oliveira, Pelotas, 04 fev. 2017.

Dilmar Cunha Alvariza, Pelotas, 05 jun. 2011.

Domingos Lindolpho Bachini, Pelotas, 27 out. 2008.

Edi Kabke Ramos, Pelotas, 22 ago. 2013.

Edison Andretti, Pelotas, 06 mai. 2013.

Edite da Silva Garcia, Pelotas, 22 ago. 2016.

Elizeu de Oliveira Souto, Pelotas, 14 jan. 2010.
Elmar Hadler, Pelotas, 07 mar. 2014.
Erna Furtado, Pelotas, 28 fev. 2017.
Fábio Almeida Sacco, Pelotas, 02 fev. 2017.
Francisco Júlio de Mello Neto, Pelotas, 10 abr. 2013.
Fridholdo Rutz, Pelotas, 13 mar. 2014.
Gerda Leitzke Gottuzo, Pelotas, 08 mai. 2014.
Gervásio Rodrigo Neves, Porto Alegre, 30 jun. 2016.
Gilberto Sica Gastaud Pelotas, 11 jan. 2008.
Gilfredo R. Renk, Pelotas, 02 jun. 2014.
Glecy Mello, Pelotas, 23 abr. 2010.
Glênio Brod Ramos, Pelotas, 01 mai. 2013.
Gunter Rodolpho Bering, Pelotas, 23, set. 2008, 06 mar. 210 e 28 set. 2011.
Hélio Lange, Pelotas, 10 dez. 2013.
Hugo Mathies, Pelotas, 08 mar. 2010.
Iara Regina M. da Rosa, Pelotas, 28 fev. 2017.
Ione de Oliveira Dilli, Pelotas, 20 jan. 2017.
Iraci Jurema Porto Silveira, Pelotas, 01 mar. 2017.
Ivanir Bündchen, Pelotas, 15 abr. 2014.
Ivo Germano Hoffmann, Pelotas, 01 abr. 2017.
Ivone Marlene Köpp, Pelotas, 10 fev. 2017.
João Casarin, Pelotas, 01 maio 2008.
Joaquim Baptista de Freitas, Pelotas, 18 jun. 2014 e 09 fev. 2017.
Joaquim Silveira Costa, Pelotas, 17 fev. 2010 e 20 fev. 2015.
Joel Radtke, Pelotas, 18 abr. 2010 e 05 mar. 2017.
José Carlos Anderson, Pelotas, 11 mar. 2017.
José Firmino Machado dos Santos, Pelotas, 22 nov. 2016.
José Leonel da Luz Antunez, Pelotas, 09 mar. 2017.
José Luiz Portantiolo, Pelotas, 19 fev. 2009.
José Paulo Oliveira da Silva, Pelotas, 01 fev. 2017.
José Serra, Pelotas, 28 mai. 2014.
Ladi Costa, Pelotas, 10 fev. 2010.
Léa Almeida Sacco, Pelotas, 02 fev 2017.
Lia Timm Sampaio, Pelotas, 01 mai. 2013 e 25 jan. 2017.

Luiz de Oliveira Souto, Pelotas, 08 jan. 2010.
Maria Dolores G. Rodrigues, Pelotas, 21 set. 2015.
Maria de Lourdes Poetsch, Pelotas, 02 e 14 mai 2015.
Mária Lúcia Freitas, Pelotas, 07 mar. 2014.
Mário Henrique Freitas, Pelotas, 11 mar. 2014.
Marilei da Silva Garcia, Pelotas, 06 jun. e 22 nov. 2016.
Marlene Sacco dos Anjos, Pelotas, 02 fev. 2017.
Milton Balester Albers, Pelotas, 02 mai. 2014.
Nelson Firpo, Pelotas, 17 set. 2008 e 10 abr. 2017.
Nereu Ribeiro Rodrigues, Pelotas, 21 jan. 2014 e 04 mai. 2015.
Ney Valdir Reichow Bandeira, 08 abr. 2014.
Nilson Löeck, Pelotas, 11 jun. 2015.
Nilva de Freitas Barbosa, Pelotas, 23 ago. 2016.
Olívio Müller de Pinho, Pelotas, 23 mai. 2009.
Oscar Kerstner, Pelotas, 18 out. 2014.
Osni Geraldo Reichow Bandeira, Pelotas, 08 abr. 2014.
Paulo Fernando Peter, Pelotas, 10 jun.2011.
Paulo Gastaud, Pelotas, 19 abr. 2017.
Paulo Roberto Silveira, Pelotas, 28 fev. 2017.
Paulo Schimidt, Pelotas, 31 mar. 2013.
Pedro Antonio Leivas Leite, Pelotas, 03 nov. 2008.
Pedro Juvêncio Vergara, Pelotas, 28 set. 2013.
Pedro Torchelsen de Mattos, Pelotas, 28 mar. 2010.
Plínio Hoffmann, Pelotas, 07 jan. 2016.
Raimundo Dinelly, Pelotas, 10 dez. 2008 e 16 jan. 2017.
Raquel Braga Fetter, Pelotas, 02 fev. 2017.
Rejane Sacco dos Anjos, Pelotas, 02 fev. 2017.
Renata Sacco dos Anjos, Pelotas, 02 fev. 2017.
Reneu Ribeiro Rodrigues, Pelotas, 21 jan. 2014.
Rosana Sacco Santos, Pelotas, 30 jan. e 02 fev. 2017.
Rudi Mathies, Pelotas, 08 mai. 2013.
Rudi Mülling, Pelotas, 20 out. 2008.
Rudinei Vaz, Pelotas, 10 out. 2013.
Sandra Franco, Pelotas, 10 mar. 2017.

Tânia Fetter, Pelotas, 02 fev. 2017.
Uberto Sell, Pelotas, 13 jun. 2011 e 06 jun. 2016.
Ubirajara Martins, Pelotas, 17 mar. 2017.
Ubirajara R. Ribas, Pelotas, 05 set. 2012.
Urânia Pereira Sperling, Pelotas, 17 jun. 2009.
Valnei da Silva Lübke, Pelotas, 07 mar. 2017.
Valter Lourenço Corvello, Pelotas, 13 abr. 2013.
Valter Vinholes, Pelotas, 12 mar. 2014.
Vani Irle K. Garlich, Pelotas, 16 mai. 2011.
Virginia da Silva Rodrigues, Pelotas, 05 jan. 2016.
Wanderley C. Siqueira, Pelotas, 08 abr. 2014 e 18 fev. 2017.
Wandir Ney, Pelotas, 27 out. 2008.
Wilson Pachalski F^o, Pelotas, 31 mar. 2014.
Willy Gerhard Partzsch, Pelotas, 06 maio 2008, 02 out. 2012 e 11 mar. 2013.
Wolmer Brod. Peres, Pelotas, 05 jan. 2017.
Zelma Vergara de Mattos, Pelotas, 03 fev. 2010.
Zilda Hardtke Pereira, Pelotas, 31 mar. 2014.

ANEXOS

ANEXO A – DECRETO Nº 41.939, DE 30 DE JULHO DE 1957.

Senado Federal

Secretaria de Informação Legislativa

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

DECRETO Nº 41.939, DE 30 DE JULHO DE 1957.

Concede permissão, em caráter permanente, a Indústrias Reunidas Leal Santos S.A., com sede na cidade de Rio Grande e filial em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 7º, 4º, 2º, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 27.048, de 12 de agosto de 1949,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada em caráter permanente, a funcionar aos domingos e nos feriados civis ou religiosos Leal Santos S.A., com sede na cidade de Rio Grande e filial em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul (matriz fábrica de conservas; seções de embalagem, latoaria, banhos, sala de máquinas, cozinhas de frutos e de peixes, fritação trapiche, almoxarifado, oficina mecânica e frigorífico; fábrica de biscoitos: laboratório e seção de embalagem. Filial, fábrica de conservas: seções de embalagem, cozinha de frutos, oficina mecânica e almoxarifado), observadas as disposições legais vigentes, sobretudo as de proteção do trabalho, e excetuados os serviços de escritório.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1957; 136º da Independência e 69º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Parsifal Barroso

ANEXO B – LEI MUNICIPAL Nº 2.096 (CRIAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL)**LEI Nº 2.096**

Cria o DISTRITO INDUSTRIAL e dá
outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art.1º - Fica criado o DISTRITO INDUSTRIAL destinado à instalação de estabelecimentos fabris, obedecidas as normas aplicáveis à espécie.

Art.2º - O Distrito Industrial á formado por uma área de terras, com 575 (quinhentos e setenta e cinco) hectares, aproximadamente, situada ao longo da BR-392/471, sub-trecho em comum, Pelotas/Cangussú, antiga Estrada da Produção, tronco sul, margem sudeste, atravessada pela BR-116, no Bairro Fragata e destinada à localização do Distrito Industrial de Pelotas, apresentando as seguintes confrontações: nordeste, com a BR392/471, sub-trecho em comum Pelotas/Cangussú, antiga Estrada da Produção, tronco sul; sul, por uma linha paralela à Av. 1, o distante, em média, 220 metros; sudoeste, por uma linha paralela à Av. 1 atual Av. Cidade de Lisboa, e distante, em média 200 metros; e noroeste, por uma linha paralela à AV.3, e distante, em média, 200 metros, tudo de acordo com a planta anexa, que fica fazendo parte integrante desta lei.

§ 1º - Integram, também, a área do Distrito Industrial as frações que venham a ser destinadas às residências de industriários.

§ 2º - A Prefeitura poderá declarar a integração no Distrito Industrial do outras frações, ainda que descontínuas preenchidos os requisitos legais.

Art.3º - A Prefeitura dotará o Distrito Industrial das condições de infra-estrutura, necessárias à implantação e expansão fabril.

Art.4º - A Prefeitura levando em conta o interesse público e a política de desenvolvimento, disciplinará as formas da concessão de assistência e estímulo à expansão industrial, estabelecendo os oratórios e requisitos ao seu uso e gozo, mediante decreto.

Art.5º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE PREFEITO DE PELOTAS, EM 6 DE DEZEMBRO DE 1973.

Ary Alcântara
Prefeito

Registra-se e Publique-se
Chefe do Gabinete
Confere com o original
Chefe do serviço de Expediente

**ANEXO C – PROPOSTA DE EMENTA:
SUGESTÃO DE NOMENCLATURA DO DISTRITO INDUSTRIAL DE PELOTAS**

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO e

JUSTIÇA EM 29/5/80


PRESIDENTE



Câmara Municipal de Pelotas

Senhor Presidente.
Senhores Vereadores:

EMENTA: Propõe o nome de Anacleto Firpo, ao Distrito Industrial de Pelotas.

Considerando que o Senhor Anacleto Firpo, foi figura de grande expressão no meio industrial de Pelotas, destacando-se por uma atuação equilibrada e dinâmica como dirigente de empresa e de classe;

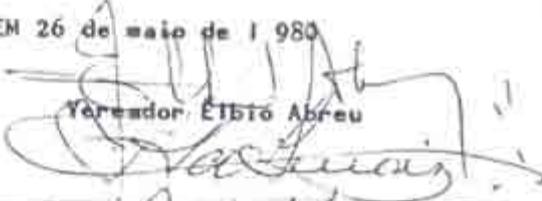
Considerando que ingressou na Metalurgica Guerreiro, em 1938, exercendo marcante atividade, sendo além de impulsor, cumpriu importante tarefa de não só consolidar aquela empresa, como também expandir a obra iniciada pelos antecessores;

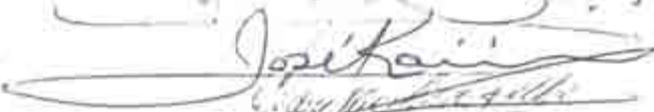
Considerando, ainda, que no desempenho das atividades ao longo de sua existência, prestou valiosa contribuição ao desenvolvimento de Pelotas, e em reconhecimento, foi o 1º industrial de Pelotas a receber a Medalha do Mérito Industrial do Rio Grande do Sul;

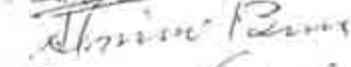
Considerando, finalmente, que ao Poder Legislativo, cumpre homenagear os valores e exaltar a memória dos vultos que contribuíram para o desenvolvimento e o progresso do município;

Propõe que, seja examinada a viabilidade da designação de - ANACLETO FIRPO, ao Distrito Industrial de Pelotas, em sinal de reconhecimento pela sua importante participação no sentido do desenvolvimento do Município.

SALA DAS SESSÕES, EM 26 de maio de 1980


Vereador Etílio Abreu


Vereador


Vereador


Vereador


Vereador

ANEXO D – PUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 64/1981



**CÂMARA MUNICIPAL
DE PELOTAS**

DECRETO N.º 64

Dá denominação ao Distrito Industrial de Pelotas.

DOUTOR PAULO ACI RODRIGUES TEIXEIRA,
Presidente da Câmara Municipal de Pelotas, no uso das
suas atribuições, e considerando haver o Plenário do Le-
gislativo Municipal aprovado a respectiva proposição:

D E C R E T O :

Art. 1.º — Passa a denominar-se **DISTRITO IN-
DUSTRIAL ANACLETO FIRPO**, o atual conhecido
como Distrito Industrial de Pelotas.

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrário,
este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA
MUNICIPAL EM, 09 DE FEVEREIRO DE 1981.**

PAULO ACI RODRIGUES TEIXEIRA
PRESIDENTE

Registre-se e publique-se

MARIO ANTONIO HOLVORCEM
1.º SECRETÁRIO

**ANEXO E – LEI MUNICIPAL Nº 13, DE 07 DE MAIO DE 1948:
(APROVAÇÃO DE ANTE-PROJETO DE SANEAMENTO BÁSICO DE PELOTAS)**

PREFEITURA DE PELOTAS – LEI Nº 13

**APROVA O ANTE-PROJETO DE SANEAMENTO BÁSICO DE PELOTAS E DAS
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Dr. Joaquim Duval, prefeito de Pelotas.

Faço saber que a Câmara Municipal de Pelotas e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - E' aprovado o ante-projeto elaborado pelo "ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO", para as obras de Saneamento de Pelotas, constando de água, esgotos, ramais e o plano de aterro de uma área de 460.000m² m|m, na várzea do arroio Pepino.

Art. 2º - E' o Prefeito autorizado a desapropriar para fins de recuperação as áreas compreendidas entre à rua Barroso, Princesa Isabel, arroio Pepino e o prolongamento da Avenida Bento Gonçalves, medindo aproximadamente 500 metros de largura

E' também autorizo a desapropriar o terreno para a construção de um Reservatório alto de reforço da Rede Hidráulica, à rua Dr. José Brusque, a oeste formando esquina com à rua Pinto Martins, frente sul.

Art. 3º - E' o Prefeito autorizado a contratar as obras com o "ESCRITÓRIO SATURNINO DE BRITO", sob regime de Administração Contratada Limitada.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS, EM 7 DE MAIO DE 1948

JOAQUIM DUVAL
PREFEITO.

**ANEXO F – TRANSCRIÇÃO DE PROPAGANDA VEICULADA NO JORNAL
DIÁRIO POPULAR, DE 27 DE AGOSTO DE 1944, PÁGINA 31.**

CASA DE SAÚDE “DR. VELLOSO”

Colonos

- A casa de saúde Dr. Velloso, para bem servir ao colôno e sua família, procurando facilitar de todos os modos a assistência médica a colônia estabeleceu consultas em todas as casas de negócios, dentro do perímetro que a ambulância percorre.

As **terças feiras** a ambulância percorrerá a estrada de Cangussu até Sanga Funda com ponto no Hotel Neumann, **voltando pela estrada Santa Eulália** casa de João Schaun; **Monte Bonito**, casa de Gaspar Pinho, até as 3 Vendas.

Aos sábados o trajeto será pelo **3º, 6º e 7º Distritos** casa de Arthur Braunner, e todas as casas de negócio até a de Germano Bonow passando pelas casas de Otto Milke, Bacchini, Kickoeffel, Bauer Albino Rheinart e Gaspar Pinho.

- Nas casas de negócios, afim de evitar perda de tempo, é necessário colocar **uma bandeira ou um lenço**, como sinal de que há doente que quer consultar, e que pôde vir na ambulância si seu estado for grave ou passível de operação.

A Casa de Saúde Dr. Velloso, dispõe de um hospital moderno, Raio X, Ambulância, laboratórios, parteiras e trabalha para o **bem estar do colôno, por preços menores do que qualquer outro hospital.**

Instruções: Nas casas comerciais e colégios de tua zona.

ANEXO G – RÓTULO DE COMPOTA DE PÊSSEGO SCHRAMM ESPECIAL DE ACERVO DO INDUSTRIAL WILLY PARTZSCH, NO VERSO DO QUAL ANOTOU SUA ANÁLISE DESTA



ANEXO H – TRANSCRIÇÃO DA ANOTAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO G“Pessego Especial l[a]ta 1kg [sic]

Esta lata depois de aberta apresentando o seguinte:

Pessegos: continha 11½ pêssegos e meio tipo médio [possivelmente, quis dizer 11 pêssegos e um meio pêssego ou metade], metade descascado a maquina e metades descascado a soda um pouquinho molerengo, apresentação bôa e parelha.

Calda: grossa, amarelada mais ou menos 28 a 29º Bé [graus Brix].

Com gosto a amêndoa, o qual deverá ser cosida com amêndoas ou casca do pêssego.

Pelotas, 20/10/58

[rubrica de Willy Partzsch]”.

ANEXO I – RÓTULO DE COMPOTA DE PÊSSEGO “SERRANO” SCHRAMM DE ACERVO DO INDUSTRIAL WILLY PARTZSCH, NO VERSO DO QUAL ANOTOU SUA ANÁLISE DESTA



ANEXO J – TRANSCRIÇÃO DA ANOTAÇÃO CONSTANTE NO ANEXO I

“Impressões sobre esta lata conforme o rótulo”. [anotação disposta na vertical direita da anotação principal, à guisa de título].

“Este pessego 22 e 23 metades ou $\frac{1}{4}$ parte de metade, assim como cortado de quina na parte de cima ou em parte avariada. A calda do mesmo é bastante grossa ou seja 30° Bé [graus Brix] [...] Cosimento [sic] alguns meio duros outros mais moles, de acordo de acordo com a maduresa [sic] da fruta, e também continha pessego branco 3 pedaços, o mesmo foi descas[ca]do a soda. Tinha $\frac{1}{4}$ parte de lata de calda. Pedaços eram relativamente grandes. Pelotas, 24/11/1956.
[rubrica de Willy Partzsch].”

“Gosto de amendoa do pessego”. [anotação disposta na vertical esquerda da anotação principal].

ANEXO L - CONTRATO DE LOCAÇÃO ENTRE FÁBRICAS (DEZ 1970)

CONTRATO DE LOCAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de contrato, os abaixo assinados de um lado como "locador" PAULO RIBEIRO PERES, brasileiro, maior, casado, Industrial, estabelecido nesta cidade à Avenida Dr. Fernando Osorio, nº 5545 e como "locatária" a sociedade IRMÃOS SOUTO LTDA., com sede e escritório nesta cidade à rua 15 de novembro nº 563, sala 201, registrada no CCIMP sob nº 92209311, neste ato representada por seu sócio José de Oliveira Souto, têm entre si justo e contratado a locação abaixo descrita e sob as seguintes condições:

a)- O objeto da locação é a fábrica de conservas de propriedade do "locador", sita à Avenida Dr. Fernando Osorio nº 5545, constituindo-se de prédio, máquinas, móveis e utensílios constantes da relação apenas ao presente e da qual fica fazendo parte integrante. A locatária obriga-se à conservação dos ditos bens enquanto sob sua guarda e exploração, devendo entregá-los ao fim do contrato, em condições de uso, tal como os recebeu.

b)- O prazo contratual será de 14 (quatorze) meses, e que terá seu vigor a partir do 1º de Dezembro de 1.970 e seu término em 31 de Janeiro de 1.972, cabendo à "locatária" o direito de opção por mais um período idêntico ao ora contratado, mantendo-se nesse caso todas as condições estipuladas aqui para o inicial.

c)- Durante a vigência contratual poderá a locatária sub-locar os bens objeto desta locação, respondendo porém, perante o locador, por todas as obrigações constantes deste contrato.

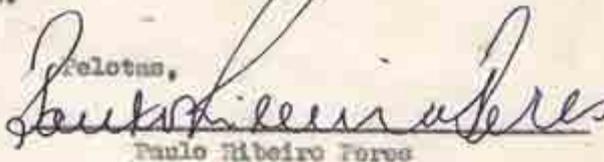
d)- O preço será de R\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) mensais, ou seja R\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros) para o primeiro período e mais R\$ 7.000,00 para o segundo período, caso a locatária use do direito opcional. - As mensalidades serão pagas ao locador até o dia 10 de mês subsequente ao vencido.

e)- As taxas de Força, Luz e Água, que venham recair durante qual quer safra serão de conta da locatária, cabendo ao locador os demais meses de anti-safra. - Fica também por conta do locador os impostos e taxas municipais no dia respectivo a propriedade imóvel.

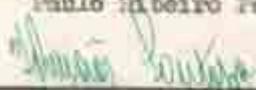
f)- A locatária poderá fazer as benfeitorias que julgar necessárias ao bom desempenho da fabricação, podendo levá-las ao término contratual.

g)- O presente contrato continuará em vigor em caso de alienação dos bens locados, seja a que título for, inclusive o de "causa mortis".

E por estarem ambas as partes de pleno acordo com todas as cláusulas e condições aqui estipuladas, o assinam em 3 (três) vias de igual teor, obrigando-se por si, seus herdeiros ou sucessores ao fiel cumprimento das mesmas. Com duas testemunhas.

Pelotas,

 Paulo Ribeiro Peres

Paulo Ribeiro Peres


 Irmas Souto Ltda

TESTEMUNHAS

APÊNDICES

APÊNDICE C – ROTEIRO BÁSICO DE QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA OBTENÇÃO DE ENTREVISTAS

- 1- Quando começou e até que ano foi a indústria?
- 2- Onde eram confeccionados os rótulos para as latas?
- 3- Qual era a média de funcionários na safra?
- 4- Enlatavam só pêssegos...ou?
- 5- Qual a quantidade média de latas produzidas por safra?
- 6- De que forma era comercializada essa produção? Tinham vendedores, contatos...?
- 7- De que maneira os pedidos (encomendas) eram entregues ? Transportadora... ou?
- 8- Tinham fornecedores (dos pêssegos) específicos ... ou?
- 9- O fornecedor de latas, geralmente, era a Metalúrgica Guerreiro. Lembra de alguma história interessante acerca do Cel. Anacleto Firpo?
- 10- Como faziam com os dejetos (água com soda usada para o descasque químico)? Eram tratados... ou?
- 11- Lembra de ouvir falar sobre uma metalúrgica na rua Santa Cruz, próximo a av. Bento Gonçalves (imediações da Brigada Militar), de nome Sica?
- 12- Quem consertava as máquinas e equipamentos da indústria?
- 13- As fábricas eram registradas (empresas). Em função disso, sofriam visitas (fiscalização) da Saúde, da Prefeitura, da Delegacia do Trabalho e etc. De que forma?
- 14- Quem era o responsável pela contabilidade (Guarda-livro ou Contador) da empresa?
- 15- Como ocorria a relação (contatos) com as demais indústrias conserveiras da cidade?

OBSERVAÇÃO:

Necessito de qualquer material (Fotos, rótulos, alvarás, notas fiscais, cartões de visita, matérias em jornais ou revistas, certificados, premiações, distinções, diplomas), enfim, qualquer coisa relacionada com a fábrica ou com a atividade desenvolvida no recinto da mesma. Tudo poderá ser escaneado mediante autorização e devolvido imediatamente, conforme o combinado entre esse pesquisador e o entrevistado.

APÊNDICE D – FORMULÁRIO DE FICHAMENTO DE FÁBRICAS

<u>FÁBRICA</u>		Nº _____
NOME:		
NOME FANTASIA:		
END.:		
INÍCIO:		TÉRMINO:

**APÊNDICE E – RASCUNHO INICIAL DE MODELO
DE FICHA DE INVENTÁRIO DAS FÁBRICAS**

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO AGROINDUSTRIAL URBANO:		CARGALHO Nº	
Setor: <u>Condado/Alto/Comenda de PÉSSICO - DELATAD/RS</u>			
IDENTIFICAÇÃO: NOME FANTASIA:		IMAGEM POR SATELITE	
PROPRIETÁRIO(S):			
RAÇA SOCIAL:			
ENFERMEIA?			
Outros:			
ATIVIDADE: Início: Término:		USO ATUAL:	
Foto ANTIGA		Foto ATUAL	
ENTREVISTADO(S):		Vinculo:	Assinatura:
OU			
FONTES:			

**APÊNDICE F – RASCUNHO INTERMEDIÁRIO DE MODELO
DE FICHA DE INVENTÁRIO DAS FÁBRICAS**

Inventário do Patrimônio Agroindustrial Urbano: Setor Conserveiro / Compotas de Pêssego – Pelotas/RS		Cadastro Nº:
Nome Fantasia:	Imagem por satélite	
Razão Social:		
Proprietário (s):		
Endereço:		
Atividade Início: Término:		
Uso Atual:		
Foto Antiga	Foto Atual:	
Entrevistado(s):	Vínculo:	Ano / nascimento:
Fontes:		

**APÊNDICE G – RASCUNHO INTERMEDIÁRIO 2
DE MODELO DE FICHA DE INVENTÁRIO DAS FÁBRICAS**

Inventário do Patrimônio Agroindustrial Urbano: Setor Conserveiro / Compostas de Pêssego – Pelotas/RS		Cadastro Nº:
1. IDENTIFICAÇÃO		2. PLANTAS
1.1 Nome Fantasia:		2.1 Planta de Situação Imagem por satélite
1.2 Razão Social:		
1.3 Proprietário (s):		
1.4 Endereço:		
1.5 Atividade 1.5.1 Início: 1.5.2 Término:		
1.6 Uso Atual:		
		2.2 Acervo de plantas (Bibliografia e fontes)?
3. FOTOS		
3.1 Foto Antiga		3.2 Foto Atual:
3.3 Acervo de Fotos? (Bibliografia e fontes)?		
4. RÓTULOS ?		
4.1 Acervo de Rótulos ? (Bibliografia e fontes)		
5. OUTROS (máquinas, equipamentos, objetos, móveis)?		
5.1. Acervo Outros?		
6. BIBLIOGRAFIA E FONTES ESCRITAS		
7. ENTREVISTAS		
7.1 Entrevistado(s):	7.3 Data entrevista	7.5 Vínculo:
7.2 Ano / nascimento:	7.4 Local entrevista	7.6 Período:

**APÊNDICE H – MODELO FINAL DE FICHA
PARA INVENTÁRIO DAS FÁBRICAS (PRIMEIRA PÁGINA).**

Inventário do Patrimônio Agroindustrial Urbano Setor Conserveiro - Compostas de Pêssego – Pelotas/RS		
1- IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Identificação do bem (denominação oficial/ denominação popular/ nome fantasia/ outras denominações)		Cadastro nº:
1.1.1. Nome Fantasia: XXXX		XX
1.1.2. Razão Social: XXXXXXXX		
2- LOCALIZAÇÃO		
2.1. Endereço completo (logradouro, nº, complemento)		2.1.1. Bairro
XXXXXXXX		XXXXXXXX
2.2. Informações geográficas:		
2.2.1. Latitude: °	2.2.2. Longitude: °	
3- IMAGENS		
3.1. Imagem de Satélita	3.2. Vista recente	
4- DADOS HISTÓRICOS		
4.1. Identificação do proprietário:	4.2. Período de atividade do estabelecimento:	
XXXXXXXX	Início: XXXX	Término: XXXX
4.3. Uso(s) atual(is) do espaço: xxxxxxxx		
4.4 - Síntese das informações históricas: fontes orais e escritas		
<p>>Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Vivamus ut efficitur leo. Suspendisse eu elit neque. Praesent porta metus ac mattis imperdiet. Integer nec volutpat lectus, eu luctus tellus. Vivamus interdum, libero vitae varius accumsan, felis magna lacinia ipsum, in bibendum mi nibh id ex. Etiam vehicula enim leo, sit amet ultricies libero pulvinar vel. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas. Maecenas sed mauris ac magna luctus convallis. Proin pellentesque aliquam metus, vel pellentesque urna sollicitudin vitae. Curabitur ut sagittis erat, vitae aliquet lectus. Fusce scelerisque laculis mauris, sit amet dictum nisi mattis eu. Donec quis aliquam ante.</p> <p>Cras sodales et neque eget ornare, Mauris lacinia felis posuere mi euismod suscipit. Maecenas faucibus eget nisi non aliquet. Aenean nec imperdiet urna. Aliquam nec congue neque, a consectetur orci. In rutrum tempus est, sit amet vestibulum tortor lacinia a. Ut ac lacinia dolor. Curabitur vestibulum, dolor a iaculis imperdiet, tellus purus semper enim, non accumsan dolor est et massa. Vestibulum augue neque, ullamcorper vel tellus sed, mattis faucibus lectus. Integer dictum ipsum a consectetur hendrerit. Phasellus nulla velit, rhoncus ac est ut, scelerisque accumsan odio. Suspendisse pretium vestibulum fermentum. Pellentesque consectetur nulla sed lorem consectetur porttitor, Mauris maximus rutrum nisi, eget imperdiet nibh ullamcorper at.</p> <p>Aenean non neque urna. Proin id convallis urna, eget porta diam. Morbi aliquet velit eget efficitur mattis. Ut lacinia libero lorem, quis blandit urna posuere et. Integer massa sapien, consequat ac sagittis at, accumsan quis sapien. Cum sociis natoque penatibus et magnis dis parturient montes, nascetur ridiculus mus. Donec hendrerit id metus sed luctus. Pellentesque placerat sodales risus nec ultricies. Sed rhoncus quam tempor metus pellentesque, et venenatis urna imperdiet. Etiam quis leo volutpat, tempus ex id, varius nulla. Vivamus nec luctus sem. Suspendisse ante nulla, fringilla ut eros sit amet, scelerisque dictum sapien. Fusce facilisis nisi vel tempus gravida. Nunc porta justo sit amet rhoncus posuere. Nunc porttitor felis non neque porta hendrerit.</p> <p>Curabitur blandit accumsan magna quis placerat. Proin tincidunt auctor arcu, id auctor lorem posuere et. Curabitur eget lorem eu tellus ultrices semper. Integer diam odio, porta rutrum venenatis vel, pellentesque volutpat dul. Nulla vehicula magna eu dictum sollicitudin. Integer purus magna, convallis in sapien vel, egestas dignissim tortor. In et metus ac sem volutpat rhoncus congue feugiat augue. Donec quis turpis tincidunt, elementum tortor vel, iaculis felis. Nullam dictum erat vel turpis iaculis euismod. Pellentesque malesuada dolor eget massa ornare pellentesque. In id quam vel arcu porta convallis.</p> <p>In sodales ultrices augue et viverra. Ut tempus magna ac felis auctor condimentum. Aenean et elit egestas, pellentesque ante sit amet, finibus odio. Sed finibus nunc at diam gravida venenatis. Curabitur pharetra libero sit amet risus consequat, eget scelerisque eros viverra. Pellentesque imperdiet ullamcorper sem, vitae rhoncus ex vehicula eget. Aenean tristique gravida odio, eu sollicitudin mi rhoncus in. Aenean consequat lorem eget dictum consectetur. Phasellus id nisi ante. Maecenas non dui a lectus aliquam dapibus vitae nec justo. Etiam eget porta turpis, eu mollis velit.</p>		
5 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES		
6 - ACERVOS		
6.1. Rótulos		
Rótulo 01	Rótulo 02	Rótulo 03
6.2. Fotografias		

**APÊNDICE I – MODELO FINAL DE FICHA
PARA INVENTÁRIO DAS FÁBRICAS (SEGUNDA PÁGINA).**

Figura 01	Figura 02	Figura 03	Figura 04		
Figura 05	Figura 06	Figura 07	Figura 08		
Figura 09	Figura 10	Figura 11	Figura 12		
Figura 13	Figura 14	Figura 15	Figura 16		
6.3. Material publicitário					
Figura 01	Figura 02	Figura 03	Figura 04	Figura 05	Figura 06
Figura 07		Figura 08		Figura 09	
6.4. Documentação					
Figura 01	Figura 02	Figura 03	Figura 04		
6.5. Plantas					
Figura 01					
6.6. Outros					
Figura 01	Figura 02	Figura 03	Figura 04		
7 – REFERÊNCIAS					
7.1. Bibliografia					
LOREM, ipsum dolor. Sit Amet, Consectetur Adipiscing Elit. Vivamus ut efficitur leo. Cidade: editora, ano, [observação].					
7.2. Fontes orais					
Fulano de tal [relação com a fábrica; nascimento {ano}]. Entrevista, Pelotas, [dia] [mês] [ano].					
7.2. Iconografia					
Rótulos, fotografias, material publicitário, documentos, plantas e outros – Acervo Fulano de tal.					